

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

GIOVANI BUTARELLI

**A ASCENSÃO E O DECLÍNIO RELATIVO DO PARTIDO DOS
TRABALHADORES: UMA ANÁLISE DA TRAJETÓRIA POLÍTICA-ELEITORAL DO
PT EM DOURADOS (1982 - 2020)**

**DOURADOS-MS
2023**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**A ASCENSÃO E O DECLÍNIO RELATIVO DO PARTIDO DOS
TRABALHADORES: UMA ANÁLISE DA TRAJETÓRIA POLÍTICA-ELEITORAL DO
PT EM DOURADOS (1982 - 2020)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Grande Dourados – Faculdade de Ciências Humanas, para obtenção do Título de Mestre em Sociologia, sob a orientação do Prof. Dr. Marcos Antonio da Silva.

DOURADOS-MS
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

B983a Butarelli, Giovani

A ASCENSÃO E O DECLÍNIO RELATIVO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES: Uma análise da trajetória política-eleitoral do PT em Dourados (1982 - 2020) [recurso eletrônico] / Giovani Butarelli. -- 2024.

Arquivo em formato pdf.

Orientador: MARCOS ANTONIO DA SILVA.

Dissertação (Mestrado em Sociologia)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2023.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Partido dos Trabalhadores. 2. Eleições Municipais. 3. Dinâmica Eleitoral. I. Silva, Marcos Antonio Da. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central UFGD.

©Todos os direitos reservados. Permitida a publicação parcial desde que citada a fonte.

TERMO DE APROVAÇÃO

GIOVANI BUTARELLI

**A ASCENSÃO E O DECLÍNIO RELATIVO DO PARTIDO DOS
TRABALHADORES: UMA ANÁLISE DA TRAJETÓRIA POLÍTICA-ELEITORAL
DO PT EM DOURADOS (1982 - 2020)**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Sociologia, da Universidade Federal da Grande Dourados, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Marcos Antonio da Silva
Orientador/Presidente

Prof. Dr. Marcilio Rodrigues Lucas
Membro Titular

Prof. Dr. João Carlos de Souza
Membro Titular

Aprovado em: 06/12/2023

Às mulheres da minha vida: Janaina, Julia,
Giovana e Marilene. Vocês são a razão dos meus
sonhos!

AGRADECIMENTOS

Em cada etapa da minha vida encontrei pessoas que me estimularam a não desistir dos meus sonhos. A priori, e para não correr o risco de esquecer de alguém, agradeço a todos que de forma direta e/ou indireta contribuíram para a construção dessa dissertação. Algumas colaboraram academicamente, outras com o apoio e incentivo. Entretanto, algumas foram fundamentais, por isso, preciso citá-las.

Agradeço a Deus, em primeiro lugar e acima de tudo, por sua infinita bondade para comigo e iluminando meu caminhar. “Você viu coragem quando eu tive medo. Encontrou verdade em mim no engano que vivi. Chamou de belo quem era fraco e achou sincero o amor que existe em mim”.

A minha família: amada esposa Janaina pela compreensão e por sempre acreditar que eu posso ir mais além; Júlia e Giovana, razões da minha vida, motivos da minha luta por um mundo melhor; querida mãe Marilene dos Reis, meu exemplo, mulher de luta, trabalhadora e que, mesmo sem perceber, me despertou o amor pela política.

Ao meu orientador, professor doutor Marcos Antonio da Silva. Sem dúvida alguma, tu és uma referência para a Ciência Política no Mato Grosso do Sul. Pessoa humilde, paciente e sábia. Obrigado por fazer parte da minha história. Cuide-se!

Agradeço aos professores doutores João Carlos de Souza e Marcílio Rodrigues Lucas pelas contribuições no processo de qualificação e defesa da pesquisa. Ao companheiro João Carlos (JOCA) agradeço não apenas pelas dicas, mas principalmente, por ser um líder político exemplar. O PT e a cidade de Dourados precisam de você! Ao grande Marcílio fica o meu obrigado pelos incentivos e apoio. Sou fã da sua inteligência e humildade!

Aos professores doutores do curso do Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS-UFGD), especialmente aos professores Claudio Reis, Mara Gabriela Guillén Carías, Marcilio Rodrigues Lucas, Marcio Mucedula Aguiar, Alzira Salete Menegat pela dedicação e profissionalismo nas aulas e orientações repassadas aos seus discentes.

Aos técnicos administrativos do PPGS/UFGD pela atenção e gentileza, bem como aos colegas de turma pela parceria nesses dois anos intensos e especiais.

Aos entrevistados, líderes políticos e cidadãos que fizeram a história do PT e aos petistas de ontem e de hoje que, direta ou indiretamente, construíram a história do maior partido do Brasil.

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

Quadro 1 – Votação dos candidatos a presidente pelo PT (1982 a 2018)	46
Quadro 2 – Candidatos e governadores eleitos pelo PT (1982 a 2018)	56
Quadro 3 – Senadores eleitos pelo PT (1982 a 2018)	58
Quadro 4 – Deputados federais eleitos pelo PT (1982 a 2018)	60
Quadro 5 – Deputados estaduais eleitos pelo PT (1982 a 2018)	63
Quadro 6 – Prefeitos e Vereadores eleitos pelo PT (1982 a 2020)	64
Quadro 7 – Votação dos candidatos do PT (MS) ao governo estadual (1982 – 2018).....	89
Quadro 8 – Votação dos candidatos do PT (MS) ao Senado (1982-2018).....	95
Quadro 9 – Candidatos e deputados federais eleitos pelo PT (MS) (1982 a 2018)	97
Quadro 10 – Candidatos e deputados estaduais eleitos pelo PT (MS) (1982 a 2018)....	101
Quadro 11 – Prefeitos e vereadores eleitos pelo PT (MS) (1982 a 2020)	104
Quadro 12 – Votação dos candidatos do PT à prefeitura de Dourados (1982-2020)	138
Quadro 13 – Votação dos candidatos a vereador do PT de Dourados (1982-2020).....	146
Quadro 14 – Coligações do PT nas eleições municipais de Dourados (1982 a 2020) ...	148
Gráfico 1: Percentual dos votos do PT no 1.º turno das eleições presidenciais (1989-2018) ..	47
Gráfico 2: Percentual dos votos do PT no 2.º turno das eleições presidenciais (1989-2018) ..	47
Gráfico 3: Percentual de eleitos para o Senado Federal pelo PT (1982 a 2018)	59
Gráfico 4: Percentual de deputados federais eleitos pelo PT (1982 a 2018)	61
Gráfico 5: Percentual de deputados estaduais eleitos pelo PT no Brasil (1982 a 2018)	63
Gráfico 6: Prefeitos eleitos pelo PT no Brasil (1982 a 2020)	63
Gráfico 7: Vereadores eleitos pelo PT no Brasil (1982 a 2020).....	65
Gráfico 8: Percentual dos votos do PT no 1.º turno das eleições ao governo	90
Gráfico 9: Votação do PT (MS) nas eleições para deputado federal (1982 – 2018)	97
Gráfico 10: Votação do PT (MS) nas eleições para deputado estadual (1982 – 2018)..	101
Gráfico 11: Percentual de prefeitos eleitos pelo PT (MS) (1982 a 2020).....	105
Gráfico 12: Percentual de vereadores eleitos pelo PT (MS) (1982 a 2020)	105
Gráfico 13: Percentual dos votos recebidos pelos candidatos do PT à prefeitura de Dourados (1982 a 2020)	139
Gráfico 14: Percentual dos votos recebidos pelos candidatos do PT nas eleições para vereador em Dourados (1982 a 2020)	147

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC – Santo André/SP, São Bernardo do Campo/SP e São Caetano do Sul/SP

ACO – Ação Católica Operária

AE – Articulação de Esquerda

ADP – Associação Douradense de Professores

AI – Ato Institucional

ALN – Aliança Libertadora Nacional

AP-ML – Ação Popular Marxista Lenista

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

CAAD – Centro Acadêmico de Agronomia de Dourados

CDR – Centro de Documentação Regional

CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

CEBs – Comunidades Eclesiásticas de Bases

CEDEC – Centro de Estudos de Cultura Contemporânea

CDR – Centro de Documentação Regional

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CEU – Comitê Eleitoral Unificado

CEUD – Centro Universitário da Grande Dourados

CIMI – Conselho Indigenista Missionário

CO – Causa Operária

CODIs – Centro e Operações de Defesa Interna

CS – Convergência Socialista;

CSBH – Centro Sérgio Buarque de Holanda

CUT – Central Única dos Trabalhadores;

DC – Democracia Cristã

DCE – Diretório Central do Estudantes

DEM – Partido Democratas

DS – Democracia Socialista

DR – Democracia Radical

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

DOIs – Departamento de Operações e Informações

EUA – Estados Unidos da América

FETEMS – Federação dos Trabalhadores em Educação

FPA – Fundação Perseu Abramo

FEPROSUL – Federação dos Professores de Mato Grosso do Sul

FUNAI – Fundação Nacional dos Povos Indígenas

IDESP – Instituto de Estudos Sociais e Políticos

JOC – Juventude Operária Católica

LIBELU – Liberdade e Luta

LGBTQIA+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero; Queer; Intersexo; Assexual

LOPL – Lei Orgânica dos Partidos Políticos

MBL – Movimento Brasil Livre

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MS – Mato Grosso do Sul

MEP – Movimento de Emancipação do Proletariado

MTM – Movimento por uma Tendência Marxista

NOVO – Partido Novo

OSI – Organização Socialista Internacional

OCML-PO – Organização Comunista Marxista Leninista – Política Operária

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário

PCO – Partido da Causa Operária

PDS – Partido Democrático Social

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PDT – Processo de Eleições Diretas

PEN – Partido Ecológico Nacional

PFL – Partido da frente Liberal

PGT – Partido Geral dos Trabalhadores

PHS – Partido Humanista da Solidariedade

PO – Pastoral Operária

POC – Partido Operário Comunista

PL – Partido Liberal

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMM – Partido da Mobilização Nacional

PO – Política Operária

POC – Partido Operário Comunista
POLOP – Organização Revolucionária Marxista Política Operária
PP – Partido Popular
PP – Partido Progressista
PPB – Partido Progressista Brasileiro
PPL – Partido Pátria Livre
PPS – Partido Popular Socialista
PR – Partido Republicano
PRB – Partido Republicano Brasileiro
PRP – Partido Republicano Progressista
PRN – Partido da Reconstrução Nacional
PRONA – Partido da Reedificação da Ordem Nacional
PROS – Partido Republicano da Ordem Social
PRP – Partido Republicano Progressista
PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSC – Partido Social Cristão
PSD – Partido Social Democrático
PSDB – Partido da Social-Democracia Brasileira
PSDC – Partido Social-Democrata Cristão
PSL – Partido Social Liberal
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PST – Partido Social Trabalhista
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PT – Partido dos Trabalhadores
PTLM – PT de Lutas e de Massas
PT do B – Partido Trabalhista do Brasil
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PTC – Partido Trabalhista Cristão
PTN – Partido Trabalhista Nacional
PTR – Partido Trabalhista Renovador
PV – Partido Verde
REDE – Rede Sustentabilidade
ROL – Revoltados On-line

SD – Partido Solidariedade

SNI – Serviço Nacional de Informação

STF – Superior Tribunal Federal

UEMT – Universidade Estadual de Mato Grosso

UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados

UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USP – Universidade de São Paulo

VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

VAR - Palmares – Vanguarda Armada Revolucionária

TRE-MS – Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

RESUMO

Esta dissertação aborda a trajetória política-eleitoral do Partido dos Trabalhadores em Dourados e tem como objetivo principal analisar a dinâmica eleitoral do PT visando a compreensão de sua ascensão e relativo declínio eleitoral (1982 a 2020). Para tanto, na primeira parte, analisamos a formação e organização do partido no Brasil e a dinâmica eleitoral evidenciando o protagonismo petista nas eleições presidenciais e o declínio nas eleições municipais no período analisado. Na segunda parte, discutimos a formação e organização partidária no Mato Grosso do Sul, os bons resultados nas disputas para deputados federais e estaduais, a conquista do governo estadual nos pleitos de 1998 e 2022 e as fragilidades do partido nos municípios. Já na terceira parte, analisamos a trajetória política-eleitoral do partido em Dourados analisando os motivos que levaram à ascensão eleitoral entre os anos de 1982 a 2004, com destaque para a conquista da prefeitura, seguida de relativo declínio eleitoral a partir de 2008. Assim, demonstramos que em meio a transformações e contradições, o PT de Dourados apresenta protagonismo na política local, dado que é um dos partidos que mais elegeram prefeitos e o segundo em número de vereadores.

Palavras-chave: Partidos dos Trabalhadores; Eleições Municipais; Dinâmica Eleitoral.

ABSTRACT

This dissertation addresses the political-electoral trajectory of the Workers' Party in Dourados and its main objective is to analyze the electoral dynamics of the PT in order to understand its rise and relative electoral decline (1982 to 2020). To this end, in the first part, we analyzed the formation and organization of the party in Brazil and the electoral dynamics, highlighting the PT's protagonism in the presidential elections and the decline in municipal elections in the period analyzed. In the second part, we discuss the formation and organization of the party in Mato Grosso do Sul, the good results in the disputes for federal and state deputies, the victory of the state government in the 1998 and 2022 elections and the weaknesses of the party in the municipalities. In the third part, we analyze the political-electoral trajectory of the party in Dourados, analyzing the reasons that led to the electoral rise between the years 1982 and 2004, with emphasis on winning the mayor's office, followed by a relative electoral decline from 2008 onwards. , we demonstrate that amidst transformations and contradictions, the PT of Dourados plays a leading role in local politics, given that it is one of the parties that elected the most mayors and the second in number of councilors.

Keywords: Workers' Party; Municipal Elections; Electoral Dynamics.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
Capítulo 1 - Formação, organização e desempenho eleitoral do Partido dos Trabalhadores no Brasil: dos movimentos sociais ao Palácio do Planalto	19
1.1 – Trajetória histórica do PT: da formação ao comando do poder executivo	20
1.2 – Trajetória eleitoral do PT (1982-2020): a evolução partidária a partir do voto.....	46
1.2.1 – Eleições Presidenciais: a presença de Lula nos pleitos eleitorais	46
1.2.2 – Eleições Estaduais: as forças e fraquezas do PT nos estados brasileiros.....	55
1.2.3 – Eleições Municipais: crescimento prolongado seguido das maiores perdas.....	64
Capítulo 2 - Formação, organização e desempenho eleitoral do Partido dos Trabalhadores em Mato Grosso do Sul: das precedentes vitórias à intensidade do declínio.....	70
2.1 – Gênese e transformações do PT: do enfrentamento às oligarquias tradicionais aos acordos eleitorais	71
2.2 – Dinâmica eleitoral do PT sul-mato-grossense nas disputas estaduais e municipais.....	88
2.2.1 – Eleições estaduais: protagonismo de Zeca e falta de renovação de lideranças.....	89
2.2.2 – Eleições municipais: a influência do governo estadual e as limitações das bases sociais nos municípios	104
Capítulo 3 - Trajetória do Partido dos Trabalhadores em Dourados: do sonho dos estudantes ao protagonismo eleitoral.....	112
3.1 – Trajetória histórica do PT douradense: tudo começou na universidade	113
3.2 – Trajetória político-eleitoral do PT: ascensão e relativo declínio eleitoral	136
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	156
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	160
ANEXOS	178

INTRODUÇÃO

Antonio Gramsci, ao escrever sobre partidos políticos, registrou em seus *Cadernos do Cárcere* que “escrever a história de um partido significa nada mais do que escrever a história geral de um país” (GRAMSCI, 2007, p. 87). Jamais será pretensão deste trabalho escrever a história de um partido, muito menos a história do Brasil. Porém, almejamos trazer relatos sobre o Partido dos Trabalhadores (PT), de forma específica em Dourados (MS), abordando sua dinâmica eleitoral e os motivos que levaram à ascensão e relativo declínio eleitoral.

A ideia da criação do PT se deu no final dos anos 70 num contexto social e político de enfrentamento ao governo militar, luta por direitos sociais e pela democracia, onde diversos grupos se uniram para formar o partido que nasceu com o intuito de defender os trabalhadores. Dentre estes, a literatura política aponta as organizações de esquerda que participaram da luta armada contra a ditadura; políticos ligados ao MDB; intelectuais; exilados que retornavam ao Brasil após a lei de Anistia; movimento estudantil; católicos progressistas ligados a Teologia da Libertação e Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e o novo sindicalismo presente principalmente nos movimentos grevistas do ABC paulista.

Em um cenário de reformulação partidária imposto pelos militares, o PT foi oficializado no dia 10 de fevereiro de 1980, no colégio Sion em São Paulo (SP), e se espalhou pelo Brasil. Em 1982, estreou nas urnas elegendo oito deputados federais, 12 deputados estaduais, 117 vereadores e dois prefeitos. Desde então, têm sido um dos protagonistas na política brasileira.

Inúmeras pesquisas têm abordado o PT. Apenas entre 1978 a 2002, Menegozzo (2013) catalogou mais de 1200 obras que o envolve de forma direta e/ou indireta, principalmente no cenário nacional. Contudo, não há registro de trabalhos sobre o partido em Dourados. Assim, o presente estudo aborda seus resultados eleitorais nos níveis federal, estadual e principalmente municipal, com o objetivo de sanar a questão: como se desenvolveu a dinâmica eleitoral do Partido dos Trabalhadores em Dourados e quais os motivos que levaram à ascensão e o relativo declínio eleitoral (1982 a 2020)?

No que se refere às disputas para a Câmara de Vereadores, em 1992, José Laerte Cecílio Tetila foi eleito com primeiro vereador petista de Dourados. Nos pleitos seguintes, o partido aumentou de forma linear as conquistas de vagas no legislativo municipal, até que em 2004, elegeu quatro vereadores, maior quantitativo de eleitos da história local. Entretanto, em 2008 elegeu apenas um, em 2012 aumentou para dois e, tanto em 2016 quanto em 2020, elegeu um vereador.

Quanto às disputas pela Prefeitura, em 2000, Tetila foi eleito com 36.045 (41,69%) votos e quatro anos depois, recebeu 53.208 (53,96%) votos tornando-se o primeiro prefeito reeleito em

Dourados. Após permanecer na liderança do poder executivo por oito anos, o PT não conseguiu eleger um substituto para Tetila. Em 2011, lançou a candidata a vice-prefeita na chapa liderada por Murilo Zauith (DEM) e nas eleições de 2012 e 2016, não lançou candidato a prefeito e/ou vice e participou de coligações lideradas por partidos de centro. Já em 2020, voltou a lançar candidato a prefeito.

A justificativa desta pesquisa se dá por ser o primeiro trabalho acadêmico que envolve o PT de Dourados, sendo relevante para preencher tal lacuna sobre um tema tão importante nas Ciências Sociais e contribuir para a melhoria da pesquisa política. Através desta, avançaremos na construção de novos conhecimentos que cumpram seu papel acadêmico, científico, e principalmente, social, dado que o caráter inovador é importante para o Programa de Pós-graduação em Sociologia, pois permite compreender esta interação com a sociedade e suas demandas. Ainda, a importância da pesquisa se confirma pelo fato do PT representar os ideais dos movimentos sociais e por ser o maior partido de esquerda do Brasil é, ou deveria ser, o grande sintetizador das demandas sociais, afinal, o PT nasceu como um partido da classe trabalhadora e formado por diferentes atores comprometidos com a luta pela igualdade, liberdade e democracia.

Visando compreender a dinâmica eleitoral, este trabalho transita pelos campos da Sociologia, História e Ciência Política, por isso, faz uso da metodologia quali-quantitativa baseada em métodos que juntos dialogam na construção do conhecimento: revisão bibliográfica; análise de dados eleitorais oficiais no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul (TRE-MS); utilização de fontes orais através de entrevistas abertas e semiestruturadas firmadas nos conceitos da História Oral e análise documental de atas do partido e outras fontes dispostas no Centro de Documentação Regional (CDR).

Para Britto Júnior e Júnior (2012), o início de uma pesquisa deve basear-se numa pesquisa bibliográfica. Nesse sentido, Barros (2009) aponta que “ninguém inicia uma reflexão científica ou acadêmica a partir do ponto zero. O mais comum é iniciar qualquer trabalho ou esforço de reflexão científica a partir de conquistas ou questionamentos que já foram levantados em trabalhos anteriores” (BARROS, 2009, p. 02). Logo, este trabalho faz uso de obras clássicas, atuais, bem como artigos de revistas bem-conceituadas publicados sobre o PT, sua história, organização e transformações, além das resoluções dos encontros e congressos partidários.

O estudo em tela diz respeito a dados eleitorais oficiais do TSE e TRE-MS, sendo assim, foi utilizada a estratégia metodológica da pesquisa quali-quantitativa a qual favoreceu uma interpretação analítico-descritiva do desempenho eleitoral do partido, afinal, as abordagens qualitativa e quantitativa não estão em lados opostos, isto é, dentro de suas especificidades e como complementaridade, servem como base de apoio para a análise de dados (FERREIRA, 2015; RICHARDSON, 1989; GODOY, 1995). Nesse sentido, foram feitos os levantamentos dos

dados oficiais, tabulação, cálculos percentuais, construção de gráficos, bem como outros cálculos quantitativos os quais foram analisados qualitativamente no contexto eleitoral e compreendendo o fenômeno político. Estas ações, desde a coleta dos resultados eleitorais até as análises e interpretação dos dados, têm como objetivo ampliar o conhecimento sobre o PT de Dourados relacionando-o à política nacional e estadual.

Os dados eleitorais mostraram quem foram os candidatos que participaram das eleições e para ampliar as análises, este trabalho se propôs em relatar aspectos historiográficos a partir da memória destes candidatos e outras lideranças constituídas, dado que a memória individual, acessada pela história oral, não está dissociada da memória coletiva e nem da memória social (MEIHY, 1994). Enquanto metodologia¹, a história oral, intitulada por Portelli (2017) como a “arte da escuta”, tem como objetivo registrar as vozes de tais testemunhas que não teriam espaços nas fontes tradicionais através de entrevistas, estas que, segundo Ribeiro (2008), “é a técnica mais pertinente quando o pesquisador quer obter informações a respeito do seu objeto” (RIBEIRO, 2008, p. 141). Através da entrevista se pode conhecer os sentimentos e valores dos entrevistados. Além das descrições, por meio da oralidade é possível incorporar novas fontes.

Em suas obras, Portelli (2017) e Branco (2020) apontam os ramos que compõem a história oral: história oral de vida; história oral temática; tradição oral e história oral testemunhal. Neste trabalho, optamos pela história oral temática através de entrevistas semiestruturadas e abertas. Por outro lado, enquanto entrevistador/pesquisador sempre estive ciente que não conseguiria respostas para todas as indagações e que a memória dos entrevistados não daria conta de relatar todos os aspectos pretendidos, entretanto, buscamos através do diálogo trazer à tona as memórias individuais e coletivas dos entrevistados, já que a memória de alguns pode ser a memória de muitos (THOMPSON, 2002).

Entre maio de 2022 e julho de 2023 realizamos vinte e três entrevistas, as quais são trabalhadas analiticamente ao longo do corpo do texto. A primeira foi realizada com Ênio Ribeiro de Souza, um dos ex-presidentes do PT municipal e candidato na eleição de 1988, o qual nos recebeu em sua residência e permitiu a gravação que posteriormente foi transcrita.

¹ A discussão a respeito da História oral enquanto metodologia de pesquisa é discutida no meio acadêmico. Ferreira e Amado (2006) relatam que alguns historiadores a veem como técnica, outros como uma disciplina. Aqueles que vem a história oral como técnica levam em conta os procedimentos técnicos utilizados para gravar entrevistas. Já os que a tratam como disciplina apontam vários problemas principalmente por dizerem que a história oral é construída fora do mundo acadêmico e se apoia apenas em fontes opinativas individuais. Não é objetivo deste trabalho aprofundar esta discussão. Dito isso, trataremos a história oral como metodologia, assim como Alberti (2018); Ferreira (1994; 2002); Portelli (2017); Delgado (2017).

Além desta, as outras entrevistas gravadas se deram com Elias Ishy de Mattos, Elecir Ribeiro Arce, José Laerte Cecílio Tetila e Antonio Leopoldo Van Suypene.

Com o intuito de trazer entendimentos e versões sobre determinados períodos e/ou fatos que marcaram a trajetória do partido, foram realizadas outras entrevistas presenciais não gravadas tanto em Dourados quanto em Campo Grande. Foram vitais para este trabalho as memórias de João Batista dos Santos; Egon Krakhecke; Pedro Alves Ferreira; Etiene Biasotto; Natal Gabriel Ortega; Dirceu Aparecido Longhi; Yara Rigotti; Damião Duque de Farias, João Carlos de Souza e Gilson Magalhães. Ainda, diante da impossibilidade geográfica, entrevistamos por telefone e reuniões online algumas pessoas que participaram da fundação do PT em Dourados, bem como líderes políticos no Mato Grosso do Sul: Luiz Carlos Bonelli; Damarci Olive, Gisele Marques, Pedro César Kemp Gonçalves, Vladimir da Silva Ferreira, Alcides Bartolomeu de Farias e Gomercindo Clóvis Garcia Rodrigues.

Ao abordar o trabalho com fontes históricas, Barros (2020) as define como “tudo aquilo que, por ter sido produzido pelos seres humanos ou por trazer vestígios de suas ações e interferência, pode nos proporcionar um acesso significativo à compreensão do passado humano e de seus desdobramentos no presente” (BARROS, 2020, p. 5). Nesse sentido, além das fontes bibliográficas, dados eleitorais oficiais e fontes orais, esta pesquisa se utilizou das atas partidárias que registraram as eleições dos diretórios e convenções para escolha de candidatos aos pleitos municipais, portais de notícias locais e diários oficiais da prefeitura para identificar o secretariado dos governos Tetila. Ainda, utilizamos fontes encontradas no Centro de Documentação Regional como panfletos de campanha eleitoral, *folders* e exemplares do “jornal Optei” (jornal do partido durante a década de 80). Assim, para responder às questões supracitadas, este trabalho está dividido em três capítulos.

No primeiro capítulo, serão abordados os aspectos que marcaram a política brasileira no final dos anos 70 e os aspectos que marcaram a formação do PT enquanto partido de massas que deu vez e voz para os grupos que o fundaram. Acompanhando estudos mais recentes, dividiremos a trajetória histórica do partido em quatro fases com o objetivo de mostrarmos as transformações partidárias a partir dos resultados eleitorais. Mostraremos que nas eleições presidenciais, Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito em 2002, reeleito em 2006 e influenciou na vitória de sua sucessora em 2010, Dilma Rousseff, primeira mulher a presidir o Brasil. Em 2014, Dilma foi reeleita, porém, em 2016, sofreu um processo de Impeachment e perdeu o mandato. Descreveremos algumas variáveis que colaboraram tanto com o término do governo Dilma quanto à vitória da extrema-direita em 2018. Já nas eleições estaduais e municipais, mostraremos quando e onde o PT mostrou maior crescimento, afinal, nosso intuito é comparar os resultados nacionais com os de Mato Grosso do Sul e Dourados

na tentativa de verificar se os motivos que influenciaram a dinâmica eleitoral nacional se deram no estado e no município.

No segundo capítulo, abordaremos o contexto social e político de Mato Grosso do Sul no final da década de 1970, os grupos que participaram na formação do PT estadual, os principais eventos que marcaram a trajetória histórica e as transformações internas do partido. Evidenciaremos a dinâmica eleitoral neste estado tanto nas eleições estaduais quanto nas municipais e mostraremos que em 1998, o PT elegeu Zeca como governador, este que foi reeleito em 2002 e, desde então, não mais elegeu o líder do poder executivo estadual e apresentou uma diminuição acentuada de votos nas eleições de 2018, isto é, o maior declínio entre todos os estados brasileiros. Quanto às eleições municipais, ressaltaremos que em 2004, o partido atingiu seu número máximo de prefeituras (18) e de vagas no legislativo (133), sendo que o destaque se deu em Dourados, por ser a maior cidade do interior do estado. De forma semelhante às eleições estaduais, a partir de 2008, viveu um relativo declínio até que em 2016 e 2020 não elegeu nenhum prefeito em cidades sul-mato-grossenses.

No terceiro capítulo, descreveremos a formação do PT em Dourados e o protagonismo inicial dos estudantes do antigo Centro Universitário de Dourados (CEUD), atual Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Dividiremos a trajetória histórica em quatro fases tendo como referências os resultados eleitorais, atas partidárias e a memória de seus líderes, bem como abordaremos a organização partidária em cada uma das eleições municipais, o quantitativo de candidatos lançados, as coligações e os resultados obtidos. Ainda, analisaremos os motivos da ascensão eleitoral (1982 a 2004) e o relativo declínio (2008 a 2020). Assim, apresentaremos que em meio a transformações e contradições, o PT apresenta protagonismo na política local, dado que é um dos partidos que mais elegeram prefeitos e o segundo em número de vereadores.

Capítulo 1 – FORMAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E DESEMPENHO ELEITORAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES NO BRASIL: dos movimentos sociais ao Palácio do Planalto

As disputas eleitorais não apenas movimentam as emoções e/ou causam paixões no povo, mas são indispensáveis para a democracia. Como bem descreve Maria D'Alva G. Kinzo, “eleições livres e justas, nas quais os partidos competem por cargos públicos, são um critério crucial para identificar se um sistema político é uma democracia” (KINZO, 2004, p. 1). Argumento semelhante traz Braga (2010) ao apontar que em todos os regimes considerados democráticos, os partidos constituem um dos subsistemas cruciais do sistema político.

No Brasil, não é possível falar em eleições sem abordar partidos políticos. Tal visão é confirmada por Amaral (2013) ao apontar que “há mais de cem anos os estudiosos da política reconhecem a importância e necessidade de partidos para o funcionamento dos regimes democráticos, afinal, é por meio deles que as democracias se estruturam e a competição política se organiza” (AMARAL, 2013, p. 12). Não é objetivo deste trabalho o aprofundamento teórico sobre partidos políticos, porém, recorreremos aos estudos de Viana (2003) para conceituá-los como: “organizações burocráticas que visam à conquista do Estado e buscam legitimar esta luta pelo poder através da ideologia da representação e expressam os interesses de uma ou outra classe, ou fração de classes existentes”² (VIANA, 2003, p. 12).

Os regimes democráticos contemporâneos têm como um dos seus principais requisitos a liberdade de organização partidária (SCHMITT, 2000). No sistema eleitoral brasileiro, desde a Constituição Federal de 1988 há a garantia desta liberdade descrita pelo autor e dentre as agremiações registrados no Tribunal Superior Eleitoral, temos o Partido dos Trabalhadores, que de acordo com o seu estatuto:

É uma associação voluntária de cidadãos e cidadãs que se propõe a lutar por democracia, pluralidade, solidariedade, transformações políticas, sociais, institucionais, econômicas, jurídicas e culturais, destinadas a eliminar a exploração, a dominação, a opressão, a desigualdade, a injustiça e a miséria, com o objetivo de construir o socialismo democrático³.

Este partido que se propõe a lutar contra a exploração e as desigualdades sociais é a agremiação mais estudada pelos cientistas políticos (RIBEIRO, 2009). Com base nas centenas

² Na definição do autor, percebemos que os partidos visam conquistar o poder representando classes específicas e assim o fazem através de ideologias. Porém, em disputas eleitorais, principalmente em eleições majoritárias, não basta apenas conquistar os votos daqueles que se identificam com os seus ideais e sim da maioria dos eleitores.

³ PARTIDO DOS TRABALHADORES. Estatuto do Partido - alterações aprovadas de acordo com as normas estatutárias legais registradas na Ata da reunião do 6.º congresso nacional do PT em 1, 2 e 3 de junho de 2017.

de obras que o abordam, Menegozzo (2017) propõe distribuí-las em oito temas: formação histórica nacional (concentrado nos anos 80); gênese em algumas regiões do país; governos petistas; experiências parlamentares; organização; relação com os movimentos sociais; experiências eleitorais, comunicacional e projeto político. O autor ainda separa as pesquisas em quatro gerações. A primeira, enfatiza a originalidade histórica da agremiação no cenário político brasileiro e inclui, dentre outros, os trabalhos de Keck (1989), Gadotti e Pereira (1989) e Meneguello (1989). Na segunda, a ênfase recai sobre as “ambiguidades” ou “dilemas” da experiência e ideário petistas. Exemplos dessa geração se encontram nos estudos de César (1995), Genro e Souza (2001) e Amaral (2003).

Uma terceira geração se dedicou às práticas e formulações do partido durante o primeiro governo de Lula. Incluem-se as contribuições de Ângelo e Vila (2009), Ribeiro (2008) e Amaral (2010). Ao final do segundo mandato, surge uma quarta geração de estudos, sendo que, as políticas sociais voltadas à população de baixa renda, as transformações partidárias e sua dinâmica eleitoral são alguns dos vários assuntos tratados pelas pesquisas, dentre estas, Miguel e Machado (2007), Singer (2009, 2010; 2012), Santos (2016) e Secco (2018). O presente estudo está enquadrado na quarta geração, pois analisará a dinâmica eleitoral do PT na cidade de Dourados, porém, abordará diferentes temas dentre os citados acima por Menegozzo (2017).

Este capítulo está organizado em duas seções. Na primeira, demonstraremos o contexto social e político durante a ditadura militar enfatizando os anos finais da década de 1970. Analisaremos os grupos sociais que formaram o partido no processo de redemocratização política no Brasil, a organização e os posicionamentos ideológicos enquanto oposição social, as transformações partidárias e os principais fatos ocorridos durante os governos petistas.

Na segunda seção, abordaremos a dinâmica eleitoral do PT no cenário nacional explicitando o protagonismo do partido nas disputas presidenciais, indicaremos os estados que mais elegeram petistas e mostraremos que nas eleições municipais, o partido apresentou a ascensão eleitoral mais prolongada (1982 a 2012), entretanto, após a crise política que culminou como *impeachment* de Dilma Rousseff, sofreu o declínio mais acentuado.

1.1 Trajetória histórica do PT: da formação ao comando do poder executivo

Dentre os trabalhos que abordam o PT, duas contribuições foram e ainda são imprescindíveis para entender a maneira como o partido foi formado e organizado: Meneguello (1989) e Keck (1991). As autoras o descrevem, respectivamente, como uma novidade e uma anomalia. Para Meneguello (1989), a novidade se deu em razão da formação de um partido de

massa⁴, da classe trabalhadora, criado de baixo para cima que deu voz a grupos que se opunham ao regime político no final dos anos 70. Tal história é considerada uma anomalia, justamente por ser diferente de todos os outros partidos criados nos anos 80, afinal, o PT não recebeu o apoio do Estado e foi solidificado nos movimentos sociais e no meio operário industrial e urbano.

Por outro lado, as obras de Secco (2018) e Barros (2022) nos ajudam a entender as mudanças e as formas de organização que o partido foi assumindo desde a sua formação até os governos Lula e Dilma. Secco (2018) divide a história partidária em quatro fases levando em consideração as características e contradições de cada uma delas. De forma semelhante, para descrever os principais fatos que contribuíram com o processo eleitoral do PT, neste trabalho, dividiremos a trajetória histórica em quatro fases.

Na primeira (1978-1982), analisaremos a formação a partir das dimensões política-institucional e dos movimentos sociais reivindicatórios que protagonizaram a luta política organizada pelas massas (MENEGUELLO, 1989).

No início de 1979, a ideia de um partido⁵ que pudesse representar os trabalhadores passou a ser discutida no IX Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e de Material Elétrico do Estado de São Paulo, na cidade de Lins (SP), sob a liderança dos operários do ABC paulista (BARROS, 2022). Diante da crescente repercussão do movimento, no dia 13 de outubro de 1979, no restaurante São Judas Tadeu em São Bernardo do Campo, lideranças emitiram uma carta de princípios citando os objetivos do partido⁶, lançaram oficialmente o movimento pró-PT e aprovaram uma comissão provisória (SECCO, 2018).

A vasta literatura que aborda o PT relata que a oficialização se deu no dia 10 de fevereiro de 1980, no colégio Sion, em São Paulo (SP). Naquele mesmo ano, o partido lançou seu primeiro Estatuto e Programa de Trabalho, este que, segundo Cruz (2017),

⁴ Meneguello (1989) se baseia nos estudos de Maurice Duverger para afirmar que o PT é um partido de massa. Para isso, a autora descreve as características que Duverger (1980, p. 26-31) definiu como sendo as de um partido de massa: “a) origem extraparlamentar; b) organização interna de alta intensidade; c) forte articulação estrutural entre as instâncias partidárias; c) centralização nacional; d) rigorosos requisitos de filiação; e) financiamento compartilhado entre os membros do partido; f) forte doutrinário; g) subordinação dos parlamentares ao partido” (MENEGUELLO, 1989, p. 33 - 34).

⁵ No final dos anos 70 ocorreram vários encontros de sindicalistas insatisfeitos com as imposições dos militares e de luta pela democracia. Naquele evento, cerca de 5 mil sindicalistas se reuniram para a reivindicar autonomia sindical, o fim do imposto sindical, o reconhecimento dos delegados sindicais nas fábricas, a adoção do contrato coletivo de trabalho e o fim da Lei de Greve. A tese aprovada foi do sindicato de Santo André liderado por Benedito Marcílio, membro da CS. Na ocasião, alguns almejavam a refundação do PTB, outro queriam criar o Partido Socialista dos Trabalhadores, ainda, havia a discussão da formação do Partido Popular junto com membros do MDB, porém, foi aprovado nesse congresso a ideia da formação de um partido apenas de trabalhadores que lutasse pelo fim da repressão (BARROS, 2022; SECCO, 2018; ANGELO, 2009).

⁶ Os objetivos da luta do partido seriam: um salário-mínimo real, nacional e unificado; estabilidade no emprego; liberdade e autonomia sindical; direito de greve; anistia que atinja todos os perseguidos do regime. Disponível em [Arquivo histórico - Centro Sérgio Buarque de Holanda \(fpabramo.org.br\)](http://Arquivo histórico - Centro Sérgio Buarque de Holanda (fpabramo.org.br)). Acesso em 21 de agosto de 2022.

“visava a liberdade de organização sindical; fim da legislação de exceção; combate à política salarial: melhores condições de vida; ampla reforma agrária; independência nacional; apoio em defesa aos movimentos de defesa dos direitos das mulheres, negros e índios” (CRUZ, 2017, p. 368). Como demonstra o autor, em sua formação, o PT tinha como objetivo principal a defesa dos direitos dos trabalhadores e dos excluídos e almejava inseri-los na política brasileira. Para isso, na esfera político institucional, foi preciso enfrentar a Ditadura Militar que vigorava no país desde 1964.

Em suas obras, Napolitano (1998), Fico (2004) e Cruz (2010) descrevem que em 25 de agosto de 1961, Jânio Quadros renunciou ao cargo de presidente do Brasil e tomou posse João Goulart (PTB). Segundo Chagas (2014), “o governo de Goulart era caracterizado por um modelo de desenvolvimento econômico nacional-estatista, com algumas visões voltadas para a classe trabalhadora urbana e rural, por meio das chamadas Reformas de Base em setores, como educação, saúde e reforma agrária” (CHAGAS, 2014, p. 36). Propondo um governo de reformas sociais e contando com o apoio de partidos de esquerda, não demorou para a elite brasileira acusá-lo de “comunista”. Eis que no dia 31 de março de 1964, foi instituído um golpe civil-militar que derrubou Goulart e derrotou o projeto político que o líder trabalhista encarnava (REIS FILHO, 2005).

Os militares contaram com o apoio de empresários, da igreja católica, dos governadores de estados e até mesmo dos Estados Unidos da América (EUA)⁷ que incentivaram várias ditaduras no continente americano no contexto político internacional da Guerra Fria contra a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) (FICO, 2014; TEIXEIRA, 2003). Ao consolidarem o golpe que encerrou a experiência democrática iniciada com o fim do Estado Novo, os militares diziam que estavam “salvando” o regime democrático. Ora, como poderiam garantir a democracia se eles acabaram com as eleições diretas para presidente, governador e prefeitos de capitais? Tamanha é a contradição entre o discurso e a prática, dado que os militares reprimiram duramente as lutas populares, mudaram o sistema político e causaram uma ofensiva do regime autoritário contra as organizações de esquerda⁸.

⁷ Maciel (2003) relata que os Estados Unidos, no contexto da guerra fria, passaram a treinar os policiais brasileiros contra possíveis subversões da esquerda. Assim, os Departamentos de Operações e Informações (DOIs) subordinados aos Centro de Operações de Defesa Interna (CODIs), representados pelos policiais e forças militares, praticaram violência extrema no Brasil sendo apoiadas pelos EUA.

⁸ Dentre estas, Montenegro (2011) cita o Partido Comunista Brasileiro, a Organização Revolucionária Marxista-Política Operária, as organizações guerrilheiras VAR-Palmares e POC e a Ação Libertadora Nacional, a qual foi formada sob a direção do ex-deputado constituinte Carlos Marighella e de Joaquim Câmara Ferreira dentre outras. Por outro lado, Ridenti (1990) aborda a luta das mulheres contra a ditadura. Já Maciel (2003) relata especificamente as ações e repressões sofridas pela Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

Através do Ato Institucional n.º 2 de outubro de 1965, o presidente Castello Branco extinguiu os partidos políticos e o cancelamento de seus registros. Meses depois, foram organizadas as duas agremiações que dividiram o cenário político brasileiro nos anos seguintes: Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e Aliança Renovadora Nacional (Arena). Este se tornou o partido do governo e aquele assumiu o papel de partido de oposição. Nesse sentido, podemos citar outra contradição do governo. A justificativa da instauração do bipartidarismo se dava pelo fato de países democráticos como Inglaterra e EUA serem bipartidários, porém, como bem aponta Schmitt (2000), “nestes, o bipartidarismo era resultado da sedimentação das preferências eleitorais ao longo do tempo. Já no Brasil, foi artificial, compulsório e instituído de cima para baixo” (SCHMITT, 2000, p. 32).

Diante de tais ações, diversos grupos se organizaram e decidiram pelo enfrentamento aos militares, porém, durante o governo do general Emílio Médici, quem ousou enfrentá-los vivenciou um duro momento de repressão. A nação estava submetida ao AI-5, este que proibiu o *habeas corpus*, a liberdade de expressão e decretou uma férrea censura prévia à imprensa e demais manifestações políticas e quem cometesse crimes contra a Segurança Nacional seriam julgados pela justiça militar (SILVA SCHARF, 2013; CENTENO, 2014; MACIEL, 2003). Alguns foram torturados, outros obrigados a deixarem o país. Uns enfrentaram o regime através da luta armada⁹, enquanto outros pagaram com a própria vida como Carlos Lamarca e Carlos Marighella, líder da ALN que foi assassinado por agentes do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS)¹⁰.

Os membros das organizações de enfrentamento aos militares não foram os únicos a sofrerem. Setores da arte e da cultura foram atacados através da censura, assim, vários artistas e intelectuais foram exilados¹¹ (CRUZ, 2010; REIMÃO, 2014; QUINALHA, 2020). Contudo, o governo negava seus atos de terror naqueles anos conhecidos como “anos de chumbo”¹² e

⁹ Os opositores ao governo chegaram a realizar alguns sequestros políticos como Ehrenfried Von Holleben da Alemanha, o qual foi sequestrado por membros da ALN e da VPR. Inclusive, alguns nomes de destaque da política nacional participaram de enfrentamentos, dentre estes, o autor cita Dilma Rousseff, a qual lutou na Organização Revolucionária Marxista Política Operária (POLOP).

¹⁰ Fico (2019) ressalta que “a eficácia da repressão se deu não só à sua violência, como também à montagem de um complexo sistema de espionagem liderado pelo temido Serviço Nacional de Informações (SNI)” (FICO apud BACHA, 2019, p. 162).

¹¹ Segundo Ridenti (2018), “o trabalho dos censores estava sobretudo no âmbito do Ministério da Justiça e da Polícia Federal. Em 1978, segundo o relatório da Divisão de Censura de Diversões Públicas, havia 45 técnicos censores e 36 servidores na parte administrativa, que naquele ano proibiram na íntegra: 24 filmes, 79 peças de teatro, 462 letras de canções, 40 materiais de publicidade, 1.231 fotografias e cartazes. A Divisão de Censura de Diversões Públicas apreendeu ainda 226.641 exemplares de livros e 9.494 de revistas” (RIDENTI, 2018, p. 88).

¹² Cordeiro (2009) relata que “anos de chumbo” foi uma expressão usada para descrever a situação pela qual passavam alguns países nos anos 70. Afinal, o “chumbo” pode fazer referência tanto a algo pesado e difícil de

procurava passar a imagem de que o país vivia um progresso econômico, tanto é que, em 1971, instituiu o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento gerando grande crescimento do PIB. Durante o governo Médici (1969 a 1974) a economia estava aquecida e o povo melhorou seu poder de compra (GENTILI, 2004).

Após anos do desenvolvimento industrial intitulado pelos militares por “milagre econômico”, a partir de 1973, ocorreu uma crise em razão do aumento no preço do petróleo que estancou o crescimento econômico, aumentou a dívida externa, afetou o desenvolvimento do setor automobilístico e, conseqüentemente, o transporte urbano e comercial. Assim, as desigualdades sociais que o “milagre” produziu, mas tentava esconder, ficaram evidentes (MALAN, 2019). Por outro lado, o autor retrata que a população urbana cresceu de forma exponencial nas décadas de 60 e 70 crescendo em média 5% ao ano.

A classe trabalhadora foi diretamente afetada. Pinheiro Junior (2006) aponta que “as rendas mais baixas do proletariado brasileiro não obtiveram reposições proporcionais ao aumento do custo de vida no mesmo período e sustentaram a lucratividade dos investimentos” (PINHEIRO JUNIOR, 2006, p. 19). Além de salários desvalorizados, a população urbana sofria com a falta de políticas públicas¹³. Este autor ainda ressalta que tal crise foi responsável não apenas pelo fim do crescimento econômico, mas também pela recessão vivida no Brasil nas décadas seguintes. A crise mostrou o processo contraditório de desenvolvimento pregado pelos militares, enquanto as classes média e alta aumentaram o poder de consumo de produtos industriais, a classe trabalhadora não tinha acesso ao que ela produzia através da exploração.

Em 1974, ao tomar posse, o general Ernesto Geisel prometeu distensão lenta, gradual e segura. Era um plano para o início da transição para a democracia, porém, a ênfase estava no ‘lenta’ (BARROS, 2022). O governo tinha como projeto a abertura política, mas não necessariamente tirar os militares e seus aliados do poder, porém, o MDB ganhou forças nas eleições de 1974 e no ano seguinte, surgiram manifestações como a Campanha da Anistia, liderada por mulheres e mãe de exilados, presos políticos e desaparecidos (BACHA, 2019).

Nos anos finais da década, diante da implantação de legislações autoritárias como o “pacote de abril-decreto-lei n.º 1.541/1977”, onde o presidente instituiu os senadores biônicos

suportar, como remeter às balas de revólver e metralhadoras. No Brasil o termo “anos de chumbo” descreve um período específico do regime militar.

¹³ O descaso com os mais pobres é evidenciado pelo autor ao citar que entre os anos 1961 e 63, o país possuía 27 milhões de pessoas consideradas “desnutridas” (38% sobre o total da população); já em 1974/75 – apesar das altíssimas taxas de desenvolvimento econômico registradas pelo Brasil, os “desnutridos” eram 71 milhões de pessoas (ou 67% da população brasileira). Já a renda nacional estava dividida da seguinte maneira em 1960: camadas pobres, 17,4% do total; médias, 27,4%; ricos, 54,8%; enquanto no ano de 1976 os números eram: pobres, 13,1%; médios, 21,7%; ricos, 65,2% (PINHEIRO JUNIOR, 2006, p. 20).

e modificou a composição da Câmara dos Deputados, com apenas duas opções de votos, cresceram os movimentos em favor da possibilidade de outros partidos. Em resposta, o governo editou outros decretos como a emenda constitucional n.º 11 de abril de 1978, esta que balizou a organização e o funcionamento dos partidos políticos e teve como objetivo enfraquecer a oposição separando-a em diversos partidos e permanecer com o regime através do predomínio do partido governista (MOTTA, 2008; KECK, 1991).

Entretanto, em 1979, o general João Figueiredo tomou posse como presidente, promulgou a Lei n.º 6.683/79 (Lei de anistia) e introduziu modificações na Lei Orgânica dos Partidos Políticos (Lei n.º 5.682/71) através da Lei n.º 6.767/79. Chegava ao fim o bipartidarismo e todas as organizações políticas deveriam utilizar o termo ‘partido’ (BACHA, 2019). A ARENA mudou a sua nomenclatura para Partido Democrático Social (PDS) e o MDB se transformou em Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

Nesse contexto, reascenderam as lutas dos movimentos sociais populares¹⁴. No final dos 70, os militares não puderam conter os setores progressistas e os movimentos reivindicatórios. Dentre estes, Sader (1987) e Ribeiro (2008) citam as experiências dos trabalhadores da grande São Paulo e a organização do “novo sindicalismo”. Santos (2010), a atuação do movimento estudantil na USP. Ferreira (2020) analisa as ações dos exilados políticos que retornaram ao Brasil. Já Gouveia (2006), as campanhas ligadas aos católicos progressistas. Em meio a diversidade de ideias, esses grupos se uniram na formação de um partido político.

Vale lembrar que outros partidos foram formados no final da década de 1970 e início dos anos 80¹⁵, porém, Meneguello (1989) aponta que:

O PT configurou-se como uma novidade político institucional quanto à origem, organização e proposta. É um partido de origem externa, extraparlamentar, de caráter societário; apresenta uma proposta definida de inserção da classe trabalhadora no sistema político; sua estrutura interna fundamenta-se em núcleos de base, órgãos básicos de trabalho e integração partidária; seu funcionamento interno define-se pela intensa articulação entre os órgãos estabelecidos de forma hierárquica (MENEGUELLO, 1989, p. 36).

¹⁴ Gohn (2000) conceitua movimentos sociais como “ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais que politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base” (GOHN, 2000, p. 13).

¹⁵ De acordo com Rocha (2021), no início do multipartidarismo, surgiram no Brasil novos partidos. Dentre estes: PDS, o qual copiou as estruturas da ARENA sendo o partido do governo; PMDB, sucessor do MDB; Partido Popular (PP), o qual se fundiu com o PMDB; Partido Democrático Trabalhista (PDT) liderado por Leonel Brizola; Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) o qual representava o grupo ligado a família de Getúlio Vargas.

Essa novidade em forma de partido político se deu a partir da junção de diferentes grupos políticos organizados em uma proposta de esquerda. É consenso na literatura política que o partido uniu: intelectuais moderados, militantes políticos de esquerda de outros partidos, exilados políticos que retornavam para o Brasil, líderes de sindicatos, movimento estudantil, além de militantes das comunidades de base da igreja católica, ou seja, estes grupos foram os responsáveis pela formação do partido dos trabalhadores (MENEGUELLO, 1989; KECK, 1991; BARROS, 2022; SECCO, 2018; RIBEIRO, 2008; AMARAL, 2010).

Dentre estes grupos, os autores destacam o novo sindicalismo¹⁶ e enfatizam que o PT teve seu início, em 1978, nos movimentos grevistas no ABC paulista que lutavam contra os baixos salários e ameaças de demissões. Tais greves “causaram desconforto ao Estado que em várias situações, através da força, levaram à prisão alguns grevistas, dentre eles, Lula, líder do movimento, o qual declarou que a organização da classe operária num partido era só questão de tempo” (SECCO, 2018, p. 40). Os sindicalistas lutavam pelos interesses dos trabalhadores e almejavam a redemocratização. Segundo Barros (2022) “ao longo das jornadas grevistas de 1978 a 1980, São Bernardo se tornou o centro de peregrinação para a oposição à ditadura e sobretudo, para a esquerda brasileira” (BARROS, 2022, p. 50). Tamanha foi a importância desse grupo na formação do PT, que o autor os chamou de “República de São Bernardo”.

Ribeiro (2008) cita que “de todos os setores, os petistas ligados às secretarias sindicais sempre tiveram privilégios na estrutura partidária. Inclusive, no regimento de 1984, os núcleos sindicalistas tinham status de superioridade” (RIBEIRO, 2008, p. 161). Já Secco (2018) aponta que “em 1980, metade dos membros das comissões provisórias era sindicalista. Em 1982, entre os 38 candidatos do PT paulista à Câmara dos Deputados, sete eram operários e dos 67 à Assembleia Legislativa, 22 (33%) representavam tal grupo” (SECCO, 2018, p. 69). Vários líderes petistas vieram do movimento sindical, dentre estes, Gilson Menezes, José Cicote, Henos Amorina, Paulo Skromov, Jacó Bittar, Djalma Bom e Devanir Ribeiro. Alguns, como Olívio Dutra e Lula, chegaram a presidir o partido.

De acordo com Meneguello (1989), as principais mobilizações para a formação do PT se deram no estado de São Paulo, coração do sistema produtivo brasileiro através da indústria automobilística, mas se espalhou para outras regiões do Brasil e outros setores que sofriam com o arrocho salarial, ou seja, o início do partido não se deu apenas com os metalúrgicos, na base

¹⁶ Tais movimentos eram chamados de novo sindicalismo em razão de que, no contexto político da década de 1970, os sindicatos eram “burocratizados, com forte ligação com o Estado e com amplas possibilidades de intervenção do governo na vida sindical” (BARROS, 2022, p. 40). O autor ainda salienta que tal modelo foi estabelecido por Vargas e, durante a ditadura, os militares controlavam de forma sistemática os sindicatos.

social de recrutamento político havia petroleiros, funcionários públicos, professores, bancários, pequenos proprietários, trabalhadores rurais sem-terra e empregados do comércio. Diante da participação e união de profissionais de várias áreas, o PT não nasceu para representar apenas os operários metalúrgicos, mas todos os trabalhadores brasileiros.

Outro grupo que recebe destaque nas obras que tratam do PT são os católicos progressistas, dentre estes, Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Pastoral Operária (PO), Juventude Operária Católica (JOC), Ação Católica Operária (ACO) e, principalmente a atuação das comunidades eclesiais de bases, CEBs¹⁷. Em 1964, a igreja católica apoiou o golpe que instituiu a ditadura militar, porém, diante das torturas e mortes provocadas pelos excessos violentos do regime e da quebra da promessa de uma breve intervenção política, a igreja rompeu com o governo, inclusive, logo no início os anos 70, o próprio Papa Paulo VI condenou a tortura no Brasil (PINHEIRO e JUNIOR, 2006).

Os estudos de Barbosa (2007), dentre outros, aponta que os católicos progressistas serviram de proteção aos perseguidos pelo regime militar, amenizavam o sofrimento daqueles que estavam à margem da sociedade nas periferias das cidades e incentivavam diversos movimentos sociais¹⁸. Através de suas ações, as CEBs chegavam aonde os políticos não compareciam. Barros (2022) ressalta o clube de mães, ensino de catequese, movimentos de bairro e cita que “os sacerdotes leigos conviviam no meio do povo procurando entender suas dificuldades e buscando sanar os problemas sociais” (BARROS, 2022, p. 10).

No mesmo sentido, Keck (1991) ressalta que “as CEBs promoveram valores centrais como a autonomia e a auto-organização e cuja imagem prototípica era a “caminhada”, a longa marcha do povo de Deus em direção a uma sociedade mais justa e/ou ao reino de Deus” (KECK, 1991, p. 10). Dito isso, é perceptível que as ações da esquerda católica eram fundamentadas no cristianismo e tinham o objetivo de promover uma sociedade mais justa. Os católicos militantes

¹⁷ Barbosa (2017) enfatiza que “em 1972, foi criado o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), o qual ajudou o povo indígena na sua organização, na defesa legal de suas terras, denunciando o avanço do latifúndio e o apoio cúmplice da FUNAI aos interesses do grande capital, estrangeiro ou nacional. (...) Em 1975 foi criada a Comissão Pastoral da Terra (CPT) cuja atuação de início restrita à defesa dos posseiros da Amazônia, pouco a pouco, foi se estendendo a todo o país, na defesa dos arrendatários e meeiros nordestinos, pequenos proprietários no sul do Brasil e boias-frias e assalariados ligados à terra. (...) Já a Pastoral Operária (PO) foi organizada nos bairros, depois nas cidades, nas dioceses, chegou a se estruturar em nível de Estado e a nível nacional. Foi por meio da PO que os operários católicos começaram a aprofundar seus conhecimentos sobre leis trabalhistas, sobre sindicatos e estrutura sindical, a se organizarem para exigir seus direitos, a lutarem para livrar os sindicatos de trabalhadores dos chamados pelegos sindicais, por meio da criação das oposições sindicais” (BARBOSA, 2017, p. 68-69).

¹⁸ Segundo Barboza (2017), “a origem das CEBs está vinculada à renovação promovida pelo Concílio Vaticano II e pelo Plano de Pastoral de Conjunto. Lançadas pela Igreja Católica em fins da década de 1950, em Natal, Rio Grande do Norte, tendo sofrido considerável impulso após a realização, na Colômbia, do II Encontro do Episcopado Latino-Americano, em 1968” (BARBOSA, 2017, p. 109).

da Teologia da Libertação¹⁹ levaram essa crença para o interior do PT, afinal, havia uma relação sinônima de objetivos entre o partido e as CEBs. Liderados por Leonardo Boff, Frei Betto e outros religiosos, além do trabalho social, as CEBs tinham potencial político, tanto é que muitos líderes do partido vieram destas comunidades, dentre estes: Gilberto de Carvalho, assessor de Lula; Patrus Ananias, ex-governador de Minas Gerais; Marina Silva e Benedita da Silva, estas que anos depois se tornaram protestantes, além de Chico Alencar, Olívio Dutra e Plínio de Arruda Sampaio.

Quanto ao grupo dos intelectuais, dentre estes, estavam Mário Pedrosa, advogado exilado que, ao voltar para o Brasil, ajudou na formação do partido tendo a carteira n.º 1 de filiação; Paulo Freire²⁰, que também voltou do exílio no final daquela década; Marilena Chauí, professora e socióloga; Sérgio Buarque de Holanda, sociólogo e escritor²¹; Florestan Fernandes, sociólogo e professor da USP aposentado compulsoriamente pela ditadura militar e que retornou ao Brasil no final dos anos 70. Anos depois, Florestan se tornou deputado federal em dois pleitos. Segundo Margaret Keck:

Os intelectuais desempenharam um importante papel na oposição antiautoritária. Em São Paulo, trabalhando em institutos de pesquisas como o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, CEBRAP, e mais tarde o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, CEDEC, e o Instituto de Estudos Sociais e Políticos, IDESP, assumiram como seu encargo o papel de curadores do debate político no Brasil, apesar do fato de não haver praticamente nenhum espaço público onde ele pudesse ter lugar. Estes intelectuais tentaram reconstruir o discurso verbal e escrito da sociedade sobre si mesma e, ao mesmo tempo, desempenhar um papel no trabalho de moldar, fundindo-as às forças que se opunham ao regime militar (KECK, 1991, p. 59).

Outro grupo citado pela maioria dos estudiosos, trata-se dos políticos que migraram de outros partidos, principalmente do MDB. Estes não foram muitos, mas pela experiência que já possuíam nos mandatos eleitorais, foram importantes ao dividirem suas experiências na organização e nas eleições de 1982. Barros (2022) aponta que no final dos anos 70, a esquerda

¹⁹ Segundo Barbosa (2017): “a Teologia da Libertação é um movimento teológico genuinamente latino-americano, por consistir no primeiro movimento teológico nascido na América Latina. Antes desse movimento, a teologia era elaborada na Europa ou América do Norte e daí exportada para o resto do globo, do centro para a periferia. A Teologia da Libertação subverte esta ordem, pois, nascendo na periferia do Capitalismo, ou seja, em países capitalistas subdesenvolvidos, contribui para um repensar político-filosófico da Igreja Católica Mundial, no final dos anos 1960 e início dos anos 1970 (BARBOSA, 2017, p. 88).

²⁰ O educador e filósofo pernambucano Paulo Freire (1921-1997) passou a ser reconhecido como patrono da educação brasileira. É o que estabelece a Lei nº 12.612, do dia 13 último. Freire dedicou grande parte de sua vida à alfabetização e à educação da população pobre. Disponível em [Paulo Freire é declarado o patrono da educação brasileira - MEC](#). Acesso em 10 de novembro de 2023.

²¹ A Fundação Perseu Abramo, por meio do Centro Sérgio Buarque de Holanda (CSBH), tem sob sua guarda registros de uma das experiências mais importantes da classe trabalhadora na história recente do Brasil. O CSBH é responsável pelo tratamento e disponibilização do arquivo histórico do PT e de outros arquivos a ele relacionados, bem como pelo fomento à pesquisa e à reflexão sobre a história do partido e da classe trabalhadora. Disponível em [Página Inicial - Centro Sérgio Buarque de Holanda \(fpabramo.org.br\)](#). Acesso em 2 de junho de 2022.

progressista do PMDB tentou se juntar aos metalúrgicos do ABC visando a formação de um Partido Popular, porém, as divergências políticas e a disputa por espaços de poder fizeram com que a ideia não prosperasse. A maioria continuou no PMDB e outros migraram para o PT, dentre estes, Edson Khair (RJ), Luiz Antônio Cechinel (SC), Evandro Carreira (AM), Henrique Santilho (GO), Eduardo Suplicy (SP) e Antônio Carlos de Oliveira (MS), este que foi o primeiro candidato petista ao governo de Mato Grosso do Sul, conforme veremos no próximo capítulo.

Além dos já citados, os exilados e/ou os que lutaram contra a ditadura militar, também participaram de forma ativa no início do partido. Reis (2007) relata que

Tomaram parte na iniciativa grupos revolucionários trotskistas, entre estes, a Convergência Socialista, além de grupos remanescentes de organizações que haviam participado da luta contra a ditadura militar: Ala Vermelha do Partido Comunista do Brasil/Ala-PC do B, Ação Libertadora Nacional/ALN, Ação Popular Marxista-Leninista/AP-ML, Partido Comunista Brasileiro Revolucionário/PCBR, Movimento de Emancipação do Proletariado/MEP, todos ingressaram nas articulações que deram origem ao PT (REIS, 2007, p. 2).

Percebe-se a diversidade dos grupos formados pelos ex-combatentes da ditadura. Dentre os citados pelo autor, segundo Ribeiro (2008), “a Ala Vermelha do PC do B se organizou em torno de militantes experientes, alguns egressos das Ligas Camponesas e com passagens pela China e pela antiga União Soviética” (RIBEIRO, 2008, p. 215). Já Mariano (2019) aponta o protagonismo da Convergência Socialista (CS) ao relatar que

A organização teve seu início em um grupo trotskista, com vários de seus militantes saídos da antiga organização conhecida como Liga Operária. Liderados por José Maria de Almeida, atuava nos dois setores mais combativos e dinâmicos que lutavam contra a ditadura. Naquele momento e propunha a construção de um partido operário, que a princípio deveria ser um partido socialista de massa (MARIANO, 2019, p. 95).

A CS foi uma das correntes de esquerda mais atuantes no PT, desde a fundação até sua expulsão do partido em 1992, em razão de conflitos internos. Deixou de existir em 1994, quando seus membros passaram a integrar o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU).

Em suma, o Partido dos Trabalhadores foi um produto da afluência de diversos atores organizados na sociedade, sendo que esta diversidade pode ser notada “nos núcleos de bases, nos grupos setoriais, nos cargos informais de suas executivas, nos quais estavam alguns dos reflexos dessa peculiaridade” (RIBEIRO, 2008, p. 278). Estes grupos diferentes organizados no interior do partido eram chamados de “Tendências”. Por mais que o direito de tendências foi regulamentado em 1990, elas sempre existiram no partido. Algumas foram consideradas de

esquerda, outras de centro-esquerda, algumas de centro-direita e até mesmo de direita. Cada uma lutando por espaços e poder²² (SECCO, 2018).

O tema das tendências não é o foco deste trabalho, mas não podemos desconsiderá-lo, afinal, estas foram um dos principais meios do exercício da democracia interna, debates, nas escolhas de diretórios e aprovação de resoluções. Dentre as principais, Lopes (2009) cita: “O Trabalho”, conhecida pelo nome de Libelu (Liberdade e Luta); Organização Socialista Internacional (OSI); Causa Operária (CO); Convergência Socialista (CS); Democracia Socialista (DS); Organização Comunista Marxista Leninista – Política Operária (OCML - PO), conhecida como Nova Polop, porém, ressalta que a Articulação era a maior tendência do PT²³.

Além dos grupos já enfatizados, Barros (2022) cita outros movimentos: estudantil, sem-terra, mulheres, LGBTQIAPN+, negro e outros. Com todos aglutinados, entre erros e acertos, disputas e alianças, o PT foi formado e se espalhou pelo Brasil. Porém, em cada estado e cidade brasileira a formação se deu de forma diferente com o protagonismo de grupos específicos (SECCO, 2018). Quanto ao Mato Grosso do Sul e de forma específica a Dourados, o destaque na formação partidária se deu através da união de trabalhadores e do movimento estudantil, conforme detalharemos nos capítulos 2 e 3.

Nos anos iniciais da década de 1980, alguns momentos foram expressivos na construção histórica do partido. Na 1ª Convenção Nacional (Brasília/DF - 27/09/1981) foi aprovado o Estatuto e ocorreu a eleição do 1.º Diretório Nacional, sendo que Lula foi eleito como primeiro presidente. Nesse encontro, ficou claro a preocupação de não confundir sindicalismo com a luta partidária, bem como dar apoio a construção da CUT, a Reforma Agrária e os movimentos de mulheres, negros e indígenas. Já no 2.º Encontro Nacional (São Paulo/SP - 27 e 28/03/1982), o partido instituiu o lema da Campanha daquele ano, “Trabalho, Terra e Liberdade” e reafirmou a necessidade da luta pelo socialismo através da participação popular em plebiscitos, assembleias populares e conselhos de moradores. Ficou estabelecido que o parlamentar petista deveria doar 30% do seu salário para o partido.

²² Tendências de Esquerda e seus principais líderes: MTM (Ronald Rocha e Artur Scavone; Força Socialista (Ivan Valente); Brasil Socialista (Bruno Maranhão); O Trabalho (...); Causa Operária (Rui Costa Pimenta); Convergência Socialista (José Maria de Almeida). Tendências de Centro-Esquerda: DS (Raul Pont); DR (José Genoíno)VS (Eduardo Jorge); AE (Valter Pomar). Tendências de Centro: Articulação (Lula e José Dirceu); Movimento PT (Arlindo Chinaglia e Maria do Rosário); PTLM (Família Tatto); Mensagem (Tarso Genro). Tendências de Direita: PT Vivo (Pedro Dallari). SECCO, Lincoln. **A história do PT/Lincoln Secco**. – Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2018.

²³ Segundo Lopes (2009): “Vinculam-se à Articulação Luís Inácio da Silva (Lula); José Dirceu; Olívio Dutra; Luís Gushiken; Jair Meneguelli; Aloizio Mercadante; Plínio de Arruda Sampaio. Reúne também, militantes não mais vinculados a grupos organizados: sindicalistas autênticos, cristãos, intelectuais e militantes de esquerda independentes, bem como ex-militantes da esquerda organizada” (LOPES, 2009, p. 52).

Em 1982, já organizado em todas as regiões brasileiras, mesmo tendo consciência das dificuldades que teria ao enfrentar partidos tradicionais, Silva (2009) aponta que “o PT pretendia utilizar a campanha para fortalecer sua estrutura orgânica, incorporar novos filiados, formar núcleos e implantar-se em áreas onde sua organização estava debilitada ou não existia” (SILVA apud ANGELO e VILLA 2009, p. 19). Em maio daquele ano, foi criado o Comitê Eleitoral Unificado (CEU) com o objetivo de centralizar a distribuição das finanças para todos tivessem igualdade no acesso aos recursos com prioridade aos candidatos majoritários (MENEGUELLO, 1989).

De acordo com os estudos de Carvalho (2006) e Baqueiro (2004), a maioria dos candidatos petistas eram trabalhadores, sindicalistas e inexperientes em aspectos eleitorais, além disso, o partido quase não era conhecido pelos eleitores. Nesse passo, o PT conseguiu uma baixa votação diante da expectativa de seus dirigentes e elegeu oito deputados federais, 12 estaduais, 117 vereadores e dois prefeitos. Tais resultados frustraram os petistas. Alguns até deixaram o partido, todavia, por mais que os resultados eleitorais não foram bons, outros partidos de oposição, principalmente o PMDB, tiveram bons resultados contra o governo. Era a confirmação que a maioria dos brasileiros queria o fim da ditadura.

Baseado em Secco (2018), intitulamos a segunda fase como “oposição Social (1984-1989)”. Nesta, relataremos como o partido se comportou no movimento “Diretas Já”, na elaboração da Constituição de 1988, as primeiras decisões nos encontros nacionais e algumas contradições que foram explícitas ao longo dos anos 80.

Além da preocupação em estabelecer estratégias e regulamentos, o PT participou ativamente de um movimento popular que reivindicava eleições diretas para presidente do Brasil, conhecido como “Diretas Já”. O partido não foi o único idealizador e nem o primeiro, mas foi fundamental no processo de mobilização social (MARQUES, 2005; CRUZ, 2017; BARROS, 2022)²⁴. Mesmo com as ruas tomadas por populares, em janeiro de 1984 a emenda Dante de Oliveira que estabelecia eleições diretas para presidente não foi aprovada, nesse passo, a eleição presidencial ocorreria de forma indireta²⁵ (DELGADO, 2007).

Durante o movimento, entre os dias 6 a 8 de abril de 1984, em São Bernardo do Campo (SP), aconteceu o 3.º Encontro Nacional do PT. Neste, o partido definiu suas principais

²⁴ Segundo Secco (2018) “o movimento de ‘Diretas Já’ que visava eleições diretas para presidente do Brasil foi capitaneado pelo PMDB e começou em 15 de junho de 1983 em Goiânia” (SECCO, 2018, p. 113). O autor ainda aponta a participação do PC do B e do PT.

²⁵ Segundo o autor, “foram 298 votos a favor, 65 contra, 113 deputados ausentes e 3 abstenções. Faltaram 22 votos para alcançar o quórum de 2/3 estabelecido para aprovação de emendas constitucionais” (DELGADO, 2007, p. 1).

estratégias de crescimento²⁶, decidiu se opor à candidatura de Tancredo Neves e posição contrária ao Colégio Eleitoral. Já nos dias 12 e 13 de janeiro de 1985, ocorreu um Encontro Nacional Extraordinário em Diadema (SP), onde o partido avaliou de forma positiva seu isolamento político em não participar daquela eleição. Dias depois, Tancredo foi eleito no colégio eleitoral recebendo 400 votos contra 180 de Paulo Maluf (PDS) e 26 abstenções, sendo a maioria destas dos deputados do PT, porém, três deputados petistas votaram a favor de Tancredo e foram expulsos do partido²⁷ (SECCO, 2018). Apesar de eleito, Tancredo Neves morreu antes de tomar posse, assim, José Sarney (PMDB) assumiu a presidência.

Na segunda metade dos anos 80, o PT realizou seu 4.º Encontro Nacional em São Paulo (SP) entre os dias 30 de maio a 1.º de junho de 1986. O partido organizou a campanha eleitoral daquele ano, a qual escolheria os deputados constituintes. Após o resultado das urnas, o PT participou da Assembleia Constituinte representado por 16 deputados federais²⁸. Ao longo de 583 dias, os parlamentares petistas lutaram por uma constituição democrática recolhendo assinaturas através de seus militantes e na apresentação das emendas (BARROS, 2022). Fazer pressão popular foi a estratégia do partido diante do fato de ter poucos deputados, dado que as principais decisões caberiam às maiorias representadas pela elite política.

O 5.º Encontro Nacional ocorreu em Brasília (DF), entre os dias 4 a 6 de dezembro de 1987. O partido lançou a candidatura de Lula a presidente na eleição de 1989, houve a primeira regulamentação de Tendências, foram planejadas as estratégias para construir o socialismo através da democracia popular e definiram quem seriam as alianças eleitorais nas eleições municipais de 1988. No encontro, Olívio Dutra foi eleito presidente do partido, o qual permaneceu até o ano seguinte sendo substituído por Luiz Gushiken²⁹.

Em setembro de 1988 foi aprovada a nova constituição garantindo vários direitos sociais e gerando uma base jurídica para a formalidade da democracia, porém, manteve a tutela militar

²⁶ No 3.º Encontro foram lançadas as metas: consolidar o PT como partido de massas; formar núcleos em todo o Brasil; formar militantes para as lutas de massa; organizar a atuação parlamentar; aprimorar as finanças do Partido; apoiar as greves; lutar por eleições gerais. Disponível em [Acervo histórico - Centro Sérgio Buarque de Holanda \(fpabramo.org.br\)](http://Acervo histórico - Centro Sérgio Buarque de Holanda (fpabramo.org.br)). Acesso em 27 de dezembro de 2022.

²⁷ Airtton Soares, Bete Mendes e José Eudes votaram em Tancredo no Colégio Eleitoral e saíram do partido.

²⁸ Benedita Souza da Silva Santos (RJ), Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho (SP), Florestan Fernandes (SP), Gumerindo de Souza Milhomen Neto (SP), Irma Rosseto Passoni (SP), João Paulo Pires de Vasconcelos (MG), José Genoíno Neto (SP), Luiz Gushiken (SP), Luiz Inácio Lula da Silva (SP), Olívio de Oliveira Dutra (RS), Paulo Gabriel Godinho Delgado (MG), Paulo Renato Paim (RS), Plínio Soares de Arruda Sampaio (SP), Virgílio Guimarães de Paula (MG), Vitor Buaiz (ES) e Vladimir Gracindo Soares Palmeira (RJ).

²⁹ Secco (2018) chama atenção ao V Encontro Nacional do partido dizendo que este foi considerado com um dos mais empolgantes e importantes encontros da história do partido, afinal, segundo o autor, “o encontro afirmou pela primeira vez de forma oficial como estratégia para o socialismo a constituição dos trabalhadores em classes hegemônicas e dominante no poder de Estado” (SECCO, 2018, p. 122).

sobre o poder civil (GALIZA, 2016). Por considerar o documento excessivamente conservador, os parlamentares petistas assinaram, mas votaram contra (SARMENTO, 2009). Assim como fez na eleição de Tancredo Neves, mais uma vez o PT tomou a decisão de não seguir os demais partidos. Para Barros (2022), votar contra a Constituição foi um erro, afinal, anos depois o partido se portou como um defensor da carta magna, porém, muitas vezes foi acusado pelos adversários de ser contraditório ao defender algo que votou contra (BARROS, 2022).

Ainda em 1988, o partido disputou as eleições municipais e elegeu 36 prefeitos, inclusive em três capitais: São Paulo (SP), Porto Alegre (RS) e Vitória (ES). Os resultados, principalmente por ter conquistado a prefeitura da maior capital do país, empolgaram os petistas e diante da expectativa de crescimento, aconteceu em São Paulo (SP), de 16 a 18 de junho de 1989, o 6.º Encontro Nacional com a missão de organizar o plano de governo da candidatura de Lula. Naquele pleito, 22 candidatos se colocaram à disposição do eleitorado. Lula representou a coligação “Frente Brasil Popular – PT, PSB e PC do B” e foi derrotado no segundo turno por Fernando Collor de Mello (PRN). O partido que surgiu como uma “novidade”, ao longo dos anos 80 foi se constituindo como referência de oposição social e praticamente conquistou o posto de maior partido de esquerda do Brasil. Contudo, o destaque eleitoral e os primeiros mandatos trouxeram alguns desafios e contradições nos anos 90, como veremos a seguir.

Na terceira fase, a qual Secco (2018) intitulou como “oposição parlamentar (1990-2002)”, abordaremos as transformações do PT, bem como seu comportamento frente ao Impeachment de Collor e aos governos de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso.

Após a derrota na primeira eleição presidencial, o partido se reuniu para o 7.º Encontro Nacional (São Paulo/SP – 31 de maio a 3 de junho de 1990) na tentativa de se reorganizar através da democracia interna e da formação política de seus militantes. Nesse encontro, foi definitivamente regulamentado o direito de tendências, bem como a criação da Associação Internacional das esquerdas da América Latina, conhecida como Fórum de São Paulo. Lula voltou a presidir o PT e ficou decidido que a direção nacional deveria convocar o 1.º Congresso Nacional. A partir de 1991, nos encontros seriam traçadas as deliberações táticas, enquanto nos Congressos, as estratégias de organização partidária.

No 1.º Congresso Nacional (São Bernardo do Campo – 27 de novembro a 1.º de dezembro de 1991), o PT enfrentava os desafios de um partido que defendia o socialismo diante da queda do muro de Berlim, em 1989, e o fim da URSS. Na ocasião, retomou-se o conceito de socialismo petista sendo contra qualquer ditadura e defendendo uma

esquerda democrática³⁰, além disso, foi decidido a reserva de 30% dos cargos de direção para as mulheres”. Contudo, Secco (2018) e Barros (2022) enfatizam que o evento deixou muitos ressentimentos entre os militantes, afinal, tendências como a Articulação e a Nova Esquerda já propunham uma virada do partido em direção do centro político.

O partido seguiu fazendo oposição ao governo Collor. Em 1992, após o processo de *impeachment*, Collor perdeu o mandato e o vice, Itamar Franco, assumiu a presidência. Neste processo, de acordo com Reis (2007):

Embora o PT tivesse participado ativamente na campanha pelo impeachment de Collor, empunhando com grande entusiasmo a bandeira da luta pela defesa da moralidade e da ética no trato da coisa pública, era visível um processo de acomodamento que se manifestava pela importância crescente das preocupações institucionais e político-eleitorais. [...] Ainda em 1992, o PT perdeu o controle da administração da cidade de São Paulo, mas ganhou as de Belém, de Belo Horizonte, de Goiânia, de Rio Branco e de mais 49 cidades (REIS, 2007, p. 14).

Diante dos resultados eleitorais de 1992 e da baixa popularidade de Itamar, o partido se dividiu em apoiá-lo ou não. A situação piorou após Luiza Erundina aceitar fazer parte do governo como ministra. Pairavam discussões sobre quais seriam as vantagens de ser da base governista diante da expectativa da vitória nas próximas eleições presidenciais.

Em 1993, em Brasília (DF), o PT promoveu seu 8.º Encontro Nacional. Na ocasião, a Articulação sofreu sua primeira derrota interna. Barros (2022) ressalta que “militantes de esquerda liderados por Rui Falcão se opuseram à virada ao centro proposta pela Articulação. Foi criada a tendência Articulação de Esquerda, a qual se juntou às outras da esquerda partidária e conseguiram assumir o controle do partido³¹” (BARROS, 2022, p. 82). No ano seguinte, também em Brasília, ocorreu o 9.º Encontro Nacional. Foi aprovado a fidelidade partidária dos parlamentares e o lançamento da candidatura de Lula como candidato a presidente através da coligação Frente Brasil Popular pela Cidadania (PT, PSB, PPS, PV, PC do B, PCB e PSTU). Lula deixou a presidência do partido e Rui Falcão assumiu.

Lula perdeu a eleição de 1994 no primeiro turno. Naquele pleito, a legislação eleitoral permitiu que as campanhas pudessem receber doações de empresas privadas³².

³⁰ O socialismo “petista” era contra o socialismo real e avesso à social-democracia. As resoluções emitidas no 1.º Congresso do partido defendiam um “socialismo que fosse produto da radicalização da democracia” (SECCO, 2018, p. 153).

³¹ O grupo da esquerda venceu, mas não levou o comando, afinal, os sindicatos se posicionaram contra o comando da esquerda petista. Diante disso, Rui Falcão preferiu que Lula continuasse como presidente até o lançamento da candidatura à eleição de 1994, quando então, Rui se tornaria o presidente do PT.

³² De acordo com Secco (2018), “na década de 1980 os partidos já usavam ‘caixa 2’ e recebiam contribuições não contabilizadas num montante significativo” (SECCO, 2018, p. 106). O autor cita que em 1989 Lawrence Pih, presidente do grupo Moinho Pacífico articulou empresários à campanha de Lula.

Nesse aspecto, Secco (2018) ressalta que “o PT recebeu grandes quantias e criou laços com inúmeros capitalistas. Antes disso, era um tabu para o ‘partido sem patrões’ receber auxílio da burguesia” (SECCO, 2018, p. 107). Entretanto, estas decisões não foram unânimes. Algumas tendências não concordavam com tais práticas, inclusive, os trabalhos que abordam o partido na década de 90 mostram que os eventos e congressos foram marcados por debates acalorados e críticas³³.

Na segunda metade dos anos 90, o PT organizou outros três encontros nacionais. O que chama atenção nesses anos, é que pouco a pouco o partido se transformou na organização e apresentou contradições com o discurso pregado nos anos 80 (AMARAL, 2010). Ao analisarmos a obra do autor, entendemos que as mudanças se deram após as primeiras vitórias nas urnas. Enquanto no legislativo a liderança nacional do partido controlava as decisões de seus deputados, no executivo, prefeitos e governadores perceberam a necessidade de ampliar alianças e flexibilizar acordos eleitorais.

Nesse contexto, nas eleições de 1998 o partido apresentou mais uma vez o nome de Lula como candidato a presidente. Representando o PT, José Dirceu organizou uma aliança com o PDT, o qual apresentou Leonel Brizola para vice na chapa que representou a coligação “União do Povo Muda Brasil - PT, PDT, PSB, PC do B, PCB”. Mais uma vez, Lula foi derrotado no primeiro turno.

No ano seguinte, entre os dias 24 a 28 de novembro, o partido realizou seu 2.º Congresso Nacional em Belo Horizonte (MG). O Brasil enfrentava o neoliberalismo promovido por FHC e sua política de privatizações³⁴. Assim, as resoluções do Congresso giraram em torno das estratégias para enfrentar e derrotar os aliados de FHC nas eleições municipais de 2000 e na disputa presidencial de 2002 com o intuito de construir um governo democrático e popular. Nesse contexto, aprovou eleições diretas, a partir de 2001, para presidente e direções partidárias em todos os níveis.

Em setembro de 2001, o partido perdeu uma de suas lideranças promissoras. Antônio da Costa Santos, conhecido como “Toninho do PT” e prefeito de Campinas (SP),

³³ Nestes, as diversas tendências apresentavam suas pré-teses e após os debates e votações, a mais votada chamada de tese-guia, constituía as resoluções que mostravam as decisões partidárias (SECCO, 2018).

³⁴ De acordo com Almeida (2010), “FHC implementou uma série de medidas, das quais são destacadas: o Plano Real, a renegociação das dívidas interna e externa, o sistema de controle do gasto público, a racionalização da gestão através da flexibilização dos monopólios, da concessão de serviços públicos à iniciativa privada e, principalmente, as privatizações” (ALMEIDA, 2010, p. 306). A autora destaca a privatização da Vale do Rio Doce e cia que diversos setores tiveram empresas privatizadas: Telecomunicações, petroquímico, saneamento, mineração, siderurgia, petróleo e gás, transportes e financeiro.

foi assassinado³⁵. Em meio ao luto, o partido realizou seu XII Encontro Nacional na cidade de Olinda (PE) entre os dias 14 a 16 de dezembro de 2001. Na ocasião, o partido traçou um panorama da realidade política e as bases de uma alternativa de esquerda para vencer as eleições de 2002.

Diante do exposto, percebe-se que durante a década de 1990, o PT se consolidou como o maior partido de esquerda do Brasil, conquistou cadeiras no Congresso Federal, Assembleias Legislativas e Governos estaduais, porém, se comprometeu com a democracia representativa, deu mais ênfase às disputas eleitorais visando crescimento no âmbito institucional, profissionalizou as estruturas e a forma de fazer campanhas e flexibilizou alianças com partidos com ideais divergentes³⁶ (SAMUELS, 2004; HUNTER, 2008; RIBEIRO, 2008; SINGER, 2010, AMARAL, 2013). Para Secco (2018), parte dessas transformações se deu pela liderança de José Dirceu, o qual se tornou presidente do PT em 1994 e permaneceu até 2002.

O partido se preparou para sua quarta eleição presidencial contando com o fato de governar três estados e 187 cidades, entre elas, seis das mais importantes do país. Alguns líderes sugeriram que o PT lançasse outro candidato. O próprio José Dirceu sugeriu nomes como Eduardo Suplicy, José Genuíno e Olívio Dutra, no entanto, Lula insistiu em concorrer pautado em sua popularidade (SECCO, 2018). A direção nacional acordou com o Partido Liberal a indicação do empresário e senador, José de Alencar (PL) como candidato a vice. Muitos militantes ficaram insatisfeitos com esta aliança, afinal, isso comprometeria questões filosóficas e identitárias, além de algumas alianças e candidaturas estaduais, mas a liderança do partido definiu a aliança e optou por concorrer em uma coligação ampla e com o apoio empresarial (BARROS, 2022). Lula venceu a eleição e a partir de janeiro de 2003 iniciou-se a primeira experiência petista no comando do país.

Na quarta fase da trajetória histórica definida por Secco (2018) como “partido de governo”, abordaremos o recorte temporal de (2003-2016) tentando identificar as

³⁵ Em janeiro de 2002, mais uma perda significativa. Celso Daniel, prefeito de Santo André (SP), foi assassinado. Além de prefeito, ele era o responsável por realizar o planejamento do governo petista em caso de vitória e era tido como figura certa como ministro de estado. O crime marcou a história do PT, afinal, além da perda do companheiro e amigo pessoal de Lula, parte da oposição política acusou a direção do PT de serem os mandantes pela morte do prefeito. No entanto, autoridades responsáveis pelas investigações, concluíram que o crime não teve viés político (BARROS, 2022).

³⁶ Como exemplo, podemos citar a eleição de Zeca para governador de Mato Grosso do Sul. Para vencê-la, ele se juntou no segundo turno a políticos tradicionais de direita (CHAGAS, 2022). Estas e outras eleições foram apenas uma prévia do que viria a acontecer com o partido no cenário nacional em 2002.

transformações partidárias durante os governos de Lula e Dilma e fatos que influenciaram na dinâmica eleitoral do PT.

Diante do objeto de pesquisa desta dissertação, não é nosso intuito aprofundar os debates sobre a natureza e o papel do governo Lula, para isso, necessitaríamos ampliar a compreensão das contradições, limites e avanços tão discutidos em obras da literatura política, dentre estas, Sader (2010; 2013), Singer (2009; 2010; 2012), Domingues (2013), Nobre (2013), Oliveira (2003), Braga (2012) Werneck Vianna (2011) e Martins (2011). Independente do posicionamento e aprofundamento dessas análises, algumas tendendo para considerações mais positivas e outras tecendo críticas, percebe-se aproximações em suas concepções mais gerais e um consenso de que Lula venceu fazendo concessões com setores do mercado e modificando o discurso político defendido na gênese partidária.

No início do mandato, Singer (2009) cita que

O governo preferiu conter a subida dos preços pelo caminho ortodoxo, aprofundando as receitas neoliberais, como foi o caso da combinação de corte no gasto público e aumento de juros em 2003. Com a redução da demanda e a volta dos dólares que haviam fugido com medo de um governo de esquerda, a inflação, que tinha alcançado a marca de 12,53% em 2002, foi reduzida a 9,3% em 2003, 7,6% em 2004 e 5,69% em 2005. O presidente vocalizou, então, o discurso conservador de que o seu governo não adotaria qualquer plano que pusesse em risco a estabilidade (SINGER, 2009, p. 97).

A partir das considerações do autor, podemos traçar um paralelo com os trabalhos de Barbosa (2012), Marques e Mendes (2006), Boito Júnior (2006) e Tristão (2011), afinal, os autores citam práticas econômicas como flutuação cambial, combate à inflação, austeridade fiscal e uma política fiscal ortodoxa que agradou os banqueiros e sugerem que o governo Lula, principalmente nos primeiros anos do mandato, manteve a ordem neoliberal dos governos anteriores. Já as obras de Corazza e Ferrari Filho (2004), Fagnani (2011), Almeida (2004) e Menicucci (2011) confirmam algumas destas ações, mas focam no sucesso das políticas sociais e econômicas através do programa Bolsa Família, aumento real do salário-mínimo e crescimento do emprego.

Para Domingues (2013) e Singer (2012), tais políticas se deram em um projeto reformista moderado. Por outro lado, Martins (2011) aponta que os programas sociais foram apenas assistencialistas e não colaboraram para mudanças estruturais na sociedade, ou seja, as mudanças foram apenas superficiais. Firmado em tais obras, sugerimos que o governo Lula foi um “misto” entre política econômica liberal conservadora e desenvolvimento social. Por mais que ele não tenha rompido totalmente com a política

liberal, realizou avanços significativos na redução da pobreza, promoveu aquecimento da economia, melhor redistribuição de renda e aumento do poder de compra.

Singer (2012) aponta que o desenvolvimento social promovido pelos mandatos de Lula influenciaram diretamente nas transformações e nos resultados eleitorais. Entretanto, precisamos citar alguns fatos ocorridos durante os mandatos que também impactaram o partido. Ao tomar posse, Lula nomeou José Dirceu como Ministro Chefe da Casa Civil, assim, José Genuíno passou a presidir o PT, porém, algumas ações desses líderes e de outros membros do governo, causaram divisões internas. Em toda a trajetória petista houve divisões, discussões e até mesmo expulsões, entretanto, até 2002, estas se davam no campo partidário enquanto oposição social e parlamentar, a partir de 2003, o PT se tornou governo, assim, emergiram as contradições entre o discurso e a prática.

Entre estas, no primeiro ano de mandato, o PT expulsou a senadora Heloísa Helena e outros políticos³⁷ por terem votado contra a reforma da previdência proposta por Lula³⁸. No mesmo ano, o deputado petista João Paulo Cunha mandou a polícia reprimir servidores públicos que protestavam contra a mesma reforma na Câmara. Já em 2004, um assessor de José Dirceu, Waldomiro Diniz, foi acusado de corrupção após ser gravado negociando propina com empresários do jogo do bicho (SECCO, 2018).

No ano seguinte ocorreu uma das piores crises. O governo mergulhou em uma série de escândalos a partir das denúncias de Roberto Jefferson (PTB), o qual acusou o PT de pagar propinas mensais a deputados de outros partidos em troca de votos. A imprensa nacional, principalmente a revista *Veja* e o *Jornal Nacional*, constantemente noticiavam as acusações e intensificaram a crise política (NUNOMURA, 2011; VASCONCELOS, 2014). Decepcionados, petistas como Plínio de Arruda Sampaio e Marcelo Freixo deixaram o PT e ajudaram na formação do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). No final de 2005, José Dirceu foi cassado, Genoíno deixou a presidência nacional do partido e Tarso Genro assumiu, porém, em outubro do mesmo ano, Ricardo Berzoini tornou-se o presidente.

³⁷ Dentre os políticos expulsos do PT, João Batista Oliveira de Araújo (Babá), Luciana Genro, João Fontes e Heloísa Helena, passaram a organizar o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), o qual recebeu registro definitivo em 15 de setembro de 2005. Disponível em [PSOL 50](#). Acesso em 17 de junho de 2023.

³⁸ Em sua obra, Barros (2022) aponta que o presidente encaminhou pessoalmente a proposta para apreciação do Congresso Federal. Além disso, o partido que enquanto oposição criticou veementemente as reformas sugeridas por FHC, agora, estava propondo mudanças na legislação previdenciária que prejudicaria os trabalhadores. Começara na ocasião uma discussão que permeia até os dias atuais.

Nesse contexto conflituoso entre sucesso econômico e denúncias de corrupção, a intensidade da crise foi tanta que alguns partidos de esquerda romperam com o governo. Reis (2007) aponta que a oposição cogitou até mesmo um pedido de *impeachment*, mas desistiram, pois segundo Secco (2018), “não tinha o apoio popular nas ruas, além disso, a popularidade de Lula estava caindo. A oposição acreditou que ele se tornaria tão fraco que perderia as eleições de 2006” (SECCO, 2018, p. 233). Contudo, este mesmo autor ressalta que o partido passou a proteger Lula, este que alegou que fora traído e que não sabia dos erros de seus companheiros, enquanto isso, em todos os estados da federação foram implantados os programas sociais, o que fez com que Lula se fortalecesse³⁹. Assim, mesmo em meio às acusações de corrupção, em 2006, ele se reelegeu presidente do Brasil com 58.295.042 votos (60,83%) no segundo turno, derrotando Geraldo Alckmin (PSDB).

A crise política de 2005 afetou o partido muito mais do que o governo Lula, tanto é que naquele pleito, de forma inversa, os resultados do partido nos estados diminuíram. Para analisarmos esta inversão e outros aspectos que influenciaram nos resultados do pleito eleitoral de 2006 é de suma importância trazer ao debate as obras de Singer (2009; 2010; 2012) e suas análises sobre a relação lulismo x petismo. Entretanto, por uma escolha metodológica, e para que não haja repetições dos conceitos, assim o faremos na próxima seção onde enfatizaremos os resultados eleitorais.

Em outubro de 2006, Ricardo Berzoini se afastou da presidência do partido e o vice, Marco Aurélio Garcia, assumiu, porém, Berzoini retornou em fevereiro de 2007 e foi reeleito. Naquele ano, entre os dias 31 de agosto a 2 de setembro, o PT se reuniu em São Paulo (SP) para o 3.º Congresso Nacional. Na ocasião, foi analisado o andamento do governo e elaboraram um projeto de desenvolvimento nacional, bem como resoluções em apoio a descriminalização do aborto e a abertura dos documentos da ditadura militar⁴⁰.

Diante da disputa entre desenvolvimentismo e ambientalismo, em 2009, Marina Silva, então ministra do Ministério do Meio Ambiente, deixou o PT, assim como o senador Flávio Arns. Para Barros (2022), por mais que fossem importantes companheiros, estas saídas não ofuscaram o governo, afinal, além dos inúmeros programas sociais e sucesso econômico, o

³⁹ Segundo André Singer, “enquanto os atores políticos tinham a atenção voltada para a sequência de denúncias do “mensalão”, o governo produzia em silêncio o “Real do Lula” que, diferentemente do original, beneficiava, sobretudo, a camada da sociedade que não aparece nas revistas (SINGER, 2009, p. 94). O autor utiliza o termo “Real do Lula” em comparação a FHC que utilizou o Plano Real como principal ação de governo.

⁴⁰ O Brasil que Queremos – Resoluções do 3.º Congresso Nacional. Disponível em [O BRASIL QUE QUEREMOS \(fpabramo.org.br\)](https://www.fpabramo.org.br) e [untitled \(fpabramo.org.br\)](https://www.fpabramo.org.br) Acesso em 22 de agosto de 2022.

governo criou o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC)⁴¹, possuía alta popularidade e respeito, tanto no Brasil quanto no exterior.

Vizeu (2019) cita que no término de seu segundo mandato, Lula possuía uma avaliação positiva de 87%, sendo que a maior parte da aprovação vinha de setores mais pobres da sociedade brasileira. Sobre esta afirmação, Singer (2009) aponta que

Lula conseguiu construir uma substantiva política de promoção do mercado interno voltado aos menos favorecidos, a qual, somada à manutenção da estabilidade, corresponde nada mais nada menos que à realização de um completo programa de classe. Não o da classe trabalhadora organizada, cujo movimento iniciado no final da década de 1970 tinha por bandeira a “ruptura com o atual modelo econômico”, mas à fração de classe que Paul Singer chamou de “subproletariado”⁴² ao analisar a estrutura social do Brasil no início dos anos de 1980 (SINGER, 2009, p. 98).

Percebe-se que houve um movimento de uma classe que saiu da condição de subproletariado para proletariado através de um processo de ascensão social no Brasil que mexeu positivamente com cerca de 40 milhões de pessoas (SINGER, 2012). Por outro lado, Secco (2018) ressalta que surgiu uma “nova classe C” que aumentou o poder de compra e ampliou o consumo, porém, não necessariamente continuaram apoiando o governo, principalmente os trabalhadores dos grandes centros urbanos⁴³.

Com o objetivo de continuar comandado o país, o partido organizou seu 4.º Congresso Nacional em duas fases. A primeira, em fevereiro de 2010 em Brasília, foi lançada a pré-candidatura de Dilma Rousseff e seu plano de governo. Lula chamava Dilma de “mãe do PAC” e naquele ano, diante de seu prestígio, ajudou a eleger sua sucessora. Após conquistar

⁴¹ De acordo com Barros (2022), “o plano de aceleração do crescimento foi baseado em parcerias público-privadas e concessões de crédito, que promoveu uma grande retomada de investimentos públicos em infraestrutura, melhorias urbanas, logística e produção energética. O grande influenciador foi o BNDES, cujos desembolsos deram um salto de 38 bilhões no final do governo FHC para 243 bilhões em 2012, já no governo Dilma” (BARROS, 2018, p. 278).

⁴² Segundo Paul Singer, “subproletários são aqueles que oferecem a sua força de trabalho no mercado sem encontrar quem esteja disposto a adquiri-la por um preço que assegure sua reprodução em condições normais” (SINGER, 1981, p. 22). Em sua obra, André Singer (2009) ressalta que “o subproletariado são os empregados domésticos, assalariados de pequenos produtores diretos e trabalhadores destituídos das condições mínimas de participação na luta de classes. Para encontrar uma maneira de quantificá-los, Singer usou informações sobre ocupação e renda fornecidas pela PNAD de 1976, concluindo que seria razoável considerar subproletários os que tinham renda de até um salário-mínimo per capita e metade dos que tinham renda de até dois salários-mínimos per capita. De acordo com esse critério, 63% do proletariado era constituído por subproletários” (SINGER, 2009, p. 98).

⁴³ Além da classe C descrita por Secco (2018), Braga (2012) enaltece que a hegemonia lulista evidenciou o “proletariado precarizado”, este que consentiu de forma passiva com as políticas de redistribuição de renda, mas que, diante dos baixos salários, gradativamente foram gerando insatisfação com o governo. Partindo de uma análise empírica de um grupo de teleoperadores precarizados da indústria do *call center* da cidade de São Paulo, o autor chama-os de “proletariado precarizado” pós-fordista no Brasil que possuem condições sociais periféricas e relaciona-os com a conformação da hegemonia lulista (BRAGA, 2012).

55.752.529 (56,05%) votos no segundo turno e derrotar José Serra (PSDB), Dilma se tornou a primeira mulher a presidir o Brasil⁴⁴.

Em abril de 2011, o PT elegeu Rui Falcão como presidente nacional. No mesmo ano, a segunda parte do 4.º Congresso Nacional ocorreu no dia 4 de setembro, também em Brasília. Neste evento, o partido propôs reformas do Estado e dos tributos, aprovou o limite de mandatos parlamentares e, com o objetivo de dar protagonismo às mulheres, negros e demais minorias, aprovou a paridade de gênero e a cota de 20% etárias e étnico-raciais.

O início do mandato de Dilma foi marcado por alta popularidade, visto que ela se colocou como uma defensora da moralidade e chegou a demitir ministros acusados de corrupção (BARROS, 2022). Este autor aponta que “Dilma ganhou reputação de honestidade por punir aliados que haviam participado do governo Lula, mas isso gerou rancor em partidos aliados e críticas internas” (BARROS, 2022, p. 298). O governo se mostrou técnico e apresentou melhorias principalmente na educação e conquista de direitos humanos, mas, com o passar dos meses, os graves erros na economia fizeram com que diminuísse sua popularidade (CAGNIN, 2013; MESQUITA, 2014; BRESSER-PEREIRA, 2013).

Além de comandar o país, em 2012, o PT conquistou a prefeitura de São Paulo. Foi lá que, em 2013, começaram os protestos populares conhecidos como “Jornadas de junho”. Segundo Mendonça (2018), “trataram de uma série de protestos em torno do aumento de tarifas de transporte público em várias capitais e capilarizaram-se através de uma agenda ampla de reivindicações” (MENDONÇA, 2018, p. 2). Vale lembrar que desde 2003, a frota de veículos particulares aumentou significativamente, porém, o transporte público não recebeu investimentos em infraestrutura. Ainda, no ano anterior, o índice de greves no país aumentou em 58% (SECCO, 2018). Nesse contexto, Singer (2013) aponta que a maioria das pessoas que saíram às ruas “eram trabalhadores, em geral jovens, que conseguiram emprego com carteira

⁴⁴ Aos 16 anos, Dilma Vana Rousseff integrou organizações de combate ao regime militar. Condenada por “subversão”, Dilma passou quase três anos, de 1970 a 1972, no presídio Tiradentes, na capital paulista. Ajudou fundar o Partido Democrático Trabalhista (PDT) no Rio Grande do Sul, foi Secretária da Fazenda em Porto Alegre e Secretária de Energia, Minas e Comunicação do Rio Grande do Sul. Em 2000 se filiou ao PT e dois anos depois tornou-se ministra de Minas e Energia. Em 2005, como ministra chefe da Casa Civil, assumiu a direção de programas estratégicos como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), programa de habitação popular Minha Casa, Minha Vida e coordenou ainda a Comissão Interministerial encarregada de definir as regras para a exploração das recém-descobertas reservas de petróleo na camada pré-sal. Em 2010, após disputar e vencer sua primeira eleição, se tornou a primeira mulher a presidir o Brasil. Em 2016, dois anos antes do término de seu segundo mandato, a foi afastada da função de chefe de estado em decorrência da instauração de um processo de impeachment. Meses depois foi julgada pelo Senado e recebeu a sanção de perda do cargo de Presidente da República. Disponível em [Biografia — Biblioteca \(presidencia.gov.br\)](#). Acesso em 10 de novembro de 2013.

assinada no governo Lula, mas padeciam com baixa remuneração, alta rotatividade e más condições de trabalho”⁴⁵ (SINGER, 2013, p. 27).

Por outro lado, as redes sociais, principalmente o *facebook*, estavam no auge e, através destas, os grupos se organizaram e não demorou para as massas saírem às ruas para protestarem (SECCO, 2018). O partido que foi formado em meio a protestos dos trabalhadores, em 2013, enquanto partido governista, precisou administrar a crise causada pelas frustrações das expectativas da população, porém, a contradição veio à tona. Como bem apontou Barros (2022), na gestão anterior da prefeitura de São Paulo, o PT havia apoiado o Movimento Passe Livre (MPL), porém, Fernando Haddad, prefeito petista, criticou as manifestações. Já Aldo Rebelo, então ministro dos esportes, elogiou o trabalho da polícia e declarou que o governo não toleraria protestos contra a Copa das Confederações (SECCO, 2018).

No dia 19 de junho, Fernando Haddad e o governador Geraldo Alckmin anunciaram a revogação dos aumentos. Cinco dias depois, Dilma recebeu a liderança do MPL no Palácio do Planalto e anunciou medidas em investimentos em transportes públicos, bem como a destinação dos *royalties* do petróleo para a educação (BARROS, 2022). Entretanto, além daqueles que protestavam contra o aumento das passagens, muitos grupos tomaram as ruas com diversas pautas e objetivos. As manifestações tomaram grandes proporções e muitos se aproveitaram do momento, principalmente a mídia, empresários e a direita brasileira que usaram as insatisfações das pessoas com o sistema político canalizando-as como críticas ao PT.

No ano seguinte, a popularidade de Dilma despencou, logo, alguns líderes petistas pediram que Lula fosse o candidato a presidente. Barros (2022) aponta que Marta Suplicy capitaneou o movimento “volta Lula” e buscou aliados até mesmo no PMDB, porém, Lula respeitou a decisão de Dilma em buscar sua reeleição. No pleito de 2014, Dilma venceu Aécio Neves (PSDB) por uma diferença menor do que 4%. No entanto, Barros (2022) aponta que entre a vitória e a posse, as commodities desabaram, a inflação aumentou e a operação Juízo Final prendeu diretores da Petrobras (BARROS, 2022). Além disso, a maior parte dos eleitores de Dilma se sentiu traída após a presidente anunciar um duro ajuste fiscal (BRAGA, 2016). O segundo mandato começou com enormes dificuldades, dado que o contexto econômico foi marcado pelo aumento dos juros, alteração das regras de seguro-

⁴⁵ Ao analisarmos o documentário *JUNHO: o mês que abalou o Brasil* dirigido por João Wainer, as imagens confirmam as considerações de Singer (2013) ressaltando que a maioria dos que saíram às ruas eram jovens estudantes e trabalhadores que reivindicavam a gratuidade do transporte público e evidenciavam as péssimas condições nestes meio de transporte.

desemprego, alta nos preços de serviços e produtos, bem como da intensificação nas investigações da operação Lava Jato⁴⁶ (BASTOS, 2017).

Em meio aos ataques diretos do PSDB e partidos aliados, dos empresários e parte da população que protestavam nas ruas⁴⁷, o PT aprovou no seu 5.º Congresso Nacional realizado em Salvador (BA) entre os dias 11 a 13 de junho de 2015, a “Carta de Salvador” comemorando 35 anos do Partido⁴⁸. Trata-se de um documento com as resoluções aprovadas e firmadas na decisão de não ceder às pressões do mercado financeiro. Nesse congresso, o partido decidiu não mais receber doações de campanha de empresas privadas e ainda propôs uma reforma política.

A maioria dos eleitores que votaram no PSDB em 2014 fazia parte de setores tradicionais da classe média, principalmente, no centro-sul do país. Segundo Braga (2016), “quando a operação Lava Jato da Polícia Federal decidiu focar exclusivamente nos políticos petistas envolvidos em esquemas de corrupção na Petrobras, esses setores foram às ruas exigir a queda do governo” (BRAGA *apud* JINKINGS, DÓRIA e CLETO, 2016, p. 52). Argumento semelhante traz Barros (2022) ao dizer que as ações do então juiz Sérgio Moro, principalmente a condução coercitiva de Lula para prestar depoimento em março de 2016, deixaram o PT como o principal responsável pela corrupção do país, criando em muitos o sentimento antipetismo.

Diante dos problemas econômicos, menos de 10% da população aprovava o governo e parte dos eleitores de Dilma também passaram a atacá-la. Aproveitando-se do cenário de crise política, grupos como o Movimento Brasil Livre (MBL)⁴⁹ e o “Vem Pra Rua” se apropriaram das redes sociais e organizaram protestos em todo o Brasil pedindo o

⁴⁶ De acordo com Cioccarri (2015): “a operação Lava Jato foi deflagrada em março de 2014 com o intuito de investigar um grande esquema de lavagem e desvio de dinheiro envolvendo a Petrobrás, grandes empreiteiras e os políticos” (CIOCCARI, 2015, p. 62). As ações desta operação prenderam dezenas de empresários e políticos, porém, cometeu diversos excessos na política, na economia e extrapolou os aspectos jurídicos. Dentre os diversos trabalhos que abordam a Lava Jato, Almeida (2016, p. 67) aponta que “o estilo da investigação-espetáculo, conduzida pelos procuradores, policiais e juiz de Curitiba em associação estreita com a mídia, derrubou a Petrobrás maior produtora e investidora do país, e o núcleo das empresas de engenharia por ela contratadas, arrastando na queda centenas de milhares de empregos e milhares de empresas, além da reputação internacional da companhia”.

⁴⁷ Na obra “Direita Volver”, Luciana Tatagiba, Thiago Trindade e Ana Cláudia C. Teixeira citam que entre 16/10/2014 a 16/08/2015 ocorreram em São Paulo (SP), 13 protestos populares organizadas por grupos como MBL, Vem para Rua e Revoltados On-line (ROL) que ecoaram pelas ruas os gritos: “Fora PT”, “Fora Dilma”, “Fora corruptos”.

⁴⁸ Carta de Salvador. Disponível em [5Congresso CARTA1.pdf \(fpabramo.org.br\)](#). Acesso em 23 de agosto de 2022.

⁴⁹ O Movimento Brasil Livre (MBL) foi fundado em 1º de novembro de 2014 por Kim Kataguiri, Renan Santos, Gabriel Calamari, Frederico Rauh, Alexandre Santos, Rafael Rizzo e Rubinho Nunes com o objetivo de organizar manifestações populares contra o Governo Dilma Rousseff e em defesa do combate à corrupção. Segundo sua liderança, o MBL promove o liberalismo como filosofia política orientadora do Estado. Em sua gênese se declarou apartidário, porém, nos pleitos seguintes, elegeu vários de seus membros. No dia 4 de novembro de 2023, a liderança afirmou que pretende fundar o partido MISSÃO para disputar eleições em 2026. Disponível em [MBL - Movimento Brasil Livre](#). Acesso em 10 de novembro de 2023.

impeachment da presidente (BARROS, 2022). Já na esfera política-institucional, após perder a eleição, a direita brasileira⁵⁰, liderada pelo PSDB, se radicalizou, inclusive, dizia que o pleito havia sido fraudado. Por outro lado, os deputados petistas romperam com Eduardo Cunha (PMDB), então presidente da Câmara, ao votarem contra ele no conselho de ética e a favor de sua cassação. Ao receber os votos dos petistas, Cunha acatou o pedido de Impeachment. No dia 17 de abril de 2016, os deputados aprovaram a abertura do processo de impeachment e, meses depois, Dilma foi condenada e deixou a presidência.

Várias obras abordam o Impeachment, dentre estes, Rodrigues (2018), Falcão, Arguelhes e Pereira (2017), Rocha (2019) e Santos (2016). A partir das análises destes autores, sugerimos que a destituição de Dilma foi uma das estratégias das classes dominantes, representadas por partidos como PSDB e PMDB, para conseguirem chegar ao poder e instituir políticas contrárias à classe trabalhadora como as reformas da previdência, trabalhista, pagamento de juros da dívida pública aos bancos e o congelamento dos gastos públicos, conforme o fez Michel Temer (PMDB) através do programa “uma ponte para o futuro”. Além disso, muitos políticos queriam estancar a operação Lava Jato temendo que as investigações mostrassem a corrupção que se fazia presente na maioria dos partidos e nas suas relações eleitorais com grandes empresas públicas e privadas. Para isso, justificaram seus votos a favor da cassação de Dilma no “clamor” que vinha das ruas.

Não podemos dizer que destituição de Dilma tenha sido ilegal, afinal, ocorreu dentro da constituição e cumpriu todos os ritos descritos na lei, porém, diante do exposto, concordamos com as análises de Araújo (2018), Martucelli (2020), Löwy (2016)⁵¹ e sugerimos que foi um golpe político arquitetado por parlamentares envolvidos em casos de corrupção, empresários e setores do mercado. Contudo, o que mais importa para esta dissertação é demonstrar que o Impeachment influenciou no declínio eleitoral petista, tanto é, que no final daquele ano, o partido perdeu mais de 60% dos votos obtidos nas eleições de 2012 e sofreu inúmeras derrotas, como veremos na próxima seção.

Em junho de 2017, o partido se reuniu na capital paulista para o seu 6.º Congresso Nacional e aprovou documentos que alteraram suas eleições internas, resolvendo que teria eleição de delegados e direções municipais através de PED e eleição de direções estaduais e

⁵⁰ Na obra “Direita volver”, Codato, Bolognesi e Roeder (2015) separa os partidos políticos em velha e nova direita e cita: PSD, DEM, PP, PTB, PL, PST, PT do B, PSL, PTC e PTN, PSDC, PEN e PRB.

⁵¹ O texto de Michael Löwy “Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil” faz parte de dezenas de considerações de diversos autores que compõe a obra *Por que gritamos golpe?* organizada por Ivana Jinkings, Kim Doria e Murilo Cleto.

nacional durante o congresso⁵². Gleisi Hoffmann foi eleita presidente nacional e o foco do evento se deu na reorganização interna e na tentativa de retornar ao poder através de Lula. Entretanto, o partido não conseguiu seu objetivo, dado que Lula foi preso em 2018 e impedido de disputar as eleições. Fernando Haddad representou o PT, porém, foi derrotado no segundo turno por Jair Messias Bolsonaro (PSL)⁵³.

Em 2019, o PT se voltou à luta pela liberdade de Lula. Enquanto os advogados buscavam recursos junto aos tribunais, militantes e apoiadores participavam da "Vigília Lula Livre", acampamento de militantes em frente à sede da Superintendência da Polícia Federal em Curitiba. Após o STF mudar seu posicionamento e proibir prisão por condenação em 2ª instância, Lula foi solto em 8 de novembro daquele ano. Dias depois, o partido realizou seu 7.º Congresso Nacional comemorando a liberdade de seu maior líder, após 580 dias de prisão. Já em 2020, o partido enfrentou às urnas nas com a missão de marcar espaço como principal opositor a Bolsonaro, porém, os resultados intensificaram o declínio eleitoral.

Em suma, o PT nasceu no enfrentamento ao governo militar, nas lutas dos trabalhadores e dos movimentos sociais. Durante os anos 80, se tornou um dos maiores partidos de esquerda do Brasil se posicionado como defensor classe trabalhadora, até então predominantemente urbana e industrial, e dos excluídos pelo Estado. Nos anos 90, com o intuito de vencer eleições e garantir a governabilidade, optou por praticar ações semelhantes aos partidos conservadores, mudou o discurso e pactuou com o capital (SECCO, 2018; BARROS, 2022). Ao conquistar o a presidência, promoveu a maior transformação social já registrada no país, porém, se envolveu em escândalos de corrupção e, após a crise econômica do governo Dilma, deixou o poder.

Mesmo amargando derrotas nas eleições municipais seguintes e não conseguindo vencer a eleição presidencial de 2018, em 2022, Lula conseguiu se eleger para um terceiro mandato como presidente da República, eis a oportunidade do PT, caso queira, de se reencontrar com os ideais presentes em sua formação, com os excluídos e com os sujeitos de uma classe de trabalhadoras cada vez mais precarizada, informal e presente nas periferias.

⁵² Caderno de Resoluções. Disponível em [Sexto Congresso PT V2.indd \(fpabramo.org.br\)](https://www.fpabramo.org.br). Acesso em 23 de agosto de 2022.

⁵³ Para Barros (2022): “Bolsonaro se elegeu na ‘eleição da Lava Jato’, quando o público queria mandar uma mensagem de repúdio à classe política. Logo, em seguida, mantendo a tradição brasileira de estelionatos eleitorais, Bolsonaro terminou de matar a Lava Jato. Sérgio Moro aceitou ser ministro do governo Bolsonaro e se demitiu em abril de 2020, após o presidente dar início ao aparelhamento da Polícia federal. (...) Em 2021, o braço da operação em São Paulo que investigava o PSDB e outros partidos de centro e de direita, pediu demissão de forma coletiva por falta de condições de trabalho. A Lava Jato foi oficialmente extinta em 2021” (BARROS, 2022, p. 357).

1.2 Trajetória eleitoral do PT (1982-2020): evolução partidária a partir do voto

As eleições são essenciais num governo representativo e democrático, afinal, por meio destas, diferentes grupos políticos, organizados em partidos, competem entre si na busca pelo poder (KINZO, 2004). Nesse cenário competitivo, de um partido pequeno no início dos anos 80, o PT se transformou em uma das maiores agremiações do Brasil, além disso, sua trajetória eleitoral influenciou transformações no sistema político brasileiro (REIS, 2007; AMARAL, 2010; RIBEIRO, 2008). A seguir, analisaremos sua dinâmica eleitoral, dividindo-a em eleições presidenciais, estaduais e municipais.

1.2.1 Eleições Presidenciais – a presença de Lula nos pleitos eleitorais

Desde 1989, apenas três pessoas foram candidatas pelo PT: Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff e Fernando Haddad. No quadro a seguir, apontaremos os votos recebidos:

Quadro 1 – Votação dos candidatos a presidente pelo PT (1982 a 2018)

Eleições	Eleitores	Candidatos	Votos – 1.º Turno	Votos – 2.º Turno
1989	82.074.718	Luiz Inácio Lula da Silva	11.622.673 (17,18%)	31.076.364 (46,97%)
1994	94.732.910	Luiz Inácio Lula da Silva	17.122.127 (27,07%)	não houve
1998	106.101.067	Luiz Inácio Lula da Silva	21.475.218 (31,71%)	não houve
2002	115.254.113	Luiz Inácio Lula da Silva	39.455.233 (46,44%)	52.793.364 (61,27%)
2006	125.913.134	Luiz Inácio Lula da Silva	46.662.365 (48,61%)	58.295.042 (60,83%)
2010	135.804.433	Dilma Rousseff	47.651.434 (46,96%)	55.752.529 (56,05%)
2014	142.822.046	Dilma Rousseff	43.267.668 (41,59%)	54.501.118 (51,64%)
2018	147.306.295	Fernando Haddad	31.342.051 (29,28%)	47.040.906 (44,87%)

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

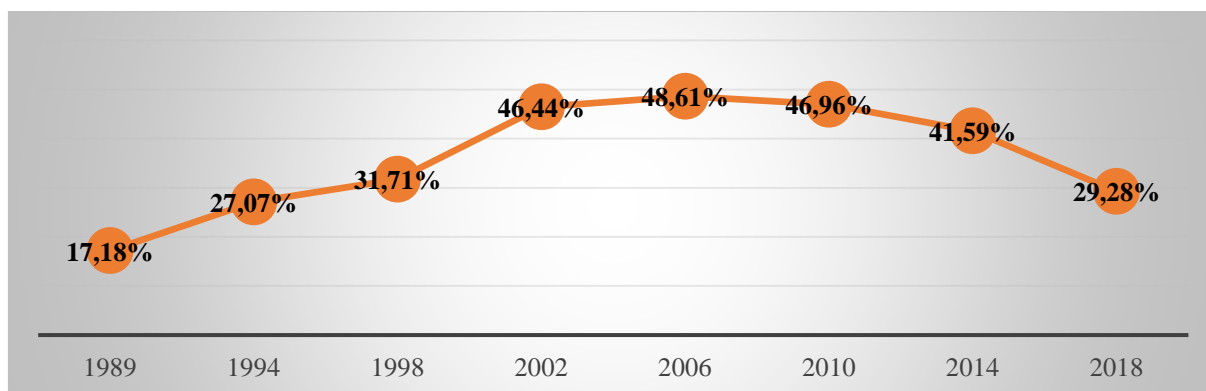
Observando o quadro, nota-se que em todas as eleições o PT venceu ou ficou em segundo lugar. As vencidas (2002, 2006, 2010 e 2014) foram decididas no segundo turno, já as perdidas, duas foram decididas no primeiro (1994 e 1998), estas que elegeram Fernando Henrique Cardoso (PSDB), e outras duas no segundo (1989 e 2018), quando venceram, respectivamente, Fernando Collor de Mello (PRN) e Jair Bolsonaro (PSL).

Além do PT, apenas o PSDB participou de todas as disputas, inclusive, entre 1994 a 2014, os dois partidos se revezaram nas primeiras posições. Estudos como Souza (2018), Martins (2020) e Cervi (2014), abordam esta polarização e relatam que o PSDB representava a

direita política, enquanto o PT, a esquerda. Cervi (2014) aponta que o PSDB surgiu a partir dos progressistas e políticos de esquerda do PMDB, mas, com o desenvolver dos anos, passou a apresentar propostas liberais, marcadas por privatizações, meritocracia e defesa dos interesses do capital. Dado que o PSDB venceu duas eleições (1994 e 1998), terminou em segundo lugar em quatro (2002, 2006, 2010, 2014) e terminou na quarta posição em duas (1989 e 2018), podemos afirmar que nas disputas presidenciais, o PT é o partido de maior destaque eleitoral.

Para melhor visualização dos resultados do PT, dividiremos os números em dois gráficos para representar os percentuais votos referentes ao primeiro e ao segundo turno:

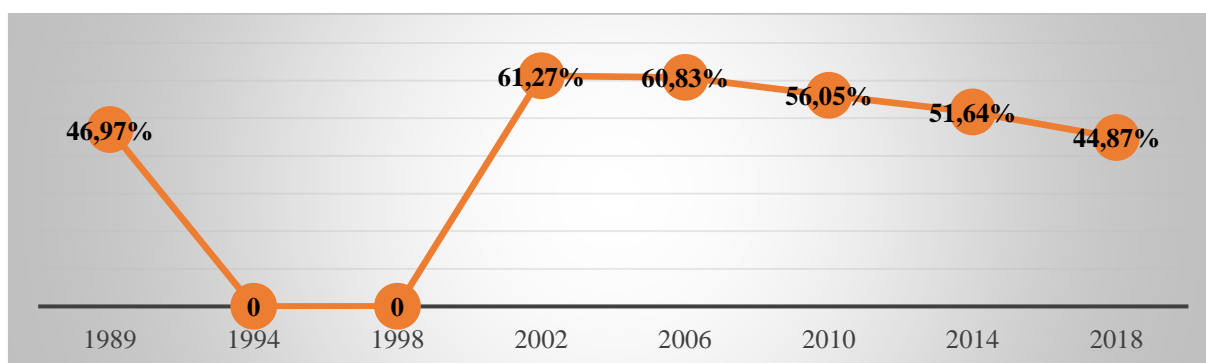
Gráfico 1: Percentual dos votos do PT no 1.º turno das eleições presidenciais (1989-2018)



Fonte: Dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Levando em consideração que 22 candidatos disputaram a eleição de 1989, receber 17,18% e conseguir a segunda colocação está na normalidade. A partir de 1994, percebe-se a ascensão até a eleição de 2006, esta que por apenas 1,39% não foi decidida em primeiro turno. Já entre 2010 e 2018, ocorreu um declínio dos votos em relação às eleições anteriores. Em 2010 o partido perdeu 1,65%, em 2014, 5,37% e, em 2018, 12,31%.

Gráfico 2: Percentual dos votos do PT no 2.º turno das eleições presidenciais (1989-2018)



Fonte: Dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Com relação ao gráfico 2, em 1994 e 1998 não houve segundo turno. Se olharmos para as demais eleições, veremos que no mínimo 45% dos brasileiros escolheram o PT em um segundo turno, entretanto, assim como nos votos recebidos no primeiro, é nítido um declínio de 2002 até 2018, respectivamente 0,44%; 4,78%; 4,41% e 6,77%, sendo que nesta última eleição, o PT perdeu para o candidato Jair Bolsonaro (PSL). Diante da ascensão eleitoral (1989 a 2002), manutenção no poder (2002 a 2014) que já apresentou um pequeno declínio e que se acentuou em 2018, resta-nos olhar para o contexto político e social de cada uma das eleições na tentativa de analisar as influências sobre a dinâmica eleitoral do Partido dos Trabalhadores.

Em 1989, o PT apresentou seu maior líder como candidato. Para Reis (2007), “era uma espécie de *anticandidatura*, mais para marcar posições do que para disputar efetivamente o posto máximo da República” (REIS, 2007, p. 10). Naquele ano, a popularidade de José Sarney (PMDB) estava em queda diante da crise econômica marcada pela inflação e por isso, os partidos da base do governo tentaram se dissociar de Sarney quando lançaram seus candidatos, Ulysses Guimarães (PMDB) e Aureliano Chaves (PFL) (CARREIRÃO, 2000). Mesmo assim, o autor cita-os como os candidatos governistas e que, “diante das pesquisas eleitorais, os três favoritos eram Leonel Brizola (PDT), Lula (PT) e Fernando Collor de Mello (PRN), candidatos de oposição” (CARREIRÃO, 2000, p. 67).

Os resultados do primeiro turno confirmaram os favoritismos. Leonel Brizola (PDT) recebeu 11.167.665 (16,51%) votos e terminou na terceira colocação. Ao receber 11.622.321 (17,19%), Lula recebeu o direito de disputar o segundo turno contra Collor, o qual recebeu 20.611.030 (30,48%). Assim, a eleição se polarizou entre direita e esquerda, respectivamente, através de Collor e Lula (GUILHERME, 2016). O autor mostra a união dos partidos de centro e de direita para evitar a “ameaça comunista” representada pelo PT e enfatiza as diferenças entre os candidatos:

De um lado, Lula, que contava com o apoio da CUT e propunha uma plataforma mais próxima a um estado de bem-estar social, controle do capital internacional, reforma agrária, não pagamento da dívida externa, valorização das empresas estatais e a extinção do SNI. Do outro, Fernando Collor de Mello (PRN), então governador de Alagoas, descendia de uma família de longa tradição política. Ele foi nomeado pela ditadura prefeito biônico de Maceió, se elegeu deputado federal pelo PDS. Transferiu-se para o PMDB e venceu a eleição para governador, (GUILHERME, 2016, p. 94).

Durante o segundo turno, Collor fez uma série de acusações dizendo que o candidato petista era despreparado, comunista, e que destruiria o Brasil, logo, fez com que a maioria dos eleitores tivesse medo de Lula e do PT (GUILHERME, 2016). Até aquele ano, pouca gente conhecia Collor no cenário nacional, um jovem político que chamava a atenção pela beleza e postura (PAIVA, 2010). Para Costa (2021), a mídia, ajudou a promover o candidato que

propunha um Brasil “moderno”, com empresas estatais privatizadas e livre dos funcionários públicos que ele chamava de “marajás”⁵⁴. Nesse mesmo sentido, Vasconcelos (1989) o descreve como populista, exibicionista e preferido da rede Globo de Televisão.

Enquanto Leonel Brizola⁵⁵ (PDT) e Mário Covas (PSDB) apoiaram Lula no segundo turno, os maiores partidos, PMDB, PDS, PTB e PFL, apoiaram Collor. De acordo com Reis (2007): “a hipótese da vitória de Lula e do programa nacional-estatista radical que ele então encarnava, alvoroçou e assustou as elites sociais e políticas que usaram a difamação pessoal, para afastar o fantasma da hipótese de reformas radicais” (REIS, 2007, p. 11). As elites não aceitariam perder o espaço político conquistado há anos, por isso, se uniram para derrotar o Partido dos Trabalhadores. Diante desse argumento, podemos traçar um paralelo com estudos de Guarato (2021). Este autor cita que:

Naquela eleição, a vitória apertada de Fernando Collor de Mello sobre Lula significou o triunfo do medo sobre a esperança. Confrontado com uma sórdida e violenta campanha, em que o conservadorismo se uniu monoliticamente em torno de um político até então inexpressivo, mas que o *marketing* catapultava como uma tábua de salvação da ordem (GUARATO, 2021, p. 20).

A partir destas análises, sugerimos que o apoio da mídia, união de partidos e políticos tradicionais, marketing midiático, discurso que demonstrava experiência e apoio do mercado financeiro, levaram a vitória de Collor, o qual recebeu 35.089.998 (53,03%) votos, enquanto Lula, 31.076.364 (46,97%). A mistura de esperança e medo do “comunismo petista” determinaram os resultados. Tal derrota trouxe ao PT a necessidade de amenizar seu discurso político tido como radical pela maioria dos eleitores (SECCO, 2018).

Com relação às eleições de 1994, naquele contexto econômico, foi criado o Plano Real, logo, o PT enfrentou não apenas os adversários, mas as expectativas dos brasileiros em relação ao plano que prometeu acabar com a inflação. Segundo Mendes e Venturi

⁵⁴ Segundo Ibarгойen (2019), o termo marajá era usado por Collor para retratar pessoas que ganhavam muito dinheiro sem cumprir corretamente as funções a eles designadas. Além disso, o autor ratifica o papel da mídia nesse título dado a Collor, mas expande as análises mostrando que a mesma mídia transformou Collor de caçador de marajá para caçado pela sociedade brasileira.

⁵⁵ Leonel Brizola é considerado herdeiro político de Getúlio Vargas e João Goulart. Ingressou no PTB, em agosto de 1945. Foi deputado estadual pelo Rio Grande do Sul e, em 1958, elegeu-se governador por aquele estado. Em 1962, foi eleito deputado federal pelo antigo Estado da Guanabara. Como parlamentar, defendeu a implantação da reforma agrária e a distribuição de renda no Brasil. Com a deposição de João Goulart em 1964, Leonel Brizola foi obrigado a se exilar no Uruguai. Voltou ao Brasil somente em 1979. Tentou refundar o PTB, porém, diante do impedimento da justiça eleitoral que entregou tal legenda para Ivete Vargas, Brizola liderou a fundação do PDT. Em 1990, pela segunda vez, Brizola conquistou o governo do Rio de Janeiro. Foi candidato a presidente em 1989 e 1994 e candidato a vice em 1998. Em dezembro de 2003, já com Lula como presidente, Leonel Brizola rompeu com a base aliada e começou a fazer críticas constantes à administração federal. Morreu aos 82 anos, em junho de 2004, de infarto decorrente de complicações infecciosas, no Rio de Janeiro. Disponível em [Leonel Brizola - Memórias da ditadura \(memoriasdaditadura.org.br\)](https://memoriasdaditadura.org.br). Acesso em 11 de novembro de 2023.

(1994), Lula era o favorito em todas as pesquisas até o primeiro semestre de 1994, contudo, a partir do segundo, Fernando Henrique Cardoso (PSDB), Ministro da Fazenda, passou a aumentar sua popularidade e o PT não conseguiu convencer que tinha um plano de governo melhor do que seu adversário. Para os autores, o plano real e o controle inflacionário foram os principais responsáveis pela vitória do PSDB.

Carreirão (2000) aponta que “FHC passou a imagem de um candidato com capacidade técnica e política para ser um bom governante. Essa candidatura aglutinou a maioria dos segmentos de centro e direita do espectro partidário brasileiro” (CARREIRÃO, 2000, p. 113). Já Porto e Guazina (1999) apontam a influência do horário eleitoral gratuito, relatando que “o apelo mais utilizado por Fernando Henrique foi políticas futuras durante 33% do tempo total de seu programa. Tal estratégia foi decisiva, pois mostrou um programa com apresentação de propostas e de programas considerados viáveis” (PORTO e GUAZINA, 1999, p. 12). Baseado em tais estudos, sugerimos que melhor horário político, apresentações de boas propostas, união de políticos de centro e de direita e, principalmente o plano real, fizeram com que FHC vencesse as eleições no primeiro turno com 34.314.961 votos (56,24%), enquanto Lula conquistou 17.122.127 (27,07%).

Em 1998, o partido apresentou pela terceira vez o nome de Lula como candidato, desta vez acompanhado de Leonel Brizola (PDT) como vice. Os dois representavam a coligação União do Povo Muda Brasil (PT, PDT, PSB, PC do B, PCB) e enfrentaram Fernando Henrique Cardoso e os partidos de direita. De acordo com Carreirão (2020), “FCH enfrentava diversos problemas: a seca no Nordeste, incêndios na floresta amazônica, epidemia de dengue, o baixo índice de reajuste do salário-mínimo, a greve dos professores universitários e a infeliz declaração sobre os aposentados: vagabundos” (CARREIRÃO, 2020, p. 138). Para Miguel (2009), a mídia foi decisiva na disputa, afinal, a imagem construída era de que o PT acabaria com o plano real. Já Carreirão (2000) escreve que:

A avaliação de desempenho do governo foi o fator mais associado ao voto dos eleitores, refletindo em grande parte o fato do presidente em exercício ser candidato à reeleição. Essa avaliação, por sua vez, foi muito influenciada pela avaliação do desempenho econômico do governo, especialmente no que se refere ao comportamento das taxas de inflação (CARREIRÃO, 2000, p. 172).

Por mais que em 1998 o PT tenha começado a diminuir a resistência de parte do eleitorado e mudou a forma de fazer campanha, o bom discurso de Lula não foi suficiente para mudar a opinião da maioria que não quis trocar “o certo pelo duvidoso”, já que o Real e FHC eram bem avaliados. Lula aumentou 4% dos votos recebidos em 1994, recebeu 21.475.218 (31,71%), sendo mais uma vez derrotado no primeiro turno.

Na eleição de 2002, havia o desgaste de dois mandatos do PSDB. Nesse sentido, para Carreirão (2004), “a desvalorização do real trouxe um forte descrédito ao governo no início do segundo mandato e a ausência de êxito econômico (vale dizer, retomada do crescimento e aumento do emprego e da renda) foi responsável pela manutenção de baixas taxas de avaliação positiva” (CARREIRÃO, 2004, p. 181). No contexto político, a sociedade esperava por mudanças sociais, porém, sem perder a estabilidade econômica. Sabendo disso, o PT afirmou que não romperia com o mercado e conseguiu reduzir o medo do “radicalismo” petista. Estudos como os de Coutinho e Figueiredo (2003) mostram que o partido foi se comprometendo com setores tradicionais do mercado, sendo que o ápice da campanha foi a “carta ao povo brasileiro”. Argumento semelhante traz Secco (2018) ao dizer que “com esta carta, Lula se comprometeu em valorizar o Agronegócio, reduzir a taxa de juros de forma sustentada, manter o equilíbrio fiscal e o superávit primário” (SECCO, 2018, p. 203).

O partido intensificou a contratação de cabos eleitorais e os investimentos em marketing, teceu alianças com intuitos eleitorais e apresentou propostas consistentes para geração de empregos e reforma social (FIGUEREDO e COUTINHO, 2003). Ao receber 39.455.233 (46,44%) votos, Lula enfrentou José Serra (PSDB) no segundo turno, para isso, recebeu o apoio dos candidatos derrotados Ciro Gomes (PSB) e Anthony Garotinho (PDT). Lula foi eleito com 52.793.364 (61,27%) votos e, segundo os dados oficiais do TSE, o partido venceu em todos os estados brasileiros, com exceção de Alagoas.

Mesmo em meio às acusações de corrupção, em 2006, Lula apresentou um programa de governo baseado no compromisso de continuidade das boas ações adotadas no primeiro mandato e se reelegeu ao receber 58.295.042 votos (60,83%) no segundo turno, derrotando Geraldo Alckmin (PSDB). Se compararmos os resultados de 2002 e 2006, percebemos a semelhança entre os percentuais de votos e na diferença entre a votação dos dois candidatos, porém, em 2006, houve um realinhamento eleitoral. Para tentarmos entender os motivos, é preciso volver as atenções para as obras de Singer (2009, 2010, 2012) e para o movimento intitulado por “lulismo” e definido pelo autor como “uma ideologia que mistura elementos de esquerda e de direita. O discurso e a prática, que unem manutenção da estabilidade e ação distributiva do Estado” (SINGER, 2009, p. 83).

Singer (2010) aponta que o lulismo começou no primeiro mandato de Lula. Na ocasião, o país viveu um misto de políticas econômicas rigorosas unidas à redistribuição de renda. Lula conseguiu mesclar as possibilidades de crescimento financeiro com capacidade política e administrativa e tornou o Estado forte para diminuir a desigualdade social sem ameaçar a ordem econômica. Ele intensificou programas sociais que construíram ligações

entre ele e subproletariado (BARROS, 2022). A partir de 2005, enquanto a classe média passou a se afastar do PT em razão das denúncias de corrupção, de forma inversa, os mais pobres passaram a votar em Lula (VENTURI, 2006).

Os estudos de Licio, Rennó e Castro (2009) e Baquero (2007) intensificam a importância dos programas sociais, principalmente o Bolsa Família, na reeleição de Lula, o qual tentou se afastar das acusações de corrupção contra o partido e focou em se apresentar como defensor dos pobres. Outros autores como Hunter e Power (2007), Samuels (2008) e Zucco (2008), ratificam as contribuições de Singer (2009, 2010, 2012) e apontam que, em 2006, a vitória foi muito mais de Lula do que do PT. Além dos votos costumeiros do funcionalismo público, intelectuais e movimentos sociais, Lula passou a receber os votos dos mais pobres e do subproletariado que até então não simpatizavam com o partido, assim, no cenário nacional, o lulismo se tornou maior do que o petismo.

Os resultados oficiais parecem confirmar tais argumentos. Os dados mostram que nos anos 80 e 90, nas regiões Norte e Nordeste, a maioria não votava no PT e sim em candidatos de partidos de direita. Todavia, a partir de 2006, todos os estados do Nordeste, a maioria do Norte, bem como Minas Gerais, locais que receberam a maior parte dos recursos do Bolsa Família, passaram a votar no PT. De forma inversa, nas mesmas eleições, nas regiões Centro-oeste, Sul e Sudeste, o partido não venceu seus adversários.

Singer (2012) ressalta que nas eleições de 1989 a 2002, a base de eleitores do PT estava entre os de níveis superiores de escolarização e nos estados mais urbanizados e industrializados do Sul e Sudeste. Já em 2006, o eleitorado havia se transformado e como bem apontou Barros (2022), “Lula disparou entre os eleitores mais pobres, os excluídos que o partido tentava, sem sucesso, conquistar desde 1989” (BARROS, 2022, p. 270). A afirmação de que Lula se tornou maior do que o próprio partido também pode ser verificada na eleição de 2010. Pela primeira vez, Dilma disputou uma eleição e possuía menos popularidade do que outros candidatos (BARROS, 2022). No entanto, trabalhos como os de Limongi e Cortez (2010) mostram que a polarização entre PT e PSDB travada no cenário nacional e nos principais estados, não permitiram que os outros candidatos tivessem chances de irem ao segundo turno.

Dilma enfrentou José Serra (PSDB) e como ocorreu em 2006, a capilaridade eleitoral do PT nos estados do Norte, Nordeste e Minas Gerais, ajudou a elegê-la. Por mais que Dilma tenha desempenhado funções de importância no governo de Lula tanto no ministério de Minas e Energia, bem como ministra chefe da Casa Civil, neste trabalho ratificamos as análises de Magalhães, Silva e Dias (2015) ao escreverem que o lulismo e

os programas sociais, principalmente o Bolsa Família e o PAC, tiveram papel decisivo na vitória de Dilma, a qual conseguiu 55.752.529 (56,05%) dos votos.

Para analisarmos as eleições de 2014, é preciso lembrar que a partir de 2012, o Brasil foi impactado por uma crise mundial, a qual resultou numa crescente insatisfação com o governo por parte dos empresários (BARROS, 2022). Secco (2018) aponta que naquele ano, a mídia voltou a bombardear o PT diante do julgamento de políticos acusados de corrupção. Entretanto, o PT aumentou o número de prefeitos eleitos, inclusive venceu em São Paulo, assim, aumentou a expectativa da liderança petista de uma vitória em 2014. Por outro lado, como descrevemos na seção anterior, a partir de 2013, pessoas de várias cidades brasileiras, principalmente em São Paulo, passaram a protestar, a priori, contra o aumento no preço da passagem do transporte coletivo. Nos meses seguintes, as manifestações continuaram diante dos gastos com a Copa das Confederações e com a Copa do Mundo sediadas no Brasil (SECCO, 2018; BARROS, 2022).

Nesse cenário, acentuou-se uma forte polarização política entre esquerda e direita que influenciou nos resultados eleitorais de 2014. Segundo Chaia e Brugnago (2015), naquela eleição, as mídias, principalmente as redes sociais, tiveram um papel importante. Os autores escrevem que:

Após as manifestações de junho de 2013, a dicotomia na participação política brasileira ganhou um novo capítulo em sua história. A identificação das pessoas entre esquerda e direita refluíu. Após a população tomar as ruas em torno de todas as suas insatisfações, as diferenças ideológicas dentro das próprias manifestações rapidamente começaram a transparecer, até o movimento implodir, rachando a massa de pessoas em dois rumos de militância com caminhos totalmente opostos (CHAIÁ e BRUGNAGO, 2015, p. 102).

Por ser o partido governista, muitos eleitores que outrora votaram no PT passaram a criticá-lo, inclusive, Secco (2018) menciona que milhares de pessoas, principalmente a classe média, saíram às ruas vestido com as cores do Brasil ecoando gritos de “fora PT”.

Na disputa do segundo turno, o partido utilizou a estratégia de se apoiar nos feitos de seus governos e no discurso de que estes foram melhores se comparado com o governo do PSDB. Por outro lado, a influência dos programas sociais petistas sobre os eleitores, estava diminuindo, eleição após eleição, diante dos escândalos de corrupção, acusações contra o governo e do aumento das manifestações populares contra o sistema político brasileiro, tanto é que, em 2014, diminuiu a diferença no número de votos. Dilma recebeu 54.501.118 (51,64%) enquanto Aécio, 51.041.155 (48,36%).

Entre os anos de 2014 a 2018, a crise causada pelos escândalos de corrupção, Impeachment de Dilma e a prisão do Lula potencializaram o sentimento antipetista e

influenciaram diretamente nos resultados eleitorais em 2018. O partido lançou a candidatura de Lula, mas devido sua prisão, Fernando Haddad foi o candidato petista. Nicolau (2020) sugere que naquela eleição o Brasil se curvou à direita. O autor relata que as principais lideranças esperavam a vitória de Geraldo Alckmin (PSDB), no entanto, Jair Bolsonaro⁵⁶ (PSL) passou a crescer nas pesquisas. Além disso, o autor descreve uma “radiografia” do pleito e aponta que os votos em Bolsonaro foram em maior quantidade entre os eleitores evangélicos, com baixa escolaridade, homens, entre 16 a 44 anos e eleitores do centro-sul brasileiro.

Em sua obra, Miguel (2018) chama a atenção que o termo “direita” não pode ser analisado no singular. Para o autor, desde o governo Lula, foi crescente o número de eleitores que adotava um discurso conservador ou reacionário. Diante da habilidade política de Lula e do posicionamento mais brando do PSDB, esses grupos estiveram adormecidos, mas, com a crise e a insatisfação com o governo Dilma, eles reemergiram. O autor ainda aponta que no pleito de 2018, a direita plural uniu “setores mais extremados que incluem três vertentes principais: libertarianismo, o fundamentalismo religioso e a reciclagem do antigo anticomunismo”⁵⁷ (MIGUEL, 2018, p. 18).

Já Almeida (2018) evidencia o uso de *fake news* (notícias sem base factual ou mentirosa), principalmente nas redes sociais, e cita que os organizadores das campanha se utilizaram dessa ferramenta. Nicolau (2020) aponta que desde a redemocratização notícias falsas estiveram presentes nas campanhas, porém, o que antes era boato, com a amplidão das redes sociais, os eleitores passaram a ver, ouvir e acreditar. O autor cita que “em 2018, a maioria das *fake news* foi difundida por apoiadores de Bolsonaro. Um levantamento de

⁵⁶ Jair Messias Bolsonaro, militar, foi eleito pela primeira vez, em 1990, como deputado federal do Rio de Janeiro em 1990 através do PDC. Permaneceu no Congresso Federal até 2018, ou seja, através de sete legislatura. Já foi filiado a oito partidos (PDC, PPR, PPB, PTB, PFL, PP, PSC, PSL). Disponível em [Biografia do\(a\) Deputado\(a\) Federal JAIR BOLSONARO - Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](https://camara.leg.br/biografia/11333/jair-bolsonaro). Acesso em 11 de novembro de 2023. Ciocari e Persichetti (2018) demonstram que até 2014, enquanto parlamentar, Bolsonaro sempre demonstrou um forte apego ao passado e a prevalência de pautas militares. A partir de 2014, passou a tecer discursos sobre costumes, com conteúdo evangélico e passou a polemizar mais ainda em seus pronunciamentos. Os autores também ressaltam mudanças em seu discurso no campo econômico. Em suma, até 2016, foi um parlamentar polêmico, agressivo, raivoso e um militar estatizante. Ganhou destaque midiático no impeachment de Dilma ao justificar seu voto pela memória de Brilhante Ustra. Dois anos depois, com um discurso, principalmente nas suas mídias sociais, em defesa da família tradicional e em nome de Deus, foi eleito presidente pelo PSL.

⁵⁷ Segundo Miguel (2018) “o libertarianismo defende a liberdade total do indivíduo e afirma que qualquer situação que nasça de mecanismos de mercado é justa por definição, por mais desigual que possa parecer. (...) O fundamentalismo religioso tornou-se uma força política no Brasil a partir dos anos 1990, com o investimento das igrejas neopentecostais em prol da eleição de seus pastores. (...) A terceira vertente da direita radical recicla o anticomunismo, que parecia ultrapassado com o fim da Guerra Fria, mas ganhou nova roupagem na América Latina e no Brasil. A despeito do centrismo crescente de seu discurso e de suas práticas moderadas quando esteve no governo, o PT veio a ser apresentado como a encarnação do comunismo do Brasil, gerando uma notável sobreposição entre anticomunismo e antipetismo” (MIGUEL, 2018, p. 18-20).

123 notícias falsas difundidas na campanha indica que 104 (85%) beneficiaram o candidato do PSL e 19 (15%) favoreceram Haddad” (NICOLAU, 2020, p. 92).

A estratégia da extrema direita em espalhar *fake news* vai além da difusão do pensamento liberal-conservador. Para Casimiro (2018), “tais narrativas falsas passaram a “redimir” determinados discursos de ódio, tidos como inaceitáveis e repulsivos por décadas pela maioria da sociedade” (CASIMIRO *apud* SOLANO, 2018, p. 45). Tecer discursos de ódio é uma prática recorrente de Bolsonaro. Além de frases de impactos contra pretos, população LGNTQIAPN+, nordestinos, mulheres e defender a tortura e a ditadura militar, ele se colocou como antagonista de todo o sistema político brasileiro e passou a acusar o PT de ser o sistematizador da corrupção na política e promotor da “depravação moral”.

A maioria dos eleitores apoiaram seu discurso e diante do avanço da direita, o candidato do PSL recebeu 57.797.847 (55,13%) votos e venceu Fernando Haddad, o qual conquistou 47.040.906 (44,87%). Bolsonaro não apenas foi eleito presidente como influenciou na eleição de vários candidatos de seu partido. Foi a vitória de um movimento em torno de seu nome⁵⁸. Assim, o país passou a viver sob a influência da extrema direita, inclusive, em 2020, muitos prefeitos eleitos se firmaram no apoio ao então presidente.

Diante do exposto, percebe-se que o PT é protagonista nas eleições presidenciais, dado que venceu quatro disputas (2002, 2006, 2010, 2014) e ficou em segundo lugar nas outras quatro (1989, 1994, 1998, 2018), contudo, é visível que em todas o partido se posicionou em função do nome de Lula quer como candidato ou como principal apoiador. A seguir abordaremos a dinâmica eleitoral nas eleições estaduais com o intuito de verificar se o partido apresenta o mesmo destaque nos estados, em quais destes obteve as primeiras vitórias e/ou melhores resultados, bem como verificaremos se a influência de Lula também se deu nas eleições estaduais.

1.2.2 Eleições Estaduais: as forças e fraquezas do PT nos estados brasileiros

Ao analisarmos tais pleitos, pretendemos comparar os resultados com os das eleições presidenciais e verificar se houve ascensão e/ou declínio de forma simultânea. A priori,

⁵⁸ Segundo Ciocari (2018), “houve um crescimento discreto no número de parlamentares eleitos, a Bancada da Bala (Frente Parlamentar das Armas). Concomitantemente, o discurso de ódio e a violência foram a grande pauta das eleições, com seu presidenciável Jair Bolsonaro incitando o uso de armas. Bolsonaro constantemente profere discursos misóginos, racistas, contra homossexuais e faz apologia contundente ao uso de armas. Sua imagem é sempre associada à violência e uma grande parcela da população apoia esse discurso o inserindo no cenário político permanentemente” (CIOCCARI, 2018, p.128).

analisaremos as eleições para o governo dos estados, para isso, apontaremos no quadro a seguir, o quantitativo de governadores petistas eleitos em cada uma das eleições de 1982 a 2018:

Quadro 2 – Candidatos e governadores eleitos pelo PT (1982 a 2018)

Eleições	1982	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010	2014	2018
Candidatos	21	20	23	19	16	24	18	10	16	16
Eleitos	0	0	0	2	3	3	5	5	5	4
Variação	-	-	-	+2	+1	-	+2	-	-	-1

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Entre 1982 a 2018, através de 17 políticos, o PT conquistou 27 mandatos distribuídos entre 11 dos 27 estados do Brasil, sendo que os estados com maiores vitórias foram Piauí e Acre, cinco, em cada. Wellington Dias (PI) com quatro mandatos, foi o governador com o maior tempo em exercício e Camilo Santana (CE), reeleito com cerca de 80% dos votos, foi o mais votado da história do partido. Em razão do número de eleitos oscilar entre um e cinco, não apresentaremos gráficos destas disputas, porém, analisaremos o contexto político de cada um dos pleitos para indicarmos os motivos que influenciaram nos resultados eleitorais.

Ao observarmos o quadro, salta aos olhos que o PT não elegeu governadores em 1982, 1986 e 1990. Em 1982, o motivo se deu principalmente pela influência do bipartidarismo, afinal, apenas PMDB e PDS elegeram governadores (DINIZ, 1985). O autor ressalta que, através da coincidência partidária (voto vinculado), a eleição foi regulada pelo governo militar com o intuito de desfavorecer os pequenos partidos e fortalecer o PDS, ex-ARENA. Assim, os eleitores deveriam votar no mesmo partido em todos os cargos em disputa.

Segundo Oliveira (1987), em 1986, o contexto econômico era marcado pela alta inflação herdada do militarismo, enquanto no contexto político, havia o protagonismo do PMDB, partido que em 1985 conquistou a presidência do Brasil e no ano seguinte apresentou um plano econômico que erradicaria a inflação. Assim, as eleições estaduais ocorreram em meio à euforia do plano Cruzado e o PMDB mostrou sua força vencendo em 22 estados brasileiros num total de 23 em disputa, isto é, apenas em Alagoas o partido perdeu para o PFL. Já em 1990, o PT chegou a disputar a segunda etapa no Acre e no Amapá, porém, não venceu. Naquele pleito, o PMDB perdeu a força eleitoral conquistada em 1986 e conquistou sete estados, enquanto o PFL, nove. O PDT foi o único partido de esquerda a vencer eleições e, assim o fez em três estados.

Em 1994, o PT elegeu seus primeiros governadores: Cristovam Buarque no Distrito Federal (DF) e Vitor Buaziz no Espírito Santo (ES). O contexto político era marcado pelas

mudanças econômicas referentes ao plano real, assim, a confiança dos brasileiros em Fernando Henrique Cardoso (PSDB) influenciou nos resultados das eleições para governador⁵⁹, uma vez que os partidos que o apoiavam venceram em 21 estados. Já em 1998, o PT elegeu três governadores: Jorge Viana – Acre; Zeca do PT - Mato Grosso do Sul e Olívio Dutra - Rio Grande do Sul. Mais uma vez, o PSDB venceu as eleições presidenciais no primeiro turno e elegeu sete governadores. Considerando os partidos aliados ao governo federal, estes elegeram 21, ou seja, durante o governo FHC, na maioria dos estados houve coesão entre os votos para os poderes executivos federal e estaduais.

Quatro anos depois, em 2002, primeira eleição vencida por Lula, o partido lançou oito a mais do que em 1998, mas repetiu a mesma quantidade de governadores eleitos no pleito anterior. Acre e Mato Grosso do Sul reelegeram, respectivamente, Jorge Viana e Zeca, enquanto no Piauí, Wellington Dias foi eleito governador. Lula venceu em 26 estados, mas, tal resultado não acompanhou os governadores eleitos. Se considerarmos que no segundo turno outros partidos demonstraram apoio, o número de governadores apoiadores sobe para dez. Nos outros 17 estados, os vencedores foram dos partidos da oposição, PSDB, PMDB, PFL e PSL. A partir dos dados, percebe-se que entre os dois pleitos, com relação ao PT, não houve relação direta entre as disputas presidenciais e para os governos estaduais.

Já em 2006, 2010 e 2014⁶⁰, o PT elegeu cinco governadores, sendo os melhores resultados nas disputas para este cargo, porém, nas três ocasiões, o partido conquistou a presidência, mas não foi o que mais venceu nos estados. Em 2006 e 2014 ficou atrás do PMDB e, em 2010, do PSDB. De acordo com o quadro 2, em 2010, o PT lançou oito candidatos a menos e também elegeu cinco governadores, assim como fez em 2006. Por outro lado, três dos cinco estados em que o partido venceu em 2014, também elegeram seus governadores em 2018, ou seja, naquele pleito, o partido elegeu quatro governadores, número semelhante ao período em que conquistou a presidência⁶¹. As quatro vitórias foram no Nordeste, onde desde 2006 o PT venceu as eleições para presidente em todos os estados, porém, no Maranhão, Paraíba,

⁵⁹ Em 1994, o PSDB elegeu seis governadores incluindo: São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro. O PTB elegeu um governador e o PFL, dois. Já o PMDB e o PPR, elegeram, respectivamente, nove e três governadores, entretanto, apesar dos partidos lançarem como candidato a presidência Orestes Quércia e Esperidião Amin, em muitos estados os candidatos a governadores destes partidos apoiaram FHC, sendo que os partidos fizeram parte do governo tucano desde o início do mandato.

⁶⁰ Governadores eleitos em 2006: Binho Marques – Acre; Jaques Wagner – Bahia; Ana Júlia Carepa – Pará; Wellington Dias – Piauí. Em 2010: Tião Viana – Acre; Jaques Wagner – Bahia; Agnelo Queiroz – Distrito Federal; Tarso Genro – Rio Grande do Sul; Marcelo Déda – Sergipe. Já em 2014 o PT elegeu: Tião Viana – Acre; Rui Costa – Bahia; Camilo Santana – Ceará; Fernando Pimentel – Minas Gerais; Wellington Dias – Piauí.

⁶¹ Os governadores eleitos pelo PT em 2018 foram: Rui Costa – Bahia; Camilo Santana – Ceará; Fátima Bezerra – Rio Grande do Norte; Wellington Dias – Piauí.

Pernambuco e Alagoas, a maioria dos eleitores votam no PT para presidente, mas nunca elegeram governadores do partido. Mais uma vez, os dados indicam que não houve influência direta dos resultados petistas nas disputas presidenciais nas eleições para governadores.

Enquanto nas eleições presidenciais o PT foi o maior vencedor desde a redemocratização, nos pleitos estaduais conquistou 27 mandatos, ficando atrás do PMDB, este que nunca venceu uma eleição presidencial, mas venceu 80 eleições para governador, bem como do PSDB, com 43 vitórias⁶². Além disso, diante da rivalidade entre PT e PSDB, Braga (2006) e Limongi e Cortez (2010) chamam a atenção que, de 1994 a 2014, estes partidos foram os únicos a lançarem candidatos competitivos em todas as eleições para o executivo federal, contudo, nos anos em que governou o Brasil, o PT nunca elegeu a maioria dos governadores. Ao contrário, em 1998, o PSDB elegeu o presidente FHC e conquistou a maioria dos estados⁶³. Mesmo não tendo a mesma força apresentada nas eleições presidenciais, o fato de ocupar a terceira posição em número de governadores eleitos, leva-nos a destacar o PT como um dos principais partidos nos estados, ou seja, um bom desempenho eleitoral em comparação às demais agremiações.

Com relação às eleições ao Senado Federal, desde 1990 o PT vem elegendo senadores. Nesse passo, no quadro a seguir, podemos mostrar a quantidade de eleitos:

Quadro 3 – Senadores eleitos pelo PT (1982 a 2018)

Eleições	1982	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010	2014	2018
Nº de Vagas	25	49	31	51	27	54	27	54	27	54
Eleitos	0	0	1	4	3	10	2	11	2	4
Percentual	-	-	3,2%	5,9%	11,1%	18,5%	7,4%	20,4%	7,4%	7,4%

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Observando o quadro, verifica-se que em algumas eleições o número de eleitos é menor⁶⁴, mas apresenta um maior percentual se comparado com outras. Isso se dá em razão de que em 1982, 1990, 1998, 2006 e 2014 foram eleitos um senador por estado, enquanto nas eleições de 1986, 1994, 2002, 2010 e 2018, dois. Tal fato explica a oscilação dos números de

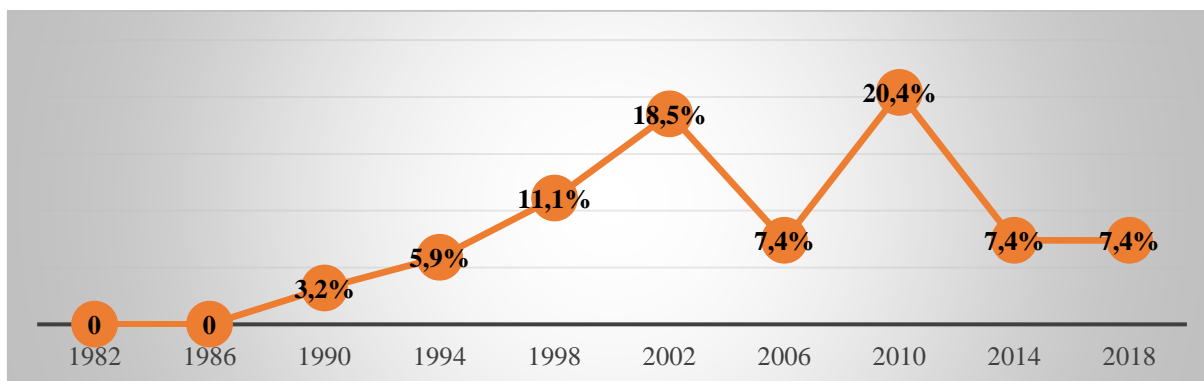
⁶² O PMDB é um partido mais antigo e mais tradicional, principalmente na década de 1980 quando se tinha a influência do bipartidarismo. Inclusive, em 1986, o partido elegeu 22 dos 23 governadores de estados. Já o PSDB é um partido mais novo do que o PT e elegeu seu primeiro governador já em 1990.

⁶³ Mesmo durante o período de vitória do PT no cenário nacional, seu maior oponente, o PSDB, elegeu mais governadores, com destaque para São Paulo, estado de maior orçamento e população no Brasil. Nesta unidade da federação, o PSDB elegeu governador de 1994 a 2014.

⁶⁴ Diferente dos outros cargos do poder legislativo, a eleição ao Senado Federal se trata de uma eleição majoritária, sendo que o tempo de mandato é de 8 anos.

eleitos. Todavia, para analisarmos os resultados, mostraremos os percentuais através de um gráfico:

Gráfico 3: Percentual de eleitos para o Senado Federal pelo PT (1982 a 2018)



Fonte: Dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Até 2002, os resultados apresentaram ascensão. Já entre 2002 a 2014, uma maior oscilação. Os melhores resultados se deram em 2002 e 2010, porém, nas duas eleições não foi o partido que mais ganhou vagas no senado. Em 2002, ficou atrás do PFL, este que conquistou 14 e, em 2010, atrás do PMDB, o qual elegeu 16 senadores.

No período em que comandou o país, mesmo não tendo a maior bancada, percebemos a hegemonia petista em alguns estados, quando o partido elegeu governador e senador: Acre, em 1998, 2002, 2006 e 2010; Mato Grosso do Sul, em 2002; Rio Grande do Sul, 2010 e na Bahia, 2010 e 2018. Ainda, nota-se que 2006, 2014 e 2018, o PT apresentou o mesmo percentual de eleitos, 7,4%, porém, em contextos políticos diferentes. Em 2006, a reeleição de Lula foi conseguida com larga vantagem sobre o adversário. Em 2014, o partido venceu, porém, com uma pequena diferença percentual. Já em 2018, perdeu a disputa.

Miranda (2009) observa que muitos candidatos a senadores se firmam no mesmo discurso que o candidato a presidente, porém, os números oficiais mostram que o PT venceu as disputas presidenciais entre 2002 a 2014, porém, apenas em 2002 e 2010 o partido teve bons resultados na disputa ao senado. A eleição de 2006 mostrou a maior inversão entre os dois cargos, sendo que os motivos podem ser explicados a partir dos estudos de Singer (2010) onde o autor analisa as relações entre o lulismo e o petismo, conforme descrevemos na seção anterior. Já Monteiro (2006) ressalta que em 2006 ocorreu a verticalização, ou seja, os partidos não puderam fazer alianças eleitorais na disputas estaduais diferentes das realizadas em âmbito nacional. Assim, as vitórias no senado seriam relacionadas com o apoio dos candidatos aos

governos, no entanto, quanto ao PT, tais relações também não se concretizaram, visto que o partido elegeu cinco governadores e apenas dois senadores.

Assim como nas eleições para governadores, o Acre é o estado que mais elegeu senadores petistas. Já os campeões em número de mandatos, são Eduardo Suplicy (SP) e Paulo Paim (RS), os quais venceram três eleições e permaneceram 24 anos como senadores. Ao compararmos com outros partidos, desde 1990, ano em que elegeu seu primeiro senador, o PT ocupa a quarta colocação com 37 mandatos, atrás do PSDB com 39, PFL (DEM), 46 e do PMDB, com 60 mandatos. Por mais que o PT já elegeu senadores em 19 estados⁶⁵, diante dos números, sugerimos que a força petista nas eleições presidenciais também não se repete com a mesma intensidade nas eleições para senadores.

Quanto às disputas para a Câmara dos Deputados, desde a disputa de sua primeira eleição em 1982, o PT elege deputados federais. No quadro a seguir, apresentaremos o número de eleitos considerando o recorte temporal de 1982 a 2018:

Quadro 4 – Deputados federais eleitos pelo PT (1982 a 2018)

Eleições	1982	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010	2014	2018
Vagas	479	487	501	508	512	513	513	513	513	513
Eleitos	8	16	35	50	59	91	83	86	70	56
Variação	-	+08	+19	+15	+09	+32	-08	+03	-16	-14
Percentual	1,67	3,28	6,98	9,84	11,52	17,73	16,17	16,76	13,64	10,91

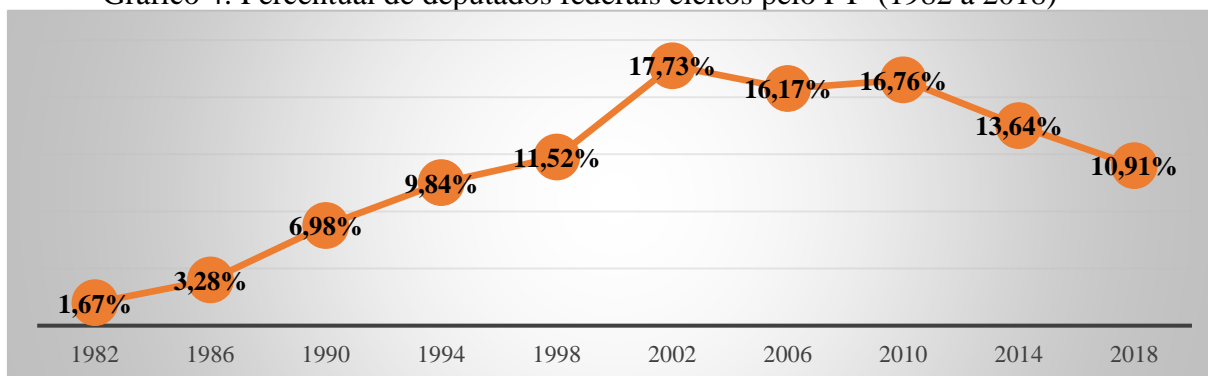
Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

O quadro mostra que em 1982, o PT conseguiu eleger oito deputados federais. Diante da influência do bipartidarismo, o PDS elegeu 235 deputados e o PMDB, 200. Se compararmos com partidos que também disputaram sua primeira eleição, os dados oficiais mostram que o resultado do PT foi inferior. Enquanto o partido elegeu oito, o PTB elegeu 13 e o PDT, 23.

Desde então, aumentou o número de deputados e atingiu seu maior quantitativo em 2002. Em 2006 sofreu um declínio, oscilação positiva em 2010, declínio em 2014 que se acentuou em 2018. Levando em consideração que entre 1982 a 2002 houve variação do número de vagas na Câmara dos Deputados e para melhorar as análises é importante visualizarmos os percentuais no número de eleitos, como faremos no gráfico a seguir:

⁶⁵ Estados que nunca elegeram Senadores petistas: Goiás, Amazonas, Tocantins, Amapá, Amazonas, Maranhão, Paraíba, Espírito Santo.

Gráfico 4: Percentual de deputados federais eleitos pelo PT (1982 a 2018)



Fonte: Dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Diante do gráfico, nota-se que em 1986, o PT elegeu poucos deputados (3,28%). Contudo, mesmo sendo pequeno o número de eleitos, dobrou o número em relação à 1982, sendo que as conquistas se deram no Rio Grande do Sul e nos estados da região sudeste. Por mais que o partido já estava organizado na maioria dos estados brasileiros, a força eleitoral ainda estava concentrada nesta região.

Quatro anos depois, saltou de 16 para 35 deputados (118%), o que representa o maior crescimento entre duas eleições. Além do Sudeste, ampliou as conquistas para todas as regiões brasileiras. Tal expansão e crescimento se deram, principalmente, em razão dos bons resultados do partido na eleição presidencial de 1989.

Em 1994 e 1998, o predomínio do Congresso foi dos partidos da base do governo federal (PFL e PSDB), porém, o PT ampliou sua bancada mediante a capacidade de suas lideranças locais e se tornou o maior partido de oposição parlamentar em razão da atuação de seus deputados (SECCO, 2018). Já em 2002, o PT elegeu 91 deputados (18%) e se tornou a maior bancada. Ribeiro e D'Araújo (2019) apontam que o crescimento se deu pela competência política que os eleitos demonstraram em seus estados e municípios. Argumento semelhante traz Carvalho (2006) ao ressaltar que o partido escolheu candidatos ligados aos movimentos sociais e lançou suas principais lideranças estaduais como candidatos. Logo, tais estratégias levaram ao crescimento no número de eleitos e fortaleceu a base do governo Lula.

Naquele pleito, ocorreu uma distribuição regional ampliada dos eleitos. Apenas Amazonas e Roraima não elegeram deputados petistas. Por mais que a região Sudeste tenha sido a campeã em número de eleitos, o destaque se deu na região Norte, afinal, o partido quintuplicou o número de deputados. Já em 2006, oscilou para baixo, perdeu oito vagas e elegeu 83. O partido conquistou a segunda maior bancada, sendo ultrapassado pelo PMDB. Assim como na disputa ao Senado, o PT diminuiu o número de deputados eleitos. Barbosa (2014) sugere que isso se deu em razão das acusações de corrupção a partir de 2005. Ao compararmos

os resultados entre 2002 e 2006, nota-se que o PMDB foi o partido que mais ampliou o número de eleitos. Já PSB, PDT e PPS, partidos de esquerda, também aumentaram o quantitativo de eleitos, além disso, o PSOL disputou sua primeira eleição e elegeu 3 deputados federais, os quais haviam sido eleitos em 2002 pelo PT.

Para Limongi e Cortez (2010), “as eleições de 2010 também se tornaram bipartidárias em quase todos os estados, espelhando a clivagem que dominou as eleições presidenciais” (LIMONGI e CORTEZ, 2010, p. 22). PT e PSDB foram os grandes protagonistas daquele pleito. Enquanto os peessedebistas se destacaram nas eleições para governadores, o PT foi protagonista nas eleições legislativas aumentando o número de senadores e deputados. O partido voltou a crescer e retomou o posto de maior bancada da Câmara Federal⁶⁶.

Nicolau (2017) aponta que em 2010, 22 elegeram deputados, enquanto em 2014, 28. Surgiram naquele ano partidos com expressão na Câmara dos Deputados, dentre estes, PSD e SD. Para o autor, “o sistema partidário brasileiro é o mais fragmentado entre os conhecidos em todas as democracias” (NICOLAU, 2017, p. 38). Tal fragmentação aumentou nas disputas para a Câmara dos Deputados em 2018, uma vez que 32 partidos conquistaram vagas, sendo que o grande destaque foi o PSL que saltou de 1 para 52 deputados⁶⁷. Após três décadas de ascensão, nas eleições de 2014⁶⁸ e 2018, o número de deputados petistas diminuiu. O PT perdeu deputados, mas não foi o único. PMDB e DEM em 2014, bem como PMDB e PSDB em 2018, perderam ainda mais, contudo, mesmo com a diminuição, o PT continuou tendo a maior bancada e sendo o maior partido de oposição ao governo Bolsonaro.

Entre 1982 a 2018, o PT se fez presente em 552 mandatos e desde 2002, tem sido o destaque em número de eleitos na Câmara dos Deputados. Roraima é o único estado onde o PT nunca elegeu deputado federal e os três que mais elegeram petistas foram: São Paulo (117); Minas Gerais (69) e Rio Grande do Sul (57). O fato do partido ser o campeão de eleitos da Câmara dos Deputados evidencia o protagonismo petista e a força de suas lideranças nos estados.

No que se refere às eleições para as Assembleias Legislativas, no quadro a seguir, mostraremos o número de deputados estaduais eleitos:

⁶⁶ Somente três estados não elegeram petistas. O maior quantitativo está em São Paulo, onde 15 petistas conquistaram o mandato. O partido elegeu grandes bancadas também na Bahia (10), em Minas Gerais (8) e no Rio Grande do Sul (8).

⁶⁷ Isso se deu em razão da eleição de Bolsonaro para presidente, o qual influenciou para que políticos até então desconhecidos pudessem se eleger.

⁶⁸ Em 2014, o PT diminuiu deputados em estados como São Paulo, Bahia e Santa Catarina, além de não eleger deputados em Pernambuco.

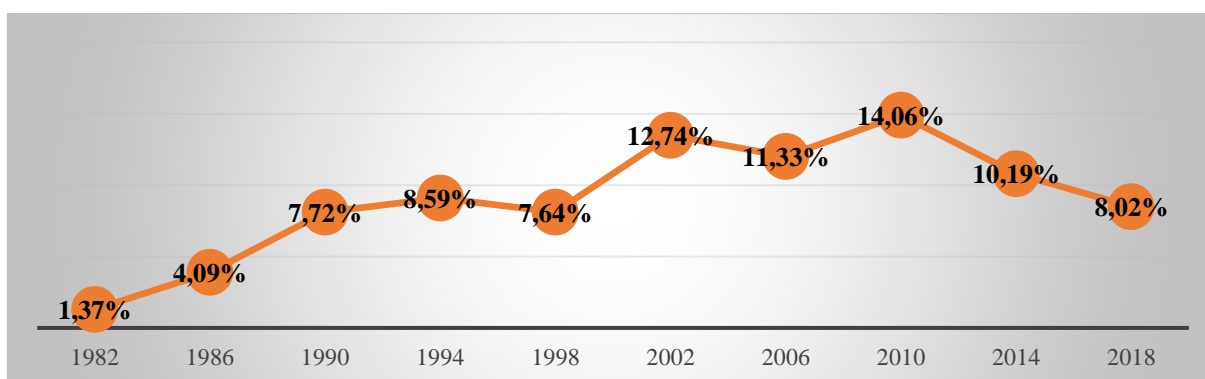
Quadro 5 – Deputados estaduais eleitos pelo PT (1982 a 2018)

Eleições	1982	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010	2014	2018
Vagas	947	953	1049	1059	1059	1059	1059	1059	1059	1059
Eleitos	13	39	81	91	81	135	120	149	108	85
Variação	---	+26	+42	+10	-10	+54	-15	+29	-41	-23
Percentual	1,37	4,09	7,72	8,59	7,64	12,74	11,33	14,06	10,19	8,02

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Em 1982, o número de eleitos foi pequeno, apenas 1,37%. Já em 1986, o quantitativo triplicou⁶⁹, foi nas eleições para deputado estadual que o PT teve o melhor crescimento entre 1982 a 1986. Após apresentar ascensão de 1982 a 1994, o quadro mostra que o número de deputados estaduais apresentou um pequeno declínio em 1998, sofreu oscilações em 2002 e 2006 e atingiu seu melhor resultado em 2010. Porém, assim como na disputa para outros cargos, apresentou um declínio maior nas eleições de 2014 e 2018, mas com percentuais diferentes. Através do gráfico, visualizaremos os resultados percentuais:

Gráfico 5: Percentual de deputados estaduais eleitos pelo PT no Brasil (1982 a 2018)



Fonte: Dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Comparando os gráficos 4 e 5, percebe-se a semelhança entre as disputas para deputados federais e estaduais. Para Carreirão e Nascimento (2012), os resultados tendem a ser parecidos, uma vez que nas duas eleições os partidos concorrem pelas mesmas coligações. Além disso, os mesmos motivos já expostos, contribuíram para uma dinâmica eleitoral semelhante em todos os cargos do poder legislativo.

⁶⁹ Quantitativo de deputados eleitos por estado: São Paulo – 10; Minas Gerais - cinco; Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro – quatro, cada um; Espírito Santo - três; Sergipe, Rondônia, Pará, Ceará e Goiás – dois, cada um; Bahia, Paraná e Santa Catarina elegeram um deputado, cada um.

Comparando as disputas para as Assembleias Legislativas e para a Câmara Federal, nota-se que as eleições para deputado estadual apresentam melhores percentuais até 1990. A partir de 1994, os resultados para deputado federal assumem a dianteira. Se considerarmos as médias de eleitos (deputados estaduais - 8,57% e deputados federais - 10,85%), nota-se que a Câmara dos Deputados foi o local de maior destaque do PT nas eleições legislativas.

Diante do exposto, podemos dizer que nas eleições estaduais, o PT apresentou ascensão eleitoral e atingiu seus melhores resultados em 2010. Contudo, sofreu um declínio em 2014, o qual se intensificou em 2018, em virtude da crise política, do impeachment de Dilma, da prisão de Lula e do crescimento de políticos ligados a Jair Bolsonaro. Na próxima seção abordaremos a dinâmica eleitoral do PT nos municípios, visto que os dados serão utilizados para comparações nos capítulos 2 e 3.

1.2.3 Eleições Municipais: crescimento prolongado seguido das maiores perdas

Desde 1982, o PT elegeu prefeitos e vereadores em todos os pleitos. Logo, podemos mostrar no quadro a seguir, o quantitativo de eleitos em todo o país:

Quadro 6 – Prefeitos e Vereadores eleitos pelo PT (1982 a 2020)

Eleições	1982	1985	1988	1992	1996	2000	2004	2008	2012	2016	2020
Prefeito (a)	2	1	36	54	111	187	411	560	636	256	182
Varição	-	-	+35	+18	+57	+76	+224	+150	+76	-380	-74
Vereadores	118	-	900	1.100	1.895	2.485	3.679	4.168	5.067	2.815	2.665
Varição	-	-	+782	+200	+795	+590	+1194	+489	+899	-2252	-150

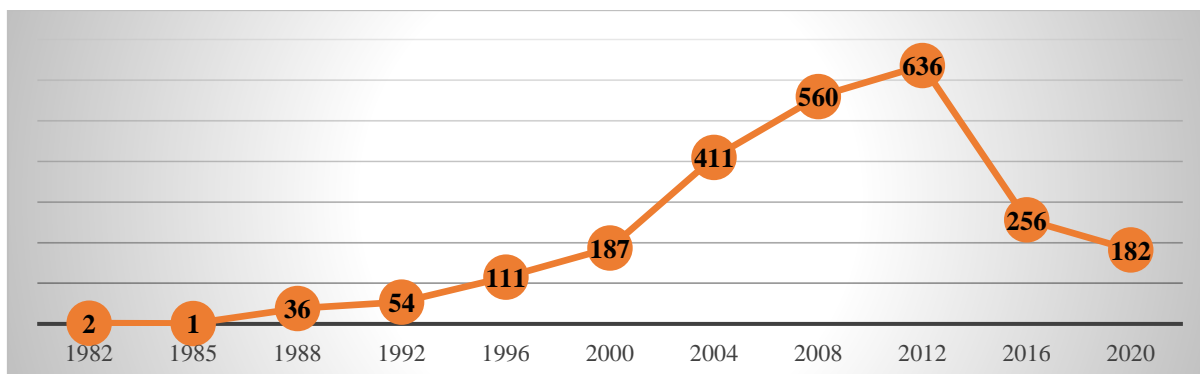
Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Observando o quadro, salta aos olhos que em 1985 houve diminuição do número de prefeitos eleitos e não há dados na disputa de vereadores. Isso se dá por que naquele ano, ocorreram eleições apenas para as prefeituras de 201 municípios⁷⁰. Percebe-se que os maiores crescimentos nos números de prefeitos e vereadores eleitos, em comparação às eleições anteriores, se deram nos pleitos de 1988 e 2004. Ainda, nota-se ascensão eleitoral até 2012, ano em que o partido atinge seu maior quantitativo de eleitos, após, o quadro aponta um declínio acentuado nos pleitos de 2016 e 2020.

⁷⁰ Nos demais municípios, a eleição para prefeito se deu em 1982.

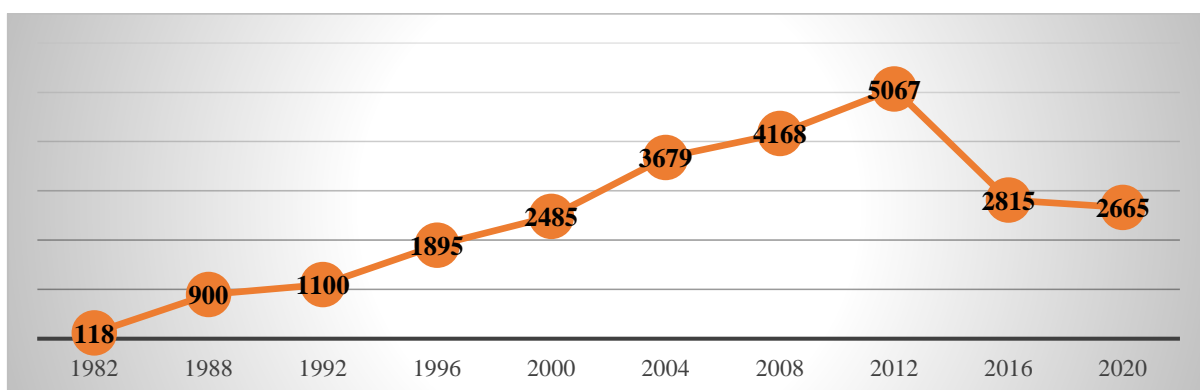
Para melhor visualizar os resultados das eleições municipais, através de dois gráficos mostraremos as oscilações na dinâmica eleitoral para os cargos de prefeito e vereador:

Gráfico 6: Prefeitos eleitos pelo PT no Brasil (1982 a 2020)



Fonte: Dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Gráfico 7: Vereadores eleitos pelo PT no Brasil (1982 a 2020)



Fonte: Dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Analisando os gráficos, confirma-se a ascensão de 1982 a 2012. Os estudos de Costa, Braga e Fernandes (2016), Amaral (2013) e Bezerra (2019) relatam que a estrutura, organização interna, força da militância, profissionalização política e os mandatos de Lula ajudaram no crescimento eleitoral. Para facilitar as análises, dividiremos o crescimento do PT em dois momentos: 1982 a 2000 (partido de oposição) e 2004 a 2012 (partido governista).

Em 1982, o PT elegeu 118 vereadores e conquistou duas prefeituras: Diadema/SP e Santa Quitéria do Maranhão/MA. Para Secco (2018): “Diadema foi conquistada como resultado do impulso da gênese do partido no grande ABC. Já em Santa Quitéria do Maranhão, a vitória foi totalmente circunstancial e se deveu particularmente ao apoio do pároco local” (SECCO, 2018, p. 54). Por mais que as duas vitórias estavam ligadas às influências dos dois maiores grupos que colaboraram na formação do PT, sindicalistas e católicos, elas se deram de forma isolada, afinal, o partido elegeu apenas dois prefeitos em todo o Brasil.

Em 1985, o país enfrentava a hiperinflação, elevadas taxas de desemprego e escândalos de corrupção (CARREIRÃO, 2002). O PT lançou candidatos em todas as capitais. Para Keck (1991), o discurso do partido se apresentou menos parcial do que em 1982 e utilizou os meios de comunicação de massa para se apresentar. Como resultado, aumentou o número de voto em todas as capitais e conquistou a prefeitura de Fortaleza/CE através de Maria Luiza Fontenele⁷¹.

Na segunda metade da década de 80, os movimentos sociais ganharam espaço na oposição gerando crescimento dos partidos de esquerda dando-lhes condições de competitividade (KINZO, 2004). Em 1988, conquistou 36 prefeituras e 900 vagas nas câmaras municipais. Para Secco (2018) um dos motivos desse crescimento se deu pelo posicionamento do PT na defesa dos direitos sociais na assembleia constituinte. No início dos anos 90 o PT se tornou o maior partido de esquerda e teve seus resultados eleitorais crescentes de 1982 até 2000. Por mais que não tenha ocupado as primeiras posições em número de eleitos, o PT foi o partido que mais cresceu nas eleições municipais na década de 1990 (CARVALHO, 2006).

Kinzo (2004) sugeri que o crescimento do PT se deu em razão de ser oposição aos governos que apresentou os problemas supracitados, principalmente, Collor. Enquanto os governistas se envolviam em escândalos, o PT se apresentava como o defensor da ética e da honestidade (KINZO, 2004)⁷². A autora ressalta que, em 2000, o PT conquistou a prefeitura de seis capitais e 29 cidades com população acima de duzentos mil habitantes. Segundo Miguel e Machado (2007), a crescente eleitoral se deu pelo fato de que, pouco a pouco, o PT foi mudando seu discurso. Para os autores, “o sucesso eleitoral impôs sua pedagogia aos petistas, que abandonaram o sectarismo dos primeiros anos. Em seu lugar, vieram o pragmatismo, a moderação, a acomodação com as práticas políticas vigentes⁷³” (MIGUEL e MACHADO, 2007, p. 2). Por outro lado, enquanto nos anos 80 e 90 o partido lançou candidato sozinho ou coligado com os partidos de esquerda, a partir de 2000 o PT abriu espaço para os acordos políticos independente das ideologias partidária (CARREIRÃO e NASCIMENTO, 2012).

⁷¹ Maria Luiza Fontenele, professora e socióloga, iniciou sua militância política no movimento estudantil secundarista e universitário e à juventude católica. Foi eleita deputada estadual pelo MDB em 1978. Em 1985 se filiou ao PT e foi eleita prefeita de Fortaleza. Em 1987, diante do descontentamento da população com sua administração, foi expulso do PT e se filiou ao PSB e foi eleita deputada federal em 1990. Suas lutas estavam vinculadas à defesa da reforma agrária, reforma urbana e da Educação. Em 1993, deixou o PSB e se filiou ao PSTU, partido em que ficou até 1998. Após, abandonou política partidária. Disponível em [Maria Luiza Fontenele - Lideranças Políticas NEAMP \(puccsp.br\)](#). Acesso em 12 de novembro de 2023.

⁷² Reis (2007) aponta que o petistas também sofreram acusações em cidades do interior de São Paulo, como São José dos Campos, porém, isso se deu em poucos casos e menor expressão do que outros partidos.

⁷³ Ainda, os autores relatam que a “postura leninista inicial, que via nas eleições um momento de educação política e entendia o partido como um instrumento de intervenção permanente na vida social, aos poucos sai de cena, e o PT se torna, plenamente, um partido eleitoral” (MIGUEL e MACHADO, 2007, p. 29).

Ao compararmos os resultados de 2004 a 2012, o crescimento continuou. Entre 2000 a 2004, o partido dobrou o número de prefeitos e passou a governar nove capitais. Para Cremonese (2005), o fato de ser o detentor do poder executivo federal lhe possibilitou mais recursos do que nos anos precedentes e influenciou no crescimento. Sobre o pleito de 2004, o autor destaca as vitórias do PSDB no segundo turno, relata que o PMDB elegeu o maior número de prefeitos e vereadores do país, salienta o crescimento do PV e PC do B e cita que:

Analisando os números do primeiro turno, percebeu-se o expressivo crescimento do PT, que obteve a votação de 16,3 milhões (17,17% dos votos válidos). Em relação às eleições de 2000, o partido aumentou sua votação em 37,7%. Já no primeiro turno, o ganhou a prefeitura de seis capitais e elegeu 400 prefeitos (um aumento de 114% em relação às eleições anteriores. O PT foi o partido que mais votos recebeu para prefeito nos 5.562 municípios brasileiros. Embora esteja longe de conquistar o maior número de administrações, é preciso registrar que o PT foi, dentre as grandes agremiações, a que mais cresceu nesse quesito, quando comparado ao total de cidades em que venceu no pleito anterior (CREMONESE, 2005, p. 37).

Diante de tais considerações, fica evidente o protagonismo do partido no quantitativo de votos. Para Miguel e Machado (2007), o fato de ter aumentado o número de candidatos em comparação à eleição de 2000 influenciou os resultados de 2004. Segundos os autores,

Em 2000 o PT apresentou uma capilaridade relativamente baixa. Disputou as prefeituras em apenas 2.732 municípios (51,9% do total de 5.263), menos do que o PDT e pouco mais do que o PPS, para citar duas agremiações do campo da esquerda, mas com muito menos peso no cenário nacional. Em 2004, o PT apresentou uma capilaridade muito maior do que quatro anos antes. Disputou as prefeituras em 4.741 municípios, um salto de 73,5% em relação às eleições de 2000 (MIGUEL e MACHADO, 2007, p. 762).

O lançamento de 73,4% de candidatos a mais do em 2000, resultou num crescimento superior a 100% no número de prefeitos eleitos em 2004⁷⁴. Os votos aumentaram, principalmente, nas cidades das regiões Norte e Nordeste. O partido venceu a eleição em nove capitais, destas, oito faziam parte das duas regiões (CREMONESE, 2005). Já em 2008, o PT comandava o país devido à reeleição de Lula. Abreu (2008) aponta que a popularidade do presidente era superior a 60%, principalmente no Norte e Nordeste. Dessa forma, o partido mostrou maior crescimento no número de prefeitos, evidenciando a influência de Lula nestas regiões. Ao mesmo tempo, no centro-sul do país, o PT conquistou menos prefeituras (TERRON e SOARES, 2010).

O crescimento continuou em 2008 e 2012, porém, os aumentos percentuais diminuiram, afinal, outros partidos surgiram no sistema partidário brasileiro, o que tornou o cenário mais

⁷⁴ Segundo Cremonese (2005) e Miguel e Machado (2007), o PT foi o campeão em número de votos, porém, conquistou a 6ª posição em quantidade de prefeituras conquistadas, ficando atrás dos partidos: PMDB – 1.059; PSDB – 870; PFL – 790; PP – 551; PTB – 421.

competitivo (NICOLAU, 2017). Em 2012, quando o partido atingiu o ponto máximo de prefeitos e vereadores de sua história, Paranhos (2013) descreve que o PT foi o segundo partido em números de candidatos, porém, o terceiro que mais elegeu, ficando atrás do PMDB e do PSDB.

Em 2016, após um crescimento de mais de 30 anos o PT enfrentou um declínio significativo. Conforme relatamos na seção 1.1, entre 2013 a 2016, o país vivenciou as manifestações populares que tomaram às ruas, a operação Lava Jato e o impeachment de Dilma. Tais fatos ajudaram a diminuir a confiança no partido e a mudança do voto (BORGES e VIDIGAL, 2018; RIBEIRO, CARREIRÃO e BORBA; 2017). Nesse sentido, Nicolau (2020) pontua que a perda foi mais expressiva nas maiores cidades, já que nos municípios entre 150.000 e 500.000 habitantes, o partido caiu de 10% para 4% em 2016. Por mais que partidos como DEM e PTB também perderam espaço, o declínio do PT foi o mais acentuado. O partido declinou 60,76% em relação às prefeituras e 46% no número de vereadores (NICOLAU, 2020).

Quatro anos depois, diante do crescimento de partidos apoiadores do então presidente Jair Bolsonaro (PP, PSD, DEM, PL, REPUBLICANOS, PODEMOS e PSL)⁷⁵ e da prisão de Lula, o partido intensificou o declínio, perdeu eleições em cidades como Santo André e São Bernardo, berços políticos do PT e não elegeu prefeitos em capitais, sendo a primeira vez que isso ocorreu desde a redemocratização. Em alguns estados, como Mato Grosso do Sul, nenhuma cidade elegeu prefeito petista, tanto em 2016 quanto em 2020.

Neste capítulo, analisamos o cenário político brasileiro nos anos finais da década de 1970, os diferentes grupos que participaram na formação do PT, descrevemos aspectos históricos enquanto oposição social nos anos 80 e oposição parlamentar e principal partido de esquerda na década seguinte.

Através de análises dos dados oficiais, mostramos que nas eleições presidenciais, após sofrer três derrotas (1989, 1994 e 1998), o partido venceu as quatro eleições seguintes (2002, 2006, 2010 e 2014) através de Lula e Dilma. No período em que comandou o país, promoveu projetos sociais e políticas públicas que causaram ascensão dos setores mais pobres, aumentou o poder de compra e intensificou o consumo, entretanto, a partir de 2013, o governo passou a receber uma série de acusações de corrupção que impulsionaram diversos protestos pelo país. Em um cenário de crise econômica, o PT não conseguiu barrar o desemprego e frustrou as expectativas de crescimento dos trabalhadores, principalmente dos grandes centros urbanos.

⁷⁵ Partidos de esquerda como PDT, PSB, PV, PC do B e PMN também diminuíram o número de prefeituras. O PMDB também diminuiu, 1.044 para 744, porém, continuou com o maior número.

Após o impeachment de Dilma, condenação de lideranças petistas e a prisão de Lula, o partido sofreu um declínio eleitoral.

No próximo capítulo, analisaremos a formação do PT em Mato Grosso do Sul e os principais momentos de sua trajetória histórica. Será evidenciado que, antes de conquistar o Palácio do Planalto, em 1998, o partido conquistou o poder executivo estadual. Ainda, abordaremos a dinâmica eleitoral nas eleições estaduais e municipais com o intuito de comparar os dados do cenário nacional com o estadual, principalmente no que tange às eleições municipais.

Capítulo 2 – FORMAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E DESEMPENHO ELEITORAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES EM MATO GROSSO DO SUL: das precedentes vitórias à intensidade do declínio

No capítulo anterior, descrevemos o contexto histórico e político, bem como os grupos que formaram o Partido dos Trabalhadores e influenciaram na sua organização em âmbito nacional. Ainda, analisamos a dinâmica eleitoral, a qual mostrou ascensão (1982 a 2002), permanência no comando do país (2003 a 2015), seguido de um declínio significativo (2016 a 2020), sendo que os motivos que afetaram o partido nas eleições presidenciais, também o fizeram nas estaduais e municipais.

Ao abordarmos os pleitos nos estados, evidenciamos que em 1998 o PT venceu a eleição para governador em três estados⁷⁶, dentre estes, no Mato Grosso do Sul, através de José Orcírio Miranda dos Santos⁷⁷, conhecido como “Zeca do PT”⁷⁸. Foi uma vitória significativa para o partido, dado que o jovem estado era governado pelas mesmas elites políticas desde o então Mato Grosso (BITTAR, 2009). Quatro anos depois, Zeca se tornou o primeiro governador a se reeleger. No período de oito anos em que comandou o poder executivo, 1999 a 2006, o partido conquistou vitórias em todas as eleições disputadas, inclusive, em 2002, elegeu governador, um senador, três deputados federais e três deputados estaduais⁷⁹, contudo, após o governo Zeca, o PT não mais elegeu governador e assim como ocorreu no cenário nacional, a partir de 2016, experimentou um declínio eleitoral significativo em todos os pleitos.

Este capítulo está organizado em duas seções. Na primeira, analisaremos o contexto político e alguns motivos que levaram à divisão de Mato Grosso, abordaremos a formação do PT no novo estado, os grupos que se uniram no processo de organização partidária e os principais momentos da trajetória histórica do partido. Como fizemos no capítulo 1, dividiremos o processo histórico em quatro fases: (1979 a 1982) - formação; (1983 a 1998) -

⁷⁶ De acordo com os dados oficiais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), na eleição de 1998, o PT venceu nos seguintes estados: Acre - Jorge Ney Viana Macedo Neves [111.989 (57,7%) votos – 1.º turno]; Rio Grande do Sul – Olívio de Oliveira Dutra [2.844.767 (50,7%) votos – 2.º turno]; Mato Grosso do Sul – José Orcírio Miranda dos Santos [548.040 (61,2%) votos – 2.º turno]. Disponível em [Resultado da eleição de 1998 — Tribunal Superior Eleitoral \(tse.jus.br\)](#). Acesso em 13 de abril de 2023.

⁷⁷ José Orcírio Miranda dos Santos, nasceu em Porto Murtinho (MS), bancário, foi um dos fundadores do PT no estado, fez parte do primeiro diretório do partido como tesoureiro, foi eleito deputado estadual nos pleitos de 1990, 1994 e 2022, vereador em 2012, governador em 1998 e 2002 e deputado federal mais votado na história do estado em 2014. Foi derrotado nos pleitos de 1982, 1988, 1996, 2010 e 2018, respectivamente como candidato a deputado estadual, vereador, prefeito, governador e senador. Entre 2017 a 2019 presidiu o PT estadual.

⁷⁸ Doravante, iremos chama-lo apenas por Zeca.

⁷⁹ Naqueles anos, algumas cidades como Dourados, além dos cargos estaduais, tinham a maior bancada de vereadores e o prefeito eleito pelo PT, ou seja, de 1998 a 2006 foram anos de hegemonia petista no estado.

primeiras conquistas eleitorais; (1998 a 2006) - governo Zeca; (2006 a 2020) - pós-governo. Já na segunda seção, detalharemos as eleições estaduais e municipais, relacionando-as com as nacionais e posicionando Mato Grosso do Sul em comparação a outros estados. Assim, pretendemos levantar os motivos que influenciaram na dinâmica eleitoral do PT estadual.

2.1 Gênese e transformações do PT: do enfrentamento às oligarquias tradicionais às alianças eleitorais

No dia 11 de outubro de 1977, o presidente Ernesto Geisel assinou a Lei Complementar n.º 31 que, a partir da divisão de Mato Grosso, criou o estado do Mato Grosso do Sul, este que passou a fazer parte da República Federativa do Brasil em janeiro de 1979. Por outro lado, o PT surgiu no final da década de 1970 num contexto político onde a resistência democrática e as manifestações sociais seriam os meios de oposição contra o governo militar (KECK, 1991; MENEGUELLO, 1989). Pelas datas, percebe-se que o início do partido se deu no mesmo período que nascia Mato Grosso do Sul, sendo assim, antes de abordarmos a trajetória do PT estadual, precisamos compreender o contexto histórico, político e os motivos que levaram à divisão de Mato Grosso, dado que o intuito desse trabalho não é apenas tratar da história do partido de forma factual, mas relacioná-la com a realidade política local.

Queiroz (2006) e Arruda (2019) indicam que no início do século XX, a região sul de Mato Grosso ainda era pouco habitada e os privilégios das famílias oligárquicas⁸⁰ eram garantidos em detrimento a participação popular e das instituições democráticas em um contexto social e político marcado pelo coronelismo e pela violência. Segundo Corrêa (2006), “os coronéis pecuaristas, agricultores e grandes comerciantes exerciam o poder de decisão do âmbito local, mantendo o controle dos empregos públicos, outros privilégios econômicos, sociais e a mobilização do uso da força” (CORRÊA, 2006, p. 61).

No início do século XX surgiram os primeiros “sulistas” que almejavam a divisão do estado motivados pelas ações dos governadores em detrimento à região sul, afinal, o norte recebia mais recursos e haviam diferenças administrativas (FANAIA, 2010; GALETTI, 2000; ARRUDA, 2015). Além disso, a região sul apresentou maior crescimento populacional⁸¹,

⁸⁰ Na obra *Coronéis e Bandidos*, Corrêa (2006) elenca como família de poderosos: Murtinho; Corrêa da Costa; Ponces; Barros e os Celestinos, estes que se revezavam no poder.

⁸¹ Segundo a autora, “a população mato-grossense estava distribuída nos 21 municípios. Enquanto em 1900 eram apenas seis municípios na região sul do estado, em 1920 existiam 11 municípios distribuídos na parte sul, passando para 13 ao final da década de 1920. Ainda, enquanto a população do estado, como um todo, cresceu 108%, o incremento populacional na porção sul, para o mesmo período, foi de 288%” (SOUZA, 2019, p. 29).

principalmente, a partir de 1914, com a chegada da estrada de ferro “Noroeste do Brasil”⁸² (QUEIROZ, 2019). Logo, a rivalidade entre os sulistas e nortistas foi aumentando não apenas pelos aspectos desenvolvimentistas, econômicos, culturais, mas principalmente, políticos.

Bittar (2009) aponta que até 1930, todos os governadores foram representantes do norte, enquanto entre 1930 a 1945, o estado passou a ser governado por interventores colocados por Getúlio Vargas. Nesse período, pela primeira vez um sulista venceu uma eleição estadual, isto é, Vespasiano Martins foi eleito senador em 1934. A partir de 1945, com a abertura democrática e a formação de partidos políticos como o PSD, PTB e UDN, os sulistas conquistaram a hegemonia, dado que de 1947 a 1965, quatro dos cinco governadores eram representantes do sul. Pouco a pouco os grandes proprietários de terra sulistas passaram a ocupar cargos na política, inclusive, em 1965, na eleição para governador, Pedro Pedrossian (PSD), candidato governista, derrotou Lúdio Coelho (UDN), ambos da região sul (BITTAR, 2009).

Em 1964, vários governadores de estados apoiaram o golpe civil-militar de 1964, dentre estes, Mato Grosso, sendo que políticos sulistas e nortistas estiveram juntos no apoio aos militares (ARRUDA, 2015; MEIRA, 2011). Conforme citamos no capítulo anterior, em todo o Brasil houve repressão a quem ousasse se opor ao regime. Segundo Chagas (2014):

Mato Grosso também experimentou casos de violência, perseguição, censura e prisões. Sob a alegação do combate ao comunismo, a ditadura prendeu pessoas que muitas vezes não tinham quaisquer ligações com o PCB. Em muitos casos, cidadãos que eram ligados ou simpatizantes do extinto PTB de Getúlio Vargas, sindicalistas ou que defendiam ideias de melhor distribuição das riquezas do país, eram presos, interrogados, torturados, e em muitos casos assassinados (CHAGAS, 2014, p. 44).

Além da violência descrita pelo autor, Arakaki (2014) descreve que vários políticos da região foram cassados, dentre estes, a autora cita os deputados federais Wilson Fadul (PTB) e Wilson Barbosa Martins (UDN), bem como o prefeito de Ponta Porã, José Issa (PTB). Em Corumbá⁸³, “políticos foram presos auxiliados por civis e pelo Exército Brasileiro, os quais lançaram-se na busca e prisão de pessoas contrárias ao golpe ou de subversivos, como eram denominados os que não apoiavam o golpe” (ARAKAKI, 2017, p. 07). Além de políticos, a autora ressalta a prisão de estudantes, como Ricardo Brandão, membro do PCB e líder estudantil, preso em Campo Grande em maio de 1964.

⁸² A ferrovia “noroeste do Brasil” foi construída no início do século XX ligando as cidades de Bauru (SP) a Corumbá (MS), sendo que os 1.273 quilômetros de trilhos foram construídos durante nove anos (MORATELLI, 2009). Tal ferrovia foi uma grande obra de integração nacional e defesa da fronteira oeste, trouxe desenvolvimento e aumento da população na região sul do então Mato Grosso, porém, a maioria das pessoas que chegaram foram trabalhadores da construção que sofreram com as condições de trabalho impostas pela empresa construtora (OLIVEIRA e ALVES, 2006).

⁸³ As obras de Martins (1980), Silva (2014) e Leite (2008), confirmam que na região sul do estado houve repressão. Os autores citam que em cidades como Nioaque, Campo Grande e Aquidauana, ocorreram prisões e torturas.

Diante do bipartidarismo imposto pelos militares, no início dos anos 70, muitos políticos do estado, inclusive os sulistas liderados por Pedro Pedrossian, foram para a Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Contudo, na segunda metade da década, a oposição aos militares através do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) passou a ganhar força em todo o Brasil e na tentativa de aumentar os representantes da ARENA, os militares decidiram criar alguns estados (MENEGUELLO, 1989). Como no Mato Grosso o governo federal tinha maior apoio e levando em consideração que o estado crescia em quantidade de municípios, demográfica e economicamente, Geisel costurou com os líderes políticos e, sem consultar a população, dividiu o estado (ARRUDA, 2019; QUEIROZ, 2007).

O intuito da divisão foi político e beneficiaria os interesses das poderosas oligarquias agrárias, tanto sulistas quanto nortistas (QUEIROZ, 2006; CORRÊA, 2006), ainda, o governo acreditava que criando um novo estado, aumentaria o apoio no congresso (MENEGUELLO, 1989)⁸⁴. Por mais que existisse a discussão da divisão pela região sul desde o final do século XIX, Bittar (2009) aponta que:

A ideologia do divisionismo se nutriu de fatores políticos, culturais e econômicos. Um deles foi o discurso de que o Sul ao se separar do Norte, se transformaria em “estado modelo” e uma das virtudes seria a renovação política, porém, ao se tornar poder no Sul, essa classe praticou o continuísmo e encarnou a polaridade política herdada de Mato Grosso (BITTAR, apud, MIRANDA, SILVA e MIRANDA, 2019, p. 65).

Na eleição de 1978 foram eleitos os deputados que comporiam a primeira legislatura da Assembleia Legislativa e que teriam a responsabilidade de elaborar a primeira Carta Constitucional do novo estado. Silva (2019) aponta que foram eleitos 18 deputados estaduais, destes, 11 (61,11%) pertenciam à ARENA e 7 (38,89%) ao MDB. Ainda, a ARENA elegeu quatro dos seis deputados federais, todas as vagas no Senado e, de 1979 até 1982, todos os governadores indicados pertenciam ao partido dos militares⁸⁵, ou seja, num primeiro momento, foi atingido o objetivo de aumentar o apoio ao governo militar.

No final dos anos 70, como o fim do bipartidarismo, foram organizados outros partidos políticos, dentre estes, o PT (SCHMITT, 2000; BRAGA, 2016). Além de defender os trabalhadores e lutar pela democracia, de forma específica no novo estado, o partido enfrentaria o tradicionalismo político dos latifundiários e das oligarquias que pareciam se perpetuar no

⁸⁴ Além do interesse político, segundo Bittar (2009), a Geopolítica dos militares, a influência da imprensa com destaque para o jornal Correio do Estado e a luta de pessoas como Paulo Coelho Machado e Vespasiano Barbosa Martins influenciaram no processo da divisão.

⁸⁵ Em 1979, o presidente Geisel indicou o engenheiro Harry Amorim Costa (ARENA) como primeiro governador do estado, porém, no dia 12 de junho, ele foi demitido e Londres Machado (ARENA), presidente da Assembleia Constituinte, assumiu o governo de forma interina. No final de 1979, o presidente Figueiredo indicou Marcelo Miranda (PDS) e, no ano seguinte, Pedro Pedrossian (PDS).

poder. Desde o início do século XX, o comando político da região reveza nas mãos de famílias tradicionais como Celestino, Martins Coelho, Alves Ribeiro, Albuquerque, Rondon e Costa Lima, as quais continuaram no poder do Mato Grosso do Sul até 1998 (BITTAR, 2009)⁸⁶.

Na primeira fase da história do PT sul-mato-grossense, 1978 a 1982, abordaremos os principais grupos e lideranças que participaram na formação, como se deu a organização e a disputa da primeira eleição em 1982.

Conforme Keck (1991) e Meneguello (1989), no capítulo anterior, citamos os grupos que se uniram na formação do PT no cenário nacional: intelectuais, políticos de esquerda de outros partidos, exilados políticos que retornavam para o Brasil, líderes sindicais, além de militantes das CEBs da igreja católica. Todavia, a gênese nos estados não se deu de forma homogênea, ou seja, em cada um houve o predomínio de grupos específicos (SECCO, 2018).

Com relação ao Mato Grosso do Sul, Souza (2019) e Marinho (2022) salientam que Zeca, líder sindical e estudantil, foi um dos protagonistas. Keck (1991), ao citar os políticos do PMDB, evidencia o então deputado federal Antônio Carlos de Oliveira. Já Bittar (2009) cita que o PT foi formado por movimentos sociais, trabalhadores e lideranças estudantis, sendo que o seu início se deu na capital e se expandiu para o interior. Não é intuito deste trabalho abordar o início em cada município, inclusive, os dados oficiais do TRE-MS mostram que nas eleições de 1982, o partido estava organizado em 15 dos 64 municípios⁸⁷. Diante do nosso objeto de pesquisa, precisamos descrever a formação na capital, uma vez que seus líderes ajudaram a organizar o partido no interior, de forma específica em Dourados, conforme procuraremos detalhar no capítulo 3.

Quanto aos trabalhadores e os movimentos sindicais que participaram da gênese no cenário nacional, a liderança coube ao sindicato dos metalúrgicos no ABC paulista (SECCO, 2018; RIBEIRO, 2008; BARROS, 2022). Já no estado, o PT contou com o apoio de profissionais liberais de diversas áreas, funcionários públicos, comerciantes, porém, o protagonismo se deu através de trabalhadores da construção civil sob a liderança de

⁸⁶ A autora chama a atenção do fato de que políticos tradicionais do novo estado, tiveram influência no antigo Mato Grosso durante o período da ditadura militar. Os dois maiores políticos no novo estado, Pedro Pedrossian (ARENA e Wilson B. Martins (MDB) começaram suas carreiras no período de 1945 a 1964. A polarização nos anos iniciais de Mato Grosso do Sul, marcada pela rivalidade entre Pedrossian e Wilson Martins se deu em razão de que “o processo de divisão foi oriundo da ditadura militar, por isso não gerou quadro políticos do campo democrático. A autora enfatiza que as duas primeiras décadas do Estado de Mato Grosso do Sul, desmascararam o discurso divisionista de renovação” (BITTAR, apud MIRANDA, SILVA e MIRANDA, 2019, p. 80).

⁸⁷ Anastácio, Aquidauana, Bela Vista, Bodoquena, Campo Grande, Corumbá, Dourados, Jaraguari, Jardim, Ladário, Miranda, Nova Andradina, Porto Murtinho, Taquarussu e Três Lagoas.

Ezequiel Ferreira Lima, funcionários dos Correios liderados por Ezequiel Ferreira Lima Junior e dos bancários liderados por Zeca (FARIAS, 2023)⁸⁸.

Tanto na entrevista de Farias (2023), quanto na obra de Marinho (2022), nota-se que a participação dos bancários não está atrelada ao sindicato da categoria e sim à liderança de Zeca⁸⁹, o qual se mudou para Campo Grande em 1979 e, ao perceber que o sindicato não fazia oposição ao governo, decidiu filiar vários amigos na tentativa de formar um grupo capaz de conquistar a presidência da instituição. Marinho (2022) relata que “na entrega das fichas, Zeca fez críticas severas à diretoria, porém, o presidente transformou tais críticas em desacato, fez um ato oficial como se fosse uma assembleia e expulsou Zeca do sindicato, forçando-o a se afastar por três anos” (MARINHO, 2022, p. 188).

Ao ser expulso, Zeca não teve mais influência no sindicato, mas convidou companheiros para ingressarem no PT. Entretanto, por ser aluno do curso de Direito da Faculdade Católica, atual Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), intensificou a luta no movimento estudantil e passou a discutir a necessidade da formação do PT com um grupo de estudantes intitulado de Convergência Socialista, mesmo nome de um grupo de militantes de São Paulo que lutavam contra o regime militar e que viria a ser uma das tendências na fundação do PT⁹⁰. Além do grupo de estudantes, segundo Farias (2023), tanto ele, quanto Ezequiel Ferreira Lima e alguns outros que participaram na formação do partido eram simpatizantes da CS. No início, não tinham no estado um grupo estruturado e intitulado como tendência, porém, assim o fizeram a partir de 1983⁹¹.

Na UCDB, além de Zeca, a propagação da formação partidária se deu através de Gilmar Arruda e Silvio Nucci⁹². Já na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), o responsável foi Gilberto Siqueira, presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE) (RODRIGUES, 2023)⁹³. Farias (2023) realça que Gilberto foi um grande

⁸⁸ FARIAS, Alcides. *Entrevista*. Campo Grande, 8 de fevereiro de 2023.

⁸⁹ Segundo Marinho (2022), com o intuito de cursar Economia, em 1976, Zeca se mudou para Assis/SP. Naquela cidade, ele teve contato com pessoas ligadas à “esquerda” política e ao sindicalismo bancário, inclusive, fez o curso de sindicalismo com Luiz Gushiken, um dos líderes na formação do PT.

⁹⁰ Como relatamos no capítulo 1, na Convergência Socialista havia alguns revolucionários trotskistas que participaram da luta contra a ditadura militar através da Liga Operária, os quais almejavam um partido operário e socialista de massa. A CS não formou o partido socialista pretendido, mas foi uma das correntes de esquerda mais atuantes dentro do PT desde a fundação até sua expulsão do partido em 1992 em razão de conflitos internos (REIS, 2007; MARIANO, 2019, LOPES, 2018; DA SILVA, 2001).

⁹¹ FARIAS, Alcides. *Entrevista*. Campo Grande, 8 de fevereiro de 2023.

⁹² Gilmar Arruda foi um dos líderes do movimento estudantil na FUCMAT, atualmente é professor universitário no Paraná. Silvio Nucci foi um dos fundadores do PT, anos depois se tornou secretário de Estado de Cultura no governo de Zeca.

⁹³ RODRIGUES, Gomercindo Clovis Garcia. *Entrevista*. Dourados, 7 de fevereiro de 2023.

líder estudantil, fez parte do partido logo no início, mas ganhou destaque enquanto líder anos depois no estado do Acre como Secretário de Planejamento e Desenvolvimento na gestão do governador Jorge Viana⁹⁴.

Além da militância no sindicato dos trabalhadores da construção civil, Ezequiel Ferreira Lima, junto com Alcides Farias, Beto Curvo, e Irineu Werner, atuavam nos movimentos de bairros. A prioridade do grupo era auxiliar os moradores de diversos bairros nas organizações de suas associações, entretanto, juntaram-se aos estudantes e passaram a dialogar sobre a fundação do PT⁹⁵. Marinho (2022) ressalta que durante a semana os “companheiros” estudavam e trabalhavam, porém, aos sábados, visitavam os bairros para divulgar o partido e conseguir filiados. Argumento semelhante traz Farias (2023) ao citar que “a Vila Universitária foi a primeira a receber a ação. Em 1982, quase 15 bairros contavam com a presença de petistas, dentre estes: Moreninhas; Vila Margarida, Aero Rancho; Vila Sobrinho; Itamaracá, Amambaí, além do centro da cidade”⁹⁶.

Entre os parlamentares de outros partidos que migraram para o PT, Keck (1991) cita Antônio Carlos de Oliveira, o qual era presidente do MDB estadual, advogado, já havia sido vereador em Campo Grande e o deputado federal de oposição mais votado nas eleições de 1978. Em uma entrevista concedida ao jornal do PT n.º 1, Antônio Carlos relatou que acreditava ser preciso encaminhar o Brasil para uma perspectiva socialista e, como não havia tal possibilidade no PMDB, optou pelo PT⁹⁷. Outros parlamentares como Walter Pereira, Roberto Orro e Sérgio Cruz também manifestaram interesse, entretanto, devido à legislação eleitoral, decidiram continuar no PMDB. Já Aurélio Cance Júnior, acompanhou Antônio Carlos e se juntaram ao grupo de estudantes e trabalhadores⁹⁸.

No cenário nacional, Ribeiro (2008), Reis (2007) e Mariano (2019), dentre outros, citam os ex-combatentes em organizações de esquerda que enfrentaram a ditadura militar através da luta armada e se juntaram na formação do PT. Rollemberg (2001) e Meira (2011) relatam que houve indícios de luta armada na região de Bonito (MS). Já Arakaki (2015) cita um grupo intitulado “Grupo dos Onze” que atuava no município de Dourados,

⁹⁴ De acordo com Michels, Silva e Yanaguita (2014), o movimento estudantil também acontecia em alguns colégios. Na Moderna Associação Campo-grandense de Ensino (MACE) havia um núcleo ativo, liderado por Vander Loubet (PT) e Ricardo Brandão (PCB). Este, foi candidato a vice-governador em 1990, filiou ao PT no início da década de 90 e foi candidato ao senado em 1994. Sobre Vander, os autores destacam que ele se filiou ao partido em 1980, anos depois se tornou Secretário de estado no governo Zeca e deputado federal.

⁹⁵ FARIAS, Alcides. *Entrevista*. Campo Grande, 8 de fevereiro de 2023.

⁹⁶ Idem.

⁹⁷ Tal entrevista está disponível na página 6 do Jornal do PT n.º 1, o qual está localizado na caixa n.º 73 no Centro de Documentação Regional da Universidade Federal da Grande Dourados.

⁹⁸ BONELLI, Luis Carlos. *Entrevista*. Dourados, 9 de fevereiro de 2023.

mas não utilizaram armas⁹⁹, todavia, em uma entrevista concedida no dia 25 de maio de 2023, a autora ressalta que não há fontes históricas que comprovem a existência de luta armada no estado. Ainda, Farias (2023) e Bonelli (2023), participantes da gênese do partido, relataram que não possuem conhecimento de que ex-combatentes tenham participado da formação do PT no estado¹⁰⁰.

Quanto aos católicos ligados a Teologia da Libertação, segundo Gonçalves (2023), estes marcaram presença como principal grupo no início do PT de Três Lagoas (MS), liderados pelo ex-padre João Carlos, Cida Gonçalves, Bárbara Nicodemos e Luiz Brambatti, primeiro candidato petista a prefeito daquela cidade¹⁰¹. Por outro lado, no final dos anos 70, alguns católicos passaram a atuar nos movimentos populares através da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) na Diocese de Dourados, os quais tinham atuação na região sul do estado, porém, não havia relação direta de tais grupos com o PT. Segundo Romani (2003), em 1985, a sede da CPT estadual deixou de ser em Glória de Dourados e mudou para Campo Grande aumentando a influência da pastoral em todo o estado, além disso, a partir de 1986, com a ida de Cida Gonçalves (atual Ministra de Estado das Mulheres) para Campo Grande, aumentou o protagonismo das CEBs e demais instituições católicas no partido (GONÇALVES, 2023)¹⁰².

Por mais que no início dos anos 80 os católicos não apresentaram protagonismo em âmbito estadual, na segunda metade da década, aumentaram as filiações destes, inclusive, alguns líderes do PT vieram das instituições católicas, dentre estes: Luiz Carlos Bonelli, ex-presidente estadual; Dorcelina Folador, ex-prefeita de Mundo Novo; Pedro Cesar Kemp Gonçalves, deputado estadual; Cida Gonçalves, Ministra das Mulheres; Elias Ishy, vereador de Dourados e Geraldo Biancatelli, candidato a senador em 1986¹⁰³.

⁹⁹ Segundo a autora, “a existência dos Grupos dos Onze foi confirmada pelo advogado Harrison de Figueiredo, preso diversas vezes durante a ditadura militar. Mas segundo ele, o objetivo dos grupos era convencer a população da necessidade de mudanças, as Reformas de Base” (ARAKAKI, 2015, p. 162).

¹⁰⁰ Como já citamos, segundo Marinho (2022), houve um grupo de estudantes da UCDB intitulado Convergência Socialista, os quais eram simpatizantes da tendência nacional que possuíam ex-combatentes na luta armada, porém, o autor não cita que entre tais estudantes tivessem ex-combatentes da luta armada contra a ditadura.

¹⁰¹ GONÇALVES, Pedro Cesar Kemp. *Entrevista*. Campo Grande, 24 de janeiro de 2023.

¹⁰² Cida Gonçalves, além de possuir ampla atuação na militância dos direitos das mulheres, coordenou o processo de fundação da Central dos Movimentos Populares no Brasil. Nos grupos de base, a ministra sempre fez parte dos cargos de direção estadual em Mato Grosso do Sul. Foi candidata pelo PT à deputada constituinte, sendo a única mulher a disputar esse espaço. Nos anos de 1988 e 2000, também foi candidata à vereadora em Campo Grande.

¹⁰³ Nas considerações de Romani (2003), nota-se que nos anos 80, ocorreram a formação de grandes acampamentos, principalmente na região sul do estado, os quais resultaram em diversos assentamentos rurais. Nestes, além da atuação de grupos ligados à igreja católica, segundo Gonçalves (2023), lideranças do PT tiveram acesso e se fortaleceram a partir do apoio de membros destes assentamentos.

O PT sul-mato-grossense teve sua gênese em Campo Grande, sob a liderança de Zeca, Ezequiel Ferreira Lima, Jandir de Oliveira, Haroldo Borralho, Alcides Farias, Irineu Werner, Beto Curvo, Antônio Carlos de Oliveira, e se espalhou pelo estado. Todavia, é preciso salientar que um partido não se faz apenas de seus líderes, principalmente no caso do PT, outros tantos estudantes, trabalhadores e militantes de movimentos sociais se juntaram na luta contra a ditadura e pelos direitos da classe trabalhadora, construindo assim, o início da trajetória histórica partidária.

No dia 6 de setembro de 1981, ocorreu a escolha do primeiro presidente e demais membros da comissão executiva. Ezequiel Ferreira Lima¹⁰⁴ foi eleito como primeiro presidente do PT estadual, José Jerônimo dos Santos como primeiro vice-presidente, Irineu Werner, segundo vice-presidente, Alcides Farias como secretário, José Orcírio Miranda dos Santos como tesoureiro, além de vogais e suplentes. Coube à comissão executiva estadual nomear as comissões provisórias nos municípios do interior. Um ano depois, o partido já estava organizado em quinze municípios¹⁰⁵.

No primeiro encontro estadual e convenção para a escolha dos candidatos na primeira eleição do partido, realizado na Câmara Municipal de Campo Grande, Damarci Olive da Costa estava presente. Em sua entrevista, ela relatou que

Na ocasião havia o grupo dos mais “radicais” que se intitulavam como CS liderados por Ezequiel e queriam um candidato que fosse ligado aos trabalhadores. No outro lado, havia o grupo mais moderado liderado por Antônio Carlos, sendo que seu discurso e a experiência empolgaram a maioria dos presentes que optaram por colocá-lo como candidato a governador, afinal, ele tinha o apoio da direção nacional do partido e teria mais chance de vencer¹⁰⁶.

Antônio Carlos fez uma campanha com poucos recursos financeiros vindos de doações, vendas de rifas e de camisetas. O PT se utilizou das táticas de pichações em muros e cartazes produzidos com jornais (CHAGAS, 2014). Com uma campanha limitada e por ser um partido novo, o candidato petista obteve 4.541 votos. Ainda, o PT lançou o promotor José Mirrha como candidato a senador, seis candidatos para a Câmara dos Deputados¹⁰⁷ e sete para

¹⁰⁴ Segundo Arakaki (2015), Ezequiel, ex-militante do PCB e presidente do Sindicato dos Trabalhadores e do Mobilário na Capital, “foi preso no dia 2 de abril de 1964 tendo sido decretada a intervenção do sindicato pelo Ministério do Trabalho, agora sob domínio dos militares” (ARAKAKI, 2015, p. 148).

¹⁰⁵ De acordo com os dados eleitorais oficiais do TRE-MS, em 1982 o PT participou das eleições em 15 municípios: Campo Grande; Anastácio; Aquidauana; Bodoquena; Bela Vista; Corumbá; Ladário; Dourados; Jaraguari; Jardim; Nova Andradina; Taquarussu; Três Lagoas; Porto Murtinho; Miranda.

¹⁰⁶ COSTA, Damarci Olive. *Entrevista*. Campo Grande, 21 de novembro de 2022.

¹⁰⁷ Osmar Lopes Zebalhos (1.549 votos); João Santana de Melo Filho (1.079 votos); Ezequiel Ferreira de Lima (647 votos); Maria Stela Leme Brandão (345 votos); Gomercindo Clovis Garcia Rodrigues (289 votos); Irineu Werner (249 votos).

a Assembleia Legislativa¹⁰⁸. Nas disputas municipais, lançou oito candidatos a prefeito¹⁰⁹ e 106 a vereadores em 15 municípios. Não houve vencedor pelo PT em nenhuma cidade. Os detalhes, tanto da eleição de 1982 quanto das demais, serão abordados na seção 2.2 deste capítulo.

A segunda fase da trajetória histórica começa em 1983 e se estende até 1998. Nesta, abordaremos a expansão do partido, o comportamento frente aos governos estaduais e as transformações na estrutura interna do partido até a conquista do poder executivo estadual.

Os resultados da eleição de 1982, assim como no plano nacional, trouxeram frustração às principais lideranças. Após o pleito, Antônio Carlos abandonou as disputas políticas, casou-se com a então deputada federal Bete Mendes e se mudou para Brasília. Zeca continuou filiado, mas sem atuação partidária e Vander se mudou para São Paulo para cursar Direito. A partir de 1983, sob a liderança de Ezequiel, seu filho Ezequiel Júnior e Alcides Farias, a Convergência Socialista se instituiu como tendência organizada no estado.

Mesmo com poucas reuniões, o PT continuou os debates sobre a luta pela democracia. Em 1985, Zeca voltou a militar no PT e no movimento estudantil da UCDB, mas agora não mais ligado a CS e com a companhia de colegas como: Agamenon Rodrigues do Prado, Vander Loubet, o qual retornou para Campo Grande, Giselle Marques, Pedro Kemp e Bem-Hur Ferreira. Segundo Gonçalves (2023), “naquela universidade formou-se um núcleo petista, os quais se reuniam por lá ou no colégio Latino-Americano¹¹⁰”. Anos depois, tais estudantes se tornaram grandes líderes partidários. Agamenon se tornou presidente do PT e secretário de Trabalho no governo de Zeca. Giselle assumiu a gerência do IMASUL no primeiro mandato de Zeca e foi candidata ao governo em 2022. Pedro Kemp foi secretário estadual de Educação e, desde 2002, é deputado estadual. Já Bem-Hur Ferreira militou nos movimentos negro e estudantil, elegeu-se vereador em 1992, deputado estadual em 1994 e deputado federal em 1998. Ainda se candidatou a prefeito da capital em 2000 e no ano de 2005, deixou o PT.

Em novembro de 1985, ocorreu eleição para prefeito em todas as capitais e nos municípios considerados pelos militares como área de segurança nacional. No estado, 14 municípios elegeram seus prefeitos¹¹¹. O PT indicou candidatos em Campo Grande, Corumbá

¹⁰⁸ José de Oliveira (1.509 votos) Aurélio Cance Junior (1.160 votos); Alcides Bartolomeu de Farias (397 votos); José Orcírio Miranda dos Santos (342 votos); Raimundo Leonardo da Costa (340 votos); Luis Carlos Alonso (234 votos); Aparecido Pereira da Silva (230 votos).

¹⁰⁹ Anastácio - Bartolomeu Anastácio; Aquidauana - José Carlos Feitosa; Bodoquena - Isaias Joaquim da Silva; Dourados - José Joaquim de Souza; Jardim - Lázaro Joaquim da Costa; Miranda - Valney Garcez de Oliveira; Nova Andradina - Carlos Bernardes de Oliveira; Taquarussu - Abdo da Silva.

¹¹⁰ GONÇALVES, Pedro César Kemp. *Entrevista*. Campo Grande, 24 de janeiro de 2023.

¹¹¹ Os municípios que elegeram prefeitos em 1985 foram: Amambai; Antônio João; Aral Moreira; Bela Vista; Campo Grande; Caracol; Corumbá; Eldorado; Iguatemi; Ladário; Mundo Novo; Ponta Porã; Porto Murtinho; Três Lagoas. Em doze municípios o PMDB venceu. Já o PFL venceu em dois.

e Três Lagoas, mas nenhum venceu. Na capital, Ezequiel Ferreira Lima foi candidato a vice-prefeito, por isso, deixou a presidência do partido e Alcides Bartolomeu de Farias se tornou, de forma provisória, presidente estadual¹¹².

Segundo Bonelli (2023), em 1986, o PT promoveu o 2.º Encontro Estadual. Na ocasião, se organizou para a eleição daquele ano e lançou candidatos a todos os cargos, porém, não houve eleitos. Durante o encontro, Manoel Camargo F. Bronze¹¹³ foi eleito presidente estadual representando um grupo independente formado pela união dos estudantes e pessoas ligadas a igreja católica, os quais se posicionavam contrários a Convergência Socialista. Até aquele ano, no PT estadual haviam os independentes, os membros da CS e alguns que se intitulavam da Articulação. A partir de 1987, de acordo com Gonçalves (2023) e Bonelli (2023), surgiram as tendências: “O Trabalho”, liderada por Sérgio Onça e a “Hora da Verdade”, a qual se tornou a Articulação de Esquerda em 1993, liderada por Geraldo Garcia¹¹⁴.

No cenário nacional, a tendência “O Trabalho” foi uma organização trotskista impulsionada pela Organização Socialista Internacionalista (OSI)¹¹⁵, sendo que em sua gênese defendia uma formação de um partido de classe e foi contrária à formação do PT. Em 1984 passou a se chamar Fração da IV Internacional e somente após aceitar as resoluções do partido, mudou seu nome para “O Trabalho” tendo como líderes Markus Sokol, Júlio Turra e Misa Boito (LOPES, 2018; SECCO, 2018).

A “Hora da Verdade”, inicialmente foi um manifesto de um grupo de militantes de esquerda não trotskistas redigido no VIII Encontro Nacional do PT em 1993, sendo que tal manifesto pedia que o partido não fizesse parte do governo de Itamar Franco. O grupo se

¹¹² Alcides B. De Farias atuou no movimento estudantil da Universidade de Brasília no final da década de 70, porém, ao desistir do curso de Ciências Biológicas, passou a residir em Campo Grande e a atuar no movimento de bairros da região da Vila Universitária. Alcides era simpatizante da Convergência Socialista, foi candidato a deputado estadual pelo PT nas eleições de 1982 e 1986, bem como candidato a prefeito de Campo Grande em 1988. Presidiu o partido por menos de um ano. Permaneceu atuante no PT até o final da década de 80.

¹¹³ Manoel Camargo Ferreira Bronze foi um dos fundadores do PT de Naviraí no ano de 1985. Advogado e Promotor de Justiça, foi candidato a vereador em 1982, presidiu o PT estadual de 1986 a 1988, foi candidato a Governador do estado em 1990, bem como se candidatou ao cargo de deputado federal em 1986; 1994 e 2002.

¹¹⁴ Convém dizer que no final da década de 90, após a eleição de João Grandão como deputado federal, teve início a tendência Democracia Socialista, entretanto, abordaremos a DS no capítulo 3, visto que João Grandão pertence ao PT de Dourados.

¹¹⁵ Em 1976, três organizações brasileiras que lutavam clandestinamente contra a ditadura unificaram-se para formar a Organização Socialista Internacionalista (OSI), hoje Corrente O Trabalho. A OSI nasceu levantando a bandeira de construção de um Partido Operário no Brasil e uma Central Sindical independente do Estado. Em 1978, a OSI começa a editar o jornal O TRABALHO, um jornal autossustentado que desde sua primeira edição é mantido pela contribuição dos próprios trabalhadores, mantendo o princípio de independência financeira diante da classe capitalista. Em 1980, a OSI integra-se na construção do PT desde a batalha pela sua legalização e participa ativamente das lutas que marcaram os seus primeiros anos de vida. O OSI sustenta firmemente (e inicialmente, praticamente sozinha) o boicote ao colégio eleitoral da ditadura (janeiro de 1985) e joga papel decisivo para a fundação da Central Única dos Trabalhadores – CUT, em 1983. Disponível em [Quem somos - O Trabalho](#). Acesso em 12 de novembro de 2023.

consolidou como tendência em 1993 e se intitulou Articulação de Esquerda, tendo como principais líderes, Rui Falcão e Valter Pomar (SECCO, 2018). No estado, em 1989, durante o 5.º Encontro Estadual, este grupo apresentou a tese vencedora e Geraldo Garcia foi eleito presidente estadual¹¹⁶.

Percebe-se que nos anos 80, a expansão do partido no estado foi lenta. Enquanto em 1982 o PT lançou candidatos em 15 municípios, em 1988, participou das eleições em 33, porém, mesmo participando em menos de 50% dos municípios, aconteceram as primeiras vitórias. No município de Amambai, Adilson Rodrigues de Souza, conhecido como “prego”, obteve 3.418 votos sendo eleito prefeito. Ainda, o PT elegeu quatro vereadores.

Durante a década de 1980, a maioria dos militantes acreditava que apenas o PT era defensor da classe trabalhadora e só poderia estar ali quem também o fosse. Isso fica nítido nas palavras de Gonçalves (2023) e Marques (2023) ao citarem que, no final dos anos 80, o partido precisou fazer uma plenária marcada por muita discussão para aprovar a filiação de Pedro Teruel e Antônio Carlos Biffi, este professor, até então filiado ao PMDB e aquele, por ser empresário da aviação agrícola e produtor rural.

Em maio de 1990, o partido se reuniu para o seu 6.º Encontro Estadual¹¹⁷. Já em 1991 e 1993, o partido realizou outros encontros onde Geraldo Garcia foi reeleito presidente estadual. Em abril de 1994, ele pediu afastamento e Luiz Carlos Bonelli¹¹⁸ assumiu de forma provisória, porém, em 1995, em mais um encontro, foi eleito como presidente estadual. Sob a liderança de Bonelli, o partido disputou a prefeitura da capital na eleição mais disputada da história. André Puccinelli (PMDB) conquistou 131.124 votos, enquanto Zeca recebeu 130.713, ou seja, o PT foi derrotado por 411 votos. Para Arce (2022), “vários petistas sentiram duas derrotas. A primeira foi pelo resultado das urnas e a segunda se deu pela aproximação de Zeca com Levi Dias (PPB) e Pedro Pedrossian (PTB). Para os petistas mais tradicionais, era

¹¹⁶ Geraldo Garcia era militante do movimento de luta pela terra, líder da tendência Articulação de Esquerda e presidiu o partido de 1989 a 1994. A sua principal atuação foi evidenciar a luta dos movimentos sociais e trabalhar pela formação política. Na opinião de vários entrevistados, Geraldo foi uma das principais lideranças do partido. Faleceu em fevereiro de 1998 em um acidente automobilístico no estado de Roraima.

¹¹⁷ Segundo o jornal OPTEI, 6.ª edição, o qual se encontra na caixa n.º 60 do CDR, tal encontro foi o sexto do partido. Neste trabalho, tentamos fazer um levantamento cronológico de todos os encontros estaduais do partido, porém, segundo Damarci Olive da Costa, secretária do partido, não há atas disponíveis no diretório estadual que comprovem tal cronologia. Além disso, entre os entrevistados, eles não se recordam de todos os encontros, principalmente no que se refere às datas e locais.

¹¹⁸ Luiz Carlos Bonelli foi um dos fundadores do PT na cidade de Dourados no ano de 1981, período em que cursava Agronomia. Ao terminar o curso, Bonelli se mudou para Naviraí, e ajudou a fundar o PT naquela cidade, onde foi candidato a prefeito em 1988. Nos anos finais da década de 1980, Bonelli passou a fazer parte da tendência Hora da Verdade, a qual se tornou Aliança de Esquerda em 1993. Ele presidiu o partido estadual de 1994 a 1997.

inadmissível aceitar apoio de partidos de direita”¹¹⁹. O PT não venceu na capital, mas elegeu outras três prefeituras: Aral Moreira, Porto Murtinho e Mundo Novo¹²⁰.

Entre os dias 25 a 27 de junho de 1997, o partido realizou seu 11.º Encontro Estadual, intitulado “Terra, Teto e Trabalho”¹²¹. Neste, Agamenon Rodrigues do Prado foi eleito presidente estadual apoiado pelo grupo majoritário do partido. No ano seguinte, o PT conquistou o poder executivo estadual. Zeca recebeu 61,27% dos votos válidos no segundo turno e derrotou o candidato Ricardo Bacha (PSDB), o qual tinha o apoio do governador Wilson Barbosa Martins. Segundo Bittar (2018):

O PT nasceu disputando eleições majoritárias, com identidade própria, ocupando um espaço que outras esquerdas não conseguiram ocupar no estado. A eleição de Zeca (1998) surpreendeu o Brasil. A sua candidatura representou as novas forças sociais originadas do processo de urbanização sul-mato-grossense desde o início da década de 1980 e a possibilidade de se colocar fim à dualidade política entre Pedro Pedrossian e Wilson Barbosa Martins. Os dois chefes políticos foram derrotados nessa mesma eleição, fato que constitui um forte simbolismo da atuação do PT de Mato Grosso do Sul (BITTAR apud MIRANDA, SILVA e MIRANDA, 2018, p.82).

A autora destaca que Zeca colocou fim à dualidade política dos maiores líderes sul-mato-grossenses desde a época da ditadura. A vitória no segundo turno levou o PT ao poder, mas não sozinho, afinal, ele contou com o apoio do candidato derrotado Pedro Pedrossian e de seu grupo político. Segundo Bonelli (2023), desde 1990, alguns petistas, inclusive o próprio Zeca, defendiam que o partido deveria tecer alianças com políticos tradicionais, porém, até 1996, a maioria não aceitava. Dessa vez, Zeca estendeu a mão a tais políticos. Naquele pleito, no cenário nacional, o partido participou da coligação “União do Povo Muda Brasil - PT, PDT, PSB, PC do B, PCB” apenas com partidos de esquerda. Ao receber o apoio de políticos tradicionais de direita no segundo turno, o PT sul-mato-grossense se destacou como um dos primeiros a tecer tais alianças, antes mesmo do partido no âmbito nacional.

A terceira fase da trajetória histórica do PT estadual é registrada de 1998 a 2006, período em que foi o partido governista. Nesta, citaremos algumas ações do governo Zeca que influenciaram nos rumos e transformações, tanto no governo, quanto no partido.

¹¹⁹ ARCE, Ribeiro. *Entrevista*. Dourados, 4 de julho de 2022.

¹²⁰ Em Aral Moreira, Irimar Carvalho Costa foi eleito pelo PT com 2.347 votos, porém, durante o mandato deixou o partido e se filiou ao PSDB, sendo reeleito em 2000. Em Porto Murtinho, Myriam Conceição Silvestre dos Santos, foi eleita com 1309 votos. Ela era casada com o procurador de Justiça Heitor Miranda dos Santos e cunhada de Zeca. Já em Mundo Novo, Dorcelina de Oliveira Folador, militante do movimento sem-terra e das pastorais da igreja católica, foi eleita com 3.442 votos, porém, não terminou o mandato, já que foi assassinada no dia 31 de outubro de 1999.

¹²¹ Tais informações estão descritas em um convite do encontro, o qual se encontra na caixa n.º 73 no CDR.

Em 1998, o PT elegeu apenas Laerte Tetila como deputado estadual. Logo, Zeca optou por fazer acordos com outros deputados para facilitar sua governabilidade. Em suas entrevistas, Gonçalves (2023) e Krakhecke (2022) ressaltaram que as lideranças perceberam que não seria possível ganhar e governar sem apoios. Para alguns, era o único caminho para a entrada no governo. Todavia, os acordos envolviam a partilha de espaços de poder através de alguns cargos e/ou funções, coube ao partido aceitar.

Zeca escolheu como secretários membros do PT e dos demais partidos aliados¹²², porém, optou por distribuir cargos para pessoas ligadas a deputados estaduais e deixou alguns petistas de fora, o que gerou descontentamento da base partidária. Vale lembrar que o PT liderou a coligação “Movimento muda Mato Grosso do Sul” - PT, PPS, PDT, PSB, PC do B e PAN. Além do descontentamento de alguns petistas, partidos de esquerda como o PPS, logo no início do mandato romperam com o governo. Para Ferreira Júnior, Bittar e Mato Grosso (2001), muito desse descontentamento e críticas dos partidos de esquerda se dão pela inexperiência de articulação, visto que estavam acostumados em debates e enfrentamento na oposição, agora, teriam pouco tempo para aprenderem a governar.

Em razão da crise fiscal e dívidas herdadas do governo anterior¹²³, o governo conduziu uma reforma administrativa que gerou ataques dos próprios petistas, contudo, era preciso resolver a crise para colocar em prática os programas sociais prometidos durante a campanha. Além disso, já em 1999, instituiu o Orçamento Participativo. Segundo Bossois (1987) e Souza (2009), as experiências pioneiras com o orçamento participativo se deram em Vila Velha (ES) e de Lages (SC), nestas, os prefeitos do PMDB adotaram como estratégia de formulação orçamentária, ouvir a população e as suas necessidades através de reuniões nos bairros¹²⁴. Contudo, para muitos autores, a experiência da administração petista de Porto Alegre (1989 a 1992) foi de extrema importância para que a prática se espalhasse pelo Brasil, principalmente, nas administrações do Partido dos Trabalhadores (SOUZA, 2001; AVRITZER, 2003; DAGNINO, 2002; MARQUETI, 2003).

¹²² No primeiro mandato de Zeca, o PT foi representado por oito secretarias; PDT por duas; PPS, três. Ainda, Zequinha Barbosa, sem partido e ex-campeão olímpico, ficou na secretaria de Esportes.

¹²³ De acordo com Chagas (2022), “o governo Wilson Martins deixou quatro folhas de pagamento do funcionalismo sem pagar; repasses de ICMS aos municípios atrasados; mais de 300 obras paralisadas e algo em torno de 600 milhões de Reais em dívidas” (CHAGAS, 2022, p. 128).

¹²⁴ Vários trabalhos abordam desde experiências administrativas que o utilizaram até as relações entre este e a democracia, tanto no plano nacional quanto no internacional. Lüchmann (2014) ressalta que “o orçamento participativo tornou-se internacionalmente reconhecido ao incorporar, por meio da criação de encontros e regras institucionais, setores da população na dinâmica de discussão e de formulação do orçamento público estatal” (LÜCHMANN, 2014, p. 167).

No primeiro ano do governo, a professora Elza Jorge¹²⁵ foi eleita como presidente do PT estadual. Até os dias atuais, Elza foi a única mulher a presidir o partido no estado. Ainda, no dia 30 de outubro de 1999, o PT enfrentou uma de suas maiores tragédias. Dorcelina Folador, prefeita de Mundo Novo, foi assassinada com seis tiros pelas costas na varanda de sua casa. Segundo Samora (1999), o crime teve cunho político, visto que a prefeita tomou atitudes contra máfias e políticos corruptos¹²⁶. A morte de Dorcelina trouxe tristeza para a população de Mundo Novo e aos demais petistas do Brasil.

Quanto às ações do primeiro mandato de Zeca, algumas serviram de “laboratório” para outros governos petistas que puderam ter acesso às experiências colocadas em prática, inclusive no executivo federal¹²⁷. Chagas (2022) elenca uma série de programas e obras, dentre estas: Bolsa Escola; Segurança alimentar; Hospitais; Desapropriação da Fazenda Itamarati e Banco do Povo. O autor dá destaque à Educação relatando o Cursinho Pré-vestibular, concursos públicos, aprovação do piso salarial e melhorias no processo de gestão democrática das escolas.

Em 2001, Delcídio do Amaral¹²⁸ (PSDB) passou a fazer parte do Governo e foi convidado a se filiar ao PT. Segundo Krakhecke (2022) “o grupo mais à esquerda no partido foi contra, mas Zeca exigiu a filiação gerando contendas”¹²⁹. Para o entrevistado, o governador se utilizou do cargo para influenciar a condução interna do partido e além da exigência da filiação de Delcídio, ele interferiu na eleição para presidente estadual do PT no final de 2001.

Conforme aprovado em 1999, no 2.º Congresso Nacional em Belo Horizonte (MG), a partir de 2001, o PT deveria realizar o processo de eleições diretas (PED) para presidente e direções em todos os níveis. Na disputa estadual, segundo Krakhecke (2022) ele e outros três candidatos pleiteavam ao cargo, porém, Zeca convenceu dois candidatos a desistirem da

¹²⁵ Elza Jorge já presidiu a FETEMS e foi secretária de Educação no governo Zeca no ano de 2002. Foi candidata a vereadora por Campo Grande em 2012, porém, não foi eleita.

¹²⁶ Disponível em [Folha de S.Paulo - Prefeita petista é assassinada no Mato Grosso do Sul - 01/11/1999 \(uol.com.br\)](http://folha.uol.com.br). Acesso em 12 de junho de 2023.

¹²⁷ Zeca implantou uma série de programas e projetos que transformaram MS como o Fundo de Investimento Social, que permitiu que o governo criasse os programas sociais Bolsa Escola, Segurança Alimentar, o Fundo de Investimento do Esporte e o Fundo de Investimento Cultural, que transformaram o Mato Grosso do Sul junto com as ações na área da habitação, saúde e educação. Disponível em [Zeca do PT | Partido dos Trabalhadores](http://zeca.do.pt). Acesso em 12 de outubro de 2023.

¹²⁸ Delcídio do Amaral, engenheiro eletricista, foi ministro de Minas e Energia durante o governo Itamar Franco, diretor da Petrobras no governo FHC e secretário de Infraestrutura durante o governo Zeca. Em 1998 se filiou ao PSDB e, em 2001, ao PT. Foi senador por dois mandatos. Em 2015 foi preso acusado de obstruir as investigações da Operação Lava Jato ao tentar impedir uma delação premiada de Nestor Cerveró. Em 2016 deixou o PT, além disso, em maio daquele ano, teve o mandato de Senador cassado. Em julho de 2018 foi absolvido pela Justiça Federal, se candidatou ao senado pelo PTC, mas não foi eleito. Atualmente está filiado ao PRD.

¹²⁹ KRAKHECKE, Egon. *Entrevista*. Campo Grande, 20 de novembro de 2022.

disputa para favorecer a vitória de Vander Loubet. No dia da eleição, Vander venceu com 60% dos votos. Inconformado, Egon, o qual era secretário de meio ambiente, deixou o governo¹³⁰.

Em 2002, Vander se afastou da presidência e Mariano Cabreira assumiu¹³¹. Coube a ele conduzir o partido nas eleições daquele ano. Ao contrário de 1998, o PT liderou a coligação “O novo Mato Grosso do Sul - PT, PSL, PTN, PSC, PL, PSDC, PSD, PC do B” composta por partidos de centro e de direita¹³². Fortalecido pelo amplo apoio político, Zeca foi reeleito derrotando Marisa Serrano (PSDB). Egon Krakhecke deixou o governo em 2001 descontente com a intervenção de Zeca no partido, porém, em 2002, foi escolhido como candidato a vice-governador. Ao ser questionado sobre o fato, Krakhecke (2022) relatou que foi escolhido na convenção por ser uma liderança de Dourados. Tanto Egon, vice de Zeca, quanto Marçal Filho (PMDB), vice de Marisa Serrano (PSDB), representavam a maior cidade do interior do estado.

No segundo mandato, Zeca conseguiu a maioria na Assembleia Legislativa. Assim, pôde dar continuidade nas obras de infraestrutura, reforma da Previdência Estadual, programas sociais, ampliação da UEMS, dentre outras. Por outro lado, a partilha de cargos em troca de apoio aumentou, até mesmo adversários históricos como o ex-governador Marcelo Miranda e o ex-prefeito de Dourados, José Elias Moreira, fizeram parte do governo, respectivamente, como superintendente do DNIT e secretário de meio ambiente (CHAGAS, 2022). Ainda, em 2005, durante o segundo mandato, o partido se reuniu para escolha de seu novo presidente, sendo que Amarildo Cruz¹³³ foi eleito representando o campo majoritário.

Além das obras e políticas públicas já citadas, Zeca reestruturou a máquina administrativa, criou a Caixa de Assistência dos Servidores do estado de Mato Grosso do Sul (CASSEMS), investiu em pavimentações de estradas, pontes, construiu o Museu de Arte Contemporânea, criou o Fundo de Investimento Social (FIS), criou o Cursinho Pré-vestibular, valorizou o salário dos professores e melhorou o processo de gestão democráticas nas escolas (CHAGAS, 2022, CATANANTE, 2011). Assim, percebemos que os mandatos de Zeca

¹³⁰ Idem.

¹³¹ Mariano Cabreira entrou no PT na década de 80 e sempre participou do grupo político majoritário ligado principalmente a Zeca. Presidiu o PT estadual de 2002 a 2005. No ano de 2008, apoiou a candidatura de Nelsinho Trad (PMDB) a prefeitura de Campo Grande, diante disso, o PT moveu um processo interno que resultou na suspensão dos direitos políticos do partido. Nesse passo, Mariano deixou o PT e se filiou ao PC do B. Atualmente trabalha como consultor político.

¹³² Partidos como PDT, PSB e PPS romperam com o governo, inclusive, o vice-governador Moacir Kohl do PDT se candidatou ao Governo em 2002. O único partido de esquerda que apoiou Zeca foi o PC do B.

¹³³ Amarildo Valdo da Cruz foi um dos fundadores do Sindicato dos Agentes Tributários Estaduais, atual Sindifiscal/MS, onde foi secretário-geral e presidente. Filou-se ao PT no final dos anos 80 e se candidatou pela primeira vez a deputado estadual em 1994. Em 2005, se tornou presidente do PT estadual e se elegeu pela primeira vez como deputado estadual em 2006, permanecendo na casa legislativa até 2018. Em 2021, assumiu o mandato tampão em virtude da morte de Cabo Almi, foi reeleito em 2022, entretanto, faleceu no dia 17 de março de 2023.

impactaram positivamente o desenvolvimento social, cultural e a melhoria da infraestrutura do estadual. Indicamos que outros estudos aprofundem análises sobre o governo Zeca, no entanto, nesta pesquisa, é importante verificarmos como o fato de ser partido governista influenciou na dinâmica eleitoral do PT.

Para Krakhecke (2022),

Durante o governo, Zeca e o PT investiram na democracia representativa e não na democracia participativa, logo, se tornou um partido profissional. Além disso, o governo não se juntou aos movimentos sociais e não gerou um protagonismo dos excluídos, não criando forças fora da via eleitoral. Zeca possuía capital político para dialogar com outros políticos, mas não abriu espaços para novos líderes nas bases¹³⁴.

Com relação ao desenvolvimento partidário, os oito anos em que foi governo impuseram ao PT uma transformação ímpar. Os mandatos de Zeca trouxeram crescimento quantitativo de filiados e de políticos que se filiaram ao partido. Como veremos na próxima seção, o PT se tornou o maior partido do estado e o campeão no número de eleitos nos pleitos de 2002 e 2004. Ainda, o fato de Zeca, mesmo sendo de um partido de oposição, ter um bom relacionamento com o governo federal entre 1999 a 2002 (SOUZA, 2019) e ser do partido governista entre 2003 a 2006, facilitou investimentos e obras no estado (CHAGAS, 2020).

Por outro lado, a coalizão com políticos tradicionais fez com que o governo ficasse preocupado com a governabilidade e se afastasse de suas bases. Para Ferreira Júnior, Bittar e Mato Grosso (2011), “caberia ao PT, a condição de ‘caixa de ressonância’ das demandas da sociedade civil junto ao governo estadual. Para tal, o partido deveria gozar de independência frente à lógica política que deu curso às ações governamentais” (FERREIRA JÚNIOR, BITTAR e MATO GROSSO, 2011, p. 75). Entretanto, na prática, tirou as principais lideranças dos movimentos sociais e as levou para o governo, não renovou lideranças de base e sob a influência de ser partido governista, transformou-se em um partido mais preocupado com as relações eleitorais com outros partidos do que com as bases que o constituiu nos anos 80 e 90. Em sua gênese, o PT se propôs a enfrentar as oligarquias e políticos tradicionais, porém, ao se tornar governo, trouxe parte destes para compor o governo.

Na quarta e última fase da história do PT estadual (2007 a 2020) abordaremos como o partido se portou diante das crises políticas ocorridas nos cenários nacional e estadual.

Em 2006, o PT foi derrotado na disputa ao governo estadual, mas não perdeu destaque como um dos principais partidos do estado, dado que continuou governando o Brasil, possuía deputados, senadores e a força de comandar 18 prefeituras. Entre 2006 a 2010, durante o

¹³⁴ KRAKHECKE, Egon. *Entrevista*. Campo Grande, 22 de novembro de 2022.

segundo mandato de Lula, o PT estadual era alinhado com o diretório nacional, além disso, continuaram as políticas sociais e a maioria ocorria em parceria com as prefeituras, logo, era vantagem fazer parte do mesmo partido que comandava o Brasil (MARQUES, 2023). Contudo, segundo Ferreira (2023), “após a derrota na eleição para governador, alguns prefeitos que eram ligados a deputados de outros partidos e vieram para o PT por interesse eleitoral, saíram”¹³⁵, nesse passo, em 2008, o PT perdeu 40% de suas prefeituras.

Durante o PED, em novembro de 2009, Marcus Garcia, ex-vereador de Paranaíba, foi eleito presidente estadual representando a chapa “Unidade” tendo apoio de Delcídio do Amaral, Zeca e do campo majoritário¹³⁶. No ano seguinte, Zeca foi derrotado no primeiro turno na disputa para governador, porém, o partido manteve bons resultados nas eleições legislativas. De acordo com Marques (2023), com a derrota de Zeca e a reeleição de Delcídio como senador, este ganhou força no partido. Tal força foi ampliada em novembro de 2013, quando Paulo Duarte, prefeito de Corumbá e amigo pessoal de Delcídio, foi eleito como presidente estadual.

Em 2014, no segundo turno, ao receber 598.461 (44,66%) votos, Delcídio foi derrotado por Reinaldo Azambuja (PSDB) o qual conquistou 741.516 (55,34%). Após a eleição, segundo Ferreira (2023) e Marques (2023), se intensificaram as divisões e a rivalidade entre Delcídio e Zeca pelo posto de liderança petista mais influente. Tal disputa enfraqueceu o PT, diminuíram os encontros, reuniões e gerou uma crise interna. No dia 3 de outubro de 2015, através de uma carta, Paulo Duarte renunciou à presidência alegando incompatibilidade para continuar nas funções de presidente do partido e prefeito de Corumbá. Antônio Carlos Biffi assumiu com a missão de diminuir as diferenças entre os grupos liderados por Delcídio e Zeca, todavia, a crise se agravou após a prisão de Delcídio em novembro de 2015 e do Impeachment de Dilma em 2016. Alguns, incluindo Paulo Duarte e Delcídio, deixaram o partido e nas eleições municipais daquele ano, o PT não elegeu prefeitos no estado.

Em meio à maior crise da história partidária, em maio de 2017, durante a etapa estadual do 6.º Congresso, Zeca foi eleito presidente estadual com o apoio dos deputados, campo majoritário e da DS, derrotando a chapa “A Esperança é Vermelha” liderada por Humberto Amaducci, candidato da tendência Articulação de Esquerda. No ano seguinte, segundo Ferreira (2023), a ideia do partido seria apoiar o candidato a governador do PDT, Juiz Odilon, porém, a

¹³⁵ FERREIRA, Vladimir. *Entrevista*. Campo Grande, 9 de fevereiro de 2023.

¹³⁶ Disponível em [Marcus Garcia concorre sozinho à presidência do PT no Estado - Diário Corumbaense \(diarionline.com.br\)](http://diarionline.com.br). Acesso em 17 de junho de 2023. Marcus Garcia Gomes é advogado e se filiou ao PT na década de 1990. No ano 2000 foi eleito vereador em Paranaíba/MS e reeleito em 2004. Em 2006, foi candidato a deputado federal; em 2008, candidato a vice-prefeito de Paranaíba. Foi eleito presidente estadual do PT em 2009 e no ano seguinte, candidato como 2.º suplente ao Senado Federal.

direção nacional determinou que em todos os estados o partido tivesse candidatos¹³⁷, assim, Humberto Amaducci foi escolhido como candidato a governador. No pleito, ele recebeu 132.638 (10,26%) votos, o que representou um declínio eleitoral acentuado. Em outubro de 2019, alegando problemas de saúde, Zeca deixou a presidência do partido e o diretório estadual elegeu Vladimir da Silva Ferreira¹³⁸, o qual organizou as eleições municipais de 2020. Mais uma vez, o PT não conquistou prefeituras e diminuiu o número de vereadores.

Em suma, o PT sul-mato-grossense nasceu da união de trabalhadores e estudantes, se organizou nos anos 80 e 90 e se tornou o maior partido de esquerda do estado. Em 1998, conquistou o poder executivo derrotando as forças oligárquicas tradicionais, porém, ao se tornar governo, realizou acordos com partidos de centro e de direita e trouxe representantes destas oligarquias para o governo. A partir de 2006, sofreu declínio eleitoral e após os escândalos de corrupção, divisões internas, prisão de Delcídio e impeachment de Dilma, em 2016, vivenciou a maior crise de sua história, esta que intensificou o declínio¹³⁹.

Na próxima seção, abordaremos os resultados eleitorais obtidos nas eleições de 1982 a 2020 relacionando a dinâmica eleitoral estadual com os resultados nacionais.

2.2 Desempenho eleitoral do PT sul-mato-grossense nas disputas estaduais e municipais

Em 1982 ocorreu a primeira eleição em Mato Grosso do Sul (CHAGAS, 2014). Assim como no cenário nacional, o predomínio no estado ficou por conta do PDS e do PMDB, porém, segundo os dados oficiais do TRE (MS), o PMDB venceu as eleições para governador, senador, elegeu 50% dos deputados federais e estaduais e elegeu a maioria dos prefeitos e vereadores. Quanto ao PT, o partido lançou candidato para todos os cargos, mas ninguém venceu.

Alves (1984) considera as eleições de 1982 como uma das mais importantes da história do Brasil, baseado no fato de que o eleitor deveria escolher candidatos tanto no âmbito estadual quanto no municipal, desde então, isso não mais ocorreu. Sendo assim, este trabalho abordará as disputas eleitorais separando-as em estaduais e municipais.

¹³⁷ Ferreira (2023) relatou que a decisão de ter candidatos em todos os estados se deu em razão da prisão de Lula. A estratégia da direção nacional era utilizar as campanhas para defender o maior líder partidário.

¹³⁸ Vladimir da Silva Ferreira filiou ao PT na década de 1990. Nos anos 2000 e 2004 foi candidato a vereador de Coxim/MS. Já em 2008, conseguiu sua primeira eleição como vereador daquela cidade, sendo reeleito em 2012 e 2016. Em 2018, foi eleito presidente da Câmara Municipal para o biênio 2019 a 2020.

¹³⁹ A partir da eleição de 2022, além de políticos como Zeca, Vander e Pedro Kemp, os quais continuam tendo destaque na política estadual, surgiram novas lideranças como Tiago Botelho, candidato ao senado; Gisele Marques, candidata a governadora; Camila Jara, eleita deputada federal; e Gleice Jane, a qual assumiu o mandato como deputada estadual em março de 2023. Diante de tais resultados, aliados à vitória de Lula como presidente do Brasil, o PT estadual enfrenta um cenário de reconstrução.

A seguir, analisaremos a participação do PT nas eleições estaduais.

2.2.1 Eleições Estaduais: o protagonismo de Zeca e a falta de renovação de lideranças

Ao analisarmos estas eleições, temos o objetivo de comparar os resultados de Mato Grosso do Sul com as eleições no cenário nacional. Iniciaremos as análises a partir das eleições para governador e, por se tratar de uma eleição majoritária, no quadro a seguir, indicaremos os nomes dos candidatos pelo PT e suas respectivas votações:

Quadro 7 – Votação dos candidatos do PT ao governo estadual (1982 – 2018)

Eleições	Candidatos Petistas	Votação	Percentual	Colocação
1982	Antonio Carlos de Oliveira	4.541	0,90%	4.º
1986	Luiz Landes da Silva Pereira	16.664	2,48%	3.º
1990	Manoel Camargo Bronze	68.304	9,71%	3.º
1994	Pedro Teruel	73.164	10,01%	3.º
1998	Zeca do PT	1.º turno 263.350 2.º turno 548.040	32,77% 61,27%	1.º
2002	Zeca do PT	1.º turno 509.843 2.º turno 581.545	48,33% 53,74%	1.º
2006	Delcídio do Amaral	1.º turno 450.747	38,04%	2.º
2010	Zeca do PT	1.º turno 534.601	42,50%	2.º
2014	Delcídio do Amaral	1.º turno 567.331 2.º turno 598.461	42,92% 46,55%	2.º
2018	Humberto Amaducci	1º turno 132638	10,26%	4.º

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MS)

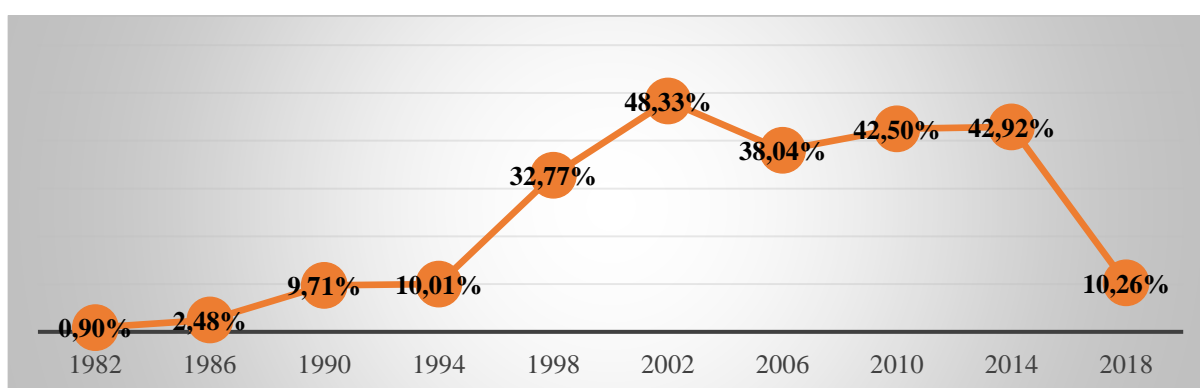
Enquanto na disputa à presidência do Brasil apenas três pessoas representaram o PT, observando o quadro, percebemos que nas 10 eleições para o governo do estado, sete pessoas foram candidatas, porém, durante cinco pleitos, apenas Zeca e Delcídio se revezaram na disputa, ou seja, não houve espaço para outras lideranças disputarem o governo estadual. As duas eleições vencidas pelo PT foram decididas no segundo turno. Em 2014, o partido foi derrotado na segunda etapa. Entre 1982 a 1994, bem como 2006 e 2010, a eleição foi decidida já no primeiro. Já em 2018, o segundo turno foi disputado entre PSDB e PDT.

Entre 1994 a 2014, as eleições presidenciais foram marcadas pela polarização entre PT e PSDB, a qual se entendeu para alguns estados. No Acre, a hegemonia foi do PT, enquanto em São Paulo, do PSDB. Já em Minas Gerais, Sergipe e Pará, houve rodízio entre os dois partidos.

No Mato Grosso do Sul, nas três eleições em que o PT disputou o segundo turno, todas foram contra o PSDB, repetindo a polarização nacional (SOUZA e MARTINS, 2015). Os autores salientam que PT e PSDB foram os únicos partidos a disputarem todas as eleições presidenciais, porém, na disputa para o executivo estadual, apenas o PT disputou todos os pleitos¹⁴⁰.

Para melhor visualização dos resultados, no gráfico a seguir, mostraremos os percentuais recebidos no primeiro turno dos pleitos ao governo.

Gráfico 8: Percentual dos votos do PT no 1.º turno das eleições ao governo (MS) (1982 a 2018)¹⁴¹



Fonte: Dados do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MS)

Ao observarmos o gráfico, percebe-se a ascensão eleitoral de 1982 até 2002. Após receber em média 10% dos votos em 1990 e 1994, tal número aumentou 22,76% e fez com o que o partido tivesse o direito de disputar o segundo turno em 1998. Em 2002, atingiu o ponto máximo de sua votação (48,33%), por apenas 1,67%, Zeca não se elegeu já no primeiro turno. Por outro lado, a partir de 2006, o gráfico aponta uma oscilação até 2014, sendo que em 2006 o partido perdeu 10,29%, em 2010 recuperou 4,46% e aumentou 0,42% em 2014. Já em 2018, perdeu 32,66% dos votos. Tal declínio é superior aos resultados da eleição presidencial no estado. No primeiro turno, Fernando Haddad recebeu 333.407 (23,87%) votos, o que corresponde a 13,61% a mais do que recebeu o candidato petista ao governo, isto é, 200.769 eleitores votaram no PT para presidente e escolheram outro partido na disputa ao governo.

Para analisarmos a ascensão eleitoral nos anos 80 e 90, convém dizer que Melo (2006) aponta que no Brasil, toda a década de 1980 foi marcada pela influência do

¹⁴⁰ Tal fato também ocorreu nos estados do Acre, Distrito Federal e Rio Grande do Sul.

¹⁴¹ Neste trabalho, apresentaremos o gráfico com os resultados apenas do primeiro turno, visto que em apenas três eleições (1998, 2002 e 2014) o partido participou do segundo turno na disputa do governo do estado.

bipartidarismo. Nesse sentido, os dados oficiais e as considerações de Barbosa e Silva (2012) corroboram com Melo (2006) evidenciando que no Mato Grosso do Sul não foi diferente. Já nos anos 90, os autores apontam para a consolidação do multipartidarismo.

Como dissemos na seção 2.1, ao dividir Mato Grosso, os militares esperavam aumentar o apoio recebido, tanto é, que os primeiros governadores do novo estado foram colocados pelo governo federal e todos eram membros do partido governista. Contudo, em 1982, a oposição representada por Wilson Barbosa Martins do PMDB, venceu com 51,10% dos votos (SILVA, 2019). Quatro anos depois, o favoritismo pertencia ao PMDB, partido do governo federal e idealizador do plano Cruzado que prometia resolver graves problemas econômicos como a alta da inflação (OLIVEIRA, 1987). Mais uma vez o PMDB venceu no estado com Marcelo Miranda.

Em 1990, ao receber 417.589 (59,39%) votos, Pedro Pedrossian (PST), político tradicional desde Mato Grosso, iniciou seu terceiro mandato (SILVA, 2019). Já em 1994, Wilson B. Martins (PMDB) conquistou o governo ao receber 392.365 (53,7%) votos, derrotando Levy Dias (PPR), outro político tradicional da ditadura militar que contava com o apoio de Pedro Pedrossian (PTB). Se considerarmos as eleições para governador nos anos 80 e 90, num estado marcado por disputas entre oligarquias, nos anos 80 e 90, a tradição de políticos experientes falou mais alto.

Mesmo ocupando a quarta colocação em 1982 e a terceira nas três eleições seguintes, verificamos que o PT obteve uma ascensão significativa. Entre 1982 a 1994, aumentou a proporção de seus votos em 0,9%, 1,58%, 7,23%, 0,30%. Em 1994, recebeu 73.164 (10,01%), ou seja, um aumento de 1.611% em comparação à 1982. Em comparação aos outros estados da federação, Mato Grosso do Sul obteve o quinto melhor resultado, ficando atrás do Acre, Distrito Federal, Espírito Santo e Rio Grande do Sul¹⁴².

Em 1998, Pedro Pedrossian (PTB) tentou seu quarto mandato e Wilson Martins apoiou um de seus secretários, Ricardo Bacha (PSDB). No primeiro turno, Pedrossian ficou em terceiro lugar, dessa forma, apoiou Zeca na segunda etapa, sendo que tal fato foi decisivo na eleição do petista. Além do apoio de Pedrossian, para entendermos os motivos que levaram à vitória de

¹⁴² No Espírito Santo e no Distrito Federal, o partido recebeu em 1990, respectivamente, 127.749 (15,68%) e 133.704 (20,26%) e venceram as eleições estaduais em 1994. No estado do Acre, em 1990 o PT recebeu 34.868 (28,34%) dos votos e disputou o segundo turno. Em 1994 conquistou 41.830 (24,98%) e venceu a eleição de 1998 no primeiro turno ao receber 112.889 (57,7%) votos. Já no Rio Grande do Sul, em 1990 o PT recebeu 412.551 (10,01%) votos. Em 1994, conquistou 1.560.992 (34,73%), resultado que o fez disputar o segundo turno e, em 1998, ao receber 2.295.503 (45,92%) votos no primeiro turno e 2.844.767 (50,78%) votos no segundo, pela primeira vez, elegeu o governador do estado.

Zeca, a priori, precisamos voltar os olhos para os resultados no cenário nacional. Na disputa presidencial, o PT perdeu no primeiro turno para o PSDB e elegeu apenas três governadores. Mato Grosso do Sul foi o único estado em que também se deu a polarização entre PT e PSDB. O candidato peessedebista à presidência, Fernando Henrique Cardoso, obteve no estado 61,26% dos votos, logo, nota-se que a maioria do eleitorado não votou de forma “casada”, isto é, em candidatos do mesmo partido para os poderes executivos federal e estadual¹⁴³.

É importante frisar que, segundo Souza (2019), Zeca não fez oposição a Fernando Henrique. Ele chegou a dizer que “FHC era o presidente de todos os brasileiros. Com isso, confirmou a estratégia de persuasão para o eleitor ‘não petista’, além disso, mostrou um conflito representativo em seu discurso, diante da concepção liberal praticada e defendida por Fernando Henrique Cardoso” (SOUZA, 2019, p. 120). Além da estratégia de não fazer oposição direta a FHC e se afastar da imagem de petista radical, a autora ressalta que Zeca se apresentou, principalmente nos horários gratuitos de propaganda eleitoral, como um homem de coragem para mudar a realidade política do estado e símbolo da luta contra as injustiças.

A eleição de Zeca finalizou o revezamento entre Wilson B. Martins e Pedro Pedrossian. Para Marinho (2022), o voto em Zeca foi um protesto contra as administrações anteriores e a forma como o estado era conduzido. Chagas (2022) ao descrever estes governos, pontua que desde a criação do estado ocorreram conflitos entre os líderes e o funcionalismo público, que reivindicavam melhorias nas condições de trabalho, aumento salarial e até mesmo o pagamento de salários atrasados. Já Michels, Silva e Yanaguita (2014) apontam que Zeca mostrou muito mais preparo nos debates, principalmente, ao questionar as dívidas, a falta de transparência na privatização da Enersul e o atraso nas folhas de pagamento dos servidores¹⁴⁴.

Nota-se que no final dos anos 90, o estado vivia um contexto de insatisfação popular com a política local. Nesse cenário, a união dos funcionários públicos, sindicatos e movimentos sociais impulsionaram a vitória. Ainda, vale lembrar que na disputa para prefeito da capital, em 1996, o petista recebeu 49,92% dos votos, além disso, a experiência de dois mandatos como deputado estadual trouxe aumento de capital político. Zeca recebeu 548.040 (61,27%) dos votos e derrotou Ricardo Bacha (PSDB), o qual conquistou 346.466 (38,73%). Assim, indicamos alguns motivos para a vitória de Zeca: liderança política, moderação no discurso; insatisfação

¹⁴³ Desde 1994, as eleições para presidente da república acontecem no mesmo dia em que as eleições estaduais. No Mato Grosso do Sul, apenas em 2002, o candidato eleito ao governo pertencia ao mesmo partido do eleito como presidente. Entretanto, nos anos de 1994, 2006, 2010 e 2018 o eleito no estado apoiava o candidato vencedor à presidência. Já em 1998 e 2014, os eleitos estiveram de lados opostos.

¹⁴⁴ Os autores ressaltam que “Ricardo Bacha foi secretário de fazenda e não conseguiu explicar com clareza o porquê da situação financeira descontrolada” (MICHELS, SILVA e YANAGUITA, 2014, p. 76).

da população com os governos anteriores; união dos movimentos sociais; apoio do funcionalismo público; aproximação à FHC; apoio de Pedro Pedrossian no segundo turno e acordos políticos com deputados influentes.

Segundo Carreirão e Nascimento (2010), nos anos 80, o PT se apresentou aos eleitores com candidaturas isoladas, isto é, sem coligações. Na década de 1990 passou a se coligar com partidos de esquerda e, desde 2002, passou a fazer coligações com partidos de centro e de direita, chamadas por Krause e Godoi (2020) de “ideologicamente inconsistentes”. No estado, tais considerações são confirmadas, afinal, para se reeleger, o PT optou por alianças com tais partidos e liderou a coligação “O novo Mato Grosso do Sul – PT, PSL, PTN, PSC, PL, PSDC, PSD, PC do B”.

Além de uma coligação ampla, o PT era o partido governista, contou com a máquina estatal, teve apoio de vários deputados, contou com o favoritismo de Lula na eleição presidencial e, como descrevemos na seção anterior, realizou um bom governo marcado por grandes obras, reforma administrativa e promoveu políticas públicas que trouxeram desenvolvimento social. Essa junção de fatores influenciou na reeleição de Zeca. No segundo turno, ele recebeu 581.545 votos (53,74%) e derrotou Marisa Serrano (PSDB).

Em 2006, o PT escolheu Delcídio do Amaral para enfrentar André Puccinelli (PMDB), este que venceu no primeiro turno ao receber 726.806 (61,34%) votos, enquanto Delcídio, 450.747 (38,04%). Convém citar que em 2004, André deixou a prefeitura de Campo Grande com alta popularidade, passou a construir sua pré-candidatura ao governo e construiu uma campanha firmada em apoios de deputados e lideranças municipais, tanto é que ele recebeu a maioria dos votos em 71 dos 79 municípios, sua coligação elegeu 15 deputados estaduais e quatro deputados federais.

Para Gonçalves (2023), Krakhecke (2022) e Ferreira (2023), o PT perdeu em razão das denúncias de corrupção que atingiram o partido e pela rejeição a Lula nos setores do agronegócio¹⁴⁵. Por outro lado, como já relatamos na seção 2.1, enquanto partido governista, o PT se afastou das bases e enfraqueceu a militância. Assim, sugerimos que tais fatos influenciaram na derrota de 2006. Para Bittar (2009), a vitória de André Puccinelli representou a volta do mesmo grupo político que comandara o estado nos anos 80 e 90.

Quatro anos depois, foi a vez do PMDB contar com a estrutura do governo para tentar a reeleição. O PT lançou Zeca como candidato, proporcionando mais um confronto direto entre

¹⁴⁵ Em 2006, o movimento político intitulado por Singer (2009) de “lulismo”, influenciou na mudança da geografia do voto no Brasil, sendo que nenhum estado do Centro-sul elegeu governador petista.

ele e André. Em comparação à eleição anterior, o partido aumentou a sua votação em 4,46%, atingiu 534.601 (42,5%) votos, porém, o quantitativo não permitiu a realização do segundo turno e André foi reeleito com 704.404 (56%) votos¹⁴⁶.

Em 2014, o PT praticamente repetiu a porcentagem de votos de 2010 (42,92%) e garantiu presença no segundo turno contra Reinaldo Azambuja (PSDB), este que recebeu o apoio do terceiro colocado, Nelson Trad (PMDB). Se, em 1998, o PT ficou em segundo lugar no primeiro turno e virou os votos ultrapassando o adversário, em 2014, o processo foi inverso. Reinaldo conquistou 741.516 (55,34%) votos e derrotou Delcídio, o qual obteve 598.461 (44,66%). Enquanto Delcídio venceu em 37 municípios, Reinaldo Azambuja foi o mais votado em 42, porém, ele venceu nos três maiores colégios eleitorais: Campo Grande, Dourados e Três Lagoas. Na capital, o peessedebista recebeu 289.962 (63,59%) votos e Delcídio, 165.990 (36,41%). Assim como em 2006 e 2010, os votos da capital foram decisivos na derrota petista.

De modo semelhante à 2002, a disputa entre PT e PSDB se deu tanto para a presidente quanto para governador. A semelhança na quantidade de votos mostra uma possível “dobradinha”, ou seja, quem votou em Delcídio também votou em Dilma, enquanto os que votaram em Reinaldo para governador, votaram em Aécio Neves para presidente. Mesmo com a derrota, o partido ainda possuía força, afinal, Delcídio continuou sendo senador, Zeca e Vander foram eleitos deputados federais, o partido elegeu quatro deputados estaduais e ainda contou com a reeleição de Dilma. Entretanto, nos anos seguintes, as acusações de corrupção e prisão de Delcídio, líder do governo Dilma no Senado¹⁴⁷, e o Impeachment de 2016, potencializaram o sentimento antipetismo em muitos sul-mato-grossenses.

Nesse contexto de crise, em 2018, os principais líderes petistas preferiram garantir seus mandatos na Assembleia Legislativa e Câmara Federal, Zeca preferiu sair candidato a senador e Delcídio deixou o partido. Assim, o PT lançou Humberto Amaducci, ex-prefeito de Mundo Novo pequena cidade do Sul do estado, como candidato a governador, o qual recebeu 132.638 (10,26%). Após disputar cinco eleições com chances reais de vitória, em 2018, o PT conquistou apenas a quarta colocação.

¹⁴⁶ Em 2010, houve apenas três candidatos, sendo que o terceiro colocado atingiu apenas 1,5%.

¹⁴⁷ Delcídio do Amaral Gomez foi preso no dia 25 de novembro pela Polícia Federal sob a acusação de tentar dificultar as investigações da Operação Lava Jato. A prisão do então líder do Governo, foi autorizada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Teori Zavascki. No mesmo dia, em uma votação aberta, os senadores decidiram por manter a prisão. Depois de 80 dias detido, ele voltou ao Senado e agora foi cassado por 74 votos no Plenário. Disponível em [Delcídio do Amaral foi o primeiro senador a ser preso no exercício do mandato — Senado Notícias](#). Acesso em 2 de maio de 2023.

Nas eleições presidenciais de 2018, o PT recebeu cerca de 45% dos votos no segundo turno e perdeu a eleição, porém, no estado, tais perdas foram maiores. Ao compararmos os resultados das disputas para governador entre 2014 e 2018, percebemos que nas duas ocasiões, o PT lançou candidatos em 16 estados, porém, em 2018, diminuiu o quantitativo de votos em dez. Houve derrotas significativas em Minas Gerais e no Acre, todavia, a maior perda em número percentual do país foi em Mato Grosso do Sul. Enquanto em 2014 o partido recebeu 42,91% dos votos no primeiro turno, em 2018, apenas 10,25%, isto é, uma redução de 32,66%.

Diante do exposto, indicamos que o resultado de 2018 foi influenciado pelo antipetismo gerado diante dos escândalos e das denúncias de corrupção que envolveram o partido nos níveis federal e estadual. Ainda, como um dos motivos para explicar o declínio, podemos acrescentar a falta de renovação das lideranças política, afinal, desde 1998 até 2014, apenas Zeca e Delcídio se revezaram nas disputas ao governo e no comando do partido e não deram espaço para o desenvolvimento de outras lideranças com chances de conquistar o governo do estado.

Quanto às eleições para o Senado, em 2002, o PT estadual celebrou sua primeira conquista. Por se tratar de uma eleição majoritária, no quadro a seguir, indicaremos os nomes dos candidatos pelo PT e respectivas votações:

Quadro 8 – Votação dos candidatos do PT (MS) ao Senado (1982-2018)

Eleições	Candidatos Petistas	Votação	Percentual	Colocação
1982	José Mirrha	4.260	0,87%	7.º
1986	Elvio Araújo Garabini	16.547	1,43%	9.º
	Geraldo Biancatelli	13.295	1,15%	10.º
1990	Pedro Teruel	49.679	7,88%	3.º
1994	Ricardo Brandão	91.844	09,69%	5.º
	Alan Pitthan	62.200	06,56%	6.º
1998	Não apresentou	_____	_____	_____
2002	Delcídio do Amaral	496.879	25,84%	2.º
2006	Egon Krakhecke	456.363	39,96%	2.º
2010	Delcídio do Amaral	826.848	34,90%	1.º
2014	Ricardo Ayache	281.022	23,09%	2.º
2018	Zeca do PT	294.059	12,74%	5.º

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MS)

Observando o quadro, salta aos olhos que, de 1982 a 1994, o PT obteve as menores votações. O partido não lançou candidato apenas em 1998, justamente no ano em que venceu a disputa para governador. Por outro lado, em toda a trajetória do PT, Delcídio do Amaral foi o

único senador eleito. Ainda, após revezar entre as primeiras colocações em quatro eleições seguidas, em 2018, o partido atingiu o quinto melhor desempenho.

Assim como nas disputas ao governo do estado, nos anos 80 e 90, os políticos tradicionais desde a ditadura militar conquistaram todas as vagas¹⁴⁸. Em 2002, contando com o apoio do governador e candidato à reeleição, Delcídio recebeu 496.879 (25,84%) votos ficando em segundo lugar. Ramez Tebet conquistou a primeira colocação e foi reeleito. Já na disputa de 2010, ao receber 826.848 votos, o petista conquistou a primeira posição e a segunda maior votação em uma eleição majoritária no estado.

Nas eleições de 2006 e 2014, apenas uma vaga estava em disputa. Em 2006, Egon Krakhecke conseguiu votação maior do que o candidato petista a governador, mas ficou em segundo lugar e Marisa Serrano (PSDB) foi eleita. Em 2014, Ricardo Ayache também conquistou a segunda colocação e Simone Tebet (PMDB) se tornou senadora. Já em 2018, o PT lançou Zeca como candidato. Os adversários tinham expressão política menor do que o petista, porém, este conquistou a quinta colocação. Nelson Trad (PTB) foi eleito com a maior votação e Soraya Tronikc (PSL), até então desconhecida no meio político, foi eleita pelo fato de se apresentar como “a senadora do Bolsonaro”. Como relatamos no capítulo anterior, em 2018, em todo o Brasil candidatos desconhecidos se elegeram em torno do presidente eleito (NICOLAU, 2020).

No cenário nacional, ao compararmos com outros estados, vemos que o partido elegeu senadores em 19 através de 37 mandatos. Acre e São Paulo são os que mais elegeram, isto é, cinco em cada. O Rio Grande do Sul elegeu três mandatos e outros sete estados, incluindo o Mato Grosso do Sul, elegeram dois em cada, enquanto outros nove, elegeram apenas um senador.

Em comparação aos outros partidos no âmbito estadual, entre 1982 a 2018, com oito conquistas, o PMDB é o campeão em número de eleitos. PT, PSDB e PTB elegeram dois senadores, cada. Já o PSL elegeu uma senadora. Levando em consideração que apenas cinco partidos elegeram senadores, tais números indicam resultado mediano. Tanto no cenário nacional quanto no estadual, dentre as eleições legislativas, o PT apresentou os menores resultados nas disputas ao senado.

¹⁴⁸ Marcelo Miranda e Wilson Barbosa Martins revezaram entre o senado e o governo. Rachid Saldanha Derzi em 1986, Levy Dias em 1990, Lúdio Coelho e Ramez Tebet em 1994 e Juvêncio da Fonseca em 1998, sendo que Lúdio, Levy e Juvêncio já haviam sido prefeitos de Campo Grande. Ainda, das sete vagas em disputa nos anos 80 e 90, cinco ficaram com o PMDB.

Com relação às disputas para a Câmara dos Deputados, no quadro a seguir, indicaremos o quantitativo de eleitos pelo PT estadual. Eis os dados:

Quadro 9 – Candidatos e deputados federais eleitos pelo PT (MS) (1982 a 2018)

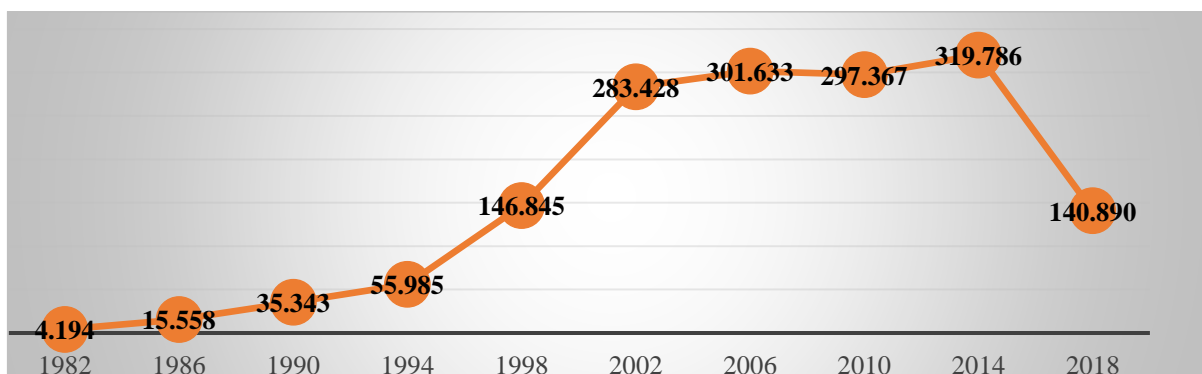
Eleição	1982	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010	2014	2018
Total de Candidatos	31	46	55	40	53	87	74	67	114	117
Candidatos do PT	6	11	8	8	8	7	9	8	7	16
Percentual (%)	19,3	23,9	14,5	20,0	9,43	8,04	12,2	11,9	6,14	13,67
Eleitos	0	0	0	0	2	3	2	2	2	1
Percentual (%)	0	0	0	0	25,0	37,5	25,0	25,0	25,0	12,5
Varição de eleitos	--	--	--	--	+2	+1	-1	--	--	-1

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MS)

Observando o quadro, nota-se que de 1982 a 1994, o partido lançou cerca de 19,42% dos candidatos, apresentou ascensão no quantitativo de votos, mas não elegeu deputados. Em 1998, o partido diminuiu o número de postulantes e conseguiu elegeu seus primeiros parlamentares. Até aquele pelito, no cenário nacional, o partido já havia conquistado 109 vagas em 18 estados.

Ainda, percebe-se que em 2002, assim como ocorreu no Brasil, o PT estadual elegeu seu maior número de deputados federais. Desde então, conquistou vagas na Câmara dos Deputados em todas as eleições, manteve o percentual de 25% no número de eleitos entre 2006 a 2024, reduziu apenas para um eleito em 2018 e apresentou as seguintes votações:

Gráfico 9: Votação do PT (MS) nas eleições para deputado federal (1982 – 2018)



Fonte: Dados do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MS)

O gráfico mostra ascensão no número de votos de 1982 a 2006, em 2010 ocorreu uma pequena oscilação, aumento em 2014 e um declínio acentuado em 2018. Ao compararmos o gráfico 9 com o gráfico 4 mostrado na seção 1.2.2 do capítulo anterior, percebe-se que os resultados no estado são semelhantes aos nacionais na ascensão de 1982 a 2002, divergem entre 2006 a 2014 apresentando oscilações inversas e são semelhantes no declínio em 2018. Logo, para compreendermos tais semelhanças e diferenças nos dois cenários, analisaremos estas eleições.

Ao compararmos as eleições de 1994 e 1998, percebe-se no gráfico que o quantitativo de votos recebidos saltou de 55.985 para 146.845. O aumento aproximado de 90.000 votos, contribuiu para que o partido elege-se pela primeira vez representantes no Congresso Federal. Das oito vagas, o PT conquistou duas. Ben-Hur Ferreira foi eleito com 79.655 votos e João Grandão, com 19.169. Ben-Hur, era militante na luta pelos direitos humanos e representante do movimento negro da capital. Já João Grandão, era sindicalista, bancário, professor e representante do PT de Dourados.

Em 2002, pela primeira vez no estado, um candidato a deputado federal conseguiu mais de 100 mil votos. Vander Loubet, bancário e um dos fundadores do partido, foi o deputado federal mais votado com 101.815 votos. Além da expressiva votação de Vander, o PT recebeu 34.051 votos na legenda, maior votação entre os partidos, apresentou 8,04% dos candidatos e elegeu 37,5% da bancada estadual. Além de Vander, o partido elegeu Antônio Carlos Biffi, professor, sindicalista e ex-secretário estadual de educação e reelegeu João Grandão, os quais receberam, respectivamente, 45.840 e 53.901 votos.

Quatro anos depois, mais uma vez Vander Loubet foi o deputado federal mais votado com 118.529 votos, todavia, o partido perdeu uma cadeira na bancada estadual e apenas Vander e Biffi foram eleitos. A coligação em que o PT fez parte (PT, PSB, PV, PC do B, PP, PSL, PCB, PTN e PRB) elegeu três deputados¹⁴⁹, porém, a terceira vaga ficou com Antonio Cruz (PP). João Grandão, ao receber 41.516 votos, ficou como primeiro suplente.

Para analisarmos os resultados de 2006, é preciso lembrar que, no cenário nacional, Lula foi reeleito para presidente, porém o PT diminuiu o número de deputados federais, senadores e deputados estaduais. Tal inversão se deu, principalmente, diante das relações entre “lulismo e petismo” descritas nos trabalhos de Singer (2008, 2010), conforme debatemos na seção 1.2.1 do capítulo anterior. Nas considerações de Terron e Soares (2010), as autoras relatam que:

¹⁴⁹ Conforme relata Nicolau (2017), as Eleições para a Câmara Federal ocorrem através do sistema proporcional de lista aberta sendo que os partidos disputam sozinho e/ou por meio de coligações.

Dos 16,1 milhões (18,4%) de votos e 91 cadeiras conquistadas em 2002, o PT caiu para 14 milhões (15%) de votos e 83 cadeiras. Com este desempenho manteve a primeira colocação em relação aos demais partidos no que concerne à votação, mas em número de deputados, perdeu a primeira colocação para o PMDB. No período em estudo, a votação de Lula passou de 22% em 1994, para 44% e 58% no primeiro e segundo turno de 2006, respectivamente. O desempenho do partido nas eleições para deputado federal também melhorou: de 1994 a 2002 passou de 8% para 17%, mas caiu para 13% em 2006 (TERRON e SOARES, 2010, p. 6).

Para as autoras, o partido diminuiu a votação nos estados em razão dos escândalos de corrupção envolvendo lideranças partidárias e especificam que no Brasil, foi a primeira vez que o PT não melhorou o desempenho na votação para a Câmara dos Deputados. Comparando as disputas de 2002 e 2006, as autoras afirmam que no Mato Grosso do Sul ocorreu a maior expansão do território entre todos os estados, visto que o partido alcançou quase todos os municípios. Enquanto no Brasil o partido diminuiu seus votos, de forma inversa, aumentou no estado. De 283.428 votos saltou para 301.633. Por outro lado, Lula diminuiu sua votação no estado de 593.939 votos para 535.966, o que representa (-9,76%). Percebe-se que os números na disputa à Câmara Federal no estado contrariam o que ocorreu em âmbito nacional, ou seja, os candidatos a deputado federal não dependeram do protagonismo do presidente nas conquistas estaduais, principalmente Vander Loubet que aumentou sua votação em 16,4%.

Em 2010, a inversão se repetiu. No país, o PT saltou de 13.989.959 (15%) dos votos para 16.289.199 (16,9%) e somente em três estados não elegeu deputados¹⁵⁰. No estado, o quantitativo de votos oscilou de 301.633 para 297.367, isto é, 1% dos votos. Vander Loubet e Antônio Carlos Biffi foram eleitos pelo PT, enquanto as outras seis vagas ficaram com os partidos que apoiaram o governador reeleito André Puccinelli (PMDB).

Em 2014, Vander venceu com 69.504 votos, porém, em comparação às eleições anteriores, perdeu uma quantia significativa de votos. O fato de disputar votos com Zeca, seu tio e padrinho político, fez com ele perdesse o posto de maior expectativa de votos no partido. Ao conquistar 160.556, Zeca se tornou o campeão de votos na história do estado. Com apenas sete candidatos num total de 114, o PT recebeu 319.786, sua maior votação para a Câmara dos deputados. Destes, 50,2% foram atribuídos a Zeca, o que corresponde a 12,57% dos votos totais, porém, mesmo com o aumento, o partido elegeu apenas dois deputados, visto que a terceira vaga da coligação ficou com Dagoberto Nogueira (PDT), este que recebeu 54.813 votos. Após 12 anos de mandato, Antônio Carlos Biffi, ao receber 53.406, ficou como primeiro suplente.

¹⁵⁰ O maior número de eleitos foi em São Paulo (15), mas também elegeu grandes bancadas na Bahia (10), em Minas Gerais (8) e no Rio Grande do Sul (8).

Pela terceira vez consecutiva ocorreu uma relação inversa em comparação ao cenário nacional. Enquanto no Brasil o PT conquistou 11.803.985 votos e perdeu 4.485.214 em comparação a 2010, bem como diminuiu deputados em estados como São Paulo, Bahia e Santa Catarina, além de não eleger deputados em Pernambuco, no Mato Grosso do Sul, o partido aumentou sua votação em 22.719 votos. Entre os motivos da diminuição em âmbito nacional, Nicolau (2017) aponta o surgimento de outros partidos políticos como PSD e SD. Já o aumento na votação no estado, se deu em função da expressiva votação de Zeca. Segundo os dados oficiais, o partido recebeu 25,04% de toda a votação para deputado federal, isto é, a maior votação percentual entre todos os estados brasileiros.

Em 2018, nos dois cenários o PT perdeu votos. No Brasil, conquistou 8.773.759, o que representa uma perda de 3.030.226 (25,38%) causada, principalmente, pela crise política já discutida no capítulo anterior e pelo aumento no número de partidos representados no Congresso (NICOLAU, 2020). No estado, o PT diminuiu 178.896 (55,94%), segundo maior declínio do país, atrás apenas do percentual do Acre, 56,6%. Através de 16 candidatos, maior número desde 1982, atingiu um dos piores resultados. Apenas Vander foi eleito, porém, com 55.970, sua menor votação desde 2002.

Comparando com a eleição de 2014, o PT mais que dobrou o número de candidatos e conseguiu menos da metade dos votos válidos. Além disso, em 2014, apenas partidos tradicionais elegeram deputados federais: PT e PMDB elegeram dois; PSDB, PSB, PDT e DEM elegeram um, cada. Já em 2018, DEM, PDT, PSD e PT conquistaram uma vaga, enquanto PSDB e PSL conquistam duas¹⁵¹. PT e PMDB perderam espaço político na bancada estadual e o PSL, então partido Bolsonaro, ganhou.

Se considerarmos as eleições de 1982 a 2018, no Mato Grosso do Sul foram eleitos 80 deputados federais, destes, 12 (15%) petistas. Assim, o partido é o segundo maior em número de mandatos, perdendo apenas para o PMDB, o qual elegeu 22. Dezesesseis partidos já conquistaram mandatos: PMDB - 22; PT - 12; DEM/PFL - 10; PSDB - oito; PTB - sete; PDT e PDS - quatro, em cada; PST, PPS, PP, PSL – dois, em cada; PL, PPR; PRN; PSB e PSD, um em cada. Tais números confirmam a relevância do partido no estado e, mesmo diante das oscilações nos resultados, mostra o sucesso eleitoral nas eleições para a Câmara Federal.

Quanto às disputas na Assembleia Legislativa, a dinâmica eleitoral apresenta variações semelhantes às disputas para deputado federal, bem como ao cenário nacional. Eis os dados:

¹⁵¹ Até 2018, o PSL era um partido sem expressão política. Porém, Jair Bolsonaro, vencedor da eleição presidencial, influenciou na conquista dessas vagas.

Quadro 10 – Candidatos e deputados estaduais eleitos pelo PT (MS) (1982 a 2018)

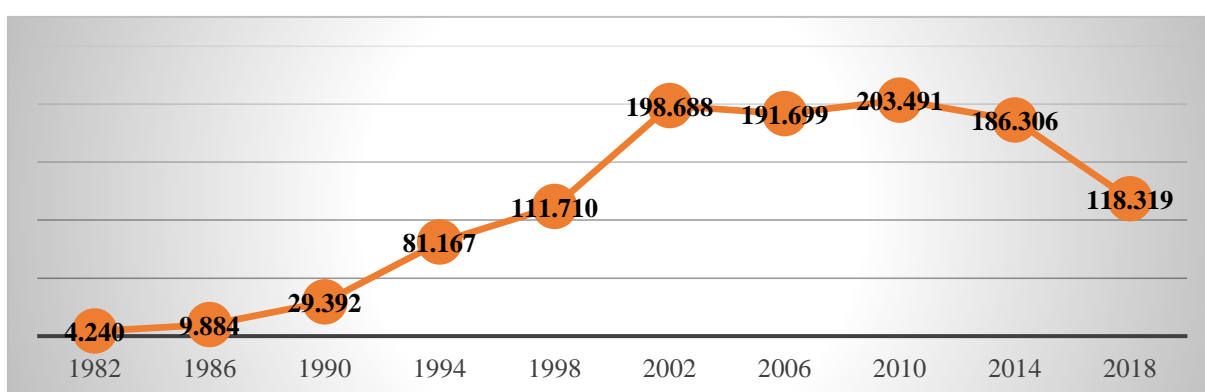
Eleição	1982	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010	2014	2018
Total de Candidatos	65	157	199	115	179	204	175	240	374	321
Candidatos do PT	7	21	20	20	21	17	17	18	22	32
Percentual (%)	10,7	13,4	10,0	17,4	11,7	8,33	9,7	7,5	5,88	9,9
Eleitos	0	0	1	3	1	3	4	4	4	2
Percentual (%)	0	0	4,1	12,5	4,1	12,5	16,6	16,6	16,6	8,3
Varição de eleitos	--	--	+1	+2	-2	+2	+1	--	--	-2

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MS)

Observando o quadro, percebe-se que em 1990 o partido elegeu seu primeiro deputado estadual. Zeca foi o único eleito da coligação “PT, PSB, PCB e PC do B”, após receber 4.207 votos. Barbosa e Silva (2012) mostram que oito partidos elegeram deputados¹⁵². Em comparação aos demais estados, a ascensão do PT sul-mato-grossense foi mediana, afinal, em 1982 e 1986, em 14 estados petistas já haviam vencido. Por outro lado, nota-se oscilação no número de eleitos entre 1990 a 2002, ampliação em 2006, manutenção no total de conquistas até 2014, entretanto, semelhante à disputa para deputado federal, o partido declinou em 50% o total de eleitos em 2018.

Antes de analisarmos as eleições, no gráfico a seguir, é possível visualizar a variação no número de votos:

Gráfico 10: Votação do PT (MS) nas eleições para deputado estadual (1982 – 2018)



Fonte: Dados do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MS)

¹⁵² A divisão dos eleitos por partido na eleição para deputado estadual em 1990 se deu assim: PTB – sete; PST – cinco; PDT – quatro; PMDB – três; PSDB – dois; PRN, PFL e PT, um em cada.

Diante do gráfico, nota-se ascensão até 2002, oscilações inversas às disputas para deputado federal até 2014, declínio em 2018. Por outro lado, se compararmos os resultados no estado com o cenário nacional, percebemos semelhança na ascensão de 1982 a 2002, divergem entre as eleições de 2006 a 2014 com oscilações inversas e apresentam declínio nos dois cenários em 2018.

Em 1994, a coligação “PT, PPS, PMN e PSTU” elegeram três deputados, sendo todos do PT. Zeca foi reeleito com 7.768 votos, enquanto Ben-Hur Ferreira e Anilson Rodrigues de Souza, conhecido como “prego”, foram eleitos com 7.858 e 6.026, respectivamente. Já em 1998, o gráfico mostra que o partido aumentou sua votação para 111.710, mas diminuiu o número de deputados estaduais. Apenas Laerte Tetila foi eleito, justamente no pleito em que o partido conquistou o governo estadual e duas vagas na Câmara dos Deputados.

Na ocasião, Zeca e Ben-Hur, se candidataram a governador e a deputado federal e Anilson Rodrigues de Souza terminou a disputa na 42.^a posição. Entretanto, o motivo da diminuição no número de deputados petistas se dá em razão da coligação “Frente Popular MS - PT, PPS, PDT, PCB, PMN, PC do B e PAN”, esta que elegeu seis deputados. O aumento de votos do PT conseguiu eleger Laerte Tetila com 15.952 votos, maior votação na coligação, mas colaborou para as conquistas de outros partidos. O PDT elegeu três deputados e o PPS, dois.

Em 2002, com 8,33% dos candidatos, o PT conquistou 198.688 votos e voltou a eleger três deputados estaduais: Pedro Luiz Teruel, Pedro Cesar Kemp Gonçalves e Semy A. Ferraz, os quais receberam, respectivamente, 19.100, 18.957 e 18.842 votos. O partido liderou a coligação “O novo Mato Grosso do Sul – PT, PSL, PTN, PSC, PL, PSDC, PSD, PC do B” e sua votação contribuiu para a eleição de nove deputados, sendo três do PT, três do PL, dois do PSL e um do PSD.

Enquanto no cenário nacional houve uma oscilação negativa no quantitativo de eleitos em 2006, no estado, mesmo diminuindo o número de votos, os resultados da coligação ajudaram o partido a eleger quatro deputados, isto é, o maior número de sua trajetória histórica. Paulo Duarte foi o destaque do PT ao receber 42.107 votos, segunda maior votação. Amarildo Cruz foi eleito com 17.930 votos, enquanto Pedro Luiz Teruel e Pedro Cesar Kemp Gonçalves foram reeleitos com, respectivamente, 15.818 e 21.119. A coligação “Um novo avanço para Mato Grosso do Sul – PT, PSB, PV, PDT, PC do B, PP, PSL, PCB, PTN e PRB” elegeu oito deputados, sendo quatro do PT; três do PDT e um do PSB.

Em 2010, o partido ampliou sua votação para 203.491 votos e repetiu o feito de 2006 ao eleger quatro deputados estaduais. Paulo Duarte foi o petista mais votado com 40.991 votos, Laerte Tetila recebeu 21.781; Pedro Cesar Kemp Gonçalves, 21.779 e José Almi P. Moura,

20.604. Naquele pleito, o candidato ao governo do estado recebeu o apoio da coligação “A força do povo – PT, PV, PP, PDT, PC do B, PSC, PRP, PSDC, PSL, contudo, na disputa à Assembleia Legislativa, o PT coligou apenas com o PP, este que elegeu Alcides Bernal.

Quatro anos depois, no âmbito nacional, o partido diminuiu sua votação e voltou a declinar o quantitativo de eleitos. No estado, oscilou de forma semelhante no que se refere ao número de votos recebidos, mas pela terceira eleição consecutiva, elegeu quatro deputados estaduais. José Almi Pereira Moura, João Batista dos Santos, Amarildo Valdo Cruz e Pedro Cesar K. Gonçalves, receberam, respectivamente, 21.195, 21.127, 20.585 e 20.174 votos. No pleito de 2014, Nicolau (2020), aponta que houve aumento da fragmentação partidária no cenário nacional, entretanto, no estadual, esta não ocorreu. Segundo os dados oficiais, na eleição de 2010, 11 partidos elegeram deputados estaduais e tal número diminuiu para 8 em 2014.

O partido liderou a coligação “Mato Grosso do Sul com a força de todos – PT, PDT, PSL, PR, PSDC, PV, PROS, PC do B, PTB, PTC, PPL, PRP” em apoio ao candidato ao governo Delcídio do Amaral, mas, na disputa legislativa, os partidos se dividiram em quatro menores. A coligação (PT, PR, PROS) elegeu seis deputados, sendo que os dois mais votados eram do PR. Paulo Corrêa recebeu 39.540 votos e Grazielle Machado, 39.374. Assim, o PT foi favorecido pelos votos da coligação ao eleger quatro deputados. Se em 2006 e 2010, ajudou a eleger parlamentares de outros partidos, em 2014 ocorreu o inverso, isto é, foi beneficiado.

Já em 2018, o partido lançou o maior número de candidatos de sua história (32) e atingiu um dos piores resultados. Com 10 candidatos a mais do que em 2014, diminuiu sua votação em 67.987 votos e elegeu apenas José Almi P. Moura e Pedro César Kemp Gonçalves, estes que receberam, respectivamente, 21.121 e 20.969. Como nos outros cargos, os resultados no estado acompanharam os números nacionais influenciados pela crise política e denúncias de corrupção, porém, as relações com tais fatos se ampliaram com as condenações de lideranças locais como João Grandão¹⁵³. Naquele pleito, o PT não realizou coligação e dependeu apenas

¹⁵³ No dia 9 de maio de 2014, a Justiça Federal da 7ª Vara da Seção Judiciária julgou improcedente a referida ação, absolvendo e solicitando o arquivamento do processo. No ano seguinte, em segunda instância, João Grandão foi condenado há 11 anos e 10 meses de prisão, bem como multa de R\$ 50.000 pelos crimes de corrupção passiva, quadrilha, lavagem de dinheiro, fraude e frustração do caráter competitivo de procedimento licitatório. O Ministério Público Federal (MPF) apresentou denúncia por envolvimento em organização criminosa especializada no fornecimento fraudulento de unidades móveis de saúde, ambulâncias, veículos de transporte escolar, unidades itinerantes de inclusão digital e equipamentos médico-hospitalares a prefeituras municipais e organizações de todo o Brasil, apropriando-se recursos federais provenientes do Fundo Nacional de Saúde. Ainda, João ficou inelegível por 8 anos. Disponível em [Ex-deputado João Grandão é condenado por envolvimento em esquema fraudulento - Correio do Estado](#). Acesso em 2 de maio de 2023. Entretanto, no dia 24 de agosto de 2023, o v. acórdão do Tribunal Regional Federal da 1.ª região (Embargos infringentes e de nulidade (421 n.º 0013840-35.2007.4.01.3600) sentenciou que, não vislumbrando a existência de provas suficientes para a condenação, absolveu o réu com fundamento no art. 386, VII do Código de Processo Penal.

de si para reeleger dois deputados, os quais conseguiram votações semelhantes à eleição anterior, o que ajuda a justificar a diminuição do número de eleitos.

Considerando as eleições entre 1982 a 2020, no Mato Grosso do Sul, 24 partidos elegeram 240 mandatos de deputados estaduais¹⁵⁴. Dentre estes, 22 (9,16%) foram eleitos pelo PT, através de 10 pessoas, sendo que Pedro Cesar Kemp Gonçalves, com cinco mandatos, é o maior vencedor do partido. Tal quantitativo garante ao PT a quarta posição em número de eleitos ficando atrás do PMDB, PTB e PSDB, o que mostra a consolidação como um dos principais partidos do estado e maior agremiação de esquerda. Entretanto, percebe-se que o partido não apresentou renovação de suas lideranças em sua dinâmica eleitoral estadual, sendo que poucos foram reeleitos constantemente, principalmente, a partir de 2002. Resta-nos perceber se há semelhanças entre os dados das eleições estaduais e municipais. Na próxima seção, abordaremos os resultados eleitorais nos municípios.

2.2.2 Eleições Municipais: desempenho eleitoral e as limitações das bases sociais nos municípios

No quadro a seguir, indicaremos os resultados dos candidatos petistas:

Quadro 11 – Prefeitos e vereadores eleitos pelo PT (MS) (1982 a 2020)

Eleição	1988	1992	1996	2000	2004	2008	2012	2016	2020
Nº de Municípios	72	73	77	77	78	78	78	78	78
Prefeitos Eleitos	1	0	3	11	18	10	12	0	0
Variação	-	-1	+2	+7	+7	-7	+2	-12	-
Percentual/prefeituras petistas	1,38	0,00	2,59	12,99	21,79	12,82	15,38	0,00	0,00
Vagas de Vereadores	704	777	785	787	721	721	833	845	845
Vereadores eleitos	4	7	25	85	133	76	99	40	26
Variação	+4	+3	+12	+33	+21	-19	+6	-23	-14
Percentual/vereadores petistas	0,56	0,90	3,18	10,80	18,44	10,54	11,88	4,73	3,07

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MS)

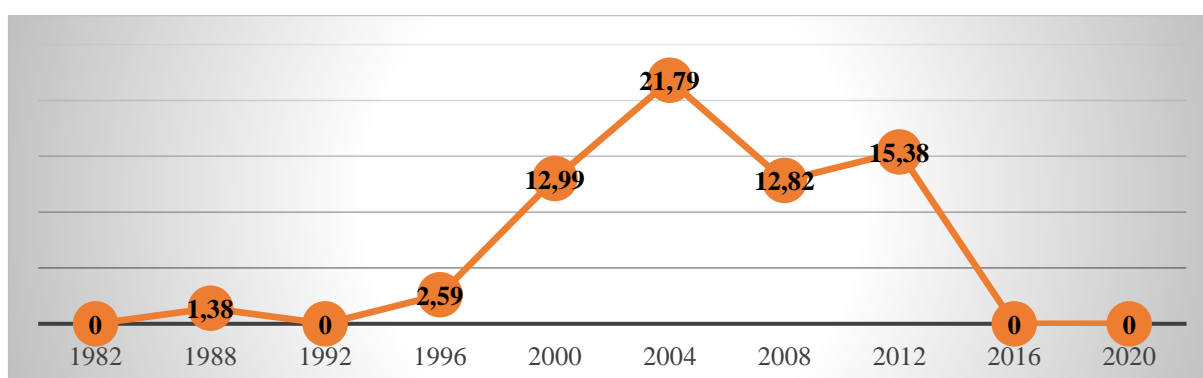
De acordo com o quadro, nota-se que as primeiras vitórias, tanto nas disputas por prefeituras quanto para as câmaras de vereadores, ocorreram em 1988. É perceptível a ascensão

¹⁵⁴ Número de eleitos por partido: PMDB - 60; PSDB - 29; PTB - 26; PT - 22; PDT - 20; DEM/PFL - 18; PDS - 12; PL - 10; PST - 6; PSL e PT do B - 5, em cada; PPS e PR - 4, em cada; PP, PPR e PSB - 3, em cada; PSD e Solidariedade - 2, em cada; PRN, PMN, Patriota, PEN, PRTB e PRB - 1, em cada. Disponível em www.tre-ms.jus.br Acesso em 15 de maio de 2023.

até o ano de 2004, quando o partido conquistou o maior número de eleitos de sua trajetória. Nos pleitos de 2008 e 2012 ocorreu oscilações, após, declínio em 2016 e 2020, visto que nestas, o partido não elegeu prefeitos. Enquanto no Brasil a dinâmica eleitoral apresentou crescimento até 2012, atingindo o ponto máximo de 636 prefeitos e 5.067 vereadores, no estado, a ascensão ocorreu de 1982 a 2004, quando atingiu o maior número de eleitos.

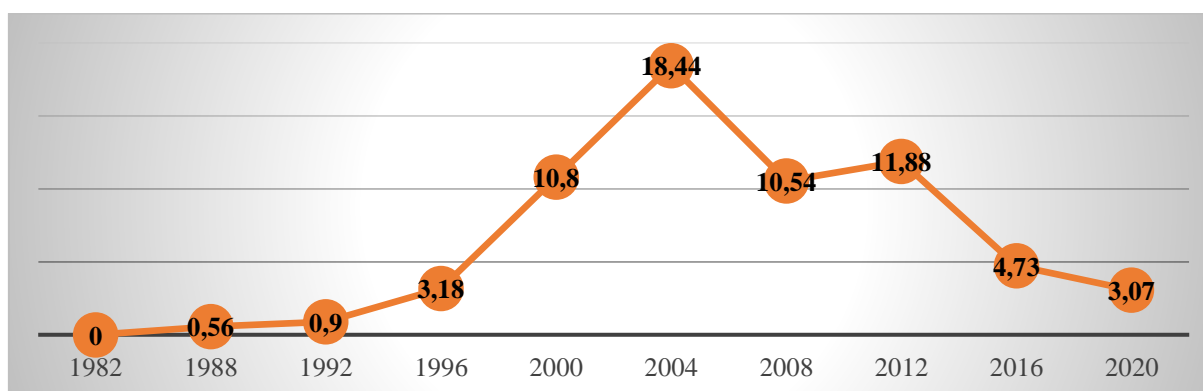
Para melhor visualização, mostraremos em dois gráficos a dinâmica eleitoral do PT nas eleições municipais:

Gráfico 11: Percentual de prefeitos eleitos pelo PT (MS) (1982 a 2020)



Fonte: Dados do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MS)

Gráfico 12: Percentual de vereadores eleitos pelo PT (MS) (1982 a 2020)



Fonte: Dados do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MS)

Ao compararmos os dois gráficos, com exceção de 1992 quando o partido não elegeu prefeitos, nota-se uma dinâmica eleitoral semelhante entre as disputas para o executivo e o legislativo municipal. Em 1996, 2016 e 2020, o percentual de vereadores eleitos foi superior ao de prefeitos, enquanto entre 2000 a 2008, ocorreu o inverso. Segundo Vasquez, Curi e Silva, os resultados percentuais nas disputas para a prefeitura tendem a ser maiores do que para o legislativo em razão da quantidade de partidos que lançam candidatos para as câmara

municipais. Em 2016 e 2020, os percentuais de eleitos pelo PT foram maiores nas disputas para vereadores em razão de que o partido não elegeu prefeitos.

Na eleição de 1982, o PDS elegeu 32 prefeitos e 329 vereadores, enquanto o PMDB conquistou 18 prefeituras e 261 vagas nas Câmaras Municipais (BARBOSA e SILVA, 2012). O PT lançou candidatos a vereadores em 15 municípios, dos quais em 8, também lançou candidatos às prefeituras¹⁵⁵, porém, ninguém venceu. Dos sessenta e quatro municípios, em 14 não tiveram eleições para prefeito em razão de serem considerados Áreas de Segurança Nacional, nestes, a eleição para prefeito ocorreu em 1985, sendo que o PT lançou candidato em três municípios. Em Corumbá, Jorge Vancho Panovich recebeu 2.150 (7,76%) votos, enquanto em Três Lagoas, Luiz Ernesto Chico Brambatti conquistou 843 (3,5%). Na capital, Jandir Oliveira Campos e seu vice Ezequiel Ferreira Lima, receberam 1.067 (0,89%) votos.

Quatro anos depois, Anilson Rodrigues de Souza, este que recebeu 3.418 votos na cidade de Amambai. Naquele pleito, o partido conseguiu eleger quatro vereadores: José Liberato da Rocha em Amambai; Aladio Jorge Aranda em Aquidauana, Walmir Batista Correia em Corumbá e Antônio José dos Santos em Vicentina. Já em 1992, já estava consolidado o multipartidarismo em Mato Grosso do Sul. Entre os 77 municípios do estado, 10 partidos elegeram prefeitos e 14 conquistaram vagas nas Câmaras Municipais (BARBOSA e SILVA, 2012). O PT não elegeu prefeitos, porém, lançou candidatos a vereadores em 39 cidades e conquistou sete mandados.

Em 1996, o PT elegeu três prefeitos. Em Aral Moreira, Irimar Carvalho Costa foi eleito com 2.347 votos, porém, durante o mandato deixou o partido e se filiou ao PSDB, sendo reeleito em 2000. Em Porto Murtinho, Myriam Conceição Silvestre dos Santos, cunhada de Zeca, foi eleita com 1.309 votos. Já em Mundo Novo, Dorcelina de Oliveira Folador, militante do movimento sem-terra e das pastorais da igreja católica, foi eleita com 3.442 votos, porém, foi assassinada no dia 31 de outubro de 1999. Ainda, nas Câmaras Municipais, o partido conquistou 25 vagas, o que representa um aumento de 257%.

Estudos como os de Kerbauy (2009) e Lavareda e Telles (2016) mostram que os governadores influenciam nas eleições municipais. Dentre os motivos, os partidos governistas conquistam a maior parte das prefeituras em razão do uso da máquina estatal através de cargos e recursos, ou seja, onde o governo estadual mais investe aumenta a chance de vitória de quem ele apoia. Além disso, o governador influencia na vinda de políticos, principalmente prefeitos,

¹⁵⁵ As cidades em que o PT lançou candidatos a prefeito e vereadores foram: Anastácio; Aquidauana; Bodoquena; Dourados; Jardim; Miranda; Nova Andradina; Taquarussu. Outras sete cidades tiveram candidatos apenas a vereador: Bela Vista; Campo Grande; Corumbá; Jaraguari; Ladário; Porto Murtinho e Três Lagoas.

de outros partidos. Já Codato e Cervi (2000) acrescentam a figura do presidente da república e mostram que os partidos que contam com o apoio do presidente e/ou do governador tendem a melhorar, tanto os resultados eleitorais quanto os aspectos organizacionais.

Tais argumentos são confirmados no estado, afinal, entre 1982 a 2018, com exceção do ano 2000, o partido do governador elegeu a maioria das prefeituras. O PMDB de Wilson Barbosa Martins e Marcelo Miranda, eleitos, respectivamente, em 1982 e 1986, conquistaram 14 (87,5%) em 1985 e 26 (36,11%) em 1988. Em 1992, o PTB de Pedro Pedrossian, conquistou 20 (25,97%) prefeituras, enquanto em 1996, o PMDB de Wilson Martins, venceu em 28 (36,36%) municípios. Além disso, no final dos anos 90, o PSDB, então partido do governo federal, foi o que mais cresceu no Mato Grosso do Sul, mostrando a influência do governo FHC. Em 1992, o PSDB conquistou 2 prefeituras, aumentou para 19 em 1996 e 23 em 2000.

Nos anos 90, Kinzo (2004) aponta que no Brasil, o PT foi um dos partidos que mais cresceu em eleições municipais. Segundo a autora, “a proporção de municípios brasileiros em que saiu-se vencedor na disputa para o executivo municipal triplicou entre 1992 e 2000” (KINZO, 2004, p. 26). Comparando as eleições de 1996 e 2000, o partido apresentou o maior crescimento em número de prefeitos (62%) e o segundo em número de vereadores (48%), com destaque para a região Centro-oeste. No cenário estadual, os números são ainda maiores, afinal, o aumento percentual de prefeitos eleitos foi de 400% e o de vereadores, 240%.

A conquista do poder executivo estadual em 1998, baseado nas obras supracitadas, influenciou nas eleições no ano 2000. Ao compararmos os resultados de 1996 e 2000, verificamos que o PT saltou de 3 para 11 prefeituras: Caracol, Deodópolis, Corguinho, Dois Irmãos do Buriti, Pedro Gomes, Mundo Novo, Porto Murtinho, Ponta Porã, Tacuru, Iguatemi, além de Dourados, maior cidade do interior do estado. Ainda, aumentou de 25 vereadores para 85, distribuídos em 49 municípios, todavia, mesmo com o crescimento, não elegeu a maioria das prefeituras e ficou atrás do PSDB que conquistou 23 e do PMDB com 25.

Em 2004, oito partidos elegeram prefeitos e das 78 prefeituras, 18 (23%) passaram a ser governadas pelo PT, além de conseguir 133 vagas nas Câmaras Municipais. As cidades conquistadas foram: Bataguassu, Dourados, Cassilândia, Corguinho, Corumbá, Dois Irmãos do Buriti, Itaquiraí, Japorã, Jaraguari, Miranda, Mundo Novo, Nova Alvorada do Sul, Novo Horizonte do Sul, Pedro Gomes, Rio Negro, Rio Verde de Mato Grosso, Santa Rita do Pardo e Vicentina. Indicamos que o crescimento se deu influenciado pela reeleição de Zeca e vitória de Lula em 2002, onde o PT venceu as eleições majoritárias e aumentou as bancadas nas casas legislativas. Quanto ao número de votos, enquanto no cenário nacional o partido foi o campeão, no estadual, ao receber 336.944 (28,12%), ficou atrás apenas do PMDB, este que conquistou

348.729 (29,10%)¹⁵⁶. Já em 2008, de forma inversa ao cenário nacional, diminuiu o número de eleitos no estado. O PT conquistou 10 prefeituras e 76 vereadores, ou seja, reduziu, respectivamente, 44,4% e 42,85%. Dentre os 10 partidos que elegeram prefeitos, o PMDB, partido do governador eleito em 2006, foi o vencedor, conquistando 28 prefeituras e elegendo 146 vereadores (SILVA, 2019).

Se o fato de ser partido governista influenciou na ascensão de 2000 e 2004, a derrota na eleição para governador em 2006 auxiliou no declínio eleitoral nas eleições municipais de 2008. Por outro lado, para Gonçalves (2023) e Ferreira (2023), alguns prefeitos e vereadores eleitos em 2000 e 2004 vieram para o PT em razão do partido estar no governo e com a derrota de 2006, mudaram para outros partidos governistas. Na busca de confirmar tal argumento e verificar o que ocorreu nas cidades em que o partido venceu em 2004, percebe-se que das 18 prefeituras conquistadas, apenas em três, Jaraguari, Novo Horizonte do Sul e Vicentina, na disputa pela reeleição, os prefeitos mudaram para o PMDB e PSDB, ou seja, realmente alguns prefeitos deixaram o PT após a derrota de 2006, porém, em um pequeno percentual.

Entre as outras 15 cidades, nove prefeitos petistas tentaram a reeleição, sendo que sete foram reeleitos: Bataguassu, Corumbá, Itaquiraí, Japorã, Nova Alvorada do Sul, Rio Negro e Santa Rita do Pardo. Já em Pedro Gomes e Rio Verde de Mato Grosso, não foram. Em três cidades, o partido tentou eleger o substituto do prefeito, porém, conseguiu apenas em Dois Irmãos do Buriti e perdeu em Dourados e Mundo Novo. Nas outras três, Cassilândia, Corguinho e Miranda, o partido não lançou candidatos. Ainda, venceu em Ladário e Bela Vista, assim, com 10 conquistas, atingiu a terceira colocação no número de eleitos.

Em 2012, o PT conquistou 12 (15,19%) prefeituras: Antônio João, Brasilândia, Caracol, Corumbá, Deodápolis, Eldorado, Japorã, Ladário, Miranda, Mundo Novo, Pedro Gomes e Rio Verde de Mato Grosso. Além disso, conquistou 99 (11,88%) vagas nas casas legislativas municipais. Os dados oficiais apontam que o PT empatou com o PSDB tanto em número de prefeituras quanto em vagas no legislativo municipal, sendo que ambos ficaram atrás apenas do PMDB, partido que reelegeu André Puccinelli em 2010.

Em suas obras, Borges e Vidigal (2018), bem como Ribeiro, Carreirão e Borba (2017), relatam que, em 2016, o PT foi afetado em âmbito nacional pela crise política. Argumento semelhante traz Nicolau (2020), porém, o autor acrescenta que, por mais que outros partidos como DEM e PTB também perderam espaço, o declínio petista foi o mais acentuado entre todos

¹⁵⁶ De acordo com os dados oficiais do TSE, o PMDB foi o partido mais votado em razão da eleição de Campo Grande, onde recebeu 213.195 votos, enquanto o PT 87.981. Considerando a votação do interior do estado, o PT recebeu 248.973, enquanto o PMDB, 135.534.

os partidos, visto que perdeu 60,76% das prefeituras e 46% das vagas no legislativo municipal. Naquele ano, além do impeachment de Dilma, Delcídio do Amaral perdeu seu mandato de senador¹⁵⁷. Assim, após os escândalos envolvendo o partido tanto na esfera nacional quanto na estadual, o PT não elegeu prefeitos e ainda diminuiu de 99 para 40 o número de vereadores.

Outro fator que ajuda a explicar o declínio, consiste na saída de lideranças municipais do partido. Ao compararmos as disputas de 2012 e 2016, das 12 cidades que eram governadas pelo PT, cinco prefeitos tentaram a reeleição em outros partidos. Em Caracol, Japorã e Rio Verde de Mato Grosso foram reeleitos, enquanto em Corumbá e Pedro Gomes foram derrotados. Nas cidades de Ladário e Mundo Novo, o partido não conseguiu eleger substitutos para os prefeitos petistas que terminaram o mandato. Ainda, em Antônio João, Eldorado, Brasilândia, Deodópolis e Miranda, o partido não lançou candidatos.

Dos setenta e nove municípios do estado, o PT lançou candidatos a prefeito apenas em oito. Tal fato mostra a fraqueza do partido nos municípios, os quais não apresentaram renovação de lideranças, nem tão pouco bases solidificadas nos movimentos sociais capazes de vencer eleições, ou seja, por mais que a crise política no âmbito nacional contribuiu para o declínio, o principal fator se mostra no fato de que o partido não possui força política nos municípios. Em 2016, 12 partidos elegeram prefeitos, sendo que o PSDB, partido governista, foi o maior vitorioso conquistando 36 prefeituras.

No pleito de 2020, o partido lançou candidatos a prefeito em 13 municípios, continuou sem eleger prefeitos e reduziu ainda mais o número de vereadores de 40 para 26. Em suas entrevistas, Pedro César Kemp Gonçalves e João Carlos de Souza, candidatos a prefeito pelo PT em 2020, respectivamente, em Campo Grande e Dourados, relataram que o partido teve muitas dificuldades em conseguir candidatos para disputarem as eleições daquele ano. Mais uma vez, 12 partidos conquistaram prefeituras e o PSDB, partido governista, ao vencer em 37 municípios, conquistou o maior número.

¹⁵⁷ Delcídio, então líder do governo no Senado, foi acusado de negociar a fuga do ex-diretor da Área Internacional da Petrobras Nestor Cerveró, para evitar uma possível colaboração premiada do ex-funcionário da estatal. A combinação foi feita com o filho de Nestor, Bernardo Cerveró, que gravou as conversas e as encaminhou às autoridades. Preso preventivamente em novembro de 2015 por obstrução da Justiça, ele foi o primeiro senador preso no exercício do mandato sob regime democrático. Delcídio foi solto em fevereiro deste ano, após uma delação premiada. Ele voltou ao senador, desfilou-se do PT e acusou dezenas de políticos, funcionários públicos, lobistas e empresários. No dia 10 de maio de 2016, os senadores cassaram o mandato de senador de Delcídio do Amaral, que estava sem partido e representava Mato Grosso do Sul. Foram 74 votos favoráveis, nenhum contrário e uma abstenção. Com o afastamento, o primeiro suplente de Delcídio, Pedro Chaves dos Santos Filho, será chamado a tomar posse. Disponível em [Senado cassa o mandato de Delcídio do Amaral — Senado Notícias](#). Acesso em 13 de novembro de 2023.

Entre as eleições municipais de 1982 a 2020, o PT comandou 28 cidades diferentes, sendo que em Mundo Novo e Japorã, o partido venceu quatro eleições em cada. Além disso, Humberto Amaducci, em Mundo Novo, foi o prefeito com maior número de mandatos. Em comparação com outros partidos, nas disputas pelas prefeituras, 25 partidos já elegeram prefeitos¹⁵⁸, sendo que o PT ocupa 6ª colocação no total de eleitos. Com relação às eleições para o legislativo municipal, 42 partidos já elegeram vereadores¹⁵⁹ e o PT também ocupa a 6ª posição, ou seja, nas eleições municipais, levando em consideração o total de partidos, o partido apresentou bons resultados, mas menos expressivos do que nas disputas para governadores, senadores, deputados estaduais e deputados federais. Tais números mostram as fragilidades do PT nos municípios de Mato Grosso do Sul, principalmente nos pleitos de 2016 e 2020.

Em suma, nos cenários nacional e estadual, percebemos que o partido obteve bons resultados nas eleições municipais entre os anos em que comandou o poder executivo. Com relação ao declínio, as perdas no estado foram ainda maiores, afinal, desde então, nenhuma cidade é comandada pelo PT¹⁶⁰. Nota-se que no Mato Grosso do Sul a ascensão foi mais rápida do que no Brasil, da mesma forma, a partir de 2016, o declínio foi mais acentuado. Após se tornar um dos principais partidos do estado, sugerimos que as crises e divisões internas, o afastamento dos movimentos sociais, as perdas de lideranças que migraram para outros partidos, a dificuldade de formar novas lideranças e as denúncias de corrupção envolvendo líderes estaduais, acentuaram a crise nacional e mostraram as fragilidades nos municípios ajudando a diminuir a confiança no partido e a mudança do voto.

Neste capítulo, analisamos os grupos que formaram o partido e influenciaram em sua organização no estado. Mostramos que a gênese partidária se deu com trabalhadores e estudantes da capital e, após a organização, se espalhou pelos municípios. A partir de 1998, com a conquista do governo do estado, o partido se transformou numa forte agremiação, mas se afastou das bases sociais e teve dificuldades em formar novas lideranças.

¹⁵⁸ Quantitativo de eleitos por partido: PMDB (216); PSDB (147); PFL/DEM (78); PTB (65); PDT (56); PT (55); PR/PL (39); PDS (39); PSB (12); PP (8); PPS (6); PSD (6); PST (6); PATRIOTA (3); PV (3); PEN (3); PDC (2); PODEMOS (2); PMN (2); PT do B (2); PSC (1); PSOL (1); PSL (1); PRP (1); PRN (1)

¹⁵⁹ Quantitativo de vereadores por partido: PMDB (1.758); PSDB (1.040); PFL/DEM (894); PTB (683); PDT (642); PT (495); PR/PL (420); PDS (376); PP (200); PSD (186); PSB (179); PPS (141); PST (104); PV (43); PSC (39); PODEMOS (35); PSL (33); SOLIDARIEDADE (33); PRB (32); PATRIOTA (31) PT do B (31); PEN (28); PMN (27); PRP (20); PROS (19); REPUBLICANOS (18); PRN (16); PHS (13); PDC (12); PSDC (9); PTC (9); PRTB (8); PTN (7); PTR (5); REDE (3); PSOL (3); PPL (2); PGT (2); PRONA (1) AVANTE (1). Os dados entre 1982 a 2016 estão citados na obra de Silva (2019, p. 32).

¹⁶⁰ Na eleição de 2020, além do Mato Grosso do Sul, outros quatro estados do Brasil também não elegeram prefeitos do PT: Amapá, Roraima e Espírito Santo.

Ainda, analisamos a trajetória eleitoral, esta que mostrou ascensão, manutenção no poder, seguido de um declínio, principalmente nas eleições municipais, sendo que os motivos que afetaram o partido nas eleições nacionais, se intensificaram no estado. Entretanto, ao compará-lo com outros partidos, percebemos que num estado de predomínio do poder oligárquico agrário e com hegemonia histórica de agremiações de direita, o PT se firmou entre os três maiores partidos nas eleições estaduais evidenciando protagonismo político.

No próximo capítulo, analisaremos a formação do PT na cidade de Dourados e mostraremos que na eleição de 1992, o PT elegeu seu primeiro vereador, Laerte Tetila, o qual foi eleito em 2000 e reeleito em 2004 como prefeito. Ainda, abordaremos a trajetória política-eleitoral do PT municipal com o intuito de responder quais os motivos da ascensão e relativo declínio eleitoral.

Capítulo 3 – TRAJETÓRIA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES DE DOURADOS: do sonho dos estudantes ao protagonismo eleitoral

No capítulo anterior, apresentamos aspectos da formação e organização do PT em Mato Grosso do Sul e os resultados das eleições (1982 a 2020) que mostram ascensão eleitoral nos anos 80 e 90 que resultou, em 1998, na eleição de Zeca para governador. Em 2002, ele foi reeleito e, desde então, o partido não mais elegeu governadores e apresentou o maior declínio eleitoral entre todos os estados brasileiros no pleito de 2018. Quanto às eleições legislativas, foi evidenciado que a dinâmica eleitoral é semelhante ao cenário nacional, sendo que os melhores resultados ocorreram nas disputas para a Câmara dos Deputados.

Nos pleitos municipais, os dados mostram que após a vitória de Zeca, em 2000, o partido aumentou significativamente a quantidade de eleitos e atingiu o maior número de conquistas em 2004, porém, a partir de 2008, iniciou um declínio que se acentuou em 2016 e 2020, afinal, nas duas disputas não elegeu prefeitos e diminuiu o número de vereadores. Dentre as cidades que elegeram prefeitos petistas, Dourados assim o fez em 2000 e 2004, inclusive, de forma semelhante aos resultados estaduais, foi em 2004 que o PT douradense mostrou seu melhor desempenho no legislativo municipal. Após oito anos no comando da prefeitura, o partido também enfrentou relativo declínio eleitoral.

Considerando que o foco deste trabalho é a dinâmica eleitoral do PT de Dourados, é preciso dizer que poucos trabalhos abordam a política local. Dentre estes, Além (2011) descreve o contexto político (1954 a 1962) a partir dos discursos e representações veiculados pelo jornal “O Progresso”; Arakaki (2003; 2015) relata as representações e memórias da ditadura militar, bem como as implicações na cidade. Biasotto (2017) tece comentários da política local através de crônicas, todavia, nenhum estudo abordou de forma específica a dinâmica eleitoral do PT.

Este capítulo tem como objetivo entender os motivos que levaram à ascensão e o declínio eleitoral do PT em Dourados, para isso, está organizado em suas seções. Na primeira, apresentaremos o contexto político e descreveremos a trajetória histórica do PT no recorte temporal de 1980 a 2020. Considerando a obra de Secco (2018), assim como fizemos nos capítulos anteriores, dividiremos a trajetória em quatro fases, porém, adaptadas à realidade local: (1978 a 1989) – formação e organização¹⁶¹; (1990 a 2000) - primeiras conquistas

¹⁶¹ Nos capítulos anteriores, analisamos a fase de formação do partido entre 1978 a 1982. Ao contrário, neste capítulo estenderemos a primeira fase até 1989 em razão da realidade municipal. Por mais que o partido tenha sido organizado para a primeira eleição, as filiações das principais lideranças e organização do partido se intensificaram

eleitorais; (2001 a 2008) - governo Tetila; (2009 a 2020) - pós-governo e relativo declínio eleitoral nos pleitos municipais.

Dado que não há bibliografias que aborde o PT no contexto municipal, utilizaremos como recursos metodológicos as atas do partido, fontes orais através de entrevistas e materiais disponíveis no Centro de Documentação Regional¹⁶². A partir destes, citaremos os principais grupos que se uniram na formação partidária, enfatizaremos a participação dos universitários do antigo Centro Universitário de Dourados (CEUD), evidenciaremos as lideranças que presidiram o partido e os principais momentos da trajetória histórica verificando como o PT influenciou a política douradense.

Já na segunda parte do capítulo, com o intuito de citar motivos que levaram a ascensão e declínio eleitoral, analisaremos os resultados oficiais e o processo eleitoral de cada um dos pleitos ressaltando o contexto político, quantitativo de candidatos, coligações, comparação dos resultados com outros municípios e as transformações partidárias a partir dos resultados das urnas.

3.1 Trajetória histórica do PT douradense: tudo começou na universidade

Após a reunião do dia 10 de fevereiro de 1980, marco oficial do partido e início da trajetória pelo país, os estados e municípios deveriam instalar os diretórios para conseguirem filiados em torno da construção do projeto político partidário (GONÇALVES, 2022). Por mais que a oficialização ocorreu em 1980, a formação do partido começou a partir de 1978 diante do novo sindicalismo do ABC paulista, comunidades ligadas à igreja católica e da luta de diversos movimentos sociais no enfrentamento à ditadura militar e restauração da democracia.

Diante destas considerações, descreveremos a primeira fase da história do PT de Dourados (1978-1989) a partir das dimensões político-institucional e dos movimentos sociais reivindicatórios (MENEGUELLO, 1989). Além disso, mostraremos a participação no primeiro encontro com as urnas e a organização do partido nos anos 80.

Através da Resolução Estadual n.º 658/1914, foi instituído o Distrito de Paz de Dourados, pertencente ao município de Ponta Porã, localizado na região sul do Mato Grosso, próximo ao Rio Dourados (ERNANDES, 2009). No capítulo anterior, relatamos que no início do século XX, tal região era pouco habitada e, diante das desavenças, os conflitos eram

nos anos finais da década de 80. Em 1983, os estudantes universitários que formavam a liderança partidária deixaram a cidade, o partido enfraqueceu e, a partir de 1985, voltou a se organizar.

¹⁶² O Centro de Documentação Regional (CDR) é um laboratório pertencente à Faculdade de Ciências Humanas (FCH) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). <https://portal.ufgd.edu.br/setor/cdr/index>.

resolvidos com violência, principalmente, pelos detentores do poder político (QUEIROZ, 2006; CORRÊA, 2006). Argumento semelhante traz Ernandes (2009) ao citar que “em Dourados, o ‘estigma da barbárie’ era sustentado pelas representações de uma população armada e vingativa com elevado índice de criminalidade, contrabando, corrupção e voto de cabresto” (ERNANDES, 2009, p. 28). Foi nesse contexto que no dia 20 de dezembro de 1935 foi criado o município de Dourados, tendo João Vicente Ferreira (PP) como primeiro prefeito¹⁶³.

No início dos anos 40, o governo federal criou a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) e através do projeto varguista *Marcha para o Oeste*, a cidade passou a crescer em número de habitantes, sendo que milhares de famílias de migrantes foram assentadas em Dourados (SANTOS, 2016). Com o crescimento populacional, a cidade passou a se desenvolver e surgiram novas demandas, caberia aos políticos locais, a garantia de escolas, hospitais e outras instituições que consolidasse o bem-estar da população local¹⁶⁴.

Entre 1935 a 1945, período conhecido como Estado Novo (ditadura de Getúlio Vargas), os prefeitos foram nomeados pelos governadores. Por outro lado, entre 1945 a 1964 o Brasil vivenciou um período democrático e o sistema partidário foi multipartidário (FLEISCHER, 1981). Segundo Fausto (2006), “em 1945, diante da ameaça de um golpe instrumentalizado pela oposição, Getúlio Vargas autorizou a criação de partidos políticos de feição nacional” (FAUSTO, apud ALÉM, 2011, p. 51). Em Dourados, os principais partidos organizados foram: Partido Progressista (PP); Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); Partido Social Democrático (PSD) e União Democrática Nacional (UDN) (ALÉM, 2011).

Na região sul do Mato Grosso, a política era controlada pelos interesses das oligarquias ruralistas as quais atuavam principalmente na UDN (BITTAR, 2009), porém, segundo Além (2011), com a chegada dos colonos da CAND, o PTB demonstrou crescimento, visto que, em gratidão a Vargas pela doação dos lotes, muitos passaram a votar no partido do presidente. O autor relata que “essa rivalidade ficou circunscrita aos militantes da base dos partidos, já que foram comuns no período, acordos entre as principais lideranças” (ALÉM, 2011, p. 127).

Percebe-se que a cidade que nasceu num contexto de violência e voto de cabresto (QUEIROZ, 2006), de 1935 a 1947 continuou sendo governada através da dominação de

¹⁶³ Segundo o Jornal “O Progresso”, João Vicente Ferreira chegou em Dourados em 1896, adquiriu terras para criar gado e progrediu financeiramente. Em 7 de novembro de 1925, foi eleito o 1.º vice intendente do município de Ponta Porã. Com a emancipação em 1935, pela qual muito se empenhou, foi primeiro prefeito de Dourados. Morreu em 10 de dezembro de 1953. Disponível em [João Vicente Ferreira: Primeiro prefeito eleito de Dourados - O Progresso](#). Acesso em 4 de maio de 2023.

¹⁶⁴ Segundo Santos (2016), a criação da CAND (Colônia Agrícola Nacional de Dourados) se deu pelo decreto n.º 3.059 de 28 de outubro de 1943. Getúlio Vargas tinha como proposta doar lotes entre 20 e 50 hectares para trabalhadores que ainda não possuísem propriedade e se interessasse em produzir.

políticos ligados aos interesses governistas e das grandes oligarquias agrárias (BITTAR, 2009). No período democrático, 1945 a 1964, por mais que o PTB, partido considerado na ocasião como defensor dos trabalhadores, tenha governado a cidade em dois mandados, os acordos políticos evidenciaram que o poder estava sob os interesses pessoais de suas lideranças (ALÉM, 2011; ARAKAKI, 2003).

A partir da instauração da ditadura cívico-militar, o governo passou a reprimir àqueles que se colocavam como antagonistas ao novo sistema (NAPOLITANO, 1998; FICO, 2003; CRUZ, 2017; REIS FILHO, 2005). Arakaki (2015) relata que “em Dourados, as perseguições políticas estavam ligadas ao campo. Em 1964, dois vereadores do PTB foram cassados porque ajudavam invasores de terra, por isso, só podiam ser comunistas” (ARAKAKI, 2015, p. 50). Ainda, segundo a autora, havia na região o Comando de Caça aos Comunistas – CCC, estes amedrontavam os colonos, muitas vezes prendiam e levavam para as delegacias sem motivos.

Numa cidade marcada pela influência do campo, além dos colonos, alguns políticos ligados ao PTB¹⁶⁵, sindicalistas e simpatizantes do partido comunista, este que estava na clandestinidade¹⁶⁶, também foram presos (ARAKAKI, 2015). A autora realça que ocorreram protestos contra a governo militar instaurado, entretanto, como já citamos no capítulo anterior, Arakaki (2023) relatou que, em suas pesquisas, não encontrou fontes históricas que comprove a existência de luta armada em Dourados no enfrentamento à ditadura¹⁶⁷.

Em âmbito nacional, a partir de 1974, houve um crescimento do MDB (KECK, 1991), porém, os resultados eleitorais oficiais mostram que isso não ocorreu em Dourados, dado que, desde 1967 até o final dos anos 70, a ARENA, partido governista, comandou a política local. Nesse contexto, nasceu o PT de Dourados e se apresentou como “um partido de esquerda que prega a democracia interna, pluralidade, respeito à diversidade e que luta pelos explorados contra um sistema econômico e políticos que beneficia uma minoria privilegiada”¹⁶⁸. Para isso,

¹⁶⁵ Segundo Arakaki (2003), na instituição do golpe civil-militar, o prefeito de Dourados, Napoleão Francisco de Souza, era do PTB, porém, por ser militar e ex-combatente da segunda na segunda guerra mundial, se manteve no comando até que saiu protegido e escoltado por vários militares. Tal fato demonstra que nem todos os políticos do PTB se posicionaram contrários ao governo militar instaurado em abril de 1964.

¹⁶⁶ Como bem citou Fernando de Castro Além, “o Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi fundado em 1922 sob a bandeira do comunismo e esteve muito ativo em 1934 e 1935. Após esse período, o partido sofreu sucessivas perseguições, estando na ilegalidade a partir de 1947, vindo praticamente a desaparecer. Embora sua curta existência durante o período multipartidário de 1945/1964, o partido teve uma atuação marcante, principalmente nas cidades de maior porte, onde conseguiu eleger inclusive a maioria simples de membros, o que aconteceu nas eleições para vereadores do Distrito Federal e em São Paulo, no ano de 1947. No estado de São Paulo, o partido se constituía na terceira força política, perdendo apenas para o PSD e o PTB” (ALÉM, 2011, p. 56).

¹⁶⁷ ARAKAKI, Suzana. Entrevista. Dourados, 25 de maio de 2023.

¹⁶⁸ Manifesto de fundação do partido dos trabalhadores. Disponível em <https://pt.org.br/manifesto-de-fundacao-do-partido-dos-trabalhadores/>. Acesso em 2 de outubro de 2021.

teria que enfrentar o governo militar federal e os políticos tradicionais ligados às oligarquias ruralistas.

Além da dimensão política, no final dos anos 70, os problemas sociais se acentuaram em todo o Brasil ocasionando o ressurgimento das lutas dos movimentos sociais reivindicatórios (MENEGUELLO, 1989; KECK, 1991; RIBEIRO, 2004; SECCO, 2018). Em Dourados, três movimentos influenciaram não apenas o enfrentamento ao sistema político, mas principalmente, o desenvolvimento do PT: movimento estudantil, importante na formação do partido; criação e expansão das pastorais sociais da igreja católica, estas que marcaram presença no PT a partir de 1985; associação dos professores, onde suas principais lideranças se tornaram, a partir de 1987, líderes do partido. A seguir, analisaremos cada um destes movimentos.

Secco (2018), Meneguello (1989) e Barboza (2007), dentre outros, apontam que em âmbito nacional, nos anos 70, a igreja católica, principalmente os fiéis leigos ligados a Teologia da Libertação, atuaram na defesa de vários movimentos sociais. Sobre as ações dos católicos, Barros (2022) evidencia o acolhimento a trabalhadores, sem tetos e mulheres nas periferias das cidades, mas também enaltece o apoio aos movimentos de reforma agrária. Na região de Dourados, segundo Romani (2003), os problemas sociais estavam ligados, principalmente, à concentração de renda, predomínio do latifúndio, êxodo rural, desemprego e violência. Nesse contexto, cresceu o papel da igreja católica através do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Comunidade Eclesiais de Bases (CEBs).

Com relação a tais instituições católicas, o autor relata que:

O objetivo das pastorais sociais é promover a evangelização para a construção de um mundo melhor no qual a pessoa pudesse viver com integridade todas as dimensões em que interage o ser humano. Especificamente, a Pastoral da Terra, propõe: integrar o homem do campo à sociedade para que se comunique com mais facilidade, ajudá-lo defender os seus direitos – a terra para trabalhar, bem como o acesso à justiça e sua aceitabilidade como cidadão; despertar e apoiar a união dos lavradores para que estes descubram e questionem a realidade em que vivem, lutem politicamente e construam com firmeza sua própria união (ROMANI, 2003, p. 47).

O intuito das pastorais era integrar o homem do campo à sociedade e garantir seus direitos, contudo, o autor aponta que a comunidade católica de classe média, fazendeiros e empresários, não aceitavam que a igreja atuasse nos movimentos de luta pela terra, assim, tanto o CIMI quanto a CPT sofreram resistência de algumas paróquias, uma vez que a igreja não quis conflitos com seus fiéis, principalmente, com os fazendeiros. Diante da falta de apoio, no final da década de 1970 e início dos anos 80, os trabalhos da CPT da diocese de Dourados estavam voltados para a região de Naviraí, Ivinhema e Glória de Dourados (ROMANI, 2003). Já na cidade sede, o trabalho social se dava junto aos movimentos de bairros, porém, sem conotação

partidária. A partir de 1986, sob a influência do Pe. Adriano Van Den Ven¹⁶⁹, pessoas ligadas às pastorais indigenista, juventude e da CPT, se filiaram ao PT, inclusive, na eleição de 1988, o candidato a vice-prefeito do partido foi Hilário Paulus, missionário do CIMI (MATTOS, 2022)¹⁷⁰.

Por mais que católicos, sindicalistas e vários trabalhadores participaram da organização do PT douradense, o protagonismo se deu através de pessoas ligadas à educação, principalmente do ensino superior¹⁷¹, este que teve início em Dourados em 1970, quando a então Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT) criou o Centro Pedagógico de Dourados (CPD). Com a divisão de Mato Grosso, em 1979, foi concretizada a federalização da UEMT que passou a se chamar Fundação Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) e o CPD passou a ser Centro Universitário de Dourados (CEUD) (LIMA, 2011). A partir destes, surgiram dois grupos de suma importância para formação e organização do partido: o movimento estudantil através dos centros acadêmicos e os líderes dos sindicatos dos professores.

Quanto à luta sindical dos docentes, em maio de 1978, no auditório do CEUD, teve início a Associação Douradense de Professores (ADP) através de sua 1.^a Assembleia Geral, formada por professores da UEMT e da educação básica. Wilson Biasotto, Laerte Tetila e Antônio Carlos Biffi foram eleitos, respectivamente, presidente, vice-presidente e secretário¹⁷². Segundo Tetila (2022), os três eram simpatizantes do PMDB, inclusive, em 1982, apoiaram a candidatura de Sultam Rasslan (PMDB) para prefeito, entretanto, no final dos anos 80, migraram para o PT¹⁷³. Segundo Rodrigues (2014), já havia em várias cidades associações municipais de professores. Com a posse do primeiro governador do estado, os professores passaram a se organizar por melhores condições de trabalho. Nesse passo, a ADP se juntou com outras associações e formaram, no dia 3 de março de 1979, a Federação dos Professores de Mato Grosso do Sul (FEPROSUL).

Diante da federalização da UEMT, no início dos anos 80, os professores do CEUD deixaram a FEPROSUL e passaram a integrar a Associação dos Docentes da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (ADUFMS). Já os estudantes do CEUD criaram o Diretório

¹⁶⁹ Segundo Romani (2003), “Em 1982, o Padre Adriano Van Den Ven assumiu a Paróquia de Caarapó. Desde o início trabalhou com a CPT, na organização e mobilização de famílias para o assentamento definitivo. No ano de 1988, Pe. Adriano, o qual era partidário do PT, passou a dedicar-se em tempo integral às Pastorais Especiais de CEBs, Pastoral da Terra e da Juventude” (ROMANI, 2003, p. 49). Diante de sua influência, tentamos uma entrevista com ele, porém, no dia 7 de março de 2023, a secretária da Diocese de Dourados, informou que ele se mudou temporariamente para Ponta Grossa para tratamento de saúde, sendo que não há data para o retorno.

¹⁷⁰ ISHY, Elias. *Entrevista*. Dourados, 20 de maio de 2022.

¹⁷¹ Dentre os seis candidatos a prefeito pelo PT de Dourados (1982 a 2020), 5 foram professores universitários e 1 professor da educação básica.

¹⁷² História do ADP, atual SINTED. Disponível em <http://www.sinted.org.br/sobre-nos/historia>. Acesso em 23 de outubro de 2021.

¹⁷³ TETILA, José Laerte Cecílio. *Entrevista*. Dourados, 21 de maio de 2022.

Acadêmico 5 de abril (DACA), o qual era ligado ao Diretório Central dos Estudantes (DCE) de Campo Grande, sede da UFMS, contudo, Rodrigues (2023) relatou em sua entrevista que:

Os alunos do curso de Agronomia tinham lutas maiores e sentiam que o DACA não os representava. Assim, em 1980, criaram o Centro Acadêmico de Agronomia de Dourados (CAAD) com o intuito de fortalecer o movimento estudantil, o qual teve como primeiro presidente, Carlos Eduardo Marques. Tãmanha era a luta dos estudantes que entre 1978 a 1982 os alunos fizeram três greves em razão de melhorias para o curso, construção de laboratórios e para que o prefeito doasse as terras onde hoje está localizada a UFGD¹⁷⁴.

Ainda, o entrevistado citou que participou do congresso de refundação da UNE (Salvador/BA - 1979). Na ocasião, ouviu falar sobre a organização do PT e no ano seguinte, em uma reunião do DCE em Campo Grande, Gomercindo Rodrigues e Luiz Carlos Bonelli, discentes do curso de Agronomia, souberam através de Gilberto Siqueira e de Semy Ferraz que o PT estava sendo organizado na capital. Diante da novidade, eles reuniram os amigos do movimento estudantil e passaram a planejar a formação do partido em Dourados. Desde então, passavam os intervalos das aulas conversando sobre marxismo, socialismo e perceberam a necessidade de organização política (BONELLI, 2023)¹⁷⁵.

De acordo com Bittar (2009) e Marinho (2022), após a fundação nacional, o partido foi organizado em Campo Grande, em seguida, petistas da capital partiram para alguns municípios do interior na busca de filiados. Segundo Rodrigues (2023), ao saberem que em Dourados havia um grupo de universitários interessados pela formação do PT, eles os procuraram para iniciarem o processo de formação partidária. O entrevistado relatou que “liderados por Irineu Werner, iniciaram as filiações pelos estudantes de Agronomia: Gonçalo Padilha e Amorim, Gomercindo Clóvis Garcia Rodrigues e Aparecido Pereira da Silva, este que foi designado como presidente provisório do PT de Dourados”¹⁷⁶.

Após a filiação dos estudantes, estes, juntamente com o grupo do capital, saíram pelos bairros com o intuito ampliar as filiações. Segundo Bonelli (2023), a procura de novos filiados entre diferentes trabalhadores e estudantes, não foi uma tarefa fácil. Entre os poucos discentes que se envolviam com a política, alguns eram simpatizantes do PCB e do PMDB. Além disso, nos bairros, muitas pessoas diziam ter medo do PT. O PMDB era visto pela população como o partido de oposição à ditadura, enquanto o PT, uma tentativa de implantação do comunismo¹⁷⁷. Mesmo em meio às dificuldades, eles conseguiram legalizar o partido. Conforme está registrado

¹⁷⁴ RODRIGUES, Gomercindo Clovis Garcia. *Entrevista*. Dourados, 2 de fevereiro de 2023.

¹⁷⁵ BONELLI, Luiz Carlos. *Entrevista*. Dourados, 4 de fevereiro de 2023.

¹⁷⁶ RODRIGUES, Gomercindo Clovis Garcia. *Entrevista*. Dourados, 2 de fevereiro de 2023.

¹⁷⁷ BONELLI, Luiz Carlos. *Entrevista*. Dourados, 4 de fevereiro de 2023.

na Ata n.º 1 do PT de Dourados, no dia 9 de junho de 1981, foi afixado no Cartório Eleitoral uma convocação dos 244 filiados aptos a votarem na primeira convenção municipal¹⁷⁸.

Doze dias depois, nas dependências da Associação Comercial e Industrial com a presença de Josemar Alves de Alencar, observador da justiça eleitoral, 77 filiados do partido se reuniram para aprovação do manifesto, programa, estatuto e eleição da primeira diretoria. Na ocasião, com 74 votos a favor e 3 contrários, Aparecido Pereira da Silva foi oficialmente eleito como primeiro presidente do PT de Dourados, Gonçalo Padilha como tesoureiro, José Alves de Oliveira, secretário, além de outros cinco membros titulares: Domingas Rosa da Silva; Odila de Almeida; Jairo Hélio Ferreira; Joaquim Aleixo de Sales Filho; Samuel Benites¹⁷⁹.

É consenso da literatura política que aborda o PT, em especial os minuciosos trabalhos de Meneguello (1989) e Keck (1991), a diversidade de grupos que juntos formaram o partido. Por outro lado, trabalhos como Secco (2018), Azevedo (1995), e Braga (1997), mostram o protagonismo de grupos diferentes nos diversos municípios. Como exemplo, Silva e Gonçalves (2022) destacam que a gênese em Ponta Grossa/PR se deu pela da militância católica ligada à Pastoral Universitária (PU). Já em Londrina/PR, Hilário (2010) aponta que o PT foi formado principalmente pelo sindicato dos professores, simpatizantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e dissidentes do PMDB.

Diante de tais estudos, percebe-se que a formação do PT nos municípios não se deu de forma homogênea. Assim, ao contrário do âmbito nacional, os entrevistados que participaram da formação do partido em Dourados, Rodrigues (2023), Costa (2022), Bonelli (2023) e Souza (2022), foram enfáticos em dizer que não houve no início dos anos 80 a participação de pessoas ligadas diretamente à igreja católica, líderes sindicais, exilados e ex-combatentes da ditadura nas organizações de esquerda. Além das entrevistas, não encontramos no arquivo partidário e/ou no CDR, documentos que mostrassem a participação de pessoas ligadas a tais instituições e/ou movimentos entre 1980 a 1982, entretanto, mesmo não encontrando registros, não podemos assegurar que entre os primeiros filiados ninguém os representassem.

¹⁷⁸ Ata n.º 1 do PT de Dourados descrita no livro de Convenções Oficiais para a justiça eleitoral, o qual foi aberto em 16 de junho de 1981 e assinado pelo Juiz de Direito Aleixo Paraguassu Netto. Tal livro encontra-se nos arquivos do partido, os quais estão guardados em uma residência na Rua Camboriú, 85 -BNH 3.º plano, sob os cuidados do filiado Luciano Fernandes de Oliveira.

¹⁷⁹ Aparecido Pereira da Silva, era solteiro, estudante de Agronomia. Na eleição de 1982 foi candidato a deputado estadual e recebeu 230 votos. Deixou a cidade de Dourados em 1983, após terminar a graduação. Segundo a Ata da eleição, todos os membros da diretoria eram solteiros. Além disso, Gonçalo Padilha desenhista estudante; José Alves de Oliveira, escrivão; Domingas Rosa da Silva, empregada doméstica; Odila Almeida, auxiliar de escritório; Jairo Hélio e Joaquim Filho eram comerciantes; Samuel Benitez, auxiliar de enfermagem.

Quanto aos católicos, segundo Bonelli (2023), por mais que ele e alguns jovens estudantes fossem ligados à pastoral da juventude, a igreja católica em Dourados era conservadora e não haviam conversas sobre política nas reuniões. Em relação aos líderes sindicais, Santos (2023) relata que, somente a partir de 1985, adentraram ao partido membros do sindicato dos bancários¹⁸⁰, além dos professores ligados a FEPROSUL, atual Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (FETEMS).

Em suma, a partir das atas e entrevistas, podemos afirmar que a liderança na formação do PT se deu com o movimento estudantil do antigo CEUD. Estes, com a ajuda dos companheiros da capital, divulgaram o partido nos bairros e filiaram diversos trabalhadores, comerciantes, donas de casa e profissionais liberais. Neste trabalho, citamos os principais líderes que organizaram o partido, mas isso não diminui a importância dos 244 filiados registrados na data da primeira convenção, principalmente, pelo fato do PT ser sido formado como um partido de massas da classe trabalhadora e dos excluídos pelo Estado (MENEGUELLO, 1989).

Segundo Souza (2022), no início de 1982, ele recebeu em seu escritório seus ex-alunos do curso de Agronomia, Gomercindo e Aparecido, sendo que estes o convidaram para se filiar ao partido e ser o candidato a prefeito nas eleições daquele ano. No dia 14 de setembro de 1982, alguns membros da direção estadual vieram a Dourados com a missão de ajudar a organizar a escolha dos candidatos locais. O diretório se reuniu e aprovou a candidatura de José Joaquim de Souza à prefeitura e 13 candidatos a vereadores¹⁸¹.

Sobre a campanha de 1982, de acordo com Souza (2022), a única ajuda recebida do diretório estadual foram panfletos, porém, em número reduzido. A campanha foi feita apenas com doações dos filiados e simpatizantes. Assim, confeccionavam cartazes com letras recortadas de jornais os quais eram colados nos muros e postes, porém, as dificuldades financeiras não tiraram a disposição dos candidatos¹⁸². Os indicadores de todas as eleições serão observados na próxima seção, entretanto, convém dizer que no pleito de 1982, o PT não teve um bom resultado. José Joaquim conquistou 178 votos, enquanto o candidato a vereador mais

¹⁸⁰ Em 1987, o sindicato dos bancários se filiou à CUT, desde então, muitos líderes se filiaram ao PT, dentre eles o próprio João Grandão. SANTOS, João Batista. *Entrevista*. Dourados, 8 de fevereiro de 2023.

¹⁸¹ José Joaquim de Souza, engenheiro agrônomo, chegou a Dourados em 1976 para trabalhar na empresa Rural Plan. Entretanto, nos anos de 1978 a 1980, foi contratado como professor substituto do curso de Agronomia do CEUD. Se filiou ao PT a convite de seus ex-alunos Aparecido e Gomercindo. Sua única disputa eleitoral foi à prefeitura de Dourados em 1982. Ainda é filiado ao PT, porém, não tem participação nem ao menos nas reuniões.

¹⁸² SOUZA, José Joaquim. *Entrevista*. Dourados, 18 de maio de 2022. Um dos panfletos utilizados na campanha está dentro da caixa n.º 73 do Centro de Documentação Regional. Segundo o entrevistado, “o partido não tinha dinheiro, sendo que a maioria era formada por trabalhadores “simples”. Logo, cedi uma de minhas funcionárias para ser secretária do partido e uma sala do meu escritório para as reuniões.

votado pelo partido, Sebastião Dias Gonçalves, obteve 25, resultado muito abaixo do esperado, afinal, os candidatos petistas receberam menos votos do que o número de filiados.

Após o pleito, segundo Souza (2022), foram formados quatro núcleos de bairro¹⁸³: Jardim Itália; BNH 3.º plano; Cabeceira Alegre; Parque das Nações II. Costa (2022) citou que os universitários filiados ao PT, geralmente se reuniam no BNH 3.º plano, contudo, em 1983, os principais líderes do partido, Aparecido, Gomercindo e Bonelli, se mudaram de Dourados após terminarem o curso de Agronomia. Com a saída de Aparecido, o partido ficou inclusive sem presidente constituído, nesse passo, “esfriou” e seguiu com raras reuniões¹⁸⁴.

A partir de 1983, diante da ampliação de cursos do CEUD, aumentou a participação dos discentes no movimento estudantil. Além do DACA e do CAAD, outros cursos criaram seus Centro Acadêmicos e surgiram lideranças estudantis como João Batista dos Santos, acadêmico de História e Enio Ribeiro de Oliveira do curso de Geografia. Segundo Oliveira (2022), além dos petistas, o movimento estudantil contava com jovens simpatizantes do PMDB e do PCB, todavia, o movimento tinha preocupação com as pautas voltadas aos discentes, apenas alguns líderes tinham ligações com tais partidos, estes que organizavam debates entre os alunos sobre a retomada da democracia¹⁸⁵. Vale lembrar que, entre 1983 a 1985, o país caminhava para o fim da ditadura militar e vivenciou o movimento popular “diretas já” que reivindicava eleições diretas para presidente do Brasil (AMARAL, 2003; MARQUES, 2005; CRUZ, 2017; BARROS, 2022).

No início de 1985, Gilson Rodolfo Martins, petista da região do ABC paulista, tomou posse no concurso de professor no CEUD. Ao perceber que o partido estava enfraquecido, conclamou os filiados para organizarem um diretório municipal. Alugaram uma casa para ser a sede e, além de espaço para reuniões, o local servia para confraternização dos universitários¹⁸⁶. Nesta sede, em março de 1986, na presença do observador da justiça eleitoral, uma comissão provisória levantou o número de filiados aptos a votarem para a escolha da nova diretoria. Na ocasião, 80 pessoas foram registradas e elegeram Gilson Rodolfo Martins como presidente¹⁸⁷, Lauro José dos Santos como vice, Israel Lopes dos Santos como tesoureiro e Kátia Horn como secretária¹⁸⁸.

¹⁸³ Em suas obras, Silva (2010), Brandão (2003) e Ferreira (2008) mostram que desde o início dos anos 80, o partido adotou como estratégia a participação de seus filiados em núcleos. Nesses espaços, as pessoas tinham vez e voz, afinal, a novidade do partido estava no fato das decisões serem tomadas pelas bases na luta do dia a dia junto aos movimentos sociais, logo, os trabalhadores poderiam participar das decisões (TODT, 2018).

¹⁸⁴ COSTA, Damarci Olivi. *Entrevista*. Dourados, 15 de maio de 2022.

¹⁸⁵ OLIVEIRA, Ênio Ribeiro de. *Entrevista*. Dourados, 3 de maio de 2022.

¹⁸⁶ MARTINS, Gilson Rodolfo. *Entrevista*. Campo Grande, 3 de agosto de 2022.

¹⁸⁷ Gilson Rodolfo Martins, no final da década de 70 trabalhou na Scania em Santo André e participou de greves do sindicato dos metalúrgicos e se filiou no PT desde a sua formação. Simpatizante da Articulação, foi candidato a deputado federal em 1986, porém, não se elegeu e não mais disputou eleições. Entretanto, continuou filiado ao PT até 2005.

¹⁸⁸ Ata registrada nas páginas 7 a 10 do livro de Convenções Oficiais.

Enquanto presidente municipal, Gilson percebeu a necessidade de ajuda na divulgação e organização local, como estratégia, convidou José Dirceu para vir a Dourados fazer uma palestra¹⁸⁹. Assim, por volta de maio de 1986, José Dirceu e Lula compareceram em um encontro municipal no Auditório do CEUD. Naquele ano, foram realizadas eleições para a Assembleia Constituinte (SARMENTO, 2009) e o PT de Dourados indicou o nome de Gilson como candidato a deputado federal, porém, não foi eleito ao receber apenas 488 votos¹⁹⁰. Na disputa ao poder executivo, Marcelo Miranda (PMDB) foi eleito, contando com o apoio do PCB, entretanto, os militantes de Dourados ligados ao movimento estudantil, não aceitaram tal apoio em razão do histórico político do governador e, liderados por Ênio Ribeiro de Oliveira, se filiaram ao PT em 1987¹⁹¹.

No final dos anos 80, o partido passou a ampliar filiações de professores universitários, dentre estes, José Laerte Cecílio Tetila e Wilson Valentim Biasotto. Segundo Tetila (2022),

Os movimentos do professor Gilson influenciaram alguns colegas a se filiarem. Eu fui um deles. Não me recordo a data exata, mas nos anos 70, filiei-me ao MDB, porém, nunca militei. Já nos anos 80, me tornei simpatizante do PC do B, inclusive recebia jornais do partido. Porém, diante do crescimento do PT no cenário nacional e do movimento que acontecia na universidade, eu e Biasotto, optamos pelo partido em 1987¹⁹².

Outros profissionais também decidiram pela filiação. Alguns migraram de outros partidos, dentre estes, o jornalista e professor Elecir Ribeiro Arce que viera do PDT, Ênio Ribeiro do PCB e Antônio Carlos Biffi do PMDB¹⁹³, outros, se filiando pela primeira vez, como os líderes do sindicato dos bancários Elias Ishy de Mattos¹⁹⁴ e João Grandão, além de Egon Krakhecke, ligado ao movimento de reforma agrária.

Em 1988, Gilson se mudou para Campo Grande e Ênio Ribeiro de Oliveira assumiu a presidência do partido¹⁹⁵. Nas eleições municipais daquele ano, a escolha dos candidatos petistas ocorreu na convenção do dia 7 de agosto de 1988, realizada na Câmara Municipal. Laerte Tetila

¹⁸⁹ De acordo com Gilson, José Dirceu era ligado à tendência Articulação e já se despontava como o grande organizador do PT nacional.

¹⁹⁰ Em 1986 um representante de Dourados se elegeu deputado federal constituinte e representou a cidade e o estado na Câmara dos Deputados: José Elias Moreira, o qual recebeu 31.043 votos. Nenhum petista de Mato Grosso do Sul foi eleito.

¹⁹¹ OLIVEIRA, Ênio Ribeiro de. *Entrevista*. Dourados, 3 de maio de 2022.

¹⁹² TETILA, José Laerte Cecílio. *Entrevista*. Dourados, 22 de maio de 2022.

¹⁹³ Por mais que o início da carreira de Biffi se deu em Dourados, inclusive na liderança da ADP, em sua filiação ao PT ele já estava residindo em Campo Grande. GONÇALVES, Pedro César Kemp. *Entrevista*. Campo Grande, 24 de janeiro de 2023.

¹⁹⁴ Além de bancário, Elias Ishy era ligado à pastoral da juventude católica. Em sua entrevista, ele relatou que percebeu através da pastoral da juventude e da influência do Padre Adriano, da irmã Olga e do Padre Edison, a necessidade de militar no PT para lutar pelos direitos dos necessitados.

¹⁹⁵ De acordo com Ênio Ribeiro de Oliveira, desde criança ouvia seu pai falando sobre o comunismo. Militou no movimento estudantil sendo simpatizante do PCB e, em 1987, se filiou ao PT. Em 1988 foi candidato a vereador. Em 1992, candidato a prefeito em Coronel Sapucaia/MS. Presidiu o PT municipal de 1988 a 1990, bem como 1999 a 2000. Diante do apoio do PT à candidatura de Murilo Zauith em 2011, deixou o PT e filiou ao PSOL, partido do qual foi candidato a vereador em 2020.

já se firmava como a principal liderança do partido e teve seu nome postulado como candidato a prefeito. Ainda, o partido lançou 8 candidatos a vereadores”. A campanha priorizou os bairros da periferia e, segundo Oliveira (2022):

Os militantes trabalhadores sustentavam o partido. Bottons e camisetas eram vendidos para arrecadar fundos para o partido. Tetila comprou um mimeógrafo e rodavam os panfletos. Apenas no final da campanha, cada candidato recebeu 100 santinhos. Além do mimeógrafo, Tetila, companheiro que tinha maior poder aquisitivo, comprou uma Kombi velha e instalou um aparelho de som. Assim, eram feitas as reuniões, a Kombi estacionava nas esquinas e eles discursavam para a população¹⁹⁶.

Os resultados do pleito de 1988 ainda não foram satisfatórios, porém, a campanha serviu para unir os filiados. O partido se reunia constantemente e, mesmo que houvesse divergências de pensamento, prevalecia a unidade na diversidade. Os filiados pagavam mensalidades e defendiam os ideais do PT que, naquele momento, passou a ter força no tripé: universidade, bancários e católicos simpatizantes da Teologia da libertação¹⁹⁷.

A segunda fase da história do partido tem início em 1990 e se entende até o ano 2000 com a conquista da prefeitura municipal. Nesta, abordaremos a primeira conquista eleitoral em 1992 e os principais momentos do partido enquanto oposição na Câmara dos vereadores.

No início de 1990¹⁹⁸, Ênio Ribeiro se mudou para Coronel Sapucaia (MS). Em seu lugar, Yara Martins Rigotti assumiu a presidência de forma interina¹⁹⁹. No ano seguinte, o diretório elegeu Egon Krakhecke²⁰⁰, este que permaneceu até 1994 quando Marco Antônio Pimentel dos Santos assumiu²⁰¹. Não localizamos as atas que registram tais escolhas, porém, atas de 1992 e 1993 confirmam Egon como presidente e atas dos anos de 1995 e 1996, Marco Antônio.

Para Secco (2018), “o PT sempre foi dependente do fundo partidário e das contribuições estatutárias. As receitas próprias de vendas de materiais, doações e arrecadações também

¹⁹⁶ OLIVEIRA, Ênio Ribeiro. *Entrevista*. Dourados, 17 de maio de 2022.

¹⁹⁷ Idem.

¹⁹⁸ Nas eleições estaduais de 1990, o PT de Dourados lançou Egon Krakhecke como candidato a deputado federal e Laerte Tetila como deputado estadual e receberam, respectivamente, 8.834 e 2.749 votos.

¹⁹⁹ Yara Rigotti se filiou ao PT em 1986. Na década de 90 foi presidente e secretária do partido, se candidatou a vereadora em 1992, porém, não foi eleita. Durante o governo Tetila, foi superintendente da secretaria de Saúde. Com o término do segundo mandato, Yara continuou filiada mas se afastou da militância para se dedicar à farmácia da família. Atualmente continua filiada, porém, não participa das reuniões.

²⁰⁰ Egon Krakhecke, engenheiro agrônomo, optou pela filiação ao PT em 1990. Foi presidente do partido (1992 a 1994), candidato a deputado federal em 1990 e deputado estadual em 1994, bem como prefeito de Dourados em 1992. No final dos anos 90, se filiou à Articulação de Esquerda, participou do primeiro mandato do governo Zeca como secretário de meio ambiente e, em 2002, foi eleito vice-governador de Mato Grosso do Sul. Já em 2006, foi candidato a senador, porém, não foi eleito. A partir de 2009, deixou a cidade de Dourados, continuou filiado ao PT, porém, abandonou a participação política.

²⁰¹ Marcos Antônio P. dos Santos se filiou ao PT a convite de Egon Krakhecke. Em 1994, Egon se afastou da presidência e Marcos o substituiu de forma provisória e permaneceu até o final de 1996. Optou por deixar a presidência para se dedicar à profissão de advogado e no ano seguinte, se desfilou. Nunca se candidatou a cargos públicos. Atualmente é simpatizante do partido, mas, não quer militar.

sempre foram importantes” (SECCO, 2018, p. 106). Em Dourados, nas eleições de 1988 e 1990, o partido teve baixa capilaridade eleitoral e percebeu as dificuldades em realizar campanhas com poucos recursos financeiros. Para tentar amenizar o problema, além das mensalidades e contribuições, o partido passou a organizar jantares com o intuito de conseguir mais filiados, unir o grupo e levantar fundos para as próximas eleições (ARCE, 2022)²⁰².

A partir da eleição de presidencial 1989, ao receber apoios dos partidos de esquerda no segundo turno e diante da concretização do multipartidarismo, nos anos 90, o PT sentiu a necessidade de liderar uma esquerda democrática (SECCO, 2018; BARROS, 2022). Dessa forma, em 1992, pela primeira vez em Dourados, o PT buscou apoio de dois partidos de esquerda, PSB e PPS. O PT lançou 29 candidatos à Câmara Municipal e Egon Krakhecke para prefeito. O desempenho eleitoral deste pleito detalharemos na próxima seção, entretanto, vale ressaltar que Laerte Tetila foi eleito como primeiro vereador petista ao conquistar 871 votos.

De acordo com Tetila (2022), seu mandato de vereador foi marcado pelo orçamento participativo, defesa dos povos indígenas e audiências públicas. Nesse sentido, relatou que:

Foi alugado um ônibus que transitava pelos bairros convidando a população para as reuniões. Esta fazia suas solicitações e combinávamos que eles pudessem comparecer na Câmara às quartas-feiras. Isso era um fato inédito! Antes do mandato do PT, o povo não participava das sessões, mas isso mudou. Assim, os mais “pobres” passaram a ter água encanada e energia nos bairros da periferia e muitas outras solicitações, afinal, como vereador, eu tinha o povo junto a mim quando eu fosse apresentar os requerimentos e projetos²⁰³.

Tetila se tornou oposição a muitos políticos tradicionais de Dourados. Em sua entrevista, relatou que em 1993 teve sua casa “picotada” por tiros, sendo que a polícia civil contou cerca de 200 cápsulas deflagradas. Sua família estava no quarto nos fundos, por isso não foram atingidos. “Acredito que foi uma tentativa de me calar diante do pedido de uma instauração de CPI, porém, segui trabalhando como vereador e me preparando para um dia ser prefeito”²⁰⁴.

Em 1996, o partido lançou Elecir Ribeiro Arce como candidato a prefeito e 15 candidatos a vereadores²⁰⁵. Segundo Arce (2022), ele tinha certeza de que não seria eleito, mas, aceitou o desafio, pois era responsabilidade de todos fazer com que o partido crescesse. A meta petista para 1996 era reeleger Tetila e conseguir eleger mais um vereador²⁰⁶. O partido

²⁰² ARCE, Elecir Ribeiro. *Entrevista*. Dourados, 8 de junho de 2022.

²⁰³ TETILA, José Laerte Cecílio. *Entrevista*. Dourados, 20 de maio de 2022.

²⁰⁴ Na eleição estadual de 1994, Tetila se candidatou a deputado federal e recebeu 12.306 votos, sendo a maior votação entre os candidatos do partido. Ainda, Egon Krakhecke e João Grandão se candidataram a deputado estadual, os quais receberam, respectivamente, 4.018 e 1.306 votos. Diante de tais resultados, nenhum foi eleito. Como relatamos no capítulo 2, em 1994, o PT elegeu 3 deputados estaduais, porém, não elegeu deputado federal.

²⁰⁵ Ata da convenção realizada no dia 22 de junho de 1996 na sede do partido localizada na Av. Marcelino Pires, 2346, a qual está registrada nas páginas 27 a 29 do livro de convenções oficiais.

²⁰⁶ ARCE, Elecir Ribeiro. *Entrevista*. Dourados, 7 de junho de 2022.

conseguiu o objetivo, foram eleitos Laerte Tetila e João Grandão. Contando com dois vereadores, no dia 25 de maio de 1997, o PT realizou uma convenção para escolha de sua diretoria, sendo que os 111 filiados presentes, por unanimidade, elegeram Dirceu Aparecido Longhi, como presidente do partido²⁰⁷, além dos outros membros: Damarci Olive da Costa; Edvaldo Francisco Fernandes; Josimar Lomba Alvarez; Maria Aparecida P. Rodrigues; Valmir Gabriel Ortega. Ainda, foram eleitos os membros do Conselho de Ética e do Conselho Fiscal²⁰⁸.

Sob a liderança de Longhi, em 1998, Tetila foi eleito deputado estadual e João Grandão, deputado federal. Enquanto em Brasília João contava com o apoio de outros petistas, Tetila foi o único deputado estadual eleito pelo PT. Diante de tal fato, Zeca optou por acordos com outros deputados para formar base de governo na Assembleia legislativa. Segundo Tetila (2022), atendendo ao pedido de Zeca, ele votou em Londres Machado para presidente da Assembleia, mesmo contrariando suas convicções políticas²⁰⁹. Tal voto gerou divergências entre os petistas de Dourados. Enquanto alguns entendiam a necessidade de alianças, a maioria, principalmente os simpatizantes da Articulação de Esquerda não concordavam. Nesse cenário, se intensificaram as divergências no partido e o fortalecimento de tendências.

Em âmbito nacional, desde a formação do partido já se falava em tendências. Como relatamos no capítulo 2, no PT estadual, existiram nos anos 80 a Convergência Socialista e os independentes que se intitulavam como Articulação. Já nos anos 90, a CS foi expulsa do PT e surgiram no estado a Articulação de Esquerda (AE), O Trabalho e a Democracia Socialista (DS), todavia, no PT de Dourados, nos anos 80 e 90, alguns se diziam simpatizantes de Articulação, corrente majoritária no cenário nacional, contudo, a força partidária estava nos núcleos da universidade e de alguns bairros como Cabeceira Alegre e Água Boa. No final dos anos 90, surgiram as primeiras tendências organizadas no âmbito municipal.

A Democracia Socialista, teve origem na fusão dos grupos políticos que militavam em torno da publicação do jornal “Em Tempo” e líderes do movimento estudantil, sendo que o grupo passou a atuar politicamente dentro do PT tornando-se oficialmente uma tendência interna em 1986 (LOPES, 2018)²¹⁰. Ângelo (2008) ressalta que “a tendência foi uma das que

²⁰⁷ Dirceu Aparecido Longhi se filou ao PT em 1989. Dirceu era fotógrafo e, após fazer alguns trabalhos para o partido e optou pela filiação. Foi presidente do partido de 1997 a 1999, bem como de 2013 a 2017. Foi candidato a vereador em 2000, porém, não se elegeu. Atuou nos dois mandatos de Tetila, foi eleito vereador em 2008 e 2012 e deixou o PT em 2020.

²⁰⁸ Ata da Convenção Municipal do PT de Dourados, realizada no dia 25 de maio de 1997, a qual está registrada nas páginas 31 a 32 do livro de Convenções Oficiais.

²⁰⁹ Segundo Tetila, ele foi pressionado a juntar-se a políticos tradicionais do estado que passaram a apoiar o governo Zeca. Isso feria suas convicções políticas, mas, se ele se negasse, ficaria isolado dentro da Assembleia.

²¹⁰ Lopes (2018) relata que “a DS tinha o intuito de construir um partido revolucionário que enfrentaria o Estado a partir da auto-organização dos trabalhadores” (LOPES, 2018, p. 7).

mais cresceu dentro do partido conquistando cargos em sua direção, gozando de boa relação com seus principais dirigentes e tendo a maior parte de suas propostas incorporadas ao PT” (ÂNGELO, 2008, p. 7). Como principais líderes, Secco (2018) cita Raul Pont, João Machado, Olívio Dutra e Miguel Rossetto. Logo no seu primeiro ano como deputado, João Grandão teve contato com estes líderes, se filiou e fundou a DS no Mato Grosso do Sul. Em Dourados, a tendência passou a contar com Walter Betoni, Elecir Ribeiro Arce, Antônio Leopoldo Suypene, Carlos Longo e Pedro Alves Ferreira, dentre outros.

Outra tendência que conquistou protagonismo no PT municipal foi a Articulação de Esquerda. Como já citamos nos capítulos anteriores, a AE nasceu de um manifesto de militantes de esquerda não trotskistas intitulado “Hora da Verdade” que após o Impeachment de Collor, não aceitavam que o PT apoiasse Itamar Franco (MARTINS 2015; LOPES, 2018). O grupo se consolidou como tendência em setembro de 1993 e se intitulou Articulação de Esquerda, tendo como principais líderes no cenário nacional Rui Falcão, Wladimir Pomar e Valter Pomar (SECCO, 2018). No estado, a AE teve como fundador Geraldo Garcia. Já em Dourados, os principais líderes foram Renato Gomes Nogueira, Gabriel Natal Ortega, Elias Ishy de Mattos e Egon Krakhecke²¹¹.

Assim, no final dos anos 90, o PT de Dourados passou a contar com duas tendências organizadas, além de dois grupos independentes, o primeiro, conhecido como núcleo da universidade, formado por professores e servidores administrativos da UFGD, e o segundo, um pouco menos expressivo, por petistas ligados ao então governador Zeca, liderados por Margarida Gaigher, e que anos depois, se intitulariam CNB²¹².

Em setembro de 1999, o partido se reuniu para eleição do diretório. Travaram a disputa a chapa “Geraldo Garcia”, inscrita de forma completa (presidência, diretório, comissão de ética e conselho fiscal) e a chapa “Por uma feliz cidade”, somente para concorrer ao diretório. Na ocasião, votaram 290 filiados, entre estes, 237 escolheram a chapa “Geraldo Garcia” e 41 a “Por uma feliz cidade”, além de 7 votos em branco e 5 nulos. Assim, Ênio Ribeiro de Oliveira foi mais uma vez eleito presidente municipal do PT. Além dele, foram eleitos para o diretório:

²¹¹ ORTEGA, Natal. *Entrevista*. Dourados, 25 de abril de 2023.

²¹² O grupo CNB – Construindo um Novo Brasil, cujo início, segundo Secco (2018), se deu no ano 2000. Trata-se do antigo Campo Majoritário formado em 1995 por membros da Articulação, bem como de filiados que se abstém do debate de tendências. Dentre as principais lideranças no cenário nacional, podemos destacar: Lula, José Dirceu, Ricardo Berzoini, Luiz Dulci, Aloízio Mercadante. No Mato Grosso do Sul, podemos citar Zeca e Vander. Já na cidade de Dourados, segundo Ortega (2023) lideravam a CNB Ermínio Guedes e Wilson Venâncio.

Yara Rigotti; Antônio Leopoldo Van Suypene; Dirceu Aparecido Longhi; Zonir Tetila; Edna Aparecida da Silva; Elias Ishy Mattos; Leidniz Guimarães e Edvaldo Batista Ajala²¹³.

Para a eleição de 2000, houve consenso entre as tendências. Os 35 convencionais aprovaram Laerte Tetila como candidato a prefeito, os nomes de 28 candidatos a vereadores e a coligação: PPS; PC do B; PHS e PSC²¹⁴. Naquele pleito, Tetila foi eleito prefeito ao receber 36.045 (41,69%) votos, enquanto Wilson V. Biasotto, Elias Ishy de Mattos e Margarida Maria F. Gaigher foram eleitos vereadores, ao receberem, respectivamente: 1.728; 738 e 731 votos²¹⁵.

Observamos no capítulo 1 que durante os anos 90, paulatinamente o partido se aproximou dos partidos de centro fazendo coligações e acordos de governabilidade (AMARAL, 2013, BARROS, 2022). Já no cenário estadual, para eleger Zeca em 1998, o PT se juntou a políticos de centro direita no segundo turno do pleito, porém, até a eleição de 2000, o PT douradense se manteve coligado apenas com partidos de esquerda. Segundo Bonelli (2023), os petistas de Dourados sempre foram vistos pela direção estadual como “mais radicais e posicionados à esquerda”. Assim, ao comparar os níveis federal, estadual e municipal, percebe-se que em Dourados, o partido demorou mais tempo para dar as mãos a políticos tradicionais. Em 1998, quando isso ocorreu no estado, a maioria dos petistas douradenses criticou, entretanto, tal realidade se transformou no âmbito municipal a partir de 2004.

A terceira fase da trajetória histórica do PT municipal é registrada de 2001 a 2008, período em que o partido comandou a prefeitura. Nela, abordaremos o mandato Tetila tentando compreender como ele influenciou nas transformações partidárias e nos resultados eleitorais.

Durante o 2.º Congresso Nacional do PT, em 1999, o partido aprovou eleições diretas para presidente e direções partidárias em todos os níveis. Em 2001, três candidatos disputaram a presidência do PT municipal: Élio Araújo, apoiado pela vereadora Margarida Gaigher; Elairton Paulo, candidato da Democracia Socialista; Elias Ishy de Mattos representando a Articulação de Esquerda. Contando com maior número de apoios, Ishy foi eleito presidente²¹⁶.

²¹³ Ata da Convenção, registrada nas páginas 32 a 34 do Livro de Convenções Oficiais.

²¹⁴ Ata da Convenção, realizada no dia 25 de junho de 2000, a qual está registrada nas páginas 35 e 36 do livro de Convenções Oficiais.

²¹⁵ Wilson Biasotto era professor universitário, diretor do Centro Universitário de Dourados e membro do núcleo da universidade. Elias Ishy de Mattos, membro da Articulação de Esquerda, ligado tanto ao sindicato dos bancários quanto às pastorais da igreja católica. Já Margarida Gaigher, professora, ligada ao grupo apoiador de Zeca, conhecido a partir de 2006, por CNB.

²¹⁶ Na caixa n.º 73 do Centro de Documentação Regional (CDR) há folders com as propostas de cada um dos candidatos. Não encontramos a ata de posse de Elias Ishy como presidente municipal. Entretanto, entrevistados como Natal Ortega, Ênio Ribeiro e o próprio Elias confirmam sua vitória. Além disso, as atas de Convenções do partido de 2001 a 2005, possuem o registro e a assinatura de Elias Ishy como presidente.

Quanto ao primeiro mandato, Tetila (2022) relatou que sua intenção era profissionalizar a gestão e investir em políticas sociais. Para compor o grupo de secretários, os escolhidos ligados à AE foram: Renato G. Nogueira (Governo); David Lourenço (Fazenda) e Maria Dilnéia E. Fernandes (Educação). Entre os petistas independentes: Edivaldo Francisco Fernandes (Advocacia geral); Alaércio Abrahão dos Santos (Administração); Mario Trompes da Silva (Indústria e Comércio); Laércio Arruda (Serviços Urbanos), Humberto Santos Paschoalick (Agricultura) e Valdete Martins de Barros (Assistência Social). Já Luiz Seiji Tada (Chefe de Gabinete), era ligado a João Grandão e aos bancários. Ainda, Guilherme Meldau Neto (Infraestrutura); Luiz Carlos Arruda (Saúde) e Luiz Carlos Ribeiro (Planejamento e Meio Ambiente), eram membros do PPS²¹⁷. Nota-se que foram contemplados diversos grupos e membros do partido aliado na escolha do secretariado.

Em 2002, João Grandão foi reeleito deputado federal, Egon Krakhecke foi eleito vice-governador e o partido indicou Wilson Biasotto e Margarida Gaigher como candidatas a deputados estaduais, os quais receberam, respectivamente, 10.374 e 3.486 votos e não foram eleitos, no entanto, os líderes da AE no município apoiaram o candidato a deputado estadual de Campo Grande, Pedro César Kemp Gonçalves, o qual foi eleito e recebeu em Dourados 1.200 votos (ORTEGA, 2023)²¹⁸. A votação de Kemp mostrou a força da AE, porém, o fato de apoiar um candidato de outro município gerou conflitos entre a tendência e a administração municipal. Diante do apoio, segundo Longhi (2023) e Ortega (2023), Tetila substituiu o então secretário de governo, Renato G. Nogueira, por Wilson Biasotto, David Lourenço, por Alaércio Abrahão na secretaria de fazenda. Maria Dilnéia pediu demissão da secretaria de educação e no seu lugar assumiu Antônio Leopoldo Suypene.

Diante da atitude do prefeito, todos os membros da Articulação de Esquerda deixaram os cargos que ocupavam na gestão²¹⁹, todavia, a tendência continuou atuando na presidência do partido e não fez oposição declarada ao prefeito, inclusive, apoiou a maioria dos projetos implantados²²⁰. Na convenção para a eleição de 2004, segundo a ata do evento, 175 filiados aclamaram por unanimidade a candidatura de Tetila à reeleição, os nomes de 23 candidatos a vereadores e aprovaram a coligação com os partidos: PC do B; PV; PSB; PL; PMN; PT do B; PTR; PSC; PP; PSDC e PSL²²¹.

²¹⁷ TETILA, José Laerte Cecílio. *Entrevista*. Dourados, 4 de julho de 2023.

²¹⁸ ORTEGA, Gabriel Natal. *Entrevista*. Dourados, 13 de abril de 2023.

²¹⁹ LONGHI, Dirceu Aparecido. *Entrevista*. Dourados, 29 de junho de 2023.

²²⁰ FERREIRA, Pedro Alves. *Entrevista*. Dourados, 25 de junho de 2023.

²²¹ Ata da Convenção Municipal do Partido dos Trabalhadores de Dourados, a qual está registrada nas páginas 40 e 41 do Livro de Convenções Oficiais.

Observando tal lista, nota-se os partidos considerados de centro-direita. Ao contrário dos anos 80 e 90, desde 2004, o PT douradense teceu acordos com tais partidos, ou seja, agiu de forma semelhante como já ocorria nos cenários nacional e estadual, contudo, tal fato, acentuou ainda mais as divergências com os líderes da AE. De acordo com Oliveira (2022) e Mattos (2022), em 2004, o PT estadual influenciou nas conciliações com os demais partidos, principalmente com o PL, inclusive, relataram que foram “obrigados” a aceitar Albino Mendes (PL) como candidato a vice-prefeito. Entretanto, Longhi (2023) trouxe um argumento diferente ao citar que Tetila procurou Zeca e pediu que intermediasse os acordos com o PL visando aumentar a base de apoio na busca pela reeleição²²².

Sobre tais acordos, Tetila (2022) ressaltou que, já na eleição presidencial de 2002, o PT recebeu o apoio de partidos de centro-direita, inclusive José de Alencar, vice de Lula, era um empresário filiado ao PL, logo, seria natural a união entre os partidos. Ele ainda negou que tenha recebido pressão do PT estadual e que as pessoas que vieram para o governo eram competentes e comprometidas, além disso, as alianças eram necessárias para ter a maioria no legislativo e facilitar a gestão municipal²²³. O pleito de 2004 representou a maior vitória da história do partido. Tetila recebeu 53.208 (53,96%) votos e foi reeleito. Ainda, o PT elegeu quatro vereadores: Elias Ishy de Mattos, membro da AE, recebeu 1.784 votos; José Silvestre, filiado independente de tendências, recebeu 1.619; Margarida Gaigher, ligada ao grupo político de Zeca, conquistou 1.575; Pedro A. Ferreira, membro da DS, 1.557 votos²²⁴.

O segundo mandato de Tetila, iniciou com os secretários: Humberto dos Santos Paschoalick (Agricultura familiar); Ledi Ferla (Assistência Social e Economia Solidária); José Carlos Cimatti Pereira (Desenvolvimento Econômico); Antônio Leopoldo Suypene (Educação); Luiz Seiji Tada (Finanças); Dirceu Aparecido Longhi (Gestão Pública); Ermínio Guedes dos Santos (Governo); Jorge Marques Torraca (Habitação e Serviços Urbanos); Jorge Luís De Lúcia (Infraestrutura); Mario Trompes da Silva (Planejamento e Meio ambiente); Maria de Fátima Metelaro (Saúde)²²⁵. Entre os secretários, segundo Tetila (2023), José Cimatti e Jorge de Lúcia eram do PFL ligado ao deputado Zé Teixeira e foram escolhidos diante dos

²²² LONGHI, Dirceu Aparecido. *Entrevista*. Dourados, 29 de junho de 2023.

²²³ Na eleição de 2004, apenas 12 vereadores foram eleitos em Dourados. Com o apoio do PL, Tetila passou a contar com sete vereadores, sendo quatro do PT, dois do PL e um do PSC; contra cinco da oposição: dois do PFL, dois do PDT e um do PMDB. TETILA, José Laerte Cecílio. *Entrevista*. Dourados, 22 de maio de 2022.

²²⁴ As alianças se deram durante as convenções e também ocorreram após a vitória. Segundo Ferreira (2023), foi feito um acordo entre os vereadores da base governista, sendo que nos dois primeiros anos do mandato, o PT presidiria a Câmara, enquanto nos dois últimos, seria a vez do PL. Assim aconteceu, Margarida Gaigher comandou o legislativo nos anos de 2005 e 2006, enquanto Carlinhos Cantor (PL) presidiu em 2007 e 2008.

²²⁵ Diário Oficial de Dourados. ANO VII N.º 1.481. Disponível em [14-02-2005 \(dourados.ms.gov.br\)](http://14-02-2005.dourados.ms.gov.br). Acesso em 18 de junho de 2023.

acordos políticos pela governabilidade²²⁶. Dito isso, nota-se que as estratégias disponíveis no jogo político eleitoral superaram o discurso ideológico defendido nos anos 80 e 90.

Em setembro de 2005, ocorreu o processo de eleição direta (PED). Na disputa para a presidência municipal, Ribeiro Arce, recebendo apoio da DS e do campo majoritário, derrotou o candidato da AE, Natal Gabriel Ortega²²⁷. Naquele ano, conforme descrito no capítulo 1, ocorreu uma das piores crises no PT nacional. O partido mergulhou em uma série de escândalos a partir das denúncias de pagamento de propinas mensais a deputados em troca de votos (MIGUEL e COUTINHO, 2007; NUNOMURA, 2011; VASCONCELOS, 2014).

Em 2006, João Grandão também recebeu denúncias de corrupção sendo acusado de envolvimento em uma organização criminosa especializada no fornecimento fraudulento de unidades móveis de saúde, ambulâncias e outros benefícios à algumas prefeituras municipais, apropriando-se recursos federais provenientes do Fundo Nacional de Saúde. A organização foi desbaratada pela denominada “Operação Sanguessuga”²²⁸. Diante da crise no cenário nacional e as denúncias contra João Grandão, nas eleições de 2006, o partido perdeu espaço na política estadual, afinal, além de perder o poder executivo, Egon e João não venceram as eleições, respectivamente, para o Senado e para a Câmara dos Deputados²²⁹.

Todos os entrevistados enalteceram os mandatos de Tetila e citaram ações como: orçamento participativo; ótima gestão administrativa; constituição escolar; CEIs, e outros programas sociais. Independentemente de ter realizado acordos e/ou coligações, podemos dizer que o governo de Tetila trouxe avanços no desenvolvimento social, realizou diversas ações da melhoria da gestão das escolas, aumentou a participação da população no orçamento participativo e investiu na modernização da cidade²³⁰, ou seja, um bom governo. Entretanto, nosso intuito é demonstrar como o período em que foi partido governista influenciou nas transformações partidárias e na trajetória eleitoral municipal, principalmente, no pleito de 2008. Tais influências, discutiremos na próxima seção, por ora, diante do exposto, podemos indicar que os mandatos de Tetila enfraqueceram a militância e potencializaram divisões entre grupos

²²⁶ TETILA, José Cecílio Laerte. *Entrevista*. Dourados, 4 de julho de 2023.

²²⁷ Elecir Ribeiro Arce, se filiou ao PT em 1987, sendo que até então, era filiado ao PDT. Ribeiro disputou a eleição para prefeitura em 1996, recebendo 4.525 votos. Em 1999 adentrou na tendência Democracia Socialista, foi candidato a vereador nas eleições de 2000, 2004 e 2008, porém, não foi eleito. Em 2011 deixou o PT e não mais participou de disputas eleitorais.

²²⁸ João Grandão é denunciado pelo Ministério Público. Disponível em [João Grandão é denunciado pelo Ministério Público - Dourados News](#). Acesso em 19 de junho de 2023.

²²⁹ Representando o PT de Dourados, Pedro A. Ferreira foi candidato a deputado estadual, porém, recebeu 4.671 votos e não se elegeu.

²³⁰ Jornal O Progresso. Disponível em [Administrações de Tetila se destacam pela modernidade e investimentos no social - O Progresso](#). Acesso em 26 de junho de 2023.

e tendências por espaços de poder dentro do governo. Assim como ocorreu com os mandatos de Zeca, o partido pagou o preço da governabilidade, se afastou dos movimentos sociais e diminuiu a proximidade com sindicatos, católicos e demais grupos que o constituíram.

No final de 2007, Tetila propôs o nome de Wilson Biasotto como candidato a prefeito em 2008, contudo, Natal Gabriel Ortega²³¹, membro da AE, foi eleito presidente municipal e passou a incentivar que o partido realizasse prévias para a escolha do candidato²³². Segundo Ortega (2023), membros da DS incentivaram a candidatura de João Grandão, o qual seria o nome natural e de consenso, entretanto, diante das acusações de corrupção já descritas, não foi possível, inclusive, o próprio João não quis enfrentar àquela eleição²³³. Durante as prévias, a AE propôs o nome de Egon Krakhecke, este que vinha de uma votação expressiva para o senador, tinha a experiência de ter sido vice-governador e tinha o apoio do diretório estadual, porém, no Encontro Municipal do partido, Wilson Biasotto teve seu nome homologado, ou seja, prevaleceu a vontade de Tetila e de seus apoiadores²³⁴.

Egon Krakhecke não compareceu ao evento. Alguns entrevistados relataram que Tetila “impôs” a candidatura de Biasotto, mas a ata do encontro relata que a decisão foi homologada pelos delegados de forma unânime. Diante da desistência de Egon e por saber que os outros grupos e tendências se uniriam, a Articulação de Esquerda preferiu indicar apenas candidatos a vereador (LONGHI, 2023)²³⁵. Diante das urnas, Wilson Biasotto recebeu 21.821 (20,47%) votos e ficou na terceira posição. Ainda, o partido que possuía quatro vereadores, elegeu apenas Dirceu Aparecido Longhi, ao receber 1.461 votos. O pleito de 2008 foi um divisor na história do PT. Além de perder a prefeitura, teve pouco espaço no legislativo e sem os representantes estaduais que perderam a eleição de 2006, o partido seguiu enfraquecido e dividido.

Na quarta e última fase da história do PT municipal (2009 a 2020) abordaremos como o partido se portou no cenário político local e o relativo declínio eleitoral.

Segundo Arce (2022) e Ferreira (2023), o único vereador do PT eleito em 2008, Dirceu Longhi, apoiava o prefeito Ari Artuzi, inclusive, após a eleição, ele rompeu com a Articulação de Esquerda. Sobre tais fatos, Longhi (2023) pontuou que:

²³¹ Natal Gabriel Ortega se filiou ao PT no início da década de 90 por intermédio de seu irmão Valmir Ortega. Natal fez parte do movimento estudantil e presidiu a União Douradense de Estudantes (UDE). Graduado em Geografia, nunca se candidatou a nenhum cargo político. Membro da Articulação de Esquerda, presidiu o PT de 2005 a 2009, bem como de 2017 a 2019.

²³² Folha de Dourados. Disponível em [Em Dourados, Natal Ortega é eleito presidente do PT - Folha de Dourados - Notícias de Dourados-MS e região](#). Acesso em 22 de junho de 2023.

²³³ ORTEGA, Gabriel Natal. *Entrevista*. Dourados, 13 de abril de 2023.

²³⁴ Ata do Encontro Municipal do PT registrada nas páginas 43 a 45 do Livro de Convenções Oficiais.

²³⁵ Oito dias após o encontro, o diretório municipal se reuniu e aprovou a coligação “Dourados cada vez melhor: PT; PC do B; PSB; PSDC; PTN”, bem como os nomes de 15 candidatos a vereador.

Desde 2004, quando eu decidi retornar para o governo como secretário de Gestão Pública, membros da AE não concordaram, mas durante o mandato, estes mesmos líderes tentaram intervir em algumas decisões e, diante da minha negativa, ‘o clima não foi ficando bom’. Ainda, em 2008, a AE apoiou apenas a candidatura de Elias Ishy, logo, não havia como continuar na tendência. Por ser o único vereador petista, não havia espaço para travar uma oposição, assim, eu votava seguindo os meus ideais e não via problema em apoiar boas ações do prefeito, porém, nunca declarei apoio e não tive participação na gestão²³⁶.

No início de 2009, o PT perdeu uma liderança importante. Egon Krakhecke mudou seu domicílio eleitoral para Campo Grande e abandonou a política. Em sua entrevista, relatou que continuou filiado, mas, não tinha mais motivação para continuar militando. Este foi um dos primeiros rompimentos dos vários que ainda aconteceriam. Ainda, naquele ano, ocorreu um novo processo de eleição direta (PED). Candidataram-se ao cargo de presidente municipal: Rosimara Aparecida Ozório, representando uma chapa independente com o apoio de Dirceu Longhi; Marcos Falco de Lima como candidato da AE; Pedro A. Ferreira, conhecido como tenente Pedro, candidato da DS e apoiado pelo grupo de Tetila, este que foi eleito²³⁷.

No pleito de 2010, o PT douradense indicou dois candidatos a deputado federal. Elias Ishy de Mattos recebeu 11.032 votos e João Grandão, 45.357, porém, não se elegeram. Mesmo diante da derrota significativa nas eleições de 2008, Tetila se candidatou a deputado estadual e foi eleito ao receber 21.781 votos mostrando a força de sua liderança e aceitação popular sendo o candidato a deputado estadual mais votado em Dourados.

Nos anos de 2009 e 2010, Dourados vivenciou o maior escândalo de corrupção de sua história. Através da operação “Uragano”, no dia 2 de setembro de 2010, a polícia federal prendeu o prefeito, a primeira-dama, o vice-prefeito, nove dos 12 vereadores e dezenas de pessoas acusados de fraudes em licitações, corrupção e formação de quadrilha²³⁸. Diante das prisões, o juiz Eduardo Machado Rocha assumiu a prefeitura até o dia 8 de outubro de 2010, quando a vereadora Délia Razuk se tornou prefeita, permanecendo no cargo até fevereiro de 2011, em razão de uma eleição suplementar (BIASOTTO, 2017).

Visando tal eleição, membros do diretório municipal entregaram ao presidente uma proposta de apoio ao pré-candidato Murilo Zauith (DEM) para deliberação no Encontro

²³⁶ LONGHI, Dirceu Aparecido. *Entrevista*. Dourados, 29 de junho de 2023.

²³⁷ Pedro Alves Ferreira, Tenente do Corpo de Bombeiros Militar, se filiou no PT em 2001 quando passou a comandar a Guarda Municipal de Dourados, sendo que naquele ano, também se filiou na Democracia Socialista influenciado pelo trabalho junto ao movimento negro. Ele se candidatou e foi eleito vereador em 2004, porém, não se reelegeu em 2008. Durante seu mandato, Pedro se candidatou a deputado estadual, porém, não se elegeu. Após seu mandato à frente do PT, continuou filiado, mas não teve mais participação direta no partido.

²³⁸ DOTA, Fabio. Disponível em [Ari Artuzi e quase todos os vereadores são presos - Correio do Estado](#). Acesso em 19 de fevereiro de 2023.

Municipal²³⁹. O presidente comunicou as regras para participação, votação e definiu as datas para inscrições de pré-candidaturas²⁴⁰. Os membros da Articulação de Esquerda apresentaram o nome de Elias Ishy de Mattos para inscrição de sua pré-candidatura²⁴¹. Por outro lado, os membros do diretório que entregaram a proposta de apoio a Murilo, fizeram a inscrição de Dinaci Vieira M. Ranzi como pré-candidata a vice-prefeita. A maioria do diretório fazia parte do grupo ligado a Tetila, este que defendia que o partido não lançasse candidato próprio.

No dia 30 de dezembro de 2010, na Câmara Municipal, o PT teve seu encontro e convenção mais difícil de sua história. Os entrevistados relataram que houve muita discussão e troca de acusações. Alguns chegaram a dizer que foram impedidos de entrar no recinto. Tal argumento foi confirmado pelo então presidente Pedro A. Ferreira, porém, ele relatou que assim o fez porque algumas pessoas estavam apenas tumultuando o evento, logo, só pode permanecer no local quem tinha direito a voto²⁴².

Enquanto alguns filiados realçaram que Murilo era um adversário histórico e que não havia condições de apoiá-lo, outros, ligados ao grupo majoritário liderado por Tetila e contando com o apoio de alguns membros da DS, defenderam a aliança em troca do cargo de vice-prefeita e algumas secretarias. Através do voto aberto, 63 votaram favoráveis ao apoio, enquanto 47 votaram contra. O PT decidiu apoiar Murilo Zauith (DEM) como candidato a prefeito e lançou Dinaci Ranzi do PT como candidata a vice.

Durante as entrevistas, surgiram várias versões para o apoio ao candidato do DEM e adversário histórico do PT. Alguns disseram que após deixar a prefeitura, Tetila passou a receber acusações e necessitava aprovar as contas de seu governo, por isso, teria feito algum acordo. Argumento semelhante traz Biasotto (2017) ao relatar que “o ex-prefeito Tetila precisava de respaldo político para a aprovação de suas contas e o senador Delcídio pediu o acordo apostando no apoio de Murilo para as eleições de 2014” (BIASOTTO, 2017, p. 26). Em sua entrevista, Tetila (2022) relatou que:

Murilo liderava as pesquisas e tinha o apoio da maioria dos políticos estaduais, inclusive do PT. Além disso, Delcídio pediu o apoio ao candidato do DEM. O partido

²³⁹ Assinaram o documento Zonir Freitas Tetila; Ivonete L. Ferreira; Raul Lídio P. Verão; Rosimara Aparecida Osório; Lelian C. Paschoalick; Dinaci V. Ranzi; Ermínio Guedes do Santos; Dirceu Aparecido Longhi; Pedro Teodoro Oliveira; Maria Clara G. de Abreu; Creginaldo Leite Arcangelo e Oslon E. P. de Barros.

²⁴⁰ De acordo com o Comunicado n.º 3/2010/DM/PT: somente poderiam participar do Encontro Municipal os delegados que estivessem em dia com as contribuições financeiras; no dia 30/12/10, os delegados deveriam apresentar documento com foto; membros dos diretórios municipal, estadual e nacional, bem como os vereadores do partido, seriam apenas observadores com direito a voz e sem direito a voto.

²⁴¹ Assinaram a inscrição: Ataufo Alves Stein; Elias Ishy de Mattos; Enio Ribeiro de Oliveira; Gleice Jane Barbosa; Iilson Venâncio; Ilton Ribeiro da Silva; João Carlos de Souza; José Aparecido Apolinário; Marcos Falco de Lima; Natal Gabriel Ortega; Teodora de Souza e Joacir Rodrigues de Oliveira.

²⁴² FERREIRA, Pedro Alves. *Entrevista*. Dourados, 25 de junho de 2023.

estava enfraquecido, assim, minha intenção era fortalecer o partido para futuras eleições, por isso, fizemos um acordo com Murilo, o qual deveria mudar para o PSB, partido de esquerda e da base do governo federal e o PT teria direito a vaga de vice-prefeito e algumas secretarias²⁴³.

Ferreira (2023) relatou que concordou com o apoio diante da fragilidade em que o partido se encontrava. Para ele, seria melhor receber espaços na prefeitura e fortalecer o partido. Já Biasotto (2017) escreveu: “ironicamente, me curvei a esse acordo e, na convenção, atendendo ao insistente pedido de Tetila, votei favoravelmente a essa coligação, embora constrangido e sem que, em algum momento, tenha participado de quaisquer discussões” (BIASOTTO, 2017, P. 26). Após a convenção, a AE apelou ao diretório estadual e a Comissão Executiva Nacional que invalidasse a convenção, entretanto, o diretório requereu junto a direção nacional e conseguiu a validação da decisão. No dia 6 de fevereiro de 2011, Murilo Zauith e Dinaci Ranzi foram eleitos ao receberem 70.906 (80,06%) votos. Nesse passo, vários petistas deixaram o partido, dentre estes, Elecir Ribeiro Arce, Margarida Gaigher e Ênio Ribeiro de Oliveira.

Não cabe a este trabalho julgar as intenções individuais e não conseguiremos afirmar todos os motivos que levaram o PT a apoiar Murilo. Entretanto, a partir das entrevistas e das considerações de Biasotto (2017), percebe-se que para vencer eleições, ter a aprovação das contas da gestão petista e/ou ceder aos pedidos de lideranças estaduais, foi preciso inclusive apoiar quem, até então, era tido como adversário no campo ideológico²⁴⁴.

Murilo Zauith cumpriu o combinado, se filiou ao PSB e em 2012 foi reeleito, porém, na ocasião, escolheu como vice-prefeito Odilon Azambuja (PMDB). O PT apoiou a reeleição de Murilo, continuou à frente da secretaria de Assistência Social, através de Ledi Ferla, mas não indicou o vice-prefeito. Naquele pleito, o partido voltou a eleger dois vereadores: Elias Ishy e Dirceu Longhi, os quais receberam, respectivamente, 1.907 e 1.689 votos. Para Tetila (2022), Santos (2023) e Ferreira (2023), diante do pouco tempo de mandado, uma mudança não seria benéfica para a cidade, logo, o partido decidiu continuar apoiando Murilo em troca de alguns cargos. Já Farias (2023) relatou que o núcleo da universidade foi defensor de candidatura própria, principalmente pelo fato de Murilo ter abandonado Dinaci Ranzi, porém, por serem minoria, perderam na convenção²⁴⁵.

²⁴³ TETILA, José Laerte Cecílio. *Entrevista*. Dourados, 20 de maio de 2022.

²⁴⁴ Em sua obra *2010: o ano que não acabou em Dourados*, Biasotto (2017), chamou o acordo entre o PT e Murilo Zauith (DEM) de “coligação esdrúxula”. Ainda, segundo o autor, “o PT e o DEM coligados e estabelecendo uma aliança com o PMDB e mais 13 partidos, é como tentar misturar água com óleo. (...) Se água e óleo não se misturam, podem ao menos conviver juntos num mesmo recipiente” (BIASOTTO, 2017, p. 123).

²⁴⁵ FARIAS, Damião Duque. *Entrevista*. Dourados, 6 de julho de 2023.

Em 2013, concorreram à presidência do PT municipal: Natal Ortega, liderando a chapa “A esperança é vermelha” e representando a AE; Reinaldo dos Santos, professor da UFGD e membro do núcleo da universidade pela chapa “Ousar Mudar”; Dirceu Aparecido Longhi, representando a chapa “Por um partido de base e democrático” e apoiado por Delcídio. No dia 10 de novembro, Dirceu venceu com 423 votos, contra 165 de Natal e 85 de Reinaldo²⁴⁶. No ano seguinte, Tetila e João Grandão tentaram se eleger deputado estadual. Tetila recebeu 15.459 votos e não foi reeleito. Diante da derrota de 2014, ele relatou em sua entrevista que decidiu encerrar sua carreira política, continuou filiado ao PT, porém, sem atuação direta. Já João Grandão, ao receber 21.127 votos, conquistou uma vaga na Assembleia Legislativa²⁴⁷.

Quanto à eleição municipal de 2016, conforme relatado nos capítulos anteriores, o PT enfrentou uma grande crise no cenário nacional intensificada no estado pela prisão de Delcídio e a condenação de João Grandão. Mesmo diante de um panorama adverso, o núcleo da UFGD indicou o nome de Damião Duque de Farias, ex-reitor da instituição, como candidato a prefeito, todavia, de acordo com Mattos (2022), Dirceu Longhi, então presidente do partido, só aceitava ter candidato próprio se o grupo que apoiava o nome de Damião indicasse candidatos a vereadores com chances de vitória, mas isso não ocorreu. Sobre o fato, Longhi (2023) confirmou que optou pela coligação para fortalecer os candidatos petistas nas disputas às eleições para a Câmara Municipal.

Segundo Santos (2023), a ideia inicial era que o partido se coligasse com Délia Razuk (PR), mas ela não aceitou, por isso, o partido se coligou com Renato Câmara (PMDB). Por outro lado, Tetila (2022) relatou que oficialmente o PT apoiou Renato, mas, alguns petistas apoiaram Délia, evidenciando as divisões entre os membros. Naquela eleição, o PT elegeu apenas um vereador, Elias Ishy de Mattos, o qual recebeu 3.088 votos. Após não conseguir se reeleger, Dirceu Longhi terminou seu mandato como presidente em 2017, continuou filiado até 2019, porém, no início de 2020, optou por deixar o partido.

Com o término do mandato de Longhi, em 2017, Gabriel Natal Ortega foi eleito presidente municipal em consenso entre os integrantes²⁴⁸. No ano seguinte, o partido indicou Gleice Jane como candidata a deputada federal, porém, ao receber 12.997 votos, não foi eleita. Para a Assembleia Legislativa, Elias Ishy de Mattos conquistou 8.920 votos e também não se

²⁴⁶ Jornal Dourados News. Disponível em [Dirceu assume comando do PT em Dourados e traz Delcídio - Douranews](#). Acesso em 19 de junho de 2023.

²⁴⁷ Cabe salientar que no município de Dourados, João recebeu 2.743 (12,98%) de sua votação, ou seja, 87% de sua votação se deu em outros municípios evidenciando sua influência política no estado.

²⁴⁸ Disponível em [PT de Dourados elege Natal Ortega no próximo domingo - Dourados News](#). Acesso em 9 de agosto de 2023.

elegeu. Naquele pleito, João Grandão não pode tentar a reeleição como deputado estadual em razão de sua condenação que o deixou inelegível por oito anos. Com a desistência de Tetila de disputar eleições e diante da condenação de João Grandão, a partir de 2018, a tendência Articulação de Esquerda se tornou a principal tendência do partido em Dourados.

Em 2019, no cenário nacional, o PT enfrentava uma crise política, principalmente diante da prisão de Lula. Nesse contexto, João Carlos de Souza foi eleito em consenso presidente municipal do partido²⁴⁹. Segundo Souza (2023), o partido tinha a missão de se unificar, reforçar seus valores, se opor ao governo Bolsonaro e voltar a lançar candidato a prefeito²⁵⁰. Assim, na eleição municipal de 2020, o partido decidiu retomar às disputas e lançou o nome de João Carlos, como candidato a prefeito, o qual recebeu 9.662 votos, terminando a disputa em quinto lugar. Já nas eleições para vereadores, o partido elegeu apenas Elias Ishy de Mattos, este que conquistou 1.772 votos.

Em suma, no que se refere a trajetória histórica, enquanto no âmbito nacional o protagonismo na formação se deu pelos sindicalistas e militantes católicos, em Dourados, os líderes foram um grupo de universitários. De modo semelhante ao cenário estadual, o partido demonstrou ascensão até a conquista da prefeitura em 2000, entretanto, o protagonismo eleitoral se deu através de Laerte Tetila, primeiro vereador, deputado estadual e prefeito do PT. Ao deixar a prefeitura, diante de suas fragilidades, declarou apoio a adversários históricos, perdeu militantes, se enfraqueceu nas urnas, porém, segue construindo sua trajetória em busca de vencer as divisões internas e da renovação política através de novas lideranças.

A seguir, analisaremos a trajetória eleitoral do PT evidenciando cada uma das eleições municipais e identificando aos motivos da ascensão e do relativo declínio mostrado nesta seção.

3.2 Trajetória eleitoral do PT de Dourados: ascensão e relativo declínio nas eleições municipais

Segundo Marcelo Baquero, “pleitos eleitorais envolvem vontades, interesses, aspirações, frustrações e até senso de liberdade. Toda eleição, independentemente do nível em que ocorre, tem a

²⁴⁹ João Carlos de Souza se filiou ao PT em 1983 na cidade de São Paulo e participou do governo de Luíza Erundina na área da educação. No final da década de 90 assumiu um concurso na então UFMS, campus de Aquidauana e no ano 2000 se mudou para Dourados. Em sua trajetória no PT municipal, participou do diretório e na secretaria de formação política. É doutor em História Social pela USP, professor aposentado da UFGD, ligado ao núcleo da Universidade, simpatizante da Articulação de Esquerda e disputou apenas a eleição de 2020 como candidato a prefeito.

²⁵⁰ SOUZA, João Carlos. *Entrevista*. Dourados, 3 de agosto de 2023.

sua peculiaridade e especificidade” (BAQUERO, 1997, p. 125). O intuito dessa seção é identificar os motivos da ascensão e declínio eleitoral do PT douradense, logo, analisaremos separadamente as eleições para os poderes executivo e legislativo visando identificar as especificidades e peculiaridades das eleições municipais, porém, com o olhar para as similaridades entre os resultados eleitorais nos cenários nacional e estadual.

A priori, abordaremos as disputas para prefeito. Para facilitar as análises e comparações, lembramos que no Brasil, desde 1982 o PT elegeu prefeitos. Durante os anos 80 e 90, o partido foi mudando seu discurso, tornou-se moderado e acomodado com as práticas eleitorais vigentes, logo, foi o partido com maior crescimento nas eleições municipais na década de 90 (KINZO, 2004; CARVALHO, 2006). Entre 2000 e 2004, o partido aumentou de 187 para 410 prefeituras, recebeu o maior quantitativo de votos para prefeito do país e foi a agremiação que mais cresceu em comparação ao pleito anterior (CREMONESE, 2005).

Conforme mostramos na seção 1.2.3, o partido apresentou ascensão eleitoral até 2012, quando atingiu o ponto máximo de prefeitos de sua história²⁵¹, sendo que a estrutura e organização interna, força da militância, profissionalização política e os bons resultados das eleições presidenciais influenciaram no crescimento eleitoral (REIS, 2007; AMARAL, 2013; BEZERRA, 2019).

No cenário estadual, a ascensão ocorreu de 1982 a 2004. Kinzo (2004) ressalta que, na região Centro-Oeste, o PT triplicou o número de prefeituras conquistadas entre 1996 e 2000. No Mato Grosso do Sul, um dos estados desta região, o aumento foi ainda maior, afinal, o partido saltou de 3 para 11 prefeitos. Já em 2004, o partido atingiu o ponto máximo de sua ascensão ao conquistar 18 prefeituras. Neste estado, entre 1982 a 2018, com exceção do ano 2000, o partido do governador elegeu a maioria das prefeituras, assim, a conquista do governo estadual em 1998 influenciou no crescimento petista nas eleições de 2000 e 2004.

Já em 2008, de forma inversa ao cenário nacional, o PT diminuiu o número de eleitos no estado. Partindo dos dados apresentados por Kerbaui (2009), verificamos que o Centro-oeste foi a região com menor número de petistas eleitos. No Mato Grosso do Sul, a inversão foi ainda maior, visto que o partido diminuiu 45% do número de prefeituras. Quatro anos depois,

²⁵¹ Desde a redemocratização, o PMDB é o partido que mais elegeu prefeitos no Brasil. O melhor desempenho do PT se deu em 2012, porém, naquele pleito foi o terceiro que mais elegeu, ficando atrás do PMDB e do PSDB (PARANHOS, 2013).

teve uma oscilação positiva aumentando de 10 para 12 prefeituras, entretanto, o declínio se acentuou em 2016 e 2020, visto que nestas eleições, o partido não elegeu prefeitos²⁵².

Em Dourados, entre 1982 a 2020, diante das propostas e discursos apresentados, atuando sozinho ou coligado, o PT atingiu os seguintes resultados nas disputas pela prefeitura, os quais estão demonstrados no quadro a seguir:

Quadro 12 – Votação dos candidatos do PT à prefeitura de Dourados (1982-2020)

Eleições	Candidatos Petistas	Votação	Percentual	Colocação
1982	José Joaquim de Souza	178	0,44%	6.º
1988	Laerte Tetila	3.612	6,98%	3.º
1992	Egon Krakhecke	8.440	12,84%	3.º
1996	Elecir Ribeiro Arce	4.525	5,85%	4.º
2000	Laerte Tetila	36.045	41,69%	1.º
2004	Laerte Tetila	53.208	53,96%	1.º
2008	Wilson Biasotto	21.821	20,47%	3.º
2020	João Carlos de Souza	9.662	9,34%	5.º

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MS)

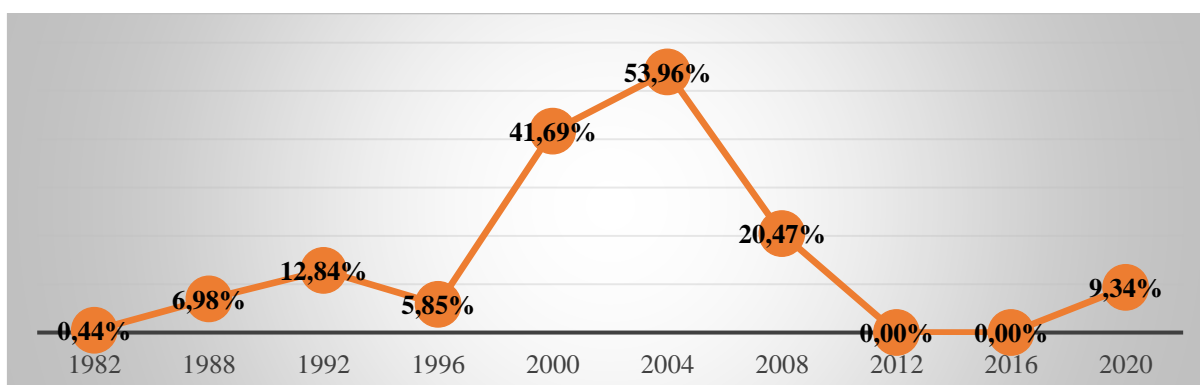
Ao visualizarmos o quadro, percebe-se que, ao contrário das disputas nos níveis federal e estadual onde o PT indicou candidatos em todas as eleições, no contexto municipal, após 2008, o partido só voltou a lançar candidato em 2020²⁵³. No Brasil, três pessoas disputaram o poder executivo e no Mato Grosso do Sul, sete. Já em Dourados, o quadro mostra que seis candidatos concorreram à prefeitura, sendo que Laerte Tetila disputou três eleições²⁵⁴. Quanto às colocações em tais disputas, percebemos que, exceto as eleições vencidas (2000 e 2004), o partido atingiu no máximo a terceira colocação. Ainda, com relação ao quantitativo de votos recebidos, o quadro mostra ascensão seguida de declínio, entretanto, para melhor visualizar os resultados, através de um gráfico, mostraremos a dinâmica eleitoral nas disputas para a prefeitura:

²⁵² Como citamos nos capítulos anteriores, a partir de 2013, o partido enfrentou sua maior crise política em razão dos ataques de corrupção pelas mídias e setores da burguesia brasileira, Operação Lava Jato, impeachment de Dilma, prisão de Lula e ao sentimento antipetismo. Logo, diminuiu a confiança no partido causando o declínio eleitoral nos pleitos de 2016 e 2020 (NICOLAU, 2020; BORGES e VIDIGAL, 2018; RIBEIRO, CARREIRÃO e BORBA, 2017; SECCO, 2018; BARROS, 2022).

²⁵³ No ano de 2011 houve uma eleição suplementar, sendo que o PT indicou a candidata a vice-prefeita, Dinaci Ranzi. Já em 2012 e 2016, o partido optou por não lançar candidato nem a prefeito, nem a vice.

²⁵⁴ Na seção 3.1 dissemos que em toda a trajetória histórica do partido, o protagonismo no PT se deu com pessoas ligadas à educação. Ao observarmos os nomes dos candidatos a prefeito pelo partido, dentre os seis postulantes, João Carlos de Souza, Wilson V. Biasotto, José Laerte C. Tetila e Elecir Ribeiro Arce se apresentaram como professores, enquanto José Joaquim de Souza e Egon Krakhecke como Engenheiros Agrônomo, porém, os dois também foram professores substitutos no antigo CEUD.

Gráfico 13: Percentual dos votos recebidos pelos candidatos do PT à prefeitura de Dourados (1982 a 2020)



Fonte: Dados do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MS)

Diante do gráfico, nota-se a ascensão de 1982 a 1992; uma pequena perda no número de votos em 1996; retorno do crescimento até 2004 (ponto máximo no número de votos recebidos); declínio de 2008 até 2016; oscilação positiva em 2020. Em comparação com os resultados no estado, ambos apresentaram ascensão até 2004, porém, as dinâmicas são inversas em 1992 e 1996. Para facilitar as análises, dividiremos a dinâmica eleitoral do PT municipal nas disputas pela prefeitura em três momentos: 1982 a 1996 (eleições vencidas por outros partidos), 2000 a 2004 (vitórias petista) e 2008 a 2020 (relativo declínio eleitoral).

Entre as eleições de 1982 a 1996, de acordo com os dados oficiais, apenas o PT e o PMDB lançaram candidatos nas quatro disputas. O PMDB venceu em 1988 e 1996, porém, seu aumento proporcional de votos foi de 283,28%. Já o PT, aumentou 2.424%, logo, os percentuais mostram que o partido foi protagonista em crescimento eleitoral nas eleições majoritárias nos anos 80 e 90. Por outro lado, Barbosa e Silva (2012) apontam que, nestas quatro eleições, nas disputas pelas prefeituras, na maioria das cidades do estado, venceram os candidatos dos partidos e/ou coligação dos governadores. Em Dourados, tal fato ocorreu. Luiz Antônio A. Gonçalves (PDS) venceu em 1982 com o apoio de Pedro Pedrossian (PDS)²⁵⁵. Em 1988, Braz Melo (PMDB), mesmo partido de Marcelo Miranda²⁵⁶. Já em 1992, Humberto Teixeira (PRN) com o apoio de Pedrossian (PTB)²⁵⁷ e, no pleito de 1996, Braz Melo (PMDB) pertencia ao mesmo partido de Wilson Barbosa Martins²⁵⁸.

²⁵⁵ Resultado da eleição de 1982: Luiz Antonio A. Gonçalves (PDS) – 11.065; João da Câmara (PMDB) – 10.508; Sultan Rasslan (PMDB) – 8.730; Braz Melo (PDS) – 8.692; Ramão Perez (PDT) – 421; Joaquim José de Souza (PT) – 178; Cícero Irajá Kurtz (PDT) – 174; Isaac de Barros Junior (PDT) – 33.

²⁵⁶ Resultado da eleição de 1988: Braz Melo (PMDB) - 23.590 (45,64%); José Elias (PTB) - 23.550 (45,56%); Laerte Tetila - 3.612 (6,98%); Alaércio Abrahão dos Santos (PSDB) - 934 (1,38%).

²⁵⁷ Resultado da eleição de 1992: Humberto Teixeira (PRN) - 30.243 (46,02%); Antônio Nogueira (PMDB) - 27.040 (41,14%); Egon Krakhecke - 8.440 (12,84%).

²⁵⁸ Resultado da eleição de 1996: Braz Melo (PMDB) - 37.797 (48,93%); José Elias (PTB) - 26.581 (34,41%); Lori Gressler (PPB) - 7.814 (10,11%); Elecir Ribeiro Alves(PT) – 4.425 (5,85%); Hélio Bernardino (PRONA) – 176 (0,22%).

Meneguello (1989) aponta que o governo militar transferiu as disputas municipais de 1980 para 1982 para que estas acontecessem de forma conjunta com as eleições estaduais, justamente porque o PDS era o partido mais forte nos menores municípios. Através do voto vinculado, tal partido teria vantagens em eleger seus membros nos demais cargos (BARRETO, 2009)²⁵⁹. Em Dourados, o objetivo dos militares foi alcançado. A vitória de Luiz Antonio A. Gonçalves (PDS) demonstrou que não houve mudanças com a reforma política, afinal, durante todo o período da ditadura cívico militar a ARENA comandou a cidade e, a partir de 1982, continuou à frente da prefeitura através do PDS. Quanto ao PT, os resultados ficaram abaixo do esperado, todavia, não se deram apenas por não conseguir vencer os partidos tradicionais. Em comparação com o PDT, partido que também iniciou sua jornada eleitoral naquele ano, o PT recebeu menos votos para prefeito. Além disso, o PT douradense teve a menor votação percentual em comparação com os demais municípios do estado que lançaram candidatos petistas.

O partido se apresentou com um perfil ideológico em defesa dos trabalhadores, porém, era pouco conhecido e apresentou um discurso de campanha que assustava muitos eleitores. Por outro lado, os vencedores foram políticos acostumados a gastar grandes quantias financeiras nas campanhas, ao contrário do PT que não possuía recursos (REIS, 2007, BEZERRA, 2017, MENEGUELLO, 1989). Assim, diante dos resultados, sugerimos que a legislação eleitoral, discurso classista, falta de recursos e de experiência política contribuíram para que em todo o Brasil o PT conquistasse poucos votos, contudo, em Dourados, o fato de receber a menor votação de todo o estado acentuou as fragilidades do partido local. No primeiro encontro com a urna, a dedicação dos estudantes universitários e trabalhadores petistas que disputaram o pleito não foram suficientes. Era preciso mais experiência, propostas e contato com o eleitorado.

Em 1988, o contexto político e social era diferente da eleição anterior. Dessa vez, a democracia estava instituída e firmada em uma nova Constituição que visava superar o autoritarismo e garantir direitos individuais e coletivos (BARROSO, 1998). Na disputa eleitoral, não havia sublegendas nem voto vinculado e os eleitores escolheriam apenas os prefeitos e vereadores de todos os municípios do Brasil (BARRETO, 2009). A vitória de Braz Melo confirmou o favoritismo do PMDB, partido que mais conquistou prefeituras tanto no cenário nacional quanto no estadual (GUILHERME, 2016; SADEK, 1989; OLIVEIRA, 2012). Em um cenário político municipal ainda marcado pela polarização entre os dois grupos políticos tradicionais

²⁵⁹ No cenário nacional, Mesmo com o surgimento de novos partidos, os resultados eleitorais foram parecidos com o cenário bipartidário existente antes daquele pleito. PDS e PMDB, herdeiros respectivos da ARENA e do MDB, conquistaram mais de 90% das vagas em disputas (SCHIMITT, 2000; ZAVARIZE, 1987; LIMA JÚNIOR, 1993).

desde o bipartidarismo, o PT avançou em número de votos. Enquanto em 1982, recebeu 178 (0,44%) votos para prefeito, em 1988, aumentou para 3.612 (6,98%).

Para entendermos as causas desse crescimento, é preciso lembrar que os anos finais da década de 1980 foram marcados pela luta dos movimentos sociais para que a nova constituição recepcionasse suas reivindicações. O PT se apresentou como oposição política em defesa dos direitos sociais, principalmente diante da atuação de seus deputados na assembleia constituinte (SECCO, 2018). Estas ações influenciaram para que os candidatos petistas de 1988 atraíssem parte dos eleitores que perceberam que o partido se apresentava em defesa dos menos favorecidos. Em Dourados, o partido apresentou um candidato mais conhecido pelos eleitores e com um discurso político mais convincente. Laerte Tetila despontava como forte liderança no meio acadêmico e chamou a atenção daqueles que já demonstravam insatisfação com a política local.

Quatro anos depois, como citamos no capítulo 1, num contexto político de enfrentamento ao governo Collor, o PT se apresentou aos eleitores fortalecido pelo bom resultado de Lula na eleição de 1989 e por já administrar algumas prefeituras, inclusive, grandes capitais (MARTUSCELLI, 2010). Em comparação à eleição de 1988, o PT aumentou os votos recebidos em 133,66%, entretanto, ainda não teve força e liderança capaz de vencer uma eleição majoritária e romper com o tradicionalismo local, porém, nota-se que o PT se firmou como único partido de esquerda apto a lutar pelo fim do ciclo político até então estabilizado desde os anos 70.

Entre as forças políticas de Dourados, em 1996, surgiu um novo grupo. Com o apoio do então prefeito Humberto Teixeira, o PPB lançou a vice, Lori Gressler, como candidata a prefeita. De acordo com os dados oficiais, José Elias (PTB) e Lori (PPB) somaram cerca de 45% dos votos, repetindo a porcentagem que tal grupo recebeu nas duas eleições passadas, quando estiveram unidos. Por outro lado, Braz Melo (PMDB) recebeu 49%, ou seja, tal aumento fez com que diminuísse os votos dos candidatos de outros partidos de menor expressão. Após ascensão em três eleições, Ribeiro Arce, candidato petista, conquistou 4.525 (5,85%) votos, o que representa uma diminuição de 46%. Neste passo, sugerimos que o aumento no número de candidatos, a polarização entre os dois principais políticos desde o final dos anos 70 e, principalmente, o crescimento de Braz Melo, influenciou na diminuição dos votos do PT.

Em 2000, como se deu desde 1982, o candidato apoiado pelo governador venceu a disputa em Dourados. A vitória de Tetila representou não apenas o crescimento partidário, mas o fim de décadas de polarização política entre os grupos tradicionais ligados às elites dominantes. Braz Melo (PMDB) optou por não tentar a reeleição, assim, os partidos de direita se uniram em prol da candidatura de Murilo Zauith (PSDB) através da coligação “Dourados com Prosperidade – PSDB, PMDB, PFL, PTB, PST, PPB, PRN e PMN”. Entre 1988 a 1996, apenas o PT se mostrou como opção

de esquerda, já em 2000, o processo foi inverso. As forças de direita se uniram e a esquerda, além de Tetila, lançou Mardônio Alencar (PSB) e George Takimoto (PDT).

Ora, em uma cidade em que não há segundo turno, se até 1996, quando os partidos tradicionais apresentaram mais de um candidato, venceram todas as eleições, em 2000, com a esquerda dividida em contraste com a direita unida, tínhamos um cenário ideal para mais uma vitória dos políticos acostumados em administrar a cidade, afinal, Murilo receberia os votos dos eleitores ligados ao tradicionalismo, enquanto a esquerda poderia dispersar entre os outros três postulantes. Todavia, os resultados das urnas mostraram a primeira conquista da prefeitura de Dourados pelo PT. Laerte Tetila foi eleito prefeito ao receber 36.045 (41,69%) votos²⁶⁰.

Durante os anos 90, o PT conseguiu realizar boas administrações municipais e conseguiu incorporar a participação popular nas decisões, principalmente, através do orçamento participativo²⁶¹. O partido se apresentava nas campanhas afirmando que administrava como responsabilidade, honestidade e tinha como marca distintiva de seus governos priorizar a opinião popular (BEZERRA, 2019). Por outro lado, segundo Farias (2023), Dourados enfrentava muitos problemas com a administração municipal, gerando descontentamento na maior parte das pessoas. Tetila se apresentou como alguém que tinha experiência, conhecimento técnico para resolver as demandas locais e muitos o enxergavam como uma pessoa “corajosa” que enfrentara, enquanto vereador, àqueles que estavam causando mal à cidade²⁶².

Para entender os motivos da vitória petista, é importante analisarmos os resultados eleitorais do pleito anterior. Em 1998, Zeca conquistou uma votação expressiva em Dourados, isto é, no segundo turno, recebeu 58.326 (71,65%) votos, Carmelino Resende (PPS) foi o candidato ao Senado mais votado, a cidade ajudou a eleger João Grandão (PT) como deputado federal de esquerda, além de Tetila (PT) e Geraldo Resende (PPS) como deputados estaduais. Os números do pleito de 1998 já indicavam que os eleitores de Dourados estavam descontentes com os políticos tradicionais e estavam dispostos a colocar fim no domínio de partidos que se revezavam no poder há décadas (BIASOTTO, 2011). Apostando neste descontentamento, diante da força do PT no âmbito estadual por ser o

²⁶⁰ Segundo a Constituição Federal, o fato de possuir menos de 200.000 eleitores, faz com que as eleições para prefeito de Dourados aconteçam no sistema majoritário simples (pluralitário), onde não há possibilidade de 2º turno e vence as eleições o candidato que receber o maior número de votos, isto é, maioria simples. Logo, mesmo não atingindo 50% dos votos, o primeiro colocado é eleito. Resultado da eleição de 2000: Laerte Tetila - 36.045 (41,69%) votos; Murilo Zauith (PSDB) - 31.328 (36,23%); Mardônio Alencar (PSB) - 11.807 (13,66%); George Takimoto (PDT) - 7.280 (8,42%).

²⁶¹ Conforme citamos na seção 2.1, o Orçamento participativo é um mecanismo de participação popular direta que teve sua gênese nas prefeituras de Lages/SC e Vila Velha/ES. Entretanto, se destacou na administração do PT frente à prefeitura de Porto Alegre e se espalhou pelo Brasil (SOUZA, 2001; AVRITZER, 2003; DAGNINO, 2002; MARQUETI, 2003).

²⁶² FARIAS, Damião Duque. *Entrevista*. Dourados, 6 de junho de 2023.

partido governista, da popularidade de Tetila, de propostas voltadas a corrigir os problemas locais com conhecimento técnico e da promessa de combater a corrupção, Tetila foi eleito.

Em 2004, pela primeira vez um prefeito disputou a reeleição em Dourados. O PT era o partido governista tanto no cenário estadual quanto no nacional e, de acordo com Meneguim, Bugarin e Carvalho (2005), ser do mesmo partido que o presidente da república aumenta significativamente a chance de reeleição em razão de deter a força política, administrativa e maior acesso aos fundos federais. Além disso, o partido possuía um senador, a maioria dos deputados federais, representantes na Assembleia Legislativa e tais apoios facilitaram os recursos que influenciaram na reeleição²⁶³, a qual se deu num contexto favorável a uma possível vitória, dado que além da maioria do legislativo, os poderes executivos nacional, estadual e municipal estavam sob a responsabilidade do PT.

Ainda, podemos sugerir outros motivos que influenciaram na vitória²⁶⁴. Por mais que nos anos 90 o PT já havia recebido doações de empresas, na campanha de 2004, as quantias aumentaram²⁶⁵ (MATOS, 2022; ARCE; 2022; ORTEGA, 2022). Tetila contava com boa aprovação popular de sua gestão²⁶⁶, inclusive, recebeu prêmios de eficiência administrativa, principalmente na área educacional²⁶⁷. Além disso, o PT municipal liderou uma coligação com outros 10 partidos e recebeu apoio de várias lideranças. Diante de tantos apoios, recursos financeiros e contanto com boa aprovação popular, Tetila se tornou o primeiro prefeito reeleito de Dourados.

Em 2008, ao compararmos os dados do quadro 13 com os resultados mostrados no capítulo 2, percebemos semelhanças nos cenários estadual e municipal. Dentre as cidades em que o PT perdeu a prefeitura, Dourados apresentou o maior declínio percentual entre os municípios do estado. De acordo com Almeida (2015), prefeitos bem avaliados aumentam as chances de reeleição ou elegem seus sucessores. No caso de Dourados, tal fato se deu em 2004, porém, após oito anos no comando do poder executivo, mesmo diante de grande aprovação popular de Tetila, o candidato petista não foi eleito, logo, é preciso identificar os motivos que levaram a derrota²⁶⁸.

²⁶³ Dentre os recursos federais, durante o mandato de Tetila foi construída a UFGD. Segundo Farias (2023) o fato de ser do partido do presidente influenciou na implantação da universidade sonhada há anos.

²⁶⁴ Resultado das eleições de 2004: Laerte Tetila - 53.208 (53,96%); Bela Barros (PDT) - 42.409 (43,01%); Zé Roberto (PRONA) - 2.983 (3,03%).

²⁶⁵ No site do TSE está disponível a prestação de contas das eleições de 2004. Há registro de doações de empresas para o comitê do partido, bem como de pessoas físicas para tanto o candidato quanto para o partido. Dentre estas empresas: AVC – comércio de alimentos; Solo Bom- comércio e representações; Avipal; Engemax Engenharia. Disponível em [TSE - Eleições 2004 - Prestação de Contas Eleitorais](#). Acesso em 10 de agosto de 2023.

²⁶⁶ Jornal Dourados News. Disponível em [Aprovação de Tetila sobe para 68% - Dourados News](#). Acesso em 10 de agosto de 2023.

²⁶⁷ Diário Oficial Ano VII, n.º 1.485. Disponível em [18-02-2005 \(dourados.ms.gov.br\)](#). Acesso em 10 de agosto de 2023.

²⁶⁸ Resultado da eleição de 2008: Ari Artuzi (PDT) - 45.182 (42,38%) votos; Murilo Zauith (DEM) - 39.614 (37,16%); Wilson Biasotto (PT) - 21.821 (20,47%) votos.

Como já citamos, em 2006, o PT se enfraqueceu no estado. Lula declinou em 10% sua votação em comparação à 2002, o partido perdeu as eleições para governador, senador e diminuiu o número de deputados federais. Ao observarmos os resultados oficiais daquele pleito em Dourados, verificamos que para o governo, o PT recebeu 34.289 (34,33%) votos enquanto o adversário 64.889 (64,97%). Para o senado, o candidato petista e representante local, Egon Krakhecke, recebeu menos votos do que sua adversária, 45.175 (46,28%) e 48.414 (49,60%), assim, indicamos que o enfraquecimento no cenário estadual influenciou na derrota de 2008.

Ao perder a eleição em um contexto de acusação de corrupção, João Grandão se tornou assessor especial da prefeitura, assim, tais acusações afetaram a administração municipal²⁶⁹. No entanto, outras pessoas ligadas ao governo como secretários, familiares e o próprio Tetila também foram acusadas²⁷⁰. Diante dessas denúncias, Ferreira (2023) ressaltou que a imprensa, empresários e pessoas ligadas ao agronegócio se uniram contra o PT.

Os relatos de Oliveira (2022), Mattos (2022), Arce (2022), Farias (2023) e Ortega (2023) apontam que o período em que o PT foi partido governista intensificou divisões internas entre tendências, principalmente na escolha do candidato para prefeito de 2008, inclusive, os entrevistados foram unânimes em dizer que Zeca e Vander, lideranças do partido no âmbito estadual, apoiaram Ari Artuzi (PDT) para prefeito de Dourados, vindo inclusive à cidade declarar o apoio, nesse passo, os petistas locais ligados a estes políticos assim também o fizeram. Ainda, os entrevistados ressaltaram que, por mais que Biasotto fosse um político respeitado, ele não tinha proximidade com as bases do partido e assim, sua candidatura não motivou os companheiros a fazerem campanha.

Para Tetila (2022), a eleição de 2008 foi decidida diante da popularidade do então deputado Ari Artuzi, principalmente nos bairros da periferia. Segundo o entrevistado:

Tanto Biasotto (PT) quanto Murilo Zauith (DEM) queriam muito conquistar a prefeitura. Nos meses que antecederam às eleições, percebendo que Artuzi liderava as pesquisas, eu chamei os dois para uma reunião particular e propus que eles se juntassem e saíssem um a candidato a prefeito e o outro a vice, porém, nenhum aceitou ceder. Assim, ambos foram candidatos e perderam a eleição²⁷¹.

Os entrevistados relataram que Artuzi praticava assistencialismo, andava no meio do povo e possuía muito carisma. Tamanho era seu favoritismo que o próprio governador André Puccinelli, não veio a Dourados apoiar Murilo, então vice-governador (BIASOTTO, 2017).

²⁶⁹ Vários jornais relataram tais acusações, dentre estes o Correio do Estado e o Dourados News. Disponível em [João Grandão é denunciado pelo Ministério Público - Dourados News](#). Acesso em 28 de maio de 2023.

²⁷⁰ Anos depois de sua administração, Tetila foi condenado a ressarcir dinheiro aos cofres públicos. Disponível em [Tetila é condenado a ressarcir os cofres do Município - Dourados News](#). Acesso em 28 de maio de 2023.

²⁷¹ TETILA, José Laerte Cecílio. *Entrevista*. Dourados, 22 de maio de 2022.

Para o autor, a vitória de Ari Artuzi já havia sido construída em Campo Grande pelas lideranças estaduais dos grandes partidos. Dito isso, nota-se que os interesses dos líderes e os acordos eleitorais, independente de ideologias políticas, acontecem de forma hierárquica e os planos para o cenário estadual afetam os municípios. Dessa forma, podemos apontar alguns motivos que levaram a derrota do PT: enfraquecimento do partido no cenário estadual, acusações de corrupção contra lideranças municipais; divisões internas tanto entre tendências; falta de proximidade do candidato petista com as bases do partido; apoio das principais lideranças petistas do estado ao adversário.

Na eleição suplementar de 2011²⁷², o fato de eleger a vice-prefeita em uma ampla coligação, tornou o partido vitorioso, inclusive, o PT atuou na gestão através de secretarias. Já em 2012, não lançou candidato a prefeito e nem a vice, mas participou da coligação que reelegeu Murilo Zauith (PSB) e continuou tendo atuação direta através da secretaria de Assistência Social²⁷³. Quanto à 2016, mais uma vez o PT não lançou candidato a prefeito. Conforme relatamos na seção 3.2, a direção municipal optou por fazer coligação com outros partidos visando a conquista de vagas na Câmara Municipal. Vale lembrar que o partido apoiou Renato Câmara (PMDB), este que não foi eleito²⁷⁴. Pela primeira vez desde a redemocratização, o candidato apoiado diretamente pelo governador do estado não foi eleito em Dourados.

Em 2020, enquanto nos níveis federal e estadual o partido aumentou o declínio eleitoral, em Dourados ocorreu o inverso. Ao contrário das três últimas eleições, o PT decidiu lançar o nome de João Carlos de Souza como candidato a prefeito, com o intuito de se posicionar como maior partido de oposição a Jair Bolsonaro e enfrentar o antipetismo que imperava no centro-sul do país (SOUZA, 2022). Sete candidatos disputaram, sendo que a maioria optou por Alan Guedes (PP)²⁷⁵. Mesmo diante da quinta colocação, o fato de voltar a disputar a prefeitura recolocou o PT no cenário político. Assim como em 2016, o candidato apoiado pelo governo do estado não conquistou a prefeitura.

Para completarmos as análises da dinâmica eleitoral do PT de Dourados é necessário abordar as disputas para o legislativo municipal. No Brasil, em 1982 o PT elegeu os primeiros vereadores, desde então, aumentou o quantitativo de eleitos até 2012, quando conquistou 5.067 vagas nas câmaras

²⁷² Resultado da eleição de 2011: Murilo Zauith (DEM) - 70.906 (80,06%); Geral Sales (PSDC) - 12.392 (13,99%); Genival Valeretto (PMN) - 3.193 (3,61%); José Araújo (PSOL) - 2.060 (2,34%).

²⁷³ Resultado da eleição de 2012: Murilo Zauith (PSB) - 65.794 (62,43%); Keliana (PSC) - 34.132 (32,39%); Doutor Delane (PSDC) - 3.806 (3,61%); Zé Roberto (PSOL) - 1.659 (1,57%).

²⁷⁴ Resultado da eleição de 2016: Délia Razuk (PR) - 43.252 (39,82%) votos; Geraldo Rezende (PSDB) - 40.149 (36,96%); Renato Câmara (PMDB) - 20.718 (19,06%); Ênio Ribeiro (PSOL) - 2.445 (2,25%); Wanderlei Carneiro (PP) - 2.065 (1,09%).

²⁷⁵ Resultado da eleição de 2020: Alan Guedes (PP) - 34.242 (33,09%) votos; José Carlos Barbosa (DEM) - 31.650 (30,59%); Racib Panage Harb (Republicanos) - 11.410 (11,03%); Mauro Thronicke (PSL) - 10.496 (10,14%); João Carlos de Souza (PT) - 9.662 (9,34%); Wilson Matos da Silva (PTB) - 5.667 (5,48%) e Jeferson J. Bezerra (PMN) - 344 (0,33%).

municipais, isto é, maior número de conquistas no legislativo municipal. Tal ascensão apresenta semelhança com as eleições para prefeitos, inclusive, os maiores aumentos se deram em 2000 e 2004, período do protagonismo petista (AMARAL, 2013; BEZERRA, 2019; CARREIRÃO, 2005). Já em 2016, ocorreu o inverso das eleições anteriores. O PT diminuiu o número de vereadores eleitos em 46%, sendo que a crise política já descrita nos capítulos anteriores, foi o principal motivo do declínio (QUEIROZ, 2016; BEZERRA, 2019). Diante da prisão de Lula em 2018 e da eleição de Jair Bolsonaro (PSL), em 2020, o declínio petista se acentuou.

Quanto ao cenário estadual, os primeiros vereadores do PT foram eleitos em 1988. O partido apresentou ascensão até 2004, pleito em que elegeu 133 vereadores. De modo semelhante às disputas para prefeito, em 2008 e 2012, sofreu um pequeno declínio seguido de uma oscilação positiva, entretanto, o declínio se acentuou em 2016 e 2020, dado que o partido reduziu o número de eleitos, respectivamente em 40 e 26. Entre 1982 a 2020, o PT conquistou 495 mandados de vereadores em Mato Grosso do Sul sendo 15 em Dourados. Neste município, desde 1982, o partido apresentou candidatos a vereadores e atingiu os resultados demonstrados no quadro a seguir:

Quadro 13 – Votação dos candidatos a vereador do PT de Dourados (1982-2020)

Eleição	1982	1988	1992	1996	2000	2004	2008	2012	2016	2020
Candidatos	115	143	187	221	236	182	156	218	206	339
Cand. do PT	13	07	29	15	28	23	15	16	08	15
Percentual (%)	11,7	4,9	15,5	6,78	11,9	11,7	9,6	7,3	3,88	4,42
Vagas	15	15	17	17	17	12	12	19	19	19
Eleitos	0	0	1	2	3	4	1	2	1	1
Percentual (%)	0	0	5,9	11,7	17,6	33,3	8,3	10,5	5,3	5,3
Variação	-	-	+1	+1	+1	+1	-3	+1	-1	-
N.º de votos	186	1.594	5.568	4.354	14.560	22.686	15.140	8.993	5.206	5.904
Percentual (%)	0,47	2,93	8,81	6,05	16,34	22,16	13,98	8,24	4,77	5,36

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MS)

Diante do quadro, nota-se o aumento do número de votos até 1992, um pequeno declínio em 1996, porém, saltou de 186 para 4.354 (2.240%), o que representa o maior aumento percentual entre todos os partidos²⁷⁶. Se compararmos a partir de 1988, quando se iniciou o multipartidarismo, o PT aumentou 172% dos votos, ficando atrás apenas do PSDB, este que cresceu 1.092%. Assim, nos anos

²⁷⁶ Em 1988: PMDB elegeu 7; PTB, 5; PFL, 3. Na eleição de 1992: PMDB, 7; PFL, 4; PRN, 2; PSDB, PDT, PMN e PT 1, cada. Já em 1996: PMDB, PFL e PSDB elegeram 4, cada; PT e PV, 2, cada; PTB, 1. Diante dos números, percebe a diminuição do PMDB, manutenção do PFL e a ascensão do PT, PV e PSDB.

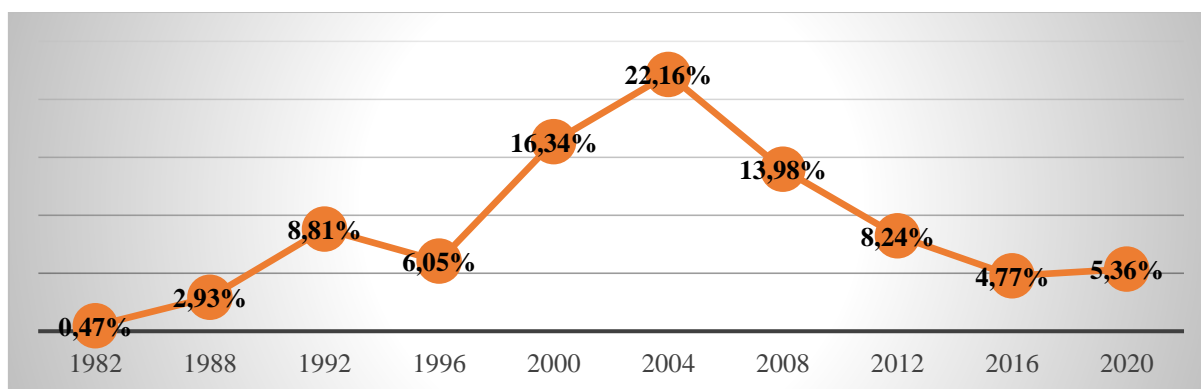
80 e 90, o PT foi um dos partidos que mais cresceu em Dourados, assim como nos níveis federal e estadual.

Após eleger seu primeiro vereador em 1992, o quadro mostra crescimento nas eleições seguintes, até que em 2004, o partido elegeu quatro vereadores, o que representa o maior quantitativo de eleitos de sua trajetória, todavia, de forma inversa às eleições anteriores, ocorreu uma perda significativa em 2008, pois elegeu apenas um vereador. Ainda, oscilou positivamente em 2012, de forma negativa em 2016 e manteve o número em 2020.

Com relação ao número de candidatos, e 1992, apresentou a maior quantidade (15,5%), contrastando com a menor em 2016 (3,88%), sendo que nas duas ocasiões elegeu um vereador, em 1992, Laerte Tetila com 871 votos, já em 2016, Elias Ischy de Mattos com 3.088. Diante de tais números, percebe-se que Tetila necessitou da soma dos votos da coligação para se eleger por média, enquanto em 2016, a votação de Ischy, segunda maior entre todos os candidatos que disputaram a eleição, garantiu a sua vitória e contribuiu para eleger candidatos de outros partidos da coligação. Logo, fica evidente que coligações podem interferir nos resultados eleitorais.

Para melhor visualização dos resultados, mostraremos a variação dos votos recebidos através de um gráfico:

Gráfico 14: Percentual dos votos recebidos pelos candidatos do PT nas eleições para vereador em Dourados (1982 a 2020)



Fonte: Dados do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MS)

Nota-se a semelhança entre as eleições para prefeito e vereadores: ascensão de 1982 a 1992; uma pequena perda no número de votos em 1996; retorno do crescimento até 2004; declínio eleitoral de 2008 a 2016; oscilação positiva nos resultados de 2020. Entretanto, o declínio é maior na disputa à prefeitura, visto que o partido não lançou candidatos em 2012 e 2016. Em comparação com os resultados no cenário estadual, ambos apresentaram ascensão até 2004, porém, as dinâmicas são inversas em 1992 e 1996. A partir de 2008, os números mostram um declínio, mas divergem em 2020,

dado que em Dourados, mesmo elegendo apenas um vereador, o partido aumentou sua votação. Os números de 2020 interrompem o declínio e mostram um pequeno crescimento que poderá ser analisado a partir dos resultados do pleito de 2024.

Para analisarmos o processo eleitoral das disputas para vereadores, relacionaremos os dados explicitados no quadro 14 com os resultados descritos nos capítulos anteriores identificando similaridades e influências no cenário municipal, ressaltando o quantitativo de candidatos, coligações e acordos entre partidos e a comparação dos resultados com outros municípios.

Kerbaui (2008) aponta que a união de vários partidos coligados favorece a eleição de mais vereadores²⁷⁷, além de colaborar na disputa à prefeitura. A partir das considerações da autora, podemos indicar que as coligações influenciaram nas disputas à prefeitura de Dourados, porém, em razão da união entre partidos coligados influenciar diretamente nos resultados do legislativo, a seguir, analisaremos as eleições para vereadores e os resultados obtidos pelo PT, a partir das coligações.

Neste trabalho, não analisaremos os tipos de coligações, porém, é importante compreendermos como estas impactaram o PT. Para facilitar as análises, mostraremos as coligações que o partido participou em sua trajetória eleitoral através do quadro:

Quadro 14 – Coligações do PT nas eleições municipais de Dourados (1982 a 2020)

COLIGAÇÕES	
1982	PT
1988	PT
1992	PT, PPS, PSB
1996	PT, PPS, PSB
2000	PT, PPS; PC do B; PHS e PSC
2004	PT, PL; PSL; PSC; PP; PSDC; PMN; PSB; PV; PC do B; PT do B
2008	PT, PSB, PC do B, PTN, PSDC
2011	DEM, PT, PMDB, PSDB, PR, PDT, PSB, PPS, PTB, PP, PV, PSL, PRP, PT do B
2012	PSB, PRB, PDT, PT, PTB, PMDB, PSL, PR, PPS, DEM, PRTB, PSB, PV, PRP, PSDB, PC do B, PSD, PT do B
2016	PMDB, PROS, PRP, PPL, PT
2020	PT

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral - MS

²⁷⁷ Segundo Nicolau (2017) as eleições para o cargo de vereadores acontecem na forma de lista aberta, dessa forma, os partidos podem lançar seu candidatos sozinhos ou coligados.

Em 1982, não havia a possibilidade de coligação. Em 1988, mesmo com a permissão legal, o PT de Dourados optou por lançar candidatos sem coligação. O partido saltou de 186 votos para 1.594 (2,93%), todavia, tal votação foi insuficiente para eleger um vereador. Já em 1992 e 1996, o partido fez coligação com o PSB e o PPS²⁷⁸. Tal acordo é classificado por Carreirão e Nascimento (2010) como uma “coligação consistente, isto é, quando se dá apenas entre partidos situados num mesmo ‘campo’ do espectro político” (CARREIRÃO e NASCIMENTO, 2010, p. 80).

No pleito de 1992, através de 29 (15,50%) candidatos, o PT conquistou 5.033 votos, ou seja, em comparação à eleição anterior, aumentou 3.439 (2015%). Os demais partidos, lançaram 4 candidatos e somaram 661 votos. Assim, adicionando os votos na legenda, 635, a coligação conquistou 6.329 votos e elegeu Laerte Tetila (PT) com 871. Entre os motivos que levaram à vitória, a união dos partidos coligados foi essencial, porém, Tetila era visto como um professor universitário renomado e possuía a experiência de ter sido candidato a prefeito e a deputado.

Quatro anos depois, o PT reduziu seu número de candidatos para 15 (6,78%) e conquistou 4.086 votos. Já o PPS e o PSB, juntos, receberam 1.862. Levando em consideração que a legenda da coligação recebeu 258, a votação total foi de 6.206 votos. Se compararmos com a eleição de 1992, nota-se que o partido diminuiu sua votação e mesmo assim, elegeu mais um vereador. Laerte Tetila foi reeleito com 1.905 votos, isto é, 1.034 votos a mais do que em 1992, logo, podemos indicar que sua reeleição se deu como aprovação de seu mandato. Por outro lado, a vitória de João Grandão, eleito por média, se deu em razão da somatória dos votos da coligação. Em uma disputa de 17 vagas, João Grandão recebeu 861 votos e terminou na 27.^a colocação, porém, os votos dos demais partidos foram necessários e suficientes para que o PT pudesse aumentar seu quantitativo de vereadores.

Além disso, o PT conseguiu uma vitória interna na coligação graças a estratégia dos bancários filiados ao partido (MATTOS, 2022). É importante frisar que em 1992, Tetila foi eleito e ficaram como suplentes: José Silvestre com 738 votos; Francisco Assunção da Silva, 423; Elias Ishy de Matos com 389, sendo o mais votado entre os sete candidatos bancários que receberam juntos 1245 votos. Entretanto, na coligação formada por PT, PPS e PSB, Walter Hora (PPS) recebeu 500 votos. Já em 1996, comparando com a eleição anterior, José Silvestre havia deixado o partido e Walter Hora (PPS) novamente seria candidato, assim, Elias Ishy indicou uma estratégia para eleger um vereador petista e não um candidato do PPS.

²⁷⁸ No cenário nacional, o PSB foi registrado no ano de 1988, enquanto o PPS em 1992. Na cidade de Dourados, em 1992, os dois partidos disputaram pela primeira vez uma eleição municipal. Na ocasião, o PSB participou da coligação, mas não lançou candidatos. Já o PPS indicou 4 candidatos a vereador. Na trajetória eleitoral (1992 a 2020), o PPS elegeu 3 vereadores. Já o PSB elegeu 5 vereadores, além do prefeito em 2012.

Segundo Mattos (2022), ele reuniu os colegas bancários e propôs que saísse apenas uma pessoa representando a categoria, todavia, se o candidato fosse eleito, deveria doar 30% do salário para o partido e 20% para o conselho político dos bancários. Ele ainda relatou que:

Os líderes do sindicato fizeram uma pesquisa com os todos os bancários pedindo que indicassem um nome. Assim, fizeram uma prévia com os seis mais indicados. Se alguém atingisse mais de 50% dos votos já seriam o candidato, como ninguém conseguiu, os dois mais votados, Elairton e João Grandão participaram de uma prévia interna e João Grandão, o qual era o presidente do sindicato, foi o escolhido²⁷⁹.

Santos (2022) confirmou a veracidade da estratégia e ressaltou que 294 pessoas ligadas ao sindicato fizeram doações para sua campanha. A união obteve sucesso, o movimento dos bancários o elegeu com sete votos a mais que Walter Hora, o qual recebeu 854²⁸⁰. Assim, o PT aumentou sua bancada de vereadores e, conseqüentemente, seu espaço na política douradense.

No pleito de 2000, o partido liderou a coligação “Movimento Vida Nova Dourados” – PT, PPS, PC do B, PHS e PSC. Ao contrário das eleições dos anos 90, se levarmos em consideração a obra de Carreirão e Nascimento (2010), não podemos dizer que em 2000 o PT participou de uma coligação consistente, afinal, junto com o PPS e o PC do B, o PT se coligou com o PHS e o PSC, sendo que estes não são considerados como partidos de esquerda, contudo, são partidos pequenos e, até então, sem tradição eleitoral no município. Assim, ao contrário do cenário nacional, em Dourados, o partido não teceu acordos eleitorais com grandes partidos de centro e/ou de direita.

Enquanto em 1996 o partido conquistou 4.086 votos através de 15 (6,78%) candidatos, em 2000, lançou 28 candidatos (11,86%) e recebeu 11.392 votos. Contando com os 3.168 votos na legenda, o PT recebeu 14.560, ou seja, 10.474 votos a mais do que em 1996, sendo o partido campeão em números de votos. O PPS contribuiu com a coligação com 7.969 votos nominais e 233 votos na legenda. Já os partidos PC do B, PHS e PSC, receberam juntos 876 votos. Dessa forma, a coligação conquistou 23.638 (26,52%) votos. Tal quantia garantiu ao PT três (17,64%) cadeiras na casa legislativa. Wilson Biasotto foi eleito com 1.728 votos, Elias Ischy recebeu 738 e Margarida Gaigher, 733. Ainda, a coligação “Movimento Vida Nova Dourados” conquistou outras duas vagas através de Walter Hora e Zé Silvestre, ambos do PPS. Já a coligação liderada por Murilo Zauith, “Dourados com Prosperidade”, conquistou nove, enquanto os partidos PDT, PV e PSB conseguiram, respectivamente, uma vaga. Assim, o PT venceu a eleição majoritária, mas a oposição elegeu a maioria da Câmara Municipal.

Entre os motivos do crescimento, conforme já relatamos no capítulo 2, a eleição de Zeca como governador influenciou no aumento de petistas eleitos em várias cidades. Além disso, em Dourados,

²⁷⁹ MATTOS, Elias Ischy. *Entrevista*. Dourados, 20 de maio de 2022.

²⁸⁰ SANTOS, João Batista dos. *Entrevista*. Dourados, 22 de fevereiro de 2023.

o PT venceu a disputa a prefeitura, logo, a grande votação do prefeito eleito, Laerte Tetila, colaborou para que o partido aumentasse seu quantitativo de votos para vereadores.

Quatro anos depois, o PT ampliou sua coligação para 11 agremiações (PT, PL; PSL; PSC; PP; PSDC; PMN; PSB; PV; PC do B; PT do B). O PT lançou 23 candidatos e recebeu 19.725 votos nominais, estes que somados aos 2.961 votos da legenda, resultaram em 22.686 (21,65%). Assim como em 2000, o partido foi o campeão em número de votos. O PL, partido do candidato a vice-prefeito da coligação, Albino Mendes, lançou 15 candidatos e recebeu 13.787 votos. Já o PSDC lançou 10 postulantes e conquistou 4.393. Os demais, PSL, PSC, PP, PMN, PSB, PV, PC do B e PT do B, juntos lançaram 48 candidatos e receberam 14.350, isto é, através de 96 (52,74%) candidatos, a coligação conquistou 55.212 (56,77%) votos.

Pela primeira vez, o PT de Dourados modificou a forma de coligação e fez acordos independentes da ideologia política e ao participar de coligações mais abrangentes, os resultados eleitorais foram melhores (MIGUEL e MACHADO, 2007). Por outro lado, o fato de comandar a prefeitura, o governo do estado e a presidência da república, bem como possuir a maioria na Câmara dos Deputados e representatividade da Assembleia Legislativa, influenciou nas disputas para vereador. Naquele pleito, apenas 12 vagas estavam em disputa. Diante da maior votação de sua trajetória eleitoral, o PT elegeu quatro vereadores²⁸¹. Nesse passo, o PT continuou comandando a prefeitura com o apoio da maioria do legislativo, elegeu a presidente da Câmara Municipal e se solidificou como o maior partido do município. Se no ano 2000 os resultados já foram muito bons, em 2004, foram ainda melhores, entretanto, o apogeu petista atingiu seu limite.

Em 2008, o PT se coligou com poucos partidos, até então, de pequena expressão na política local. Dentre os 11 que estavam juntos em 2004, apenas PC do B, PSB e PSDC continuaram coligados com o PT. Junto com o PTN, a coligação “Dourados cada vez melhor – PT, PSB, PC do B, PTN e PSDC” lançou 41 (26,28%) candidatos, sendo 17 do PSDC; 15 do PT; 7 do PSB e 2 do PTN. Os petistas receberam 15.140 (13,40%) votos. Ao contrário de 2000 e 2004 onde o partido foi o campeão em número de votos, em 2008, após reduzir sua votação em 7.546, o PT ficou na terceira colocação. O PSDC recebeu 6.919, PSB conquistou 3.001, PTN, 300 e o PC do B não lançou candidato a vereador. Diante dos resultados, a coligação “Dourados cada vez melhor” recebeu 25.360 votos e elegeu dois vereadores.

Por mais que o PT tenha diminuído o número de candidatos, 23 (11,71%) para 15 (09,61%), o percentual da diminuição dos votos foi mais expressivo. Enquanto em 2004 recebeu

²⁸¹ Ainda, sua coligação também elegeu Laudir Munaretto (PL), Carlinhos Cantor (PL) e Paulo Henrique Bambu (PSC), enquanto a coligação adversária elegeu dois vereadores do PDT, dois do PFL e um do PMDB.

22.686 (21,65%) votos, quatro anos depois conquistou 15.140 (13,40%). O PT foi responsável por 15.140 (67,5%) votos da coligação, porém, o candidato mais votado foi José Carlos Cimatti (PSB), este que recebeu 1.637 votos. Logo, o PT elegeu apenas um vereador, Dirceu Aparecido Longhi com 1461 votos²⁸². Enquanto nas eleições de 1996 a 2004, o PT foi beneficiado pelos votos totais da coligação e pode aumentar o quantitativo de vereadores, em 2008, a votação petista beneficiou a conquista do PSB.

Os quatro vereadores petistas eleitos em 2004 tentaram a reeleição em 2008, porém, não conseguiram. Ao serem questionados sobre os motivos das derrotas, Elias Ischy e Pedro Ferreira relataram que as acusações de corrupção atrapalharam todos os petistas, além disso, os outros candidatos mais votados na eleição para prefeito puxaram votos para elegerem o maior número de vereadores. Já Longhi (2023) relatou que sua campanha foi feita com o apoio do secretário Ermínio Guedes e que focaram nas pessoas que recebiam os programas sociais, zona rural e nas aldeias, inclusive, segundo o entrevistado, foram os indígenas que lhe deram a maioria dos votos²⁸³.

Ainda sobre esta eleição, Natal Gabriel Ortega, então presidente municipal, relatou que o partido teve muitas dificuldades em montar uma coligação forte na disputa do legislativo²⁸⁴. Diante das afirmações do entrevistado, ao compararmos os resultados das duas eleições, percebe-se que em 2004, dez candidatos petistas receberam mais de 1.000 votos, enquanto em 2008, apenas quatro. Por outro lado, dos oito petistas que foram candidatos nas duas eleições, todos diminuíram o número de votos. Diante dos resultados, o PT deixou o protagonismo municipal e nos quatro anos seguintes, foi representado apenas por Dirceu Longhi.

Em 2012, o PT de Dourados não lançou candidato a prefeito e/ou a vice e preferiu fazer parte da maior coligação da política local (PSB, PRB, PDT, PT, PTB, PMDB, PSL, PR, PPS, DEM, PRTB, PSB, PV, PRP, PSDB, PC do B, PSD, PT do B), ou seja, 18 partidos, dentre estes, os maiores partidos em número de eleitos. Apenas nove agremiações não fizeram parte do grupo que apoiou Murilo Zauith (PSB) na eleição majoritária, contudo, nas disputas para vereador, o grupo de 18 partidos foi dividido em quatro coligações.

O PT participou coligado com o PSL. Enquanto os petistas lançaram 16 (7,33%) candidatos e receberam 8.993 votos, o PSL também lançou 16 (7,33%) e recebeu 3.690. Assim, a coligação

²⁸² A coligação “Aliança com Dourados – PDT, PR, PSL, PRP, PRB” elegeu quatro vereadores, enquanto a “Competência para Dourados crescer – DEM, PMDB, PSDB, PP, PSC, PMN, PTC, PTB, PV, PT do B, PRTB, PPS” conquistou seis vagas no legislativo municipal.

²⁸³ Além dos relatos de Dirceu Longhi, João Carlos de Souza, presidente do PT municipal, relatou em sua entrevista que o PT possui um histórico de boas votações nas aldeias. Assim, sugerimos que futuras pesquisas analisem se há relações entre os indígenas e o PT e/ou os motivos que levam os eleitores das aldeias decidirem seus votos.

²⁸⁴ ORTEGA, Gabriel Natal. *Entrevista*. Dourados, 2 de maio de 2023.

conquistou 12.683 (11,62%) votos e elegeu dois vereadores, ambos do PT. Elias Ishy de Mattos, este que recebeu 1.907 e Dirceu Longhi, 1.689. Mesmo diminuindo o número de votos, o partido aumentou o número de vereadores graças à coligação a qual estava inserido, demonstrando recuperação dos resultados da eleição anterior. Naquele pleito, Dourados voltou a ter 17 vereadores. As coligações (PSC, PPL, PTN, PTC, PHS); (PP, PSDC, PMN); (PRB, PDT) elegeram dois vereadores, cada. A coligação (PTB, PMDB, PRTB, PV, PRP, PSD, PC do B, PT do B) elegeu três. Já o grupo formado por (PR, PPS, DEM, PSDB, PSB) elegeu seis vereadores.

Conforme mostramos na seção 3.1, em 2016, o partido optou por continuar coligado com outros partidos visando vitórias nas eleições de vereadores. Os entrevistados foram unânimes em dizer que o discurso do então presidente do partido, Dirceu Longhi, este que também era vereador e candidato à reeleição, era de que o partido não tinha condições de vencer diante da crise em que estava inserido. Diante dos relatos, nota-se que o líder partidário colocou seu projeto pessoal de reeleição acima do partido. Segundo Longhi (2023), ele reconhece que sua atitude não foi a melhor para o partido, mas, naquela ocasião, não viu outra solução, afinal, se o PT não coligasse, corria o risco de não eleger vereadores.

O partido optou pela coligação “Coragem para Mudar Dourados - PMDB, PROS, PRP, PPL, PT” estes que se uniram em apoio ao candidato a prefeito Renato Câmara (PMDB). Nesta, o PT lançou oito (3,88%) candidatos e recebeu 5.206 votos. O PMDB lançou 11 e conquistou 8.895. Juntos, os demais partidos, PRP, PPL e PROS, lançaram nove candidatos e receberam 3.947 votos. Dessa forma, a coligação conquistou 18.048 votos e elegeu três vereadores.

Pela primeira vez o PT não foi o campeão de votos de sua coligação, entretanto, Elias Ishy de Mattos, ao receber 3.088 votos, foi o mais votado na “Coragem para mudar” e o segundo entre todos os candidatos. A expressiva votação de Ishy colaborou para que a coligação elegeu outros dois vereadores, ambos do PMDB. Como no pleito de 2008, a votação do PT contribuiu para a vitória de outro partido e mais uma vez o partido diminuiu o quantitativo de vereadores. Por outro lado, é notório que de 2004 até 2016, o partido não se preocupou em definir coligações pensando em unir partidos de esquerda. Acordos e coligações com partidos de centro e/ou de direita passaram a fazer parte da realidade do PT e os interesses eleitorais de conseguir vitórias vieram antes da ideologia.

Segundo João Carlos de Souza, presidente municipal do partido, diante do governo de extrema direita na presidência do país, em 2020, o PT sentiu a necessidade de marcar seu espaço na política municipal como principal opositor a Jair Bolsonaro e lançar candidato a prefeito. O partido tentou uma coligação com o PDT, PSB e o PSOL, porém, PDT e PSB optaram por se coligar com os

outros partidos apoiadores de Bolsonaro e o PSOL, diante de disputas internas, optou por não apoiar candidatos a prefeito e concorreu sozinho na disputa pela vereança²⁸⁵.

Naquele pleito, o PT participou da disputa sem tecer coligações, logo, era preciso aumentar o número de candidatos, porém, o partido estava enfraquecido. Coube a liderança um trabalho de conscientização e formação de novas candidaturas, porém, muitos foram candidatos com a missão de somar forças e não tinham condições de vitória (SOUZA, 2023). Tal fato é verificado a partir dos resultados oficiais. O PT lançou 15 (4,42%) candidatos a vereador, recebeu 5.904 (4,91%) votos e mais uma vez elegeu apenas Elias Ishy de Mattos, o qual recebeu 1.772 votos. Ishy terminou a disputa na quarta posição, seguido de Gleice Jane (PT), esta que conquistou 1.762, porém não foi eleita em razão do coeficiente eleitoral.

Neste capítulo abordamos a trajetória política-eleitoral do PT de Dourados. A partir do exposto, podemos indicar que a ascensão eleitoral de 1982 a 2004 se deu diante das transformações no discurso e do protagonismo de Tetila, principal liderança do partido. Em 2000, a primeira conquista da prefeitura foi influenciada pelo fato de ser do partido do governador e pelo contexto de mudança onde os eleitores estavam insatisfeitos com os políticos tradicionais.

Ao se tornar partido governista, o PT mudou suas estratégias diante do jogo eleitoral e quatro anos depois, o apogeu petista se deu com a reeleição de Tetila, favorecido pelo fato do partido administrar o país, estado, município e possuir lideranças locais no legislativo, bem como da ampla coligação e acordos, independente da ideologia partidária, mostrando que o partido estava disposto a tecer as estratégias necessárias para vencer eleições. Em 2008, percebe-se que o declínio petista se deu em razão de suas divisões internas, enfraquecimento do partido, denúncias de corrupção contra suas lideranças locais e do apoio das lideranças petistas do estado ao adversário. Já em 2012 e 2016, o fato de não lançar candidatos à prefeitura diminuiu sua força eleitoral, assim, o partido optou por tecer acordos e coligações que favoreceram os projetos individuais de alguns de seus líderes.

Mesmo em meio a divisões, transformações e adaptações ao jogo eleitoral, ao compararmos os resultados do PT de Dourados com o desempenho do partido em outros municípios do estado, notamos que apenas Campo Grande e Corumbá elegeram mais vereadores petistas do que Dourados. Na capital, o PT conquistou 19 mandatos, em Corumbá 16, enquanto na maior cidade do interior, 15.

²⁸⁵ Em Dourados, com exceção de 2012, quanto 18 partido se uniram em apoio à Murilo Zauith, o PDT nunca participou de coligações com o PT.

Logo, mesmo não sendo o campeão em número de prefeituras e/ou de vagas na Câmara Municipal, fica evidente que o PT de Dourados apresenta destaque no cenário estadual.

Entre 1982 a 2020, o PT lançou candidatos a prefeito de 1982 a 2008, 2020, além da candidatura de vice-prefeita na eleição suplementar de em 2011. Laerte Tetila foi o único prefeito eleito pelo partido e comandou a cidade de 2001 a 2008. Dinaci Ranzi foi vice-prefeita entre 2011 a 2012. Já nas eleições para vereadores, o partido apresentou candidatos em todas as eleições. Em 1992, elegeu o primeiro vereador e desde então, sempre conquistou vagas na casa legislativa, sendo que Elias Ishy, eleito em cinco pleitos, é o petista campeão em número de mandatos.

Nesse recorte temporal, a cidade de Dourados elegeu 162 vereadores através de 24 partidos. Destes, 15 (9,26%) foram eleitos pelo PT. Com tais números, o partido ocupa a terceira posição em número de mandatos, perdendo apenas para o PMDB, o qual conquistou 34 e o PFL/DEM que elegeu 31. Nas eleições para a prefeitura, mesmo ficando de fora em três eleições, o PT venceu em duas ocasiões, e divide ao lado do PMDB o primeiro lugar em número de eleitos. Tais resultados mostram a importância do PT no cenário político local. Em uma cidade marcada pelo predomínio oligárquico agrário e com hegemonia histórica de partidos de centro, o PT se firma como uma das principais agremiações da política douradense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta dissertação era verificar quais os motivos que da ascensão e do declínio eleitoral do Partido dos Trabalhadores em Dourados entre os anos de 1982 a 2020. Para isso, optamos por analisar os cenários nacional e estadual verificando como estes influenciaram na trajetória eleitoral do partido em âmbito local. Quanto ao nacional, o PT nasceu da união de diversos grupos que tinham em comum o anseio de lutar contra a ditadura civil-militar, restabelecer a democracia e garantir direitos sociais para as minorias, em especial os trabalhadores do campo e da cidade. Diante disso, o partido se portou enquanto oposição social do sistema político e durante os anos 80, demonstrou através de um discurso autêntico e ideológico, que estava disposto a ser o porta-voz daqueles que até então estavam excluídos do campo de atuação do Estado.

Nas eleições dos anos 80, o PT ampliou o número de eleitos nas disputas para prefeitos, vereadores, deputados estaduais e federais, entretanto, a partir da eleição presidencial de 1989, o partido entendeu que era preciso transformar sua prática eleitoral e buscar alianças. Assim, nos anos 90, optou por tecer acordos com partidos de ideologia de esquerda e se firmou como principal partido de oposição parlamentar e defensor da ética e da moralidade. Entretanto, as transformações motivadas a vencer eleições, o levaram em direção a partidos de centro, profissionalizou as campanhas eleitorais, moderou o discurso deixando de condenar alguns preceitos neoliberais, se comprometeu com a democracia representativa e deu mais ênfase às disputas eleitorais visando crescimento no âmbito institucional. Nesse passo, em 2002, Lula venceu sua primeira eleição presidencial.

Em sua trajetória eleitoral, considerando o recorte temporal de 1982 a 2020, das sete eleições presidenciais, o PT venceu quatro, ou seja, é o maior vencedor nestas disputas. Contudo, em todas se posicionou em função do nome de Lula, quer como candidato ou como apoiador. Quanto às eleições estaduais, foi o partido que mais elegeu deputados federais, 554, além disso, elegeu 27 governadores, 37 senadores e 902 deputados estaduais. Tais números mostram que o PT é um dos principais partidos nos estados, mas o fato de ocupar a 4.^a posição no número de senadores eleitos e a 3.^a entre os governadores, evidenciam que nas eleições estaduais, o partido não tem a mesma força que possui nas presidenciais.

Já nas eleições municipais, o partido elegeu 2.436 prefeitos e 24.892 vereadores. Em 1982, conquistou duas prefeituras e 118 vagas nas câmaras municipais, desde então, apresentou ascensão eleitoral até 2012, onde elegeu 636 prefeitos e 5.067 vereadores. Tal ascensão é a mais extensa entre todos os cargos disputados. Por outro lado, em 2016 e 2020, apresentaram as

maiores perdas, principalmente, em razão da crise política instaurada a partir de 2013, conforme demonstrado no texto.

O protagonismo no âmbito nacional fez com que o partido se desenvolvesse nos estados. Dentre estes, no Mato Grosso do Sul, quatro anos antes de Lula se tornar presidente, com Zeca, o PT venceu as eleições para governador. Ao se tornar partido governista, aumentou seu poderio eleitoral e ampliou o número de prefeituras e vagas no legislativo municipal nas eleições de 2000. Dois anos depois, Zeca foi reeleito, o partido aumentou sua bancada para três deputados estaduais e três deputados federais, elegeu um senador e, na eleição de 2004, elegeu o maior número de prefeitos e vereadores do estado, respectivamente 18 e 133.

Todavia, a partir de 2006, o partido não mais elegeu governadores, diminuiu o número de deputados federais, manteve quatro deputados estaduais até 2014 e um senador até a cassação do mandato de Delcídio do Amaral, em 2016. Nas eleições municipais, após um declínio acentuado nas disputas de 2008, 18 para 10, o partido oscilou positivamente seus resultados em 2012 aumentando duas prefeituras. A partir de 2016, diante da condenação e prisão de algumas lideranças estaduais, a crise que assolou o partido em todo o Brasil foi intensificada no Mato Grosso do Sul. Logo, em 2016 e 2020, não elegeu prefeitos no estado e ainda diminuiu o número de vereadores.

Quanto a Dourados, o partido nasceu da liderança de universitários do antigo CEUD e da união de diversos trabalhadores. Em setembro de 1981, com 74 votos a favor e 3 contrários, Aparecido Pereira da Silva foi oficialmente eleito como primeiro presidente do PT de Dourados, Gonçalo Padilha como tesoureiro, José Alves de Oliveira, secretário, além de outros cinco membros titulares: Domingas Rosa da Silva; Odila de Almeida; Jairo Hélio Ferreira; Joaquim Aleixo de Sales Filho; Samuel Benites. Coube a estes organizarem o partido para a disputa de sua primeira eleição em 1982, entretanto, o PT recebeu a menor votação entre todos os partidos, isto é, José Joaquim de Souza, candidato a prefeito recebeu 178 votos, enquanto os 13 candidatos a vereadores, juntos receberam 186.

Após a frustração dos resultados eleitorais de 1982, o partido se reestruturou e passou a marcar seu espaço na política local ao eleger Laerte Tetila como vereador em 1992, ampliar as conquistas em 1996, eleger um deputado estadual e um deputado federal em 1998 e conquistar a prefeitura, em 2000, através de sua maior liderança, Laerte Tetila, e conquistar três vagas na Câmara Municipal.

As transformações na maneira de fazer campanhas eleitorais e a moderação no discurso do PT, também se deram em Dourados, porém, um pouco depois em comparação ao país e ao estado. Enquanto nos cenários nacional e estadual as mudanças ocorreram antes das vitórias,

respectivamente de Lula e Zeca, no município, aconteceram durante os mandatos de Tetila, principalmente na reeleição em 2004, dado que o partido se aproximou de partidos de centro e/ou de direita. Além de reeleger Tetila, o PT elegeu quatro vereadores, isto é, o maior número de vereadores de sua trajetória eleitoral.

Relacionando os resultados de Dourados com o cenário nacional, a primeira conquista da prefeitura se deu no mesmo ano em que o partido apresentou o maior crescimento eleitoral em comparação à eleição anterior entre todos os partidos do Brasil. Já a reeleição, em 2004, ocorreu no ano em que o partido foi o campeão em números de votos para prefeito do país.

Em 2008, sofreu uma derrota significativa, afinal, além de perder a prefeitura, elegeu apenas um vereador. O resultado do pleito intensificou fragilidades e divisões internas. Assim, na eleição suplementar de 2011, o partido escolheu a estratégia de lançar candidata a vice-prefeita na coligação liderada por Murilo Zauith (DEM), adversário histórico do PT e, nas disputas de 2012 e 2016, decidiu participar de coligações visando as eleições para vereadores e não lançou candidatos a prefeito e a vice. Já em 2020, mais uma vez o partido mudou a estratégia, optou por lançar candidato próprio na disputa do poder executivo, aumentou a votação de seus candidatos a vereadores, mas manteve apenas um eleito.

Diante do exposto, sugerimos que os principais motivos da ascensão petista em Dourados nos anos 80 e 90 se deram em razão do posicionamento, estratégias, organização interna e da transformação do discurso político que passou a ser mais moderado e da aprovação popular dos mandatos dos primeiros vereadores eleitos. Ao ampliar o espaço no legislativo, o partido projetou suas principais lideranças e continuou o crescimento. Em 2000, o apoio do governador, planejamento partidário a longo prazo, apoio dos militantes e por se colocar como partido símbolo de combate à corrupção, influenciaram na vitória de Tetila. Já em 2004, o fato de liderar uma coligação com outros 10 partidos, possuir aprovação popular e por ser o partido governista nos três níveis (municipal, estadual e federal) influenciaram na sua reeleição.

Quanto ao declínio de 2008 sugerimos que o enfraquecimento do partido no cenário estadual, acusações de corrupção contra lideranças municipais, as divisões internas e o apoio de lideranças do PT estadual ao adversário, colaboraram para a perda da eleição. Nos pleitos seguintes, podemos dizer que o partido foi vitorioso, visto que elegeu a vice-prefeita em 2011 e ampliou o número de vereadores eleitos em 2012. Todavia, os acordos feitos pelo partido levaram à saída de militantes e aumentaram as diferenças internas.

Aliados à crise política de 2016, tais fatores causaram o declínio naquela eleição. Contudo, o fato de lançar candidato a prefeito em 2020 e ampliar o número de votos para vereadores mostra interrupção no declínio e o início de uma nova fase. Para isso, sugerimos

que novas pesquisas possam abordar o partido a partir do pleito de 2024 para continuação das análises políticas sobre a dinâmica eleitoral do Partido dos Trabalhadores de Dourados.

Mesmo diante de transformações, contradições e de lançar sempre as mesmas lideranças como candidatos nas disputas eleitorais, com esta dissertação esperamos ter contribuído para ressaltar a importância do partido na política local, dado que o PT é um dos partidos que mais elegeram prefeitos e o terceiro em número de vereadores. Em razão de Dourados ser a segunda maior cidade do estado, é importante para pensar o desempenho eleitoral do PT nas eleições municipais e ressaltar o protagonismo do partido no cenário estadual; outrossim, esperamos ter elucidado, pelo menos parcialmente, alguns motivos que levaram à ascensão e o relativo declínio eleitoral do PT de Dourados entre 1982 a 2020.

Diante da vasta quantidade de estudos que envolvem o Partido dos Trabalhadores, esta dissertação girou em torno da dinâmica política-eleitoral do PT de Dourados e não dos laços sociais, ou seja, optamos pelas análises de uma trajetória histórica relacionada às eleições municipais. Sugerimos que outras pesquisas envolvendo o PT possam analisar as suas relações com os sindicatos, mobilizações, minorias e demais movimentos sociais. Assim, poderão somar e enriquecer o tema aqui discutido.

Na formação do PT, a classe trabalhadora brasileira era predominantemente urbana, industrial e assalariada, entretanto, inúmeras transformações e perdas de direitos afetaram os trabalhadores e as instituições que os representam. Atualmente, tem-se uma classe precarizada, desigual, com jornadas, em muitos casos, exaustivas, formada por indivíduos que competem entre si por recursos sociais cada vez mais escassos. Por outro lado, o Partido dos Trabalhadores ainda continua com a missão de representá-los, logo, é preciso verificar se o partido tem conseguido dialogar com estes e com os novos grupos sociais que se posicionam no enfrentamento à políticos de extrema direita que despontam em diversos países.

Desde janeiro de 2023 o Partido dos Trabalhadores voltou a comandar o país. Eis a oportunidade, caso queira, de liderar e fortalecer o campo democrático popular e a esquerda brasileira não apenas para futuras eleições, mas para um programa de reconstrução e transformação social que dê protagonismo aos trabalhadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Marcelo de Paiva. Desafios da diplomacia sul-americana. **O Estado de São Paulo, São Paulo**, v. 2, 2008.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Editora FGV, 2018.

ALÉM, Fernando de Castro. **O Jornal O Progresso e a dinâmica política e eleitoral em Dourados (1954, 1958 e 1962)** / Fernando de Castro Além. Dourados, MS: UFGD, 2011.

ALMEIDA, Raquel de Q. Fake news: arma potente na batalha de narrativas das eleições 2018. **Ciência e Cultura**, v. 70, n. 2, p. 9-12, 2018.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. A política social no governo Lula. **Novos Estudos Cebrap**, v. 70, p. 7-17, 2004.

ALMEIDA, Alberto Carlos. **A cabeça do eleitor: estratégia de campanha, pesquisa e vitória eleitoral**. Editora Record, 2015.

AMARAL, Osvaldo E do. O que sabemos sobre a organização dos partidos políticos: uma avaliação de 100 anos de literatura. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.7, n.2, p.11-32, maio-ago. 2013.

_____. **As transformações na organização interna do Partido dos Trabalhadores entre 1995 e 2009**. São Paulo: Alameda, 2010.

_____. **A estrela não é mais vermelha: as mudanças do programa petista nos anos 90**. São Paulo: Garçon, 2003.

AMARILHA, Carlos Magno Mieres. **Os intelectuais e o poder: história, divisionismo e identidade em Mato Grosso do Sul**/ Carlos Magno Amarilha. – Dourados, MS: UFGD, 2006.

ANGELO, Vítor Amorim de. **A trajetória da Democracia Socialista: da fundação ao PT**. EdUFSCar, 2008.

ANGELO, Vítor Amorim de & VILLA, Marco Antonio (orgs.). **O Partido dos Trabalhadores e a política brasileira (1980-2006), uma história revisitada**. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

ARAKAKI, Suzana. Notas sobre a ditadura militar no Sul de Mato Grosso: ação, reação e repressão. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, v. 8, n. 15, 2014.

_____. **As implicações do golpe civil-militar no sul de Mato Grosso: apoio civil, autoritarismo e repressão (1964 – 1969)**/Suzana Arakaki. Dourados, MS: UFGD, 2015.

ARRUDA, Larissa R. V. **Disputas Oligárquicas: as práticas políticas das elites mato-grossenses**. São Carlos: Edufscar/ Fapesp, 2015.

_____. **Elites Políticas de Mato Grosso: trajetórias, práticas políticas e mudanças institucionais 1930 a 1964**. (Doutorado em Ciências Políticas) – Universidade Federal de São Carlos, 2019.

AVRITZER, Leonardo. O orçamento participativo e a teoria democrática: um balanço crítico. A inovação democrática no Brasil. São Paulo: **Cortez**, p. 13-60, 2003.

BACHA, **Edmar**. **130 anos: em busca da República** / organizadores Edmar Bacha...[et.al.]. – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019.

BAQUERO, Marcello. Eleições e capital social: uma análise das eleições presidenciais no Brasil (2002-2006). **Opinião Pública**, v. 13, p. 231-259, 2007.

_____. **Novos padrões de comportamento eleitoral: pragmatismo nas eleições municipais de 1996 em Porto Alegre**. In: BAQUERO, Marcello (Org.). A lógica do processo eleitoral em tempos modernos: novas perspectivas de análise. Porto Alegre/Canoas: Editora da Universidade/UFRGS / Centro Educacional La Salle de Ensino Superior, 1997.

BARROS, Celso Rocha de. **PT, uma história**/Celso Rocha de Barros. – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das letras, 2022.

BARROS, José D'Assunção. A Revisão Bibliográfica—uma dimensão fundamental para o planejamento da pesquisa. Instrumento: **Revista de Estudo e Pesquisa em Educação**, v. 13, n. 1, 2009.

BARROS, José D'Assunção. Fontes históricas. **Cadernos do tempo Presente**, v. 11, n. 02, p. 03-26, 2020.

BARROSO, Luís Roberto. Dez anos da Constituição de 1988. **Revista de Direito Administrativo**, v. 214, p. 1-25, 1998.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; HIRATUKA, Célio. A política econômica externa do governo Dilma Rousseff: comércio, cooperação e dependência. **Texto para Discussão**, v. 306, 2017.

BARBOSA, Fabiane Machado. **Comunidades eclesiais de base na história social da Igreja Cariacica (1973 1989)**/Fabiane Machado Barbosa – Vitória, UFES, 2007.

BARBOSA, Leandro Chagas. Mídia e discursividade: Dilma, Lula, radicais do PT e corrupção. **Repositório Digital de Teses e Dissertações do PPGLin-UESB**, v. 2, p. 83 p.-83 p., 2014.

BARBOSA, Tiago Alexandre Leme. **Dirigentes partidários e parlamentares do PMDB no Mato Grosso do Sul (1980 – 2010)**: uma análise da origem social dos membros da Comissão Executiva, Deputados Estaduais e Federais eleitos no estado. 2014. Dissertação (mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Paraná, 2014.

BARBOSA, Tiago Alexandre Leme; DA SILVA, Marcos Antonio. Partidos e eleições no Mato Grosso do Sul. **Paraná Eleitoral: revista brasileira de direito eleitoral e ciência política**, v. 1, n. 1, 2012.

BARRETO, Alvaro. **Coligação em eleições proporcionais: a disputa para a Câmara de Vereadores de Pelotas (1988-2008)**. Editora e Gráfica Universitária UFPel, 2009.

BEZERRA, Carla de Paiva. **Do poder popular ao modo petista de governar: mudanças no significado da participação para o Partido dos Trabalhadores**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2014.

_____. Os sentidos da participação para o Partido dos Trabalhadores (1980-2016). **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 34, 2019.

BIASOTTO, Wilson Valentim. **2010: o ano que não acabou em Dourados**./Wilson Valentim Biasotto. – Dourados, MS: Ed. UFGD, 2017.

BITTAR, Marisa. **Estado, educação e transição democrática em Mato Grosso do Sul**. Editora UFMS. Universidade Federal de Mato Grosso Do Sul, 1998.

_____. **Mato Grosso do Sul: a construção de um estado. Regionalismo e divisionismo no Sul de Mato Grosso**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2009.

BOITO JR, Armando. A burguesia no governo Lula. **Crítica marxista**, v. 21, p. 52-77, 2006.
_____. A hegemonia neoliberal no governo Lula. **Crítica marxista**, v. 17, p. 10-36, 2003.

BORGES, André; VIDIGAL, Robert. Do lulismo ao antipetismo? Polarização, partidarismo e voto nas eleições presidenciais brasileiras. **Opinião Pública**, v. 24, p. 53-89, 2018.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa. Eleições e democracia no Brasil: a caminho de partidos e sistema partidário institucionalizados. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 4, p. 43-73, 2010.

_____. A agenda dos estudos sobre partidos políticos e sistemas partidários no Brasil. **Agenda Política**, v. 1, n. 1, 2013.

_____.; COSTA, Valeriano M.; FERNANDES, Jean Lucas M. Dinâmicas de funcionamento e controle do poder nos partidos políticos: os casos do PT e PSDB no estado de São Paulo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 33, 2018.

_____.; VEIGA, Luciana Fernandes; MIRÍADE, Angel. Recrutamento e perfil dos candidatos e dos eleitos à Câmara dos Deputados nas eleições de 2006. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 24, p. 123-142, 2009.

BRAGA, Diego Garcia. **Nas “Quebradas do Inhanduí”, gênese e exercício do bipartidarismo brasileiro: o regime civil-militar e as relações entre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).**(1966–1979). 2016.

BRAGA, Ruy. **A Política do Precariado. Do Populismo à Hegemonia Lulista**. São Paulo: Boitempo, 2012.

BRANCO, Samantha Castelo. História oral: reflexões sobre aplicações e implicações. **Novos Rumos Sociológicos**, v. 8, n. 13, p. 8-27, 2020.

BRANDÃO, Marco Antonio. **O socialismo democrático do Partido dos Trabalhadores: a história de uma utopia (1979-1994)**. Annablume, 2003.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. O governo Dilma frente ao " tripé macroeconômico " e à direita liberal e dependente. **Novos estudos CEBRAP**, p. 5-15, 2013.

BRITTO JÚNIOR, Álvaro Francisco; JÚNIOR, Nazir Feres. A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos. **Revista Evidência**, v. 7, n. 7, 2012.

CAGNIN, Rafael Fagundes et al. A gestão macroeconômica do governo Dilma (2011 e 2012). **Novos estudos CEBRAP**, p. 169-185, 2013.

CARREIRÃO, Yan de Souza. **A decisão do voto nas eleições presidenciais no Brasil (1989 a 1998): a importância do voto por avaliação de desempenho**. Tese de Doutorado. – Departamento de Ciências Políticas, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2000.

_____. A eleição presidencial de 2002: uma análise preliminar do processo e dos resultados eleitorais. **Revista de Sociologia e Política**, p. 179-194, 2004.

_____. Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006. **Opinião Pública**, v. 13, p. 307-339, 2007.

_____.; NASCIMENTO, Fernanda Paula. As coligações nas eleições de 2010 para os cargos de governador, senador, deputado federal e deputado estadual no Brasil. **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, v. 21, n. 2, 2012.

_____. As coligações nas eleições para os cargos de governador, senador, deputado federal e deputado estadual no Brasil (1986/2006). **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 4, p. 75-104, 2010.

CARVALHO, Francisco C. Noronha. **O crescimento da bancada do PT na Câmara dos Deputados entre (1994 a 2002)**. 112 fl., Dissertação – Programa de Mestrado em Ciência Política, Instituto de Ciências Políticas, UNB, Brasília, 2006.

CARVALHO, Fernando J. Da morte política à consagração: indagações sobre o significado da reeleição de Lula. **Novos estudos CEBRAP**, p. 9-15, 2006.

CAVALCANTE, Sávio. Classe média e ameaça neofascista no Brasil de Bolsonaro. **Crítica marxista**, v. 50, p. 121-130, 2020.

CATANANTE, Bartolina Ramalho. A política educacional em Mato Grosso do Sul (1999-2002): os mecanismos de participação. **ANAIS DO SCIENCULT**, v. 2, n. 1, 2011.

CERVI, Emerson Urizzi. Eleições Casadas, Votos Solteiros e PT em Namoro Eleitoral com PSDB: Uma descrição da Tendência de Polarização das Eleições Presidenciais entre 1994 e 2014. **Debate**, v. 6, n. 6, p. 25-46, 2014.

CHAIA, Vera Lucia Michalany; BRUGNAGO, Fabrício. A nova polarização política nas eleições de 2014: radicalização ideológica da direita no mundo contemporâneo do Facebook. **Aurora.**, v. 7, n. 21, p. 99-129, 2014.

CHAGAS, Wagner Cordeiro, 1984 – **Uma história política de Mato Grosso do Sul (1977 – 2022)**/Wagner Cordeiro Chagas. – 1ª ed. – Dourados (MS): Seriemas, 2022.

_____. **As eleições de 1982 em Mato Grosso do Sul**/ Wagner Cordeiro Chagas. – Dourados, MS: UFGD, 2014.

CIOCCARI, Deysi; PERSICHETTI, Simonetta. Armas, ódio, medo e espetáculo em Jair Bolsonaro. **Revista Alterjor**, v. 18, n. 2, p. 201-214, 2018.

CODATO, Adriano Nervo; CERVI, Emerson Urizzi. Título: Partidos nacionais, elites políticas regionais e o fim da verticalização. **Power**, p. 101-103, 2000.

CORAZZA, Gentil; FERRARI FILHO, Fernando. A política econômica do Governo Lula no primeiro ano de mandato: perplexidade, dilemas, resultados e alternativas. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 32, n. 1, p. 243-252, 2004.

CORDEIRO, Janaina Martins. **Direitas em movimento: a campanha da mulher pela democracia e a ditadura no Brasil**. Editora FGV, 2009.

CORRÊA, Valmir Batista. **Coronéis e Bandidos em Mato Grosso. (1889 – 1943)**/Valmir Batista Corrêa. 2ª ed. rev. e atual. - Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2006. 235p.

COSTA, Ramilton Marinho. **O Mito do Caçador de Marajás: As Aventuras das Imagens Políticas pelo Fabuloso Reino da Mídia**. Editora Appris, 2021.

CREMONESE, Dejalma. Eleições 2004: uma análise do desempenho partidário no Brasil. **Em Tese**, v. 2, n. 1, p. 36-51, 2005.

CRUZ, Glauber Eduardo. Os primeiros anos de luta legislativa do Partido dos Trabalhadores: a participação dos deputados federais no movimento Diretas Já! e no Colégio Eleitoral. **Revista Crítica Histórica**, v. 8, n. 16, p. 361-393, 2017.

CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo. **Direita, volver! : o retorno da direita e o ciclo político brasileiro** / Sebastião Velasco e Cruz, André Kaysel, Gustavo Codas (organizadores). – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

CRUZ, Tamara Paola dos Santos. **As escolas de samba sob vigilância e censura na ditadura militar: memórias e esquecimentos**, 2010.

DAGNINO, Evelina. **A Experiência do Orçamento Participativo de Porto Alegre**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 2002.

DANTAS, Humberto. Coligações nas eleições municipais de 2000 a 2008: a força dos partidos dos governadores. **Liberdade e Cidadania**, v. 2, n. 6, p. 1-26, 2009.

DA SILVA, Antonio Ozaí. As origens e ideologia do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). **Revista Espaço Acadêmico**, v. 1, n. 03, 2001.

_____. Nem reforma, nem revolução: a estrela é branca. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 10, n. 114, p. 174-188, 2010.

DA SILVA, Eronildo Barbosa; DE OLIVEIRA, Tito Carlos Machado. **Do MDB ao PMDB: quarenta anos de Mato Grosso do Sul**. Editora Oeste, 2006.

DA SILVA, Luciene Maria; SANTOS, Thiago Araújo. Poder oligárquico, questão agrária e função legislativa no território sul-mato-grossense. **Revista Campo-Território**, v. 17, n. 44 Abr., p. 253-277, 2022.

DA SILVA SCHARF, Jaqueline. Organizações de esquerda no Brasil durante a ditadura militar. **Primeiros Ensaios**, p. 21, 2013.

DE ALMEIDA, Frederico. Justiça, combate à corrupção e política: uma análise a partir da Operação Lava Jato. **REVISTA pensata| V. 5 N. 2 novembro DE 2016**, p. 72, 2016.

DE OLIVEIRA THOMAS, Elói Felipe. Formação do Partido dos Trabalhadores em Cuiabá (1979-1985). **Temporalidades**, v. 10, n. 2, p. 73-85, 2018.

DE OLIVEIRA, Vitor Wagner Neto; ALVES, Walter Assis. Um trem descarrilado: ações grevistas na Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB). **História Social**, n. 12, p. 115-129, 2006.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. A campanha das Diretas Já: narrativas e memórias. In: **São Leopoldo, XXIV Simpósio Nacional de História**. 2007.

DIAS, Reginaldo Benedito. A trajetória do PT em Maringá: Da fundação à conquista da Prefeitura. **Perseu: História, Memória e Política**, n. 07, 2011.

DINIZ, Eli. A transição política no Brasil: uma reavaliação da dinâmica de abertura¹. **Estado e Sociedade**, p. 239, 1985.

DOTA, Fabio. Correio do Estado. Disponível em [Ari Artuzi e quase todos os vereadores são presos - Correio do Estado](#). Acesso em 19 de fevereiro de 2023.

Dulci, Luiz. **Os intelectuais do PT**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018. Disponível em [Os intelectuais e a criação do PT - Centro Sérgio Buarque de Holanda \(fpabramo.org.br\)](#) Acesso em 06/04/2022.

ERNANDES, Mercolis Alexandre. **A construção da identidade douradense : (1920 a 1990)**. / Mercolis Alexandre Ernandes. – Dourados, MS : UFGD, 2009.

FAGNANI, Eduardo. A Política Social do Governo Lula (2003-2010):: perspectiva histórica. **Ser Social**, v. 13, n. 28, p. 41-80, 2011.

FALCÃO, Joaquim; ARGUELHES, Diego Werneck; PEREIRA, Thomaz. **Impeachment de Dilma Rousseff: entre o Congresso e o Supremo**. Editora Letramento, 2017.

FANAIA, João E. A. **Elites e práticas políticas em Mato Grosso na Primeira República (1889-1930)**. Cuiabá: Ed. UFMT, 2010.

FAUSTO, Bóris. **Getúlio Vargas: o poder e o sorriso**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FERREIRA, Carlos Augusto Lima. Pesquisa quantitativa e qualitativa: perspectivas para o campo da educação. **Revista Mosaico-Revista de História**, v. 8, n. 2, p. 113-121, 2015.

FERREIRA, Gabriella Daphne Pereira. A figura dos exilados políticos a partir de recortes de jornais presentes na pasta “Retorno de Exilados” do DOPS. **Epígrafe**, v. 9, n. 1, p. 127-154, 2020.

FERREIRA, Jaqueline. **O Partido dos Trabalhadores e os Núcleos de Base** / Jaqueline Ferreira. – Marília, 2008.

FERREIRA JR, Amarilio; BITTARA, Marisa; GROSSO, Fausto Mato. Política, Partido e Estado: uma análise do governo de esquerda em Mato Grosso do Sul. **Interações (Campo Grande) Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Vol. 2, N. 3, p. 69-78, Set. 2001.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista brasileira de história**, v. 24, p. 29-60, 2004.

_____. **O golpe de 1964: momentos decisivos**. Editora FGV, 2014.

FIGUEIREDO, Rubens; COUTINHO, Ciro. A eleição de 2002. **Opinião Pública**, v. 9, p. 93-117, 2003.

FLEISCHER, David V. O pluripartidarismo no Brasil-dimensões sócios-econômicas e regionais do recrutamento legislativo. **Revista de Ciência Política**, v. 24, n. 1, p. 49-75, 1981.

GADOTTI, M. e PEREIRA, O. **Pra que PT: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Cortez, 1989.

GALETTI, Lylia da S. G. **Nos Confins da Civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso**. Tese (Doutorado em História) 389 p. Departamento de História da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2000.

GALIZA, Gabriela et al. A polícia na Constituição Federal de 1988: apontamentos sobre a manutenção de um órgão militarizado de policiamento e a sua incompatibilidade com a ordem democrática vigente no Brasil. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 10, n. 1, 2016.

GENTILLI, Victor. O jornalismo brasileiro do AI-5 à distensão: “milagre econômico”, repressão e censura. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 1, n. 2, p. 87-99, 2004.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa Qualitativa - tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo: RAE, v. 35, p. 20-29, maio/junho 1995.

GOHN, Maria da Glória. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 5, n. 1, p. 11-40, 2000.

GONÇALVES, Ricardo Enguel. E assim se constrói um partido: êxitos e reveses na trajetória inicial do Partido dos Trabalhadores ponta-grossense (1980-2000). **Ziz-Revista Discente de Ciência Política**, v. 1, n. 1, p. 5-38, 2022.

GOUVÊIA, Gualberto Luiz Nunes et al. **Esperança e Decepção: sindicalismo, partido dos trabalhadores e igreja católica no ABC paulista**(1978 2002). 2006.

GRAMSCI, Antonio, 1891 – 1937. **Caderno do Cárcere**, vol. 3/Antonio Gramsci; edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. – 3ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GUARATO, Livia Maria Moreira Pagliaro, 1987- 2021 **Dilma Rousseff e o processo de impeachment em capas de revistas: uma análise crítica e psicossocial dos discursos de Veja e Carta Capital** [recurso eletrônico] / Livia Maria Moreira Pagliaro Guarato. - 2021.

GUILHERME, Cássio Augusto. A eleição de 1989: direita x esquerda. **Revista Urutagua**, n. 34, p. 87-108, 2016.

HILÁRIO, Janaina Carla. A experiência do Partido dos Trabalhadores em Londrina a partir da cultura política. **Revista de História Regional**, 2010.

HUNTER, Wendy; POWER, Timothy J. Rewarding Lula: Executive power, social policy, and the Brazilian elections of 2006. **Latin American politics and society**, v. 49, n. 1, p. 1-30, 2007.

IBARGOYEN, Loiret Chiappa. **O fenômeno Collor: quando a mídia transforma um “caçador”**. em cassado (1988-1992). 2019.

JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. **Por que gritamos golpe?: Para entender o impeachment e a crise política no Brasil** / André Singer... [et.al]; Organização Ivana Jinkings, Kim Doria, Murilo Cleto; [ilustração Laerte Coutinho].-1. ed.-São Paulo: Boitempo, 2016.

KECK, Margaret E. **PT – a lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira**. São Paulo: Ática, 1991.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. As eleições municipais de 2008: federações partidárias ou partidos nacionais. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, 2009.

_____. ; DA SILVA, Bruno Souza. Padrões regionais de votação nas eleições municipais brasileiras. In: **Dinamismo y diversidad en la ciencia política latinoamericana VII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política**. Universidad de los Andes, 2016.

KINZO, Maria D'alva G. Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985. **Revista Brasileira de ciências sociais**, v. 19, p. 23-40, 2004.

KRAUSE, Silvana; SCHMITT, Rogério. **Partidos e coligações eleitorais no Brasil**. Unesp, 2005.

_____.; GODOI, Pedro Paulo Alves. Estratégias coligacionistas dos partidos de esquerda no Brasil: Uma análise das eleições para governadores (1986-2010). **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 12, p. 262-297, 2020.

LAVAREDA, Antonio; TELLES, Helcimara. **A lógica das eleições municipais**. Editora FGV, 2016.

LEITE, Eudes Fernando. Do Éden ao Pantanal: considerações sobre a construção de uma representação. **Espaço Plural**, v. 9, n. 18, p. 145-151, 2008.

LEONI, Eduardo; PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lúcio. Estratégias para sobreviver politicamente: escolhas de carreiras na Câmara de Deputados do Brasil. **Opinião Pública**, v. 9, p. 44-67, 2003.

LICIO, Elaine Cristina; RENNÓ, Lucio R.; CASTRO, Henrique Carlos de O. de. Bolsa Família e voto na eleição presidencial de 2006: em busca do elo perdido. **Opinião Pública**, v. 15, p. 31-54, 2009.

LIMA, Paulo Gomes. Reestruturação e Expansão da Universidade Federal da Grande Dourados [UFGD] REUNI–UFGD. **Educação e Fronteiras**, v. 1, n. 1, p. 110-137, 2011.

LIMA JUNIOR, Olavo Brasil de. Eleições presidenciais: centralidade, contexto e implicações. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, p. 11-30, 1999.

LIMONGI, Fernando; CORTEZ, Rafael. As eleições de 2010 e o quadro partidário. **Novos estudos CEBRAP**, p. 21-37, 2010.

LOPES, Alexandre dos Santos. **L864m A metamorfose da atuação política do Partido dos Trabalhadores 1987-1991** / Alexandre dos Santos Lopes. – Marília, 2009.

_____. As tendências internas do Partido dos Trabalhadores: o surgimento do PT. **XVII Jornadas de Investigación: a 70 años de la Declaración Universal de Derechos Humanos; libres e iguales?**. Montevideo, setiembre 2018, 2018.

MACIEL, Wilma Antunes. **Repressão judicial no Brasil: o capitão Carlos Lamarca e a VPR na Justiça militar (1969-1971)**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2003.

MAGALHÃES, André Matos; SILVA, Marcelo Eduardo Alves da; DIAS, Fernando de Mendonça. Eleição de Dilma ou segunda reeleição de Lula? Uma análise espacial do pleito de 2010. **Opinião Pública**, v. 21, p. 535-573, 2015.

MARIANO, Andreyson Silva. **A luta pelo reconhecimento de um grupo outsider do marxismo: a convergência socialista da repressão militar à expulsão do PT (1978-1992)**. Andreyson Silva Mariano. Tese Doutorado - Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Fortaleza, 2019.

MARINHO, Marcelo. **Zé Orcírio/Marcelo Marinho**, Ivan Russeff. – Curitiba: Kotter Editorial, 2022.

MARQUES, Ângela Peralva Baumgratz. **Considerações sobre o desempenho político-eleitoral do Partido dos Trabalhadores em Minas Gerais, entre 1989 e 2002**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2005.

MARQUETTI, Adalmir Antonio. Participação e redistribuição: o orçamento participativo em Porto Alegre. **A inovação democrática no Brasil**, 2003.

MARTINS, Joyce Miranda Leão. **O novo jogo eleitoral brasileiro: PT e PSDB na democracia de público**. Editora Appris, 2020.

MARTINS, Richard de Oliveira. **A regulamentação do direito de tendências no Partido dos Trabalhadores (1986-1992)**. Tese de Doutorado. Unicamp, 2015.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. O PT e o impeachment de Collor. **Opinião Pública**, v. 16, p. 542-568, 2010.

MEDEIROS, Diogo Frizzo de. **Da classe média à periferia? O PT nas eleições municipais paulistanas (1996-2012)**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2013.

MENDES, Antonio Manuel Teixeira; VENTURI, Gustavo. Eleição presidencial: o Plano Real na sucessão de Itamar Franco. **Opinião Pública**, v. 2, n. 2, p. 59-72, 1994.

MENDES, Marcos; ROCHA, C. Alexandre A. **O que reelege um prefeito?**. Senado Federal, Consultoria Legislativa, 2004.

MEIRA, Leonice Maria. **Um estudo sobre os reflexos das ações da Ditadura Militar através do Jornal “O Estado de Mato Grosso”: (1964-1974)**/Leonice Maria Meira. Dissertação (mestrado em História) – Cuiabá: UFMT, 2011.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Os novos rumos da história oral: o caso brasileiro. **Revista de história**, n. 155, p. 191-203, 2006.

MENEGOZZO, C. H. M. **Partido dos Trabalhadores: bibliografia comentada (1978- 2002)**. São Paulo: Editora FPA, 2013.

MENEGUELLO, Rachel. **PT: A formação de um partido, 1979-1982**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

_____. AMARAL, Osvaldo E. de. **Ainda novidade: uma revisão das transformações do Partido dos Trabalhadores no Brasil**. Brazilian Studies Programme, University of Oxford, Occasional Paper 02-08.

MENEGUIN, Fernando B.; BUGARIN, Maurício S.; CARVALHO, Alexandre Xavier Ywata de. **O que leva um governante à reeleição?**. 2005.

MENICUCCI, Telma Maria Gonçalves. A política de saúde no governo Lula. **Saúde e Sociedade**, v. 20, p. 522-532, 2011.

MELO, Carlos Ranulfo. Avaliando vínculos entre partidos e deputados nas Assembleias Legislativas brasileiras. **Opinião Pública**, v. 21, p. 365-392, 2015.

_____. Sistema partidário, presidencialismo e reforma política. **ELL**, p. 157, 2006.

_____. Individualismo e partidarismo em doze estados brasileiros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 26, p. 57-71, 2011.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Dimensões democráticas nas Jornadas de Junho: reflexões sobre a compreensão de democracia entre manifestantes de 2013. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 33, 2018.

MESQUITA, Mario et al. A política econômica do governo Dilma: a volta do experimentalismo. **CENTRO de Debates de Políticas Públicas. Sob a Luz do Sol, uma agenda para o Brasil: a política econômica do governo Dilma: a volta do experimentalismo. São Paulo: CDPP**, p. 3-15, 2014.

MICHELS, Ido; SILVA, Eronildo Barbosa da; Yanaguita, Éder. **Diálogos Políticos com Vander Loubet**. Edição dos autores, 2014.

MIGUEL, Luís Felipe; COUTINHO, Aline de Almeida. A crise e suas fronteiras: oito meses de " mensalão " nos editoriais dos jornais. **Opinião pública**, v. 13, p. 97-123, 2007.

_____. ; MACHADO, Carlos. Um equilíbrio delicado: a dinâmica das coligações do PT em eleições municipais (2000 e 2004). **Dados**, v. 50, p. 757-793, 2007.

_____. Luis Felipe. Apelos discursivos em campanhas proporcionais na televisão. **Política e Sociedade**, Vol. 09, nº 16, abril de 2010.

MIRANDA, Geralda Luiza de. A influência da dinâmica eleitoral sobre o comportamento dos partidos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. **Dados rev. ciênc. sociais**, p. 911-959, 2009.

MIRANDA, Daniel Estevão Ramos de; SILVA, Marcos Antonio da; MIRANDA, Vitor Gracia. **Os (des)caminhos da política no Mato Grosso do Sul: tradição, continuidade e mudanças** / Daniel Estevão Ramos de Miranda, Marcos Antônio da Silva, Victor Garcia Miranda. – Campo Grande, MS : Ed. UFMS, 2019.

MONTEIRO, Jorge Vianna. Quão suprema é a revisão judicial no jogo de políticas públicas?. **Revista de Administração Pública**, v. 40, p. 315-323, 2006.

MONTENEGRO, Darlan. A esquerda contra a política: organizações guerrilheiras e renúncia à estratégia no período da luta armada. **Revista Estudos Políticos**, v. 2, n. 3, p. 64-80, 2011.

MORAES, Ceres. **Paraguai: a consolidação da ditadura de Stroessner (1954-1963)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**. Editora UFMG, 2008.

NAPOLITANO, Marcos. **O regime militar brasileiro:1964-1985**. 4. ed. São Paulo: Atual, 1998.

_____. Entre o imperativo da resistência e a consciência da derrota: a literatura brasileira durante o regime militar. **Literatura e Sociedade**, v. 21, n. 23, p. 230-243, 2016.

NEVES, M. M. R. de N. **Elites Políticas: Competição e Dinâmica Partidário – Eleitoral (Caso de Mato Grosso)**. Rio de Janeiro: IUPERJ. 1988.

NICOLAU, Jairo. **O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

_____. **Representantes de quem?: Os (des) caminhos do seu voto da urna à Câmara dos Deputados**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2017.

_____. A participação eleitoral: evidências sobre o caso brasileiro. In: **Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**. Coimbra, 2004.

_____.; SCHMITT, Rogério Augusto. Sistema eleitoral e sistema partidário. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 129-147, 1995.

NOBRE, Marcos. **Imobilismo em Movimento. Da Abertura Democrática ao Governo Dilma**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

NOGUEIRA, Júlio. Eleições 2006: o discurso do medo e sua variação. **Aurora.**, n. 3, p. 86-102, 2008.

NUNOMURA, Eduardo Yoshio. **O mensalão impresso: o escândalo político-midiático do governo Lula nas páginas de Folha e Veja**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2012.

OLIVEIRA, Adriano; SANTOS, Roberto. Boas administrações elegem candidatos? Uma análise do comportamento dos eleitores em sete capitais brasileiras nas eleições de 2008. **Revista Debates**, v. 3, n. 2, p. 116-116, 2009.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências. **Revista Brasileira de Política e Administração da educação**, v. 25, n. 2, 2009.

OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. O Plano Cruzado: balanço e perspectivas. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, v. 3, p. 13-19, 1987.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à Razão Dualista. O Ornitórrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

PINHEIRO JÚNIOR, Jefte da Mata. A formação do PT na Baixada Fluminense: um estudo sobre Nova Iguaçu e Duque de Caxias, 2007.

PAIVA, Denise; BRAGA, Maria do Socorro S.; PIMENTEL JR, Jairo Tadeu Pires. Eleitorado e partidos políticos no Brasil. **Opinião pública**, v. 13, p. 388-408, 2007.

PAIVA, Grazielle de Albuquerque Moura. A imagem de modernidade brasileira: Collor e a eleição de 1989. **Tensões Mundiais**, v. 6, n. 11, p. 105-127, 2010.

PANEBIANCO, Ângelo. **Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos**. Martins Fontes, 2005.

PARANHOS, Ranulfo et al. Dormindo com o inimigo-Análise comparada do desempenho eleitoral do PT nas eleições municipais de 2012. 2013.

PATARRA, Ivo. **O governo Luiza Erundina: cronologia de quatro anos de administração do PT na cidade de São Paulo, de 1989 a 1992**. Geração Editorial, 1996.

PEREIRA, Diogo Neves. Cook e Collor, Lono e o Messias: Marshall Sahlins e a articulação entre estrutura e história. Um possível caso brasileiro: Collor e a reprodução do mito messiânico na eleição presidencial de 1989. **Revista Três Pontos**, 2004.

PIERUCCI, Antônio Flávio; PRANDI, Reginaldo. Religiões e voto: a eleição presidencial de 1994. **Opinião Pública**, v. 3, n. 1, p. 32-63, 1995.

PORTELLI, Alessandro. Um trabalho de relação: observações sobre a história oral. **Revista Trilhas da História**, v. 7, n. 13, p. 182-195, 2017.

PORTO, Mauro Pereira; GUAZINA, Liziane Soares. A política na TV: o horário eleitoral da eleição presidencial de 1994. **Revista Contracampo**, 1999.

QUEIROZ, Arthur Ribeiro. O Reflexo das Eleições Municipais de 2016-1º Turno. **Revista Multiface Online**, v. 4, p. 53-55, 2016.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Mato Grosso/Mato Grosso do Sul: divisionismo e identidades (um breve ensaio). **Diálogos**, v. 10, n. 2, p. 149-184, 2006.

_____. **A historiografia sul-mato-grossense, 1968-2010: notas para um balanço**. In: GLEZER, Raquel. Do passado para o futuro: edição comemorativa dos 50 anos da Anpuh. São Paulo: Contexto, 2011.

QUINALHA, Renan. Censura moral na ditadura brasileira: entre o direito e a política. **Revista direito e práxis**, v. 11, p. 1727-1755, 2020.

REIMÃO, Sandra. " Proíbo a publicação e circulação..."-censura a livros na ditadura militar. **Estudos avançados**, v. 28, p. 75-90, 2014.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerda e sociedade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas. FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel A. **As esquerdas no Brasil: revolução e democracia**, v. 3, 2007.

RIBEIRO, Ednaldo; CARREIRÃO, Yan; BORBA, Julian. Sentimentos partidários e antipetismo: condicionantes e covariantes. **Opinião Pública**, v. 22, p. 603-637, 2017.

RIBEIRO, Elisa Antônia. **A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa. Evidência: olhares e pesquisa em saberes educacionais.** Araxá/MG, n. 04, p.129-148, maio de 2008.

RIBEIRO, Guilherme Leite; D'ARAUJO, Maria Celina Soares. Experiência parlamentar e trajetórias dos deputados federais eleitos por PSDB e PT em 1994 e 2002: quebrando mitos. **Política & Sociedade**, v. 18, n. 42, p. 151-180, 2019.

RIBEIRO, Pedro José Floriano. **Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005/Pedro José Floriano Ribeiro.** – São Carlos: UFSCar, 2008.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** São Paulo: Atlas, 1989.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. **Tempo social**, v. 2, p. 113-128, 1990.

_____. Censura e ditadura no Brasil, do golpe à transição democrática, 1964-1988. **Revista Concinnitas**, v. 2, n. 33, p. 86-100, 2018.

ROCHA, Camila. “Imposto é roubo!” A formação de um contra público ultraliberal e os protestos pró-impeachment de Dilma Rousseff. **Dados**, v. 62, 2019.

RODRIGUES, Theófilo Machado. O papel da mídia nos processos de impeachment de Dilma Rousseff (2016) e Michel Temer (2017). **Revista Contracampo**, v. 37, n. 2, 2018.

ROLLEMBERG, Denise. **O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro.** Mauad Editora Ltda, 2001.

ROMANI, Giovanni Luiz. **Igreja e Pastorais Sociais: A comissão pastoral da terra e o Conselho Indigenista missionário na diocese de Dourados: (1971 a 2000).** / Giovanni Luiz Romani. – Dourados, MS: UFGD, 2003.

SADEK, Maria Tereza. Eleições 1988: retórica ou rumo pluripartidário. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 111-132, 1989.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-80).** 1987. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

_____. **Governar para Todos: uma avaliação da gestão Luiza Erundina.** Scritta Editorial, 1992.

SALDANHA, Atamaril. **História e estórias da revolução de 1932 em Mato Grosso do Sul.** Série Memória Sul-Mato-Grossense. Campo Grande: IHGMS. 2010.

SAMUELS, David. A evolução do petismo (2002-2008). **Opinião Pública**, v. 14, p. 302-318, 2008.

SANTOS, Claudete Soares de Andrade. **Os colonos e a igreja Católica no contexto da Colônia Agrícola Nacional de Dourados: (1940 a 1970).** / Claudete Soares de Andrade Santos. – Dourados, MS : UFGD, 2016.

SANTOS, Jordana de Souza. **A atuação das tendências políticas no movimento estudantil da Universidade de São Paulo (USP) no contexto da ditadura militar dos anos 70/** Jordana de Souza Santos, Marília, 2010.

SANTOS, Fábio Luis Barbosa dos. **Além do PT: crise de esquerda brasileira em perspectiva latino-americana/** Fabio Luis Barbosa dos Santos. – São Paulo: Elefante, 2016.

SARMENTO, Daniel. 21 anos da Constituição de 1988: a Assembleia Constituinte de 1987/1988 e a experiência constitucional brasileira sob a Carta de 1988. **Direito Público.** Porto Alegre, ano 7, n.30, p.07-41, Nov. / dez. 2009.

SCHMITT, Rogério. **Partidos políticos no Brasil, 1945-2000.** Zahar, 2000.

SCHNEIDER, Eduarda Maria; FUJII, Rosangela Araújo Xavier; CORAZZA, Maria Júlia. Pesquisas quali-quantitativas: contribuições para a pesquisa em ensino de ciências. **Revista Pesquisa Qualitativa**, v. 5, n. 9, p. 569-584, 2017.

SECCO, Lincoln. **História do PT/Lincoln Secco.-** 5. Ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2018.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. **Novos estudos CEBRAP**, p. 83-102, 2009.

_____. **Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994.** Edusp, 1999.

_____. A segunda alma do Partido dos Trabalhadores. **Novos estudos CEBRAP**, p. 89-111, 2010.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. **Novos estudos CEBRAP**, p. 23-40, 2013.

SILVA, Bruno Fernando da; CERVI, Emerson Urizzi. Padrões de financiamento eleitoral no Brasil: as receitas de postulantes à Câmara dos Deputados em 2010 e 2014. **Revista Brasileira de Ciência Política**, p. 75-110, 2017.

SILVA, Edson Armando; GONÇALVES, Ricardo Enguel. Em nome do partido, da militância e da transformação social: a participação católica no Partido dos Trabalhadores da cidade de Ponta Grossa-PR (1980-1992). **Revista de Ciências do Estado**, v. 7, n. 2, p. 1-26, 2022.

SILVA, Eronildo Barbosa da. **Sindicalismo no sul de Mato Grosso 1920-1980.** Campo Grande MS: Editora UNIDERP, 2005.

SILVA, Marcos Antonio da. **A dinâmica eleitoral em Mato Grosso do Sul (1978-2018): eleições, partidos e governos**/Marcos Antonio da Silva – Curitiba: CRV, 2019.

SILVA, Milena de Lima. **A gestão Luiza Erundina (1989-1992): participação popular nas políticas de transporte**. 2017. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SIQUEIRA, Elizabeth M. **A Evolução da Justiça Eleitoral Mato-Grossense**. Cuiabá: Entrelinhas, 2012.

SOARES, Glaucio Ary Dillon. A censura durante o regime autoritário. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 4, n. 10, p. 21-43, 1989.

SOUZA, Bruno Mello; VISCARRA, Simone Piletti. DEMOCRACIA E POLARIZAÇÃO ELEITORAL NO BRASIL: AS OPINIÕES DOS ELEITORES DE PT E DO PSDB (2002-2014). **Missões: Revista de Ciências Humanas e Sociais**, v. 4, n. 3, 2018.

_____.; MARTINS, Joyce Miranda Leão. PT x PSDB: a atualização do embate político na eleição presidencial de 2014. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, v. 6, n. 1, 2015.

SOUZA, Fernando dos Anjos. **Conflitos armados, encontros e combates nas fronteiras do sul de Mato Grosso, nas décadas iniciais do século XX**/Fernando dos Anjos Souza. – Dourados: UFGD, 2018.

SOUZA, Suellen Cerqueira Anuniação de. **Interrompendo a programação: espetacularização no horário gratuito de propaganda eleitoral dos candidatos à governador nas eleições em Mato Grosso do Sul (1998)**. Dissertação (Mestrado em História)–Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2019.

TERRON, Sonia Luiza; SOARES, Gláucio Ary Dillon. As bases eleitorais de Lula e do PT: do distanciamento ao divórcio. **Opinião pública**, v. 16, p. 310-337, 2010.

TEIXEIRA, Ana Cláudia C. **Identidades em construção: as organizações não-governamentais no processo brasileiro de democratização**. Annablume, 2003.

TODT, Marcos Leite de Matos. **Partido dos trabalhadores: a influência da práxis na identidade interna**. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul: 2013.

THOMPSON, Paul. História oral e contemporaneidade. **História oral**, v. 5, 2002.

TRISTÃO, Ellen. A opção neoliberal do primeiro mandato do governo Lula. **Ser Social**, v. 13, n. 28, p. 104-128, 2011.

VASCONCELLOS, Fábio. Os enquadramentos do Jornal Nacional sobre Lula e o escândalo do 'Mensalão'. **Revista Compolitica**, v. 4, n. 1, 2014.

VASCONCELOS, Fredimir Alex et al. **Fake News das eleições de 2018: entre a cultura isolada e a influência eleitoral**. 2021. Dissertação de Mestrado. Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

VASCONCELOS, Gilberto Felisberto. **Collor: a cocaína dos pobres: a nova cara da direita**. Ícone Editora, 1989.

VASQUEZ, Vitor; CURI, Henrique; SILVA, Bruno Souza da. Prefeitos e a construção do apoio legislativo nos municípios. **Dados**, v. 64, 2021.

VENTURI, Gustavo. PT 30 anos: crescimento e mudanças na preferência partidária. Impacto nas eleições de 2010. **Perseu: História, Memória e Política**, n. 05, 2010.

VENUTO, Elder Procópio. "Agora é nossa vez": cultura política do operariado urbano na formação do Partido dos Trabalhadores. 2017.

VIANA, Nildo. **O que são partidos políticos**. Goiânia: Germinal, 2003.

WERNECK VIANNA, Luiz. **A Modernização sem o Moderno: Análises de Conjuntura na Era Lula**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

ZUCCO, Cesar. The president's 'new' constituency: Lula and the pragmatic vote in Brazil's 2006 presidential elections. **Journal of Latin american studies**, v. 40, n. 1, p. 29-49, 2008.

FONTES ORAIS – Entrevistas

ARAKAKI, Suzana. Entrevista. Dourados, 25 de maio de 2023.

ARCE, Ribeiro. *Entrevista*. Dourados, 4 de julho de 2022.

BONELLI, Luis Carlos. *Entrevista*. Dourados, 9 de fevereiro de 2023.

COSTA, Damarci Olivi. *Entrevista*. Dourados, 15 de maio de 2022.

FARIAS, Alcides. *Entrevista*. Campo Grande, 8 de fevereiro de 2023.

FARIAS, Damião Duque. *Entrevista*. Dourados, 6 de julho de 2023.

FERREIRA, Vladimir. *Entrevista*. Campo Grande, 9 de fevereiro de 2023.

FERREIRA, Pedro Alves. *Entrevista*. Dourados, 25 de junho de 2023.

GONÇALVES, Pedro Cesar Kemp. *Entrevista*. Campo Grande, 24 de janeiro de 2023.

ISHY, Elias. *Entrevista*. Dourados, 20 de maio de 2022.

KRAKHECKE, Egon. *Entrevista*. Campo Grande, 20 de novembro de 2022.

LONGHI, Dirceu Aparecido. *Entrevista*. Dourados, 29 de junho de 2023.

MARTINS, Gilson Rodolfo. *Entrevista*. Campo Grande, 3 de agosto de 2022.

OLIVEIRA, Ênio Ribeiro de. *Entrevista*. Dourados, 3 de maio de 2022.

ORTEGA, Natal Gabriel. *Entrevista*. Dourados, 25 de abril de 2023.

RIGOTTI, Yara Martins. *Entrevista*. Dourados, 9 de agosto de 2023.

RODRIGUES, Gomercindo Clovis G. *Entrevista*. Dourados, 7 de fevereiro de 2023.

SANTOS, João Batista. *Entrevista*. Dourados, 8 de fevereiro de 2023.

SOUZA, João Carlos. *Entrevista*. Dourados, 3 de agosto de 2023.

SOUZA, José Joaquim. *Entrevista*. Dourados, 18 de maio de 2022.

SUYPENE. Antonio Leopoldo Van. *Entrevista*. Dourados, 20 de maio de 2022.

TETILA, José Laerte Cecílio. *Entrevista*. Dourados, 21 de maio de 2022.

OUTRAS FONTES

Atas do PT de Dourados descrita no livro de Convenções Oficiais. Arquivo do PT de Dourados.

Ato Institucional nº 02 de 27 de outubro de 1965. Disponível em [AIT-02-65 \(planalto.gov.br\)](http://ait-02-65.planalto.gov.br). Acesso em 06/04/2022.

Diário Oficial Ano VII, n.º 1.485. Disponível em [18-02-2005 \(dourados.ms.gov.br\)](http://18-02-2005.dourados.ms.gov.br). Acesso em 10 de agosto de 2023.

Estatuto do Partido dos Trabalhadores - alterações aprovadas de acordo com as normas estatutárias legais registradas na Ata da reunião do 6º congresso nacional do PT em 1,2 e 3 de junho de 2017.

Manifesto de fundação do partido dos trabalhadores. Disponível em <https://pt.org.br/manifesto-de-fundacao-do-partido-dos-trabalhadores/>. Acesso em 2 de outubro de 2021.

ANEXOS

CANDIDATOS DO PT NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE DOURADOS

1982

PREFEITO	
Candidato	Votação
José Joaquim de Souza	178 (0,44%)
VEREADORES	
Candidatos	Votação
Sebastião Dias Gonçalves	25
Francisco Alves Pereira	23
Gonçalo Padilha e Amorin	22
Francimiro Teixeira Lima	21
Samuel Benites Vareiro	19
Celina Batista Azambuja	17
Damarci Olivi da Costa	17
Lauro José dos Santos	15
Clóvis Chaves	8
Genir Ledesma Barbosa	8
Laurindo do Nascimento	6
Maria Eleuza da Silva	4
José Lima Alencar	1
Total	186 (0,42%)

1988

PREFEITO	
Candidato	Votação
Laerte Tetila	3.612 (6,98%)
VEREADORES	
Candidatos	Votação
Wilson Valentin Biasotto	289
João José de Oliveira	153
Ênio Ribeiro de Oliveira	150
Antonio L. Van Suypene	126
Nílson Correa	125
Israel Lopes dos Santos	54
Onildo Lopes dos Santos	15
Glauca M ^a Albuquerque	13
Votos na Legenda	699
Total	1594 (2,67%)

1992

PREFEITO	
Candidato	Votação
Egon Krakhecke	8.440 (12,84%)
VEREADORES	
Candidatos	Votação
José Laerte Tetila	871
José Silvestre	738
Francisco Assunção da Silva	423
Elias Isly de Matos	389
Lauro Sergio Davi	362
Emerson Medeiros	328
João Batista dos Santos	289
Eduardo Bryk	209
Geraldo Cornélia Angélico	204
Francisco Luiz Silva	188
Agripino Bogarin Benites	147
Yara Martins Rigotti	112
José Luiz Zanco	110
Senesio Kunh	78
Maria de Fátima da Costa	63
Samoel Benites Vareiro	62
Eginyo Rodrigues Mattosso	61
José Pereira Neto	56
Israel Lopes dos Santos	51
Arlene Lopes Alves	49
Severino do Ramo Florencio	46
João Ferreira de Alencar	43
João Souza de Oliveira	42
Emilio Sarate	40
Severino de Ávila Cavanha	27
Brigido Ibanhes	20
Rosimara Aparecido Osório	14
Eurípedes de Oliveira Sousa	10
Nedina Rosely Martins Stein	1
Votos na Legenda	635
Total	5.668 (7,89%)

1996

PREFEITO	
Candidato	Votação
Elecir Ribeiro Arce	4.525 (5,85%)
VEREADORES	
Candidatos	Votação
José Laerte Cecílio Tetila	1.905
João Batista dos Santos	861
Vander Aparecido Nishiji	389
Francisco Vicente da Silva	260
Julio Cesar Ribeiro Dias	122
Francisco H. Leite da Paz	111
Albino Nunes	84
João Rodrigues dos Santos	76
Valdeci Siqueira da Silva (F)	75
Manoel Porfirio dos Santos	41
Ivo Almeida da Silva	35
Ieda Berenice Fernandes dos Santos	34
Maria Aparecida Palmeira	28
Romildo de Andrade Silva	28
Adélia Garcia Martins	27
Votos na Legenda	258
Total	4.354 (5,37%)

2000

PREFEITO	
Candidato	Votação
José Laerte Cecílio Tetila	36.045 (41,69%)
VEREADORES	
Candidatos	Votação
Wilson Valentim Biasotto	1.728
Elias Ishy de Mattos	738
Margarida Maria Fontonella Gaigher	733
Elecir Ribeiro Arce	686
João Waimer Moreira	656
Leidniz Guimarães da Silva	635
Carlos Alberto Longo	514
Elio Araújo de Oliveira	485
Eliseu Bastos de Oliveira	424
Francisco Caetano da Silva	414
Dirceu Aparecido Longhi	400
Alaércio Abrahão dos Santos	372
Leonardo Freitas Nunes	367
João Alfeu Simioni	333
Manoel Eduardo Abreu	319
Glória Eunice Nunes Ferreira	310
David Massi de Moraes	294
Vander Aparecido Nishijima	275
Raquel Alves de Carvalho	274
Erisvaldo Batista Ajala	250
Francisco Celso Cáceres	231
Manuel Porfírio dos Santos	184
Aparecida Joana B. Negreiros	180
Edison Martins Flores	169
Altair Ferreira da Silva	140
Izaac Marques Pereira	128
Anastacio Peralta	107
Israel Lopes dos Santos	46
Votos na Legenda	3168
Total	14.560 (15,78%)

2004

PREFEITO	
Candidato	Votação
José Laerte C. Tetila	53.208 (53,96%)
VEREADORES	
Candidatos	Votação
Elias Ishy de Mattos	1.784
José Silvestre	1.619
Margarida Maria F. Gaigher	1.575
Pedro Alves Ferreira	1.557
Elecir Ribeiro Arce	1.455
Wilson Valentim Biasotto	1.295
José Roberto C. Buzzio	1.263
Roberto Nogueira do Nascimento	1.130
Pedro Lima	1.104
Carlos Alberto Longo	1.101
Gilberto Dourado Braga	910
Deumeires Batista de S. Rodrigues	843
João Waimer Moreira	709
Teodora de Souza	689
José Carlos Brumatti	490
Walter Pitarelli	477
Paulo Sobreira de Oliveira	359
Jean Henrique D. Rodrigues	333
Elio Araújo de Oliveira	317
Marci da Silva	256
Maria Nilma Medeiros de Azevedo	253
Maria de Fátima L. M. Silva	164
Marli Valdivino Ferreira	42
Votos na Legenda	2.961
Total	22.686 (21,65%)

2008

PREFEITO	
Candidato	Votação
Wilson V. Biasotto	21.821 (20,47%)
VEREADORES	
Candidatos	Votação
Dirceu Aparecido Longhi	1.461
Elias Ishy de Mattos	1.440
José Silvestre	1.414
Margarida Maria F. Gaigher	1.258
Pedro Alves Ferreira	985
Carlos Alberto Longo	870
Atafo Alves S. Neto	854
Elecir Ribeiro Arce	850
João Waimer Moreira	779
Jean Henrique D. Rodrigues	741
Deumeires Batista de S. Rodrigues	617
Alceu Junior S. Bittencourt	617
Teodora de Souza	550
Ivonete Laurinda Ferreira	473
Fernando Lucio Barbosa	346
Votos na Legenda	1885
Total	15.140 (13,40%)

2011

VICE-PREFEITA	
Candidata	Votação
Dinaci Vieira M. Ranzi	70.906 (80,06%)

2012

PREFEITO	
Candidato	Votação
-	-
VEREADORES	
Candidatos	Votação
Elias Ischy de Mattos	1.907
Dirceu Aparecido Longhi	1.689
Gilberto Dourdo Braga	1.111
Arlei Mengler de Castilho	798
Alceu Junior Silva Bittencourt	792
Pedro Alves Ferreira	659
Atafo Alves S. Neto	636
Elizeu Rodrigues Cristaldo	466
Elio Araújo de Oliveira	238
Rene Ribeiro Franco	138
Alessandra dos Santos Silva	107
Domingas Rosa da Silva	76
Eronilde de Matos Sousa	48
Fabiana Iwaizu Tada	45
Tacila Gonçalves	11
Marcia Regina Faita	6
Votos na Legenda	266
Total	8.993 (07,61%)

2016

PREFEITO	
Candidato	Votação
-	-
VEREADORES	
Candidatos	Votação
Elias Ischy de Mattos	3.088
Dirceu Aparecido Longhi	1.230
Elizeu Rodrigues Cristaldo	406
Lenir Paiva Flores	133
José Ronaldo dos Santos	55
Gieane Denis Schaffer	54
Priscila Maciel D. M. Lopes	41
Elizeu Ferbônio	22
Votos na Legenda	177
Total	5.206 (%)

2020

PREFEITO	
Candidato	Votação
João Carlos de Souza	9.662 (9,34%)
VEREADORES	
Candidatos	Votação
Elias Ischy de Mattos	1.772
Gleice Jane Barbosa	1.762
Lucielen Mariane L. L. Prudente	391
Lucas Diniz Medeiros	255
Algemiro de Souza	221
Ronaldo Ferreira Ramos	208
Edvaldo de França Guerra	191
Antonio Weber	104
Sandy Tatiane S. Nascimento	89
Renata Oliveira Costa	63
Claudinei dos Santos Moreira	58
Liandro Moreira dos Santos	44
Zaida Albuquerque Matos	41
Anderci da Silva	28
João Antonio Queiroz	10
Votos na Legenda	656
Total	5.904 (4,91%)